

REVISTA DO INSTITUTO
HISTÓRICO E GEOGRÁFICO
DE MATO GROSSO

DOSSIÊ

HOMENAGEM A CUIABÁ PELOS SEUS 300 ANOS
NÚMERO – 81 – 2019





REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO - 81 - 2019

DOSSIÊ

Homenagem a Cuiabá pelos seus 300 anos



**Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso
IHGMT**

Presidente *President*

Elizabeth Madureira Siqueira

**Conselho Consultivo e Científico
*Consult and Cientific Coucil***

História *History*

Arno Welling (UFRJ/UNIRIO/UGF)

Giovani José da Silva (UNIFAP)

Leandro Mendes Rocha (UFG)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT)

Luíza Rios Ricci Volpato (USP-SP)

Geografia *Geographic*

Cláudio Antônio Di Mauro (UFU)

Eliane Tomiasi Paulino (UEL/PR)

José Borzacchiello da Silva (UFC)

Rosimeire Aparecida de Almeida (UFMS)

Solange Terezinha de Lima Guimarães (UNESP)

Educação *Educacion*

Elizabeth Figueiredo Sá (UFMT)

Nicanor Palhares Sá (UFMT)

Áreas Afins *Related areas*

Rosemar Eurico Coenga (UNIVAG)

Cristina Teobaldo (UFMT)

Editor *Publischer*

Elizabeth Madureira Siqueira

Conselho Editorial *Publisher's Council*

Elizabeth Madureira Siqueira (UFMT/IHGMT)

Anna Maria Ribeiro Fernandes Moreira da Costa (UNIVAG/IHGMT)

Fernando Tadeu de Miranda Borges (UFMT/IHGMT)

Nileide Souza Dourado (UFMT/IHGMT)

Suíse Monteiro Leon Bordest (UFMT/IHGMT)

Renilson Rosa Ribeiro (UFMT/IHGMT)

Diretoria 2016-2018

Presidente: Elizabeth Madureira Siqueira

1º Vice-Presidente: Eduardo Mahon

2ª Vice-Presidente: Anna Maria R. M. da Costa

Secretária Geral: Neila Maria de Souza Barreto

2ª Secretária: Suíse Monteiro Leon Bordest

1º Tesoureiro Geral: Isis Catarina Martins Brandão

2ª Tesoureiro: Francisco Ildefonso da Silva Campos

Conselho Fiscal

Nilza Queiroz Freire

Fernando Tadeu de Miranda Borges

Oriana Paes de Barros

Seções da RIHGMT, 81

Revista *Homenagem a Cuiabá pelos seus 300 anos*



REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO

NÚMERO - 81 - 2019

DOSSIÊ

Homenagem a Cuiabá pelos seus 300 anos

© Copyright @ 2019 IHGMT
Os direitos desta edição são reservados ao IHGMT

ISSN 1677-0897

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso/ Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. n. 81.
Cuiabá, 2019

314 p.: 15,5 cm.

Annual

Inclui bibliografia, Índice e ilustração

CDD 981.72

Editora da Revista do IHGMT:

Elizabeth Madureira Siqueira

Revisão:

Conselho Editorial

Capa, Editoração e Projeto Gráfico:

Candida Bitencourt Haesbaert

Fonte:

**Medalhas criação de José Afonso Botura Portocarrero,
Maria Teresa Carrión Carracedo, Mike Vanni e de
Elizabeth Madureira Siqueira.**

IHGMT

Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

Rua Barão de Melgaço n. 3.869 (Centro) - Cuiabá, MT – 78050-500

Acesse o site: [www//ihgmt.com.br](http://ihgmt.com.br)

Contato: bethmsiqueira@gmail.com

Índice

ARTIGOS

- Origem e significado do nome Cuiabá 13
Paulo Pitaluga Costa e Silva
- Ikuiapá e os fluxos cósmicos: processos de desterritorialização
do espaço Boe-bororo 83
José Eduardo Fernandes Moreira da Costa
- Um menino Nambiquara em Cuiabá: fragmentos de um
entrelugar no processo de contato..... 119
Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa
Rosana Campos Leite Mendes
- Cotidiano e história: a curiosa história do telefone
em Mato Grosso 149
Lúcia Helena Gaeta Aleixo
- A noite cuiabana 187
Sônia Regina Romancini
João Marcos de Campos Barros Correa
Franciellen de Almeida Figueiredo
- Uma leitura do córrego barbado na paisagem
urbana de Cuiabá 209
Suíse Monteiro Leon Bordest
- Trajatórias da pequena produção agropecuária
em Cuiabá - Mato Grosso 223
Onélia Carmem Rossetto
Jocenaide Maria Rossetto Silva
- Dante Martins de Oliveira: trajetória política 243
Neila Barreto
- A literatura mato-grossense às margens do século XXI..... 283
Eduardo Mahon
- ## HOMENAGENS PÓSTUMAS
- Adeus, Alex de Matos! 304
Francisco Ildefonso da Silva Campos
- Vera Randazzo: preto de gratidão e saudade 307
Nilza Queiroz Freire
- Benedito Pinheiro de Campos (Ditinho):
poeta e produtor cultural 311
Isis Catarina Martins Brandão

Contents

ARTICLES

Origin and meaning of the name Cuiabá 13
Paulo Pitaluga Costa e Silva

Ikuiapá y los flujos cósmicos: procesos de deterritorialización del
espacio Boe-Bororo 83
José Eduardo Fernandes Moreira da Costa

A nambiquara boy in Cuiabá: fragments from an interlocation
process 119
Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa
Rosana Campos Leite Mendes

Daily life and history: the curious history of the telephone in Mato
Grosso 149
Lúcia Helena Gaeta Aleixo

Night life in Cuiabá 187
Sônia Regina Romancini
João Marcos de Campos Barros Correa
Franciellen de Almeida Figueiredo

A reading of barbado stream in the urban landscape of Cuiabá.... 209
Suíse Monteiro Leon Bordest

Pathways of small agricultural production in Cuiabá - Mato Grosso ...223
Onélia Carmem Rossetto
Jocenaide Maria Rossetto Silva

Dante Martins de Oliveira: political trajectory..... 243
Neila Barreto

Cuiabá between two centuries. A new literary
generation emerges 283
Eduardo Mahon

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Bye, Alex de Matos!..... 304
Francisco Ildefonso da Silva Campos

Vera Randazzo: price of gratitude and health..... 307
Nilza Queiroz Freire

Benedito Pinheiro de Campos (Ditinho):
poet and cultural producer..... 311
Isis Catarina Martins Brandão

Editorial

A presente Revista do IHGMT é dedicada a Cuiabá que, neste 2019, comemorou 300 anos de fundação, evento que conecta com os 100 anos do IHGMT, instituição cultural mais antiga de Mato Grosso. Para ilustrar estes dois importantes eventos, o IHGMT participou da elaboração da Medalha remetendo às duas datas festivas.



Medalha centenário IHGMT



Medalha Tricentenária de Cuiabá

Neste número colaboraram diversos Sócios Efetivos e convidados, os quais abordaram temáticas que contemplaram o cenário histórico e geográfico cuiabano, uma homenagem do IHGMT aos 300 anos de fundação da eterna Capital de Mato Grosso, Cuiabá.

Abrindo a Revista, o artigo *Origem e significado do nome Cuiabá*, de autoria do festejado e reconhecido historiador, Paulo Pitaluga Costa e Silva, discute as diversas versões do nome Cuiabá, concluindo por Cuyaverá, palavra derivada do guarani Kyyavera/Cuyavera, que significa Lontra Brilhante. Este estudo serviu de inspiração para o talentoso acadêmico Ivens Cuiabano Scaff, que compôs o poema que ilustra a entrada do artigo de abertura. Os índios originários de Cuiabá, os Bororo, serviram de investigação para o artigo *Ikuiapá e os fluxos cósmicos: processos de desterritorialização do espaço Boe-Bororo*, da lavra do pesquisador José Eduardo Fernandes Moreira da Costa, que recupera o movimento histórico contínuo de apropriação das terras

indígenas originárias. Um menino Nambiquara em Cuiabá: fragmentos de um entrelugar no processo de contato, de Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa e Rosana Campos Leite Mendes, faz fulgurar o drama vivido pelos índios no processo migratório de contato com a sociedade envolvente, tendo por base depoimento dos Nambiquara que implementaram esse movimento. Em *Cotidiano e história: a curiosa história do telefone em Mato Grosso*, Lúcia Helena Gaeta Aleixo oferece um panorama amplo do percurso desse meio de comunicação no interior de Mato Grosso, o qual teve origem em Cuiabá. *A noite cuiabana*, de Sônia Regina Romancini, João Marcos de Campos Barros Correia e Franciellen de Almeida Figueiredo, analisa a Cuiabá notívaga, cenário das noites cuiabanas, seus personagens, diversões e serviços oferecidos. Em *Uma leitura do Córrego Barbado na paisagem urbana de Cuiabá*, Suíse Monteiro Leon Bordest enfoca os impactos ambientais promovidos pela evolução urbana de Cuiabá, tomando por objeto de análise um dos mais importantes recursos hídricos de Cuiabá, a bacia hidrográfica do Barbado. Onélia Carmem Rossetto e Jocenaide Maria Rossetto Silva investigaram a pequena produção em Cuiabá, com o texto *Trajetoórias da pequena produção agropecuária em Cuiabá-Mato Grosso*, com destaque para o papel desempenhado pelos diversos segmentos voltados à essa atividade. Em seguida, Neila Barreto, em *Dante Martins de Oliveira: Trajetória Política*, recupera o percurso de um dos mais relevantes cuiabanos de reconhecimento nacional, especialmente pelas Diretas-Já. Eduardo Mahon amplia o olhar sobre o campo literário, em *A literatura mato-grossense às margens do século XXI*, fazendo um percurso interessante sobre a produção literária destes séculos, com destaque para as inovações da Geração Coxipó, grupo ligado à UFMT.

Uma sessão especial, ao final deste periódico, presta homenagem póstuma aos três Sócios Efetivos falecidos, Alex de Matos, Vera Randazzo e Benedito Pinheiro de Campos, nossa saudade.

A Revista n. 81 encerra as comemorações do centenário do IHGMT, que tiveram início no dia 9 de abril, com o Culto Ecumênico, seguido do lacre da Cápsula do Tempo. No dia 11 de abril ocorreu o lançamento da Medalha do Tricentenário de Cuiabá e do Centenário do IHGMT, evento conjunto com a Prefeitura e IHGMT. Em seguida, no dia 30 de abril, a inauguração de três acervos, de Therezinha de Jesus Arruda, Afrânio Corrêa e de Raimundo Maranhão Ayres, seguido da outorga da Medalha Centenária aos Sócios Efetivos do IHGMT. No dia 30 de maio, o centenário foi lembrado com uma audição de piano e canto, ensejando peças musicais de Dunga Rodrigues e de Zulmira Canavarros, oferecimento do vice-presidente. Em seguida, a Câmara Municipal de Cuiabá homenageou o IHGMT em sessão solene transcorrida no dia 15 de maio, ocasião em que o IHGMT recebeu uma moção de aplauso e outorgou medalha aos Vereadores proponentes da sessão. Aos 4 de julho foi a vez da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso promover uma sessão especialmente dedicada a homenagear o IHGMT pelos cem anos de ininterrupta existência. Antecedendo o lançamento desta Revista, uma Exposição fotográfica e pictórica inspirada no tema *Olhares entrecruzados: uma carto(grafia) cultural do Vale do Rio Cuiabá*, curada pelos sócios efetivos, Profs. Zuleika Alves de Arruda e Felipe Rodolfo de Carvalho, visitada pelo público escolar e comunidade, entre os dias 24 a 26 de julho de 2019.

Aos autores dos artigos que compõem o presente periódico os nossos agradecimentos, esperando que os textos sejam de agrado dos leitores. Boa Leitura.

Conselho Editorial

DOSSIÊ

Homenagem a Cuiabá pelos seus 300 anos

Origem e significado do nome Cuiabá

Origin and meaning of the name Cuiabá

*Paulo Pitaluga Costa e Silva*¹

Resumo: Trata o presente artigo de um estudo sobre a palavra Cuiabá. Baseado em documento do século XVIII, mencionando o rio Cuyaverá pelo padre Agustin Castañares, ainda em estudo bibliográfico dessa palavra guarani elaborado por professor em Assunção, Paraguai, e ainda com base em mapas jesuíticos dos séculos XVII e XVIII, é apontado o nome Cuyaverá como advindo da palavra guarani *Kyyavera/Cuyavera*, significando Lontra Brilhante. Através desses mapas é demonstrada a inequívoca existência, no passado remoto, dos índios Cuiabás. É a única explicação sobre a palavra Cuiabá baseada em documento do século XVIII, em etimologia guarani comprovada e ainda em mapas jesuíticos coloniais. Cuiabá vem de Cuyaverá e remotamente de *Kyyavera*, designando o rio da Lontra Brilhante.

Palavras-chave: Cuiabá. Toponímia. Etimologia.

Abstract: It treats the present article of a study on the word Cuiabá. Based on a document from the 18th century, mentioning the Cuyaberá river by Father Agustin Castañares, still in a bibliographic study of this Guarani word elaborated by a professor in Asuncion, Paraguay, and also based on Jesuit maps of the 17th and 18th centuries, Cuyaverá coming from the Guarani word, *Kyyavera / Cuyavera*, meaning Bright Otter. Through these maps is demonstrated the unequivocal existence, in the remote past, of the indians Cuiabás. It is the only explanation of the word Cuiabá based on an eighteenth century document, in proven Guarani etymology and even on colonial Jesuit maps. Cuiabá comes from Cuyaverá and remotely from *Kyyavera*, designating the river of the Bright Otter.

Keywords: Cuiaba. Toponymy. Etymology.

1 Historiador, advogado e empresário. Sócio do IHGMT e seu ex-presidente.

Introdução

Em um simples correr de olhos por algumas obras acerca da historiografia mato-grossense, notamos que sempre houve certa preocupação por parte de alguns autores em dar o correto ou o pretensamente correto significado do topônimo Cuiabá. Vários cronistas do século XVIII, viajantes do século XIX e historiadores do século XX, somados a filólogos e etimologistas de línguas indígenas, tentaram explicar a origem e dar o significado dessa palavra. Apoiaram-se em lenda e basearam-se em interpretações etimológicas para dar algum suporte insuspeito às suas conclusões. Sustentados por opiniões de dicionaristas e autores de vocabulários de línguas indígenas, com o correr dos séculos, fizeram inumeráveis exercícios de etimologia.

A lenda é uma só, a da cuia que alguém segurava às margens do rio e escapando-lhe a mesma das mãos, ao descer vagarosamente a suave correnteza, gritou - *Cuia-vai*, tal seja, cuia que se vai, que segue descendo pelo rio, ficando fora de seu alcance. Dessa cuia que vai ou *Cuia-vai*, diz a lenda, originou-se o nome *Cuiabá*. Uma história que sobreviveu aos séculos. Mas, autores mais escorregados e em trabalhos de cunho mais acadêmico e científico, nunca a levaram a sério e sempre a citaram como uma simples historieta infantil.

Além dessa lenda existem notícias bibliográficas muito precisas e surpreendentes em torno da realidade dos índios Cuiabás. A memória sobre esse povo indígena estava muito viva e presente no século XVIII e, com o passar dos tempos, a ideia dessa existência étnica conseguiu firmar-se como história cuiabana. Antonio Pires de Campos, o bandeirante pioneiro do vale do Cuiabá, chegou a contatar esses índios e pôde fazer uma descrição de suas vestes e costumes, registrando alguns dados etnográficos a seu respeito. Joaquim da Costa Siqueira e o padre José Manoel de Siqueira, com base na oralidade transmitida por gerações cuiabanas, ainda no século XVIII, confirmaram a existência dessa tribo. Por

outro lado, outros autores, já no século XX, contestaram com veemência a realidade desses indígenas, não aceitando a sua antiga existência às margens do rio Cuiabá.

Temos também um interessante ponto a ponderar. São inúmeros e sintomáticos os registros inseridos na historiografia mato-grossense, de que a cidade tomou a denominação de Cuiabá a partir do nome primeiro do rio. Esse ponto de vista, confirmado também por uma tradição oral muito forte, vem se mantendo íntegro por séculos, o que contribuiu para a confirmação de sua veracidade. Poucos são os pesquisadores e etimologistas que não aceitam essa assertiva como correta e somente um ou outro autor conseguiu construir algum outro nome para o rio Cuiabá. Dentre essas denominações engendradas apontamos um certo *Ibiraty*, *Pogubo cure*, *Bahá-criêu* e *Ikuiebo*. Mas, os registros históricos que tivemos a oportunidade de pesquisar e neste trabalho transcrever, propugnam pelo posicionamento de que, realmente, a cidade de Cuiabá tomou o seu nome a partir da denominação, já então existente, do rio. Tal seja, primeiro o nome do rio, depois o do arraial cuiabano.

Temos ainda a anotar que são incontáveis as explicações etimológicas para o significado da palavra Cuiabá. Obviamente, foram exaustivos exercícios de semântica relativos à essa palavra, em línguas faladas pelos índios Tupis, Guaranis ou Bororos². Um lugar onde um índio Bororo pescava com uma flecha-arpão, nas margens de um rio, era o *Ikuia-pá*. Os indígenas situados pelos alagados do pantanal eram os Índios das Águas. Temos ainda o *Fazedor de Farinha*, *Mulher Corajosa*, *Gente Caída*, *Garimpeiro*, *Fazedor de Cuia* e vários outros inúmeros significados. Ao todo, vinte e quatro

2 Foi convencionalizado por indigenistas e antropólogos que o nome de povos indígenas, quando escritos em português, não devem variar em gênero nem em número. Para eles, são os índios Tupi, Guarani, Bororo, no singular. Todavia, essa prática redundava num enorme erro gramatical de concordância nominal em português. Entre a convenção de antropólogos e a correção do vernáculo, preferi ficar com esta. Em bom português, denominei-os de índios Tupis, Guaranis e Bororos, no plural, por achar que o estipulado em uma reunião de indigenistas, não pode se sobrepor às regras gramaticais vernaculares.

diferentes interpretações³ foram oferecidas até agora pelos escritores que, com o correr das décadas, se propuseram a estudar o seu significado. Teoricamente, dentre todas essas interpretações, uma poderia estar até correta, sendo que as demais podem ser consideradas meros exercícios de etimologia realizados por intelectuais e pesquisadores que a isso se dedicaram. Algumas foram propugnadas por filólogos de excepcional gabarito e notório reconhecimento. Mas, convenhamos, não há como comprovarmos que tão somente uma delas seria a correta, a melhor, a perfeita, em detrimento das demais interpretações. Assim, não há como simplesmente escolhermos um dos significados e elegê-lo, premiando-o, assim, como o mais correto e preciso, vez que nenhuma dessas interpretações se destaca das demais para ser considerada a mais verdadeira e irretocável. Todas devem ser igualmente niveladas, já que não existe nada que coloque em especial destaque nenhuma dessas interpretações em particular.

É certo que muitos dos grandes nomes ligados à história mato-grossense inseriram em seus respectivos trabalhos a proposta que julgavam ser a mais adequada e correta explicação para esse significado. Vários historiadores e literatos que se ativeram à história e à literatura de Mato Grosso e Cuiabá entraram nessa temática tão polêmica e nenhum deles saiu sem algum arranhão filológico.

Todavia, devemos elencar outros nomes que adotaram posições opostas a essas, caracterizadas como extremamente cautelosas ou, simplesmente, um sepulcral silêncio a respeito.

Por outro lado, alguns escritores no século XX, sem qualquer base científica nem pesquisa metodológica, muitas vezes sem terem sequer pisado em terras mato-grossenses para melhor conhecer as versões *in loco* correntes, deram interpretações as mais variadas, inusitadas e díspares sobre a origem e o significado desse nome.

3 Ver SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Cuyaverá-Cuiabá, a Lontra Brilhante*. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2010.

Outros autores tão somente repetiram aquilo que viajantes e cronistas mencionaram em épocas seculares, sem se ater ou pesquisar a veracidade histórica do anteriormente citado. Fizemos repetições inexplicáveis de erros anteriores. Acreditamos que os mesmos tiveram apenas uma manifesta indisposição em promover uma pesquisa mais profunda e acurada. Daí o crônico e repetitivo encontrado em alguns trabalhos.

Mas, essas informações foram meras pinceladas e estavam inseridas no seio de trabalhos maiores que, em seu todo, abordavam relatórios, cronologias, viagens, aventuras, geografia, etnografia e a história regional mato-grossense propriamente dita. Nenhum trabalho temático tentando fornecer explicações sobre a palavra Cuiabá havia sido até então produzido.

Existem somente dois artigos específicos sobre o provável significado do termo Cuiabá, publicados nos anos 1980 na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Mas, o que poderiam ter sido escorreitas peças de cunho científico, não passaram de um aglomerado inventivo e repetitivo, nada acrescentando ao vazio histórico e à incerteza etimológica em que deságua o tema. O segundo trabalho, ressaltamos, afrontosamente contra o primeiro, causou grande polêmica à época. Mas ambos, infelizmente, não resistem a uma análise crítica mais apurada e refinada.

Em 1992, encontramos inusitada citação em um documento do século XVIII, o já hoje conhecido termo guarani *Cuyaverá*. Na ocasião, fizemos algumas pesquisas e indagações acerca do assunto e pudemos produzir um pequeno artigo publicado em jornal de Cuiabá⁴. O *Cuyaverá* encontrado, de acordo com pesquisa etimológica elaborada por renomado professor paraguaio, significa *Lontra Brilhante*. Para surpresa minha e desespero de alguns outros, com o passar do tempo o termo *Cuyaverá* começou a se consolidar. Uma década depois de publicado o artigo, a ideia lançada criou raízes. Uma hipótese que se transformou natural-

4 SILVA, Paulo Pitaluga Costa e Silva. O nome Cuiabá - Uma explicação ao menos plausível. *Diário de Cuiabá* - 9 de abril de 1993, p. 4.

mente em tese. O *Cuyaverá* tornou-se, mesmo, fruto de uma primeira e ainda incipiente pesquisa, uma explicação muito mais plausível e razoável para a origem e o significado do nome Cuiabá, do que as demais até então conhecidas e produzidas no decorrer dos séculos anteriores. Por isso caiu no crédito de pessoas interessadas.

Hoje, o nome *Cuyaverá* está bastante difundido e aceito como sendo o verdadeiro significado da palavra Cuiabá. Pelo menos o mais provável.

Essa a hipótese preliminar levantada, a ser ora apresentada, induz ao aprofundamento das pesquisas e à comprovação final de uma tese a respeito da origem e do significado da palavra Cuiabá. A tese do *Cuyaverá*.

No entanto, salientamos, essa descoberta foi fruto do mero acaso, proveniente de um achado documental casual e não de uma pesquisa dirigida. Apesar da importância desse novo dado histórico-etimológico, à época, ficamos nesse exato ponto.

Porém, há pouco tempo nos deparamos com um mapa jesuíta impresso na Alemanha, em 1700, apontando claramente a palavra *Cuyaberás*. Essa descoberta ensejou base escoreta à ideia primeira desse significado para o termo pesquisado, além de permitir uma sustentação mais sólida da hipótese então formulada.

O mapa encontrado, por ser fundamental à continuidade da pesquisa, proporcionou condições, estímulo e, principalmente, embasamento científico para um trabalho de melhor porte. Essa peça cartográfica tornou-se o suporte de que necessitávamos para dar continuidade às pesquisas e, assim, comprovar, em tese, a formulação da hipótese do *Cuyaverá*.

Mais três outros mapas jesuíticos, publicados na Alemanha, em 1726 e 1732, e em Roma, em 1732, vieram confirmar as informações registradas no mapa alemão de 1700, mostrando de maneira evidente e incontestável o topônimo *Cuyaberás*. Essas novas peças cartográficas puderam realmente dar ânimo para redobrar os esforços e tentar comprovar com uma tese, a ideia formulada décadas atrás.

No decorrer das pesquisas, encontramos o mapa do cartógrafo espanhol Olmedilla, de 1775, apontando não mais os *Cuyaverás*, mas sim os índios Cuiabás. O mesmo se deu com esboço de um mapa jesuítico de 1747, publicado por Jaime Cortesão, registrando os índios Cuiabás.

Assim, com base nesses estudos e pesquisas, produzimos conclusões que julgamos ser um tanto diferente das demais até agora estudadas e publicadas, por terem, *a priori*, comprovação documental e cartográfica, proporcionando base científica e subsídio correto.

II - Carta do Padre Agustin Castañares

Até há alguns anos, sempre assistimos, com reservas e a devida cautela a essa polêmica acerca do topônimo Cuiabá. Realmente, tal matéria não tinha sido objeto de nossas pesquisas, indagações e preocupações históricas. Podemos dizer que nunca nos interessamos de fato em saber qual a origem, qual o significado dessa palavra; se existiram ou não índios Cuiabás e ainda se o nome foi primeiramente dado ao rio, aos índios e depois à vila de Cuiabá, ou vice-versa. Isso não estava em nossas cogitações e preocupações históricas.

Mas, por uma mera intuição, sempre supusemos que a palavra Cuiabá teria a sua origem na língua guarani e daí ser originária dos índios Paiaguás que, por séculos, percorreram toda a região formada desde o Chaco Paraguai até as partes mais setentrionais de nosso Pantanal. Achávamos que a palavra apenas soava de forma muito parecida com o guarani que constantemente ouvíamos em nossas fronteiras com o Paraguai e, dessa forma, não tinha nada a ver com a língua Bororo. Mas ficamos só nisso.

Todavia, ao pesquisar as penetrações dos conquistadores espanhóis em terras hoje mato-grossenses, bem como a conquista espiritual dos jesuítas no vale do Paraguai, deparamo-nos com um importante documento que, a nosso entender, poderia senão elucidar de vez, ao menos dar uma explicação plausível para o polêmico significado e apontar pistas seguras para a origem da palavra Cuiabá.

Trata-se de uma carta do padre jesuíta Agustín Castañares a D. Rafael de la Moneda, Governador da Província do Paraguai, escrita em Assunção em 16 de setembro de 1741 e transcrita por Jaime Cortesão em sua obra *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*⁵ e ainda na obra *Bandeirantes no Paraguai – Século XVI*⁶.

O que impressiona na biografia do padre Agustín Castañares é a constância de suas viagens navegando pelo rio Paraguai acima, desde Assunção até o ponto do caminho terrestre para a Missão de Chiquitos, o que o tornou um profundo conhecedor dessa imensa região. Necessariamente o lago dos Xaraiés, assim chamado pelos espanhóis da época, é o atual pantanal mato-grossense.

Podemos citar também que, a rigor, no século XVII, havia uma *mea culpa* dos governantes espanhóis em face da administração colonial da Espanha ter simplesmente desamparado a região dos Itatins, os campos da Vacaria, o baixo Paraguai, os *Xarayés* e deixado as Missões Jesuíticas ali instaladas à sua própria sorte. O interesse pela prata dos Andes era bem maior e isso desviou as atenções dos primeiros conquistadores. Houve na ocasião um claro abandono espanhol, configurado basicamente pela não presença militar ostensiva e permanente em determinados pontos estratégico e uma falta de ocupação dos vazios demográficos que poderiam ter sido preenchidos com aglomerados humanos, representados por pequenos arraiais e vilas. Essa falha no modelo e na política de ocupação espanhola permitiu com que os bandeirantes paulistas penetrassem e ocupassem a região que, com o correr dos tempos, acabou se tornando irreversivelmente território português. A região conquistada pela Espanha no século XVI foi perdida definitivamente no século XVIII para Portugal.

5 CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, v. III, parte II, p. 48.

6 *Bandeirantes no Paraguai – Século XVI*. São Paulo: Arquivo Público Municipal, 1949, p. 441.

A história do Paraguai tem registrado, até mesmo com certa frequência, algumas expedições militares espanholas organizadas com a finalidade de averiguar, espionar, penetrar e até mesmo combater – se fosse o caso – os bandeirantes paulistas que porventura viessem a se encontrar no território reclamado.

Comprova essa preocupação espanhola uma carta do capitão de fragata Juan de la Colina, escrita em Buenos Aires ao Coronel Rafael de la Moneda, Governador e Capitão General da Província do Paraguai, juntando Ordens Reais de Espanha.

Nessa carta, Colina expôs:

[...] estar ocupando los portugueses em território de los domínios de Su Magestad, las minas que llaman de Cuiabá y Guaiazes, [...] que se evite por todos os medios la introducion de portugueses em sus domínios [...] y que se recuperen los que ellos ocuparen [...] y afin de que ejecute las salidas que puedan conducir a contener a los expresados portugueses siempre que los hallare introducidos en los territorios de Su Majestad. (COLINA, Juan de la. 1949, p. 434).

Ao receber esse documento, D. Rafael de la Moneda mandou executar algumas diligências para a constatação do denunciado na carta. As determinações superiores eram claras: evitar novas penetrações de portugueses e retomar os territórios por eles ocupados até então. Essas eram ordens efetivas, uma quase declaração de guerra aos bandeirantes paulistas invasores, visando sua expulsão da região reclamada e a consequente ocupação das minas de Cuiabá em favor do reino espanhol.

Foi um episódio até mesmo ignorado por muitos de nossos historiadores regionais. Notamos que essa ameaça de retomada espanhola da vila de Cuiabá, uma única vez foi mencionada nos livros de história regional mato-grossense. Apenas Virgílio Corrêa Filho, dentre os historiadores de Mato Grosso, sempre atento às minudências da história, teve o ensejo de se manifestar com relação a esse exato episódio.

Diante de ordens tão efetivas e drásticas, além das diligências, La Moneda abriu uma espécie de inquérito, onde foram ouvidas testemunhas e anexadas cartas e outras correspondências que se referiam e davam informações sobre as minas de Cuiabá. Depuseram nesse inquérito várias pessoas – oficiais espanhóis, sacerdotes, portugueses, paulistas, índios – que conheceram ou tiveram ensejo de obter dados pormenorizados sobre as minas cuiabanas e que, de alguma forma, estavam então residindo ou de passagem por Assunção.

No transcorrer desse procedimento, foi juntada aos autos do inquérito uma carta do padre Agustin Castañares, jesuíta *misionero*, na qual relatou fatos oriundos de experiências e perambulações anteriores, dando também preciosas informações da região dos Xaraiés e da vila de Cuiabá.

Vamos à carta de Castañares.

Em se analisando o teor desse documento, constatamos uma série de fatos importantes e dados interessantes sobre Cuiabá e ainda as informações requeridas por La Moneda à Castañares.

Repetimos que Don Rafael de la Moneda solicitou algumas informações do jesuíta Castañares, tais como situação de Cuiabá e sua distância de Assunção, bem como as condições efetivas para se expulsar os portugueses das terras por eles ocupadas e que seriam do domínio de Espanha. Não podemos esquecer que, por essa época, valendo o Tratado de Tordesilhas, o atual território mato-grossense seria então inteiramente pertencente ao reino espanhol.

A síntese da carta de Castañares:

A-O jesuíta afirmou que não esteve pessoalmente em Cuiabá, mas obteve informações de índios fugitivos que aí moraram, trabalharam e perambularam pela região.

B-Mencionou também a localização geográfica de Cuiabá em graus geodésicos e estipulou a sua distância até Assunção em 400 léguas pela rota dos rios.

C-Estimou a população de Cuiabá como sendo de oito mil homens, entre brancos, mulatos e mestiços e outros tantos de escravos negros, no entanto, segundo ele, em número difícil de ser apurado com exatidão.

D-Exageradamente inferiu que pelo menos 40 mil homens ali poderiam tomar em armas e por isso seria muito temeroso tentar desalojá-los de Cuiabá. Mencionou também que os espanhóis jamais teriam condições de juntar tantos soldados para combatê-los. Em consequência do fracasso de um possível ataque militar à Cuiabá, os espanhóis incorreriam na perda das suas missões jesuíticas de Chiquitos e Moxos, por estarem localizadas muito próximas das minas de Mato Grosso.

E-Citou ainda ter elaborado em 1738 um outro informe muito mais extenso ao Governador de Santa Cruz de la Sierra, Don Francisco Antonio Argomoza y Cevallos, onde também pôde relatar a situação das minas de Cuiabá ⁷.

F-Registrou que ele próprio se ofereceu à La Moneda para ir pessoalmente fazer um reconhecimento, não diretamente da vila de Cuiabá, o que achava impossível, mas da região, em seus arraiais menores adjacentes, conquanto fosse designada uma escolta de dois ou três soldados. Mas tal expedição não ocorreu.

G-Referiu, finalmente, que alguns comerciantes de Cuiabá chegaram até a Missão de San Rafael com propostas comerciais e presentes aos jesuítas, mas os padres não aceitaram essas ofertas e ainda castigaram os índios que acompanharam os portugueses até o local. (CASTAÑARES, Agustín apud GANDIA, 1929, p. 1741).

⁷ Isso demonstra a clara preocupação institucional de autoridades espanholas em obter um conhecimento mais profundo e detalhado acerca da ocupação paulista em Mato Grosso e, também, em tentar reaver o território perdido pela intrusão bandeirante em terras castelhanas.

Como se pode observar, a carta é um documento abundante em informações inéditas e minuciosas sobre a vila de Cuiabá, demonstrando preocupações de ordem militar e com a integridade do reino espanhol. Tal seja, uma importante peça histórica mostrando a ótica dos espanhóis com relação à ocupação paulista, haja vista a época em que foi produzida.

A Carta de Castañares é muito importante para um melhor entendimento da visão espanhola sobre a região mato-grossense, no período imediatamente anterior da instituição da Capitania de Mato Grosso. A posição política da Espanha nesse crítico período, nunca foi devidamente pesquisada nem registrada pelos historiadores de Mato Grosso que se ativeram aos primórdios cuiabanos.

Um documento que, só agora, infelizmente, está sendo objeto de estudo um pouco mais acurado.

III - O Cuyaverá

Pelo texto de sua carta, o padre Agustín Castañares legou interessantes informações acerca da vila cuiabana e, em especial, a ideia espanhola de combater os bandeirantes paulistas para arrebatar a vila de Cuiabá de mãos portuguesas. Ressaltamos que, à época em que o jesuíta escreveu a sua carta, 1741, Cuiabá tinha apenas 22 anos de existência oficial. Realmente aí se vivia intensamente o período de sua ocupação pioneira e a posse portuguesa não estava assim tão consolidada como parecia. A rigor, os limites de fronteira ficaram definidos somente em 1750, com a assinatura do Tratado de Madri, entre as duas Coroas. Mesmo assim, ainda não muito bem acertados.

Mas, por esse tempo estava muito presente na memória castelhana os topônimos usados desde os tempos da penetração espanhola, bem como os da conquista espiritual pelos jesuítas. Do lado espanhol, ainda se empregavam e era uso comum, os termos indígenas, especialmente em língua guarani, para os rios, lagoas, baías, serras e tribos de índios. Essas denominações já vinham sendo utilizadas

pelos indígenas desde tempos imemoriais. Continuaram os conquistadores acatando a maioria dos nomes gentílicos locais e regionais, com que os habitantes primitivos haviam nominado os acidentes geográficos que encontravam. Pouco ou nada os espanhóis mudavam, respeitando o costume e a tradição indígena em relação a essas nomeações.

Por essa razão, o padre Agustin Castañares, em dado momento de sua informação, textualmente mencionou:

Está fundada dicha ciudad, segun tengo entendido, al principio del lago de los Jarayés, yendo de aqui de esta banda del rio en tierra confinante con la de la Assunción, sobre el Arroyo Cuyaverá, que segun el mapa entra del este en el rio Paraguay, y del arroyo tomaria la ciudad la denominación de Cuyabá.

Assim o padre Castañares registrou essa palavra, *Cuyaverá*, para designar o nome do rio Cuiabá, enriquecendo sobremaneira a pesquisa em torno da polêmica origem e do significado desse termo, ao utilizar um topônimo até agora desconhecido por historiadores, pesquisadores e etimologistas para nominar o rio. Realmente, essa foi a grande novidade registrada pelo jesuíta.

Em se analisando mais detidamente esse exato trecho da carta, destacamos quatro pontos distintos nessa sua colocação:

1. A dita *cidade* de Cuiabá estava situada nas proximidades do lago dos Xaraiés, hoje denominado pantanal mato-grossense;
2. A mesma estava localizada às margens do rio *Cuyaverá*;
3. Conduzia consigo um mapa, mostrando que o rio *Cuyaverá* entrava no rio Paraguai pelo lado leste;
4. Finalmente, afirmou que, derivando do nome do rio *Cuyaverá*, a *cidade* havia tomado a denominação de Cuiabá.

A sua afirmação de que *segun tengo entendido*, demonstra claramente que ele não conhecia a *ciudad* de Cuiabá. Alguém relatou a ele dados sobre a mesma e, de acordo com

o que ele entendeu, pôde escrever as informações constantes na carta. Ficou clara a sua posição nesse sentido.

Essas afirmações todas do padre Castañares são categóricas e não dão margem a interpretações dúbias. Certamente em suas viagens de Assunção até Chiquitos, conforme já antes mencionado, ele ou outros padres da Companhia que transitavam pelo mar dos Xaraiés obtiveram as informações sobre o Cuyaverá.

Uma interessante evidência a respeito desse trânsito fluvial perpetrado pelos jesuítas seria um outro manuscrito de Castañares, cujo título, por si só, ressalta a respeito das viagens que comprovadamente realizou: *Relación del viaje que hizo en 1741 el P. Agustin Catañares para descubrir comunicación con las Misiones de Chiquitos y del Paraguay*. (CASTAÑARES apud GANDIA, 1929, p. 179).

Por essa relação, verificamos que o padre Castañares efetuou viagem para tentar uma ligação fluvial entre as missões de Chiquitos e as do Paraguai. Nessas viagens por ele perpetradas entre 1721 e 1741, verdadeiras expedições exploradoras, dado o seu conhecimento da região. Subindo o rio Paraguai acima, Castañares poderia perfeitamente ter tido notícia ou até mesmo adentrado por esse rio Cuyaverá.

Tal seja, alguém mencionou, ou a tradição jesuítica indicou, ou ainda o próprio mapa apontou que o rio Cuiabá, tanto àquela época como desde tempos imemoriais, era conhecido como rio *Cuyaverá*. E mais, que o nome da vila adveio, por corruptela etimológica, diretamente da denominação do rio. Tal seja, o arraial, as minas e a vila do Cuiabá bandeirante, tomaram esse nome a partir do *Cuyaverá* guarani.

Seja pelo mapa que possuía, por informação de outras pessoas, ou ainda por tradição advinda do tempo da conquista espanhola no rio da Prata, segundo o jesuíta, o rio Cuiabá foi um dia denominado de *Cuyaverá*.

Podemos afirmar que, face à proximidade no tempo com os primeiros povoadores da região ou pela tradição toponímica espanhola/guarani e ainda mencionando um mapa

em seu poder, a informação contida em sua carta de 1741 tem tudo para ser precisa, correta e fidedigna.

Realmente os espanhóis conheciam a região do mar dos Xaraiés desde 1540, tal seja, dois séculos antes das incursões de Castañares. Ressaltamos que Domingo Martinez Irala fundou *Puerto de Los Reyes*, às margens do rio Paraguai, não muito longe da foz do Cuiabá, a 6 de janeiro de 1542; em 1547, Irala fundou *Puerto San Fernando*, no rio Paraguai, nas imediações de onde se encontra hoje a cidade de Corumbá; em 1559, Don Nuflo Chavez estabeleceu o *Puerto Parabanzanes* às margens do rio Paraguai, em sua confluência com o rio Jauru, perto da hoje cidade mato-grossense de Cáceres; em 1579, Ruy Diaz Melgarejo, iniciou o povoado de *Santiago de Xerez*, às margens do rio Mbotetey, sendo essa a primeira povoação branca, e não um simples *puerto*, estabelecida na região sul mato-grossense; nos princípios do século XVII, a região dos campos da Vacaria e adjacências foi ocupada e vasculhada pelos jesuítas espanhóis em sua conquista espiritual e aí fundaram o complexo da Missão Jesuítica dos Itatins, pulverizando toda a região com uma série de pequenas reduções indígenas.

Comprovadamente, expedicionaram Xaraiés adentro o capitão Ruy Dias Melgarejo, Don Hernando de la Ribera, o capitão Francisco de Ribera, o capitão Juan de Vergara, Agustin de Salazar, Don Nuflo Chavez, além dos *Adelantados* Domingo Martinez Irala e Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, dentre vários outros conquistadores registrados pela história colonial paraguaia. A bibliografia acerca do rio da Prata é abundante nesses apontamentos históricos acerca da conquista e ocupação espanhola pelo rio Paraguai acima, em especial, nos pantanais dos Xaraiés.

Por outro lado, no decorrer dos séculos XVII e XVIII, os padres jesuítas perpetraram inúmeras viagens pelo pantanal, tentando atingir Chiquitos. A propósito, o historiador Enrique de Gandia arrolou, em um capítulo de sua obra, algumas dezenas de nomes de *misioneros* jesuítas que efetuaram a viagem desde Assunção até algumas das várias

reduções dessa Missão jesuítica. É incontestável a informação desse grande pesquisador e historiador argentino⁸.

Assim, podemos afirmar que nos séculos XVI e XVII, os espanhóis já tinham um profundo conhecimento fático de todo o vale superior do rio Paraguai e a região dos Xaraiés. Palmilhavam desesperadamente essa imensa região buscando riquezas e formas de implantar e consolidar o reino espanhol pelo centro do continente sul-americano, sobretudo para encontrar melhores caminhos de acesso à prata já encontrada anteriormente no Peru. Salientamos que por pouco os espanhóis não descobriram, ainda no século XVI, as lavras auríferas de Cuiabá e Mato Grosso, dois séculos antes dos bandeirantes paulistas. Don Nuño Chavez, em sua expedição de 1559 pelo rio Paraguai acima, teve ordens explícitas para, ao chegar em Puerto Parabanzones, na foz do Jauru, explorar as terras à leste, ao nascente. Em vez disso, tomou rumo oeste, ao poente, em direção aos Andes e terminou por fundar Santa Cruz de la Sierra. Tivesse ele obedecido a essas ordens, caminhando a pé rumo leste, iria bater diretamente na região de Cuiabá, com os seus córregos auríferos da Prainha e Coxipó.

Por outro lado, os jesuítas também mantiveram uma estreita ligação entre Assunção e as missões dos Itatins, Moxos e Chiquitos e estas entre si. Viajavam constantemente entre Assunção e essas missões, subindo em balsas o rio Paraguai. Registro incontestado dessas viagens missionárias pelo vale do Paraguai foi dado pelo padre jesuíta Pedro de Lascamburu, em carta de 27 de junho de 1692, quando afirmou:

Dificultades que al presente se ofrecen acerca del viagem de los padres en balsas, por el rio Paraguay arriba a los Itatines y de alli al parage del pueblo nuevo de los Chiquitos. (LASCAMBURU, Pedro de apud CORTESÃO, 1952, p. 303-310)

8 GANDIA, Enrique de. Op. Cit., Cap. IX – *Evangelización del Chaco*, p.143/63.

Ainda temos uma importante informação das viagens dos jesuítas espanhóis pelo vale do rio Paraguai, anotada por um anônimo monçoeiro que bem conhecia a rota fluvial para Cuiabá, ainda nas primeiras décadas do século XVIII, relatando episódio ocorrido pouco antes da fundação de Cuiabá:

Os religiosos da Companhia da Província do Paraguai vão de Buenos Aires pelo rio acima em suas embarcações e entram pelo rio Paraguai acima, e pelos braços destes visitam muitas missões. Isto viram com seus próprios olhos Pascoal Moreira Cabral e seus companheiros primeiros descobridores do ouro do Coxiponé, porque estando na barra do Mbotetey, passaram os padres com bergantim e lhe ofereceram mantimentos [...]. (ANÔNIMO, Demonstração, 1922, p. 15).

O historiador general Raul Silveira de Mello, em sua enciclopédica obra *História do Forte de Coimbra*⁹, registrou em dois subcapítulos denominados *Expedições pelo rio Paraguay* e *Novas Expedições pelo rio Paraguay*, que padres jesuítas subiram esse rio em seu trabalho de evangelização. Apontou seus nomes, identificou os anos e relatou essas expedições: ano de 1702, Padres Hervas e Yegros; 1703, padre Hervas; 1704, padre Neumann; 1705, padre Fernandez e irmão Adami; 1705 a 1710, padre Cavallero; 1710, padres Machoni e Yegros; 1711, padre Cavallero; 1715, padres Arce e Blenda. Citou ainda os jesuítas mártires que foram sacrificados pelos índios em seu trabalho evangelizador no Chaco e Paraguai acima (MELLO, 1958, v. I, p. 207/213). Essas expedições foram perpetradas cerca de uma década antes da fundação de Cuiabá em 1719.

Temos também a mais evidente das observações de que os jesuítas já conheciam o rio Cuiabá desde os idos do século XVII, remetendo ao brigadeiro José Vieira Couto de Magalhães, quando este autor registrou que os padres jesuítas subiam o

9 MELLO, Raul Silveira de. *História do Forte de Coimbra*. Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1958, 5 v.

rio São Lourenço para atingir as missões do Pará. E está claro que, ao subir o São Lourenço, de acordo com o seu curso então observado, os *missioneros* passavam bem em frente da foz do rio Cuiabá, situação essa que os fazia conhecedores fáticos desse rio. Assim mencionou Couto de Magalhães:

[...] o roteiro dos jesuítas do Paraguay, para comunicarem-se com os do Pará, era o seguinte ¹⁰: *Subiam o Paraguay acima até a foz do S. Lourenço; por este rio acima até a foz do Itiquira, por este à serra; sahiam por terra e com marcha de 15 léguas [...].* (MAGALHÃES, 1874, p. 11-12).

Citamos ainda a anotação da professora Maria de Fátima Costa, quando ressaltou acerca das expedições dos jesuítas rio Paraguai acima:

Desde o início dos anos seiscentos estes religiosos tentavam encontrar uma via de comunicação entre as suas missões Guaranis do Paraguai e as de Chiquitos, no Alto Peru. Com este fim organizaram expedições e realizaram viagens remontando o Paraguai, com mais perdas que resultados positivos. Aliás, o rio Paraguai sempre foi considerado pelos jesuítas como uma excelente via para a difusão da fé católica. (COSTA, 1999, p. 210).

A propósito, podemos nos remeter ao padre Diogo Ferrer, missionário jesuíta na Missão dos Itatins que, em 1633, também registrou sobre a possibilidade de evangelização pelo rio Paraguai acima:

[...] y com la venida de los portuguezes avemos ganado de aver arrimado los indios [Paiaguás] al Paraguay; lo qual en diez años no ubieramos podido alcanzar dellos, y en ganando el rio Paraguay ganamos la comunicaci3n por Rio, y ganamos tambien muchas puertas para el Evangelio, assi de esta como

10 Essa rota era feita pelos padres jesuítas quando viajavam do Paraguai, passando pela Missão Jesuítica dos Itatins rumo ao Pará. Como essa missão foi destruída em meados do século XVII, infere-se que essas viagens eram realizadas até essa época tão somente.

de la outra banda del Rio [...]. (FERRER, 1633, *apud* CORTESÃO, 1952, p. 44).

Obviamente, há uma dualidade de significados para essas *muchas puertas para el Evangelio*, que seria tanto os inúmeros afluentes do Paraguai com possibilidade de navegação fluvial, como os povos indígenas encontrados nesses rios, passíveis de serem evangelizados.

Outra interessante anotação fez o padre Pierre de Charlevoix, quando deu notícia de uma expedição levada a efeito pelos jesuítas Arcé e Fernandez que, saindo de Assunção a 24 de julho de 1715, com uma barca e duas chalupas, com destino à Missão de Chiquitos, subiram o rio Paraguai acima, *tant pour le service du Roi que pour faciliter le progrès de l'Evangile*¹¹.

Mais relatou Charlevoix:

*Il fallut ensuite près de six mois pour gagner le lac Manioré, que si décharge dans le Paraguay du côté de l'Occident par les dix-huit degrés de latitude. [...] avoit planté une croix et laissé d'autres signaux pour marquer la route qu'il avoit faite depuis Saint Joseph des Chiquites jusques-là*¹². (CHARLEVOIX, 1757, tomo IV, p. 295).

Subindo essa expedição de 1715 pelo rio Paraguai até a baía de Mandioré, certamente passaram os jesuítas pela confluência do rio São Lourenço, muito perto da foz do rio Cuyaverá. Essa rota era usada com bastante frequência, tanto que, quando foi encontrado um caminho mais curto até Chiquitos, atravessando a baía de Mandioré, esses sacerdotes deixaram uma cruz e outros marcos para assinalar o novo trajeto para os padres, autoridades e militares espanhóis que pudessem vir depois.

11 CHARLEVOIX, Pierre François-Xavier de. *Histoire du Paraguay*. Paris, Didot-Giffart-Nyon, 1757, tomo IV, p. 295. (Tradução: Tanto para o serviço do Rei como para facilitar o progresso do Evangelho).

12 Tradução: Ele levou em seguida perto de seis meses para atingir a lagoa Manioré, que deságua no Paraguai do lado ocidental aos 18 graus de latitude [...] plantou uma cruz e deixou outros sinais para marcar a rota que depois ele fez até São José de Chiquitos.

O general Anglés y Gortari, em *Informe* produzido em 10 de maio de 1731 em Potosi, ao mencionar viagens dos jesuítas pelo rio Paraguai acima, afirmou que,

Como los dichos padres navegan los rios grande Paraná, Paraguay y Uruguay, sin mas licencia ni permiso que el suyo proprio, emprendieron (habrá unos doce años mas ó menos) subir el rio Paraguay arriba con dos embarcaciones bien apetrechadas de gente y municiones, para descubrir camino para las otras sus Misiones de los Chiquitos [...]. (ANGLES y GORTARI, 1896, p. 69).

Guillermo Furlong, grande historiador e cartógrafo da região do rio da Prata, assim se manifestou, com sua abalizada opinião de pesquisador e estudioso acerca das andanças de padres da Companhia nos vales dos rios Paraguai e Paraná:

[...] y cien otros [missionários] que recorrieron y exploraron las inmensas regiones comprendidas entre el Paraguay y Paraná, y entre este rio y la capitania portuguesa. Fueran tantas las exploraciones realizadas por los Jesuitas durante el primer siglo de su labor entre nosotros y fueron tantos los caminos abiertos por ellos en diversas regiones del país que el Rey ordenaba en 1630 que “los padres jesuitas procuren cerrar los caminos que han abierto de unas provincias a otras en tanto no se fortifiquen las fronteras” [...]. (FURLONG, 1930, p. 8-9).

Como fueran tantas las exploraciones realizadas por los jesuítas e tantos os caminhos fluviais por eles abertos, que nos permitimos inferir que os mesmos conheceram e penetraram também o rio Cuiabá.

Em todas essas viagens, está claro que os jesuítas *misioneros* conheceram várias tribos de índios, pois subiam os rios, entravam nas baías, cortavam os campos e penetravam os pantanais. Muito ciosos de seus deveres e obrigações, concentravam as mais variadas informações e as

transformavam, posteriormente, em preciosos relatórios¹³ e detalhados mapas da região. Do que não era visto nem constatado diretamente, obtinham notícias através de terceiros, fossem índios, paulistas, aventureiros ou os próprios soldados dos exércitos espanhóis, todos eles fazendo essas penetrações com muita frequência ao adentrar ou cruzar, perscrutando o lago dos Xaraiés.

Ainda no século XVI e XVII, os jesuítas e os conquistadores espanhóis já sabiam da existência de um rio que desaguava no Paraguai pelo lado leste, em pleno pantanal. Esse era o rio *Cuyaverá*. Certamente pelas décadas que penetraram os pantanais, viajando dos Itatins para Chiquitos ou mesmo para Belém do Grão-Pará, algum missionário mais curioso possa ter subido por esse *Cuyaverá* águas acima e disso, posteriormente, deve também ter prestado as informações necessárias aos seus superiores ou às autoridades de Assunção. Não apenas uma simples entrada no rio Cuiabá, uma simples averiguação por esse rio acima para satisfazer uma mera curiosidade pessoal, mas até mesmo por receber ordens superiores específicas, no sentido de “abrir portas para o Evangelho”. Tal seja, entrar nos afluentes do trajeto fluvial principal para conhecer as tribos indígenas e, posteriormente, tentar conseguir a sua redução em missões jesuíticas. Devemos sempre lembrar que esse trabalho evangelizador dos índios sul-americanos era o objetivo principal da Companhia de Jesus em terras espanholas da América, nos dois primeiros séculos de sua conquista.

Daí a informação que o padre Castañares já possuía acerca daquele *arroyo Cuyaverá* e o mapa que teria consultado, trazendo a informação de que o referido rio entrava pelo lado leste no rio Paraguai. Por essas notícias o jesuíta deveria também saber que, a partir do rio *Cuyaverá*, a vila,

13 Por décadas, os jesuítas do Paraguai redigiram *Cartas Ânuaas*, tais sejam, relatórios anuais de suas atividades nessa Província Jesuítica e as enviavam para seus superiores na Espanha. Muitas foram editadas já no século XX.

que ele enfaticamente chamou de *ciudad*¹⁴, teria tomado o nome de Cuiabá.

O padre Castañares, certamente, de há muito já deveria ter consigo essas informações – plenas ou parciais -, vez que havia mandado um outro relatório em 1738 a Don Francisco Antonio Argomossa y Cevallos, como ele próprio legou. Assim, as informações prestadas pelos índios cativos de Assunção, durante os depoimentos prestados no inquérito de D. Rafael de la Moneda, pouco deve ter acrescentado aos seus conhecimentos anteriores sobre a região pantaneira e seus ocupantes paulistas.

Seria, assim, enorme o conhecimento do jesuíta, seja por observação própria, de terceiros ou por herança missionária secular, acerca dos rios da região dos Xaraiés. O pantanal era o “fundo do quintal” das missões do Paraguai, ponto de passagem fluvial para outras missões e foi, certamente, palmilhado pelos padres em suas andanças e peregrinações através da imensa região sul americana em sua atuação evangelizadora.

Mas com relação ao *Cuyaverá*, temos o que ora se apresenta. Obtivemos uma importante informação que não lenda, não hipótese etimológica, não fruto de imaginação fértil de viajante, cronista, historiador ou filólogo.

Temos de fato o concretamente expresso numa carta oficial de caráter informativo e juntada num inquérito militar de importância até mesmo estratégica. O interessante, carta essa mencionando um mapa espanhol/jesuítico da região dos Xaraiés.

Realmente um documento histórico de grande importância e um registro precioso da toponímia geográfica de interesse matogrossense, constituindo-se em uma peça de alto valor para pesquisadores de Mato Grosso.

14 Certamente propositadamente Castañares chamou Cuiabá de cidade, pois seria muito mais difícil a decisão dos espanhóis em atacar uma *ciudad* do que uma vila. E a sua clara intenção, manifestada em vários pontos de sua carta, era evitar uma guerra entre ambos os países ibéricos.

A carta do jesuíta Castañares, sem qualquer dúvida, foi um importante documento colonial, que muito veio enriquecer a história e a etnografia matogrossense do século XVIII, não só pelos dados ali registrados, mas também, por mostrar a preocupação espanhola para com o território e ainda, a vontade explícita de algumas autoridades de Assunção, em expulsar os bandeirantes paulistas das minas cuiabanas.

IV- A ETIMOLOGIA DO CUYAVERÁ

A surpresa histórica, sem qualquer dúvida, foi grande. Inesperadamente conseguimos acrescentar um novo dado no cenário, desta vez bastante concreto e que, se analisado metodológica e cientificamente, traria outras e novas luzes para a real compreensão da origem e do significado do nome Cuiabá. Um achado precioso que poderia mudar totalmente o rumo das pesquisas e das conclusões chegadas até agora por historiadores, etimologistas e estudiosos da matéria.

No entanto, haveríamos de estudar o termo *Cuyaverá*, enquanto possível origem imediatamente anterior da palavra Cuiabá. A hora e a vez da etimologia.

Temos assim que do rio *Cuyaverá*, segundo Castañares, a cidade de Cuiabá lhe havia tomado o nome. Inferimos com precisão e certeza que a palavra Cuiabá é uma corruptela fonética do antigo *Cuyaverá*, sendo claramente uma evolução etimológica desse termo mencionado pelo jesuíta. Através de uma contração fonética, tivemos a evolução para a atual palavra Cuiabá.

Tendo a comprovação histórica e documental do uso desse topônimo por algum grupo indígena que habitava as partes setentrionais do pantanal, denominando com ele o rio Cuiabá, caberia agora a análise etimológica do seu significado.

Não se trata de efetuar mais uma pesquisa etimológica da palavra Cuiabá. Mas sim, de uma outra palavra – *Cuyaverá* – da qual o termo Cuiabá foi oriundo, foi evolução fonética.

Restava, no caso, saber o que significava essa palavra em guarani, *Cuyaverá*, (obviamente guarani pela sua sono-

rização fonética) e que mapa seria esse que expressamente mencionava o nome do tal arroio.

Verá é uma palavra guarani, encontrada facilmente em qualquer dicionário dessa língua e significa *brilhante, resplandecente*. Mas com relação ao *cuya*, isso somente os especialistas em etimologia guarani saberiam responder.

A solução para esse questionamento estaria em Assunção, Paraguai.

Após alguma pesquisa, obtivemos o endereço e remetemos longa carta, acompanhada de alguns trabalhos anteriores a respeito, ao senhor Basílides Brites Fariña, professor de guarani em Assunção. O professor Basílides, tão logo recebeu a documentação enviada, deu início às suas pesquisas.

Estudou a carta de Castañares e leu cópias dos artigos específicos sobre o significado do nome Cuiabá (JUCÁ, 1988 e POMBO, 1989) para se inteirar preliminarmente dos objetivos concernentes ao tema.

Consultados outros professores, antigos documentos, dicionários e ainda baseado em pesquisas anteriores por ele já efetuadas, tanto que já havia escrito um livro denominado *Etimologia Guarani*, o ilustrado professor respondeu através carta ao autor em 1992:

Y yendo su inquietud o curiosidad sobre la etimologia de Cuiabá o Cuyabá, no existe un tratado sobre ello. Pero si puede elucubrar-se como intérprete de las costumbres del estudiosos del Guarani. ROSICRAN, Narciso R.Colman, em su obra "Nande Ypycua" (Nuestros Ancestros o Antepassados) la hace derivar de Cu-Yavá. Manterei, es decir, nos mudamos a cada ratoetimologia que me parece fantasiosa. Pero la etimologia que aporta lo misionero Agustín Castañares, cuya contracción seria Cuyabá, a mi entender se origina de: KYYA = nutra o lontra en portugues, y VERÁ = resplandeciente. Seria entonces una especie de roedor de los pantanos de piel grasosa y brillante. En tupi no es rara la deformación de las palabras, como la particula TY o TYVA, que

indica abundancia o conjunto. En tupi varia en TUVA, TIVA, NDIVA, NDUVA. Asi ARASATUVA = ARASATY = guaayabal; CURITIBA de CURI y TY = pinar lo piñeiro, o sea, conjunto de araucaria. Asi ITA MARATI es en guarani ITA MOROTI. TIYUCA es TUYU = barro, limo. Evidentemente CUIA es KYYA y VA de VERA = resplandeciente por la piel mojada del pantano. Es mi opinión, salvo mejor parecer documentada. [...]
 15. (grifo nosso)

É muito forte e efetiva a afirmação do referido professor. O *Cuyaverá* mencionado pelo padre Castañares é uma corruptela da palavra guarani *Kyyaverá*, que significa lontra resplandescente.

O rio Cuiabá era o rio da Lontra Resplandescente. Ou em uma tradução que melhor se adapta ao português corrente, **Lontra Brilhante**.

Já com base em estudos preliminares, antes mesmo da resposta oficial, por telefone o professor Basilides tentava explicar detalhes de sua pesquisa etimológica, em especial suas consultas, reuniões e trocas de opinião com outros professores. Vários se interessaram em auxiliar nas pesquisas, em especial, pelo fato de um *investigador* (como eles denominam os pesquisadores) de Mato Grosso estar interessado na etimologia de uma palavra guarani, língua tão cara para eles. O sentimento e a consciência nacional do Paraguai estão inteiramente baseados nas tradições e costumes guaranis. O guarani é a alma do Paraguai. Como disse o historiador paraguaio M. Dominguez no título de seu livro, é *La alma de la raza*.

Emocionou-se o professor Brasilides quando lhe afirmamos que ainda se vêem ariranhas e lontras tranquilamente percorrendo partes até mesmo bastante habitadas do Cuiabá. Ainda hoje, no trecho pantaneiro desse rio, a visão de bandos de ariranhas é fato corriqueiro. Quanto mais nos séculos da conquista espanhola.

15 Carta do professor Brasilides Brites Fariña a Paulo Pitaluga Costa e Silva. Asunción, 22 de abril de 1992. Original com o autor.

Assim, dizia ele por telefone, tinha fundamento a evolução fonética e, etimologicamente, estaria certa a conclusão de ser a palavra *Cuyaverá* advinda de *Kyyaverá*, a Lontra Brilhante. Disse ainda ter ficado um tanto preocupado com essa sua conclusão científica, pois, faticamente desconhecia ser o rio Cuiabá habitado por lontras e ariranhas, as *nutras* que se referiu em sua carta.

A conclusão do estudo etimológico do significado do *Cuyaverá*, sem qualquer dúvida, foi reforçada pelo fato da existência desses animais no rio Cuiabá.

Quem teve oportunidade de ver os bandos de ariranhas em seu alegre nadar, efetivamente constata a veracidade do estudo do professor Brasilides. No ato de mergulhar e sair novamente na superfície do rio, em seu pêlo sedoso e aveludado molhado pelas águas, os raios de sol fazem refletir um intenso brilho, resplandecente e fulgurante. Esse brilho único chama realmente a atenção dos que observam as alegres evoluções desses animais, sempre em grupos familiares, em sua permanência aquática. Até hoje, com toda a poluição, desmatamento ciliar e outros tipos de predação ambiental que vêm ocorrendo por todo o curso do rio, ainda encontramos esses belos animais de pelos brilhantes, nadando e mergulhando nas águas do rio Cuiabá.

Assim, índios de fala guarani, em suas atentas perambulações por todo o pantanal, observando a ocorrência da quantidade de lontras e ariranhas que no rio Cuiabá tinham o seu habitat natural, chamaram-no *Kyyaverá* ou rio da Lontra Brilhante. Por corruptela da palavra, por aglutinação fonética perpetrada através de séculos, tornou-se o *Cuyaverá*, mencionado pelo padre Agustin Castañares em sua carta de 1741. Uma outra aglutinação posterior ocorreu, transformando o *Cuyaverá* em *Cuyavá* e, por conseguinte, *Cuyabá*. Os bandeirantes pioneiros, ainda no século XVII, em suas primeiras incursões pela região da Vacaria e dos Itatins, provavelmente já encontraram pronta e acabada essa última evolução fonética, com que, no início do século XVIII os paulistas batizaram o nome do arraial, pois [...]

del arroyo tomara la ciudad la denominación Cuyabá [...], segundo informou o padre Castañares.

Daí o cabimento do estudo etimológico, não mais da palavra Cuiabá, com os seus inúmeros significados já antes encontrados, mas sim, de uma forma gráfica e fonética anterior, *Cuyaverá*, mencionada pelo jesuíta. A partir desta palavra guarani, conseguimos, através o professor Brites Fariña, chegar à forma primitiva de *Kyyaverá* e dar o seu significado, Lontra Brilhante.

Com relação às lontras (*Lutra longicaudis*), podemos dizer que são animais extremamente parecidos com as ariranhas (*Pteronura brasiliensis*), chegando os zoólogos a afirmar que são espécies aparentadas, já que ambas pertencem à família dos *Mustelidae*. As lontras (até 1,20m) são, entretanto, menores do que as ariranhas (até 2,00m), por isso, são geralmente confundidas com ariranhas jovens. Somente quem bem conhece as duas espécies pode diferenciá-las à distância, em especial, dentro d'água no seu rápido mergulhar. A ocorrência das lontras se dá nos rios e lagos da América do Sul. No rio Cuiabá as lontras são encontradas até com bastante frequência, mas as ariranhas aí ocorrem com mais abundância.

Assim, temos pela primeira vez um estudo etimológico realizado a partir de uma palavra encontrada em um documento histórico. E o mesmo, mencionando expressamente a palavra *Cuyaverá* como um topônimo designativo do rio, deu base sólida e responsável para a análise etimológica desta palavra. A conclusão dessa pesquisa foi respaldada e confirmada pela existência de lontras e ariranhas – as *Nutras* - no rio Cuiabá. Se *Cuyavera* era o nome primitivo do rio mencionado, conforme registro, então extremamente válido o estudo etimológico desse termo indígena, por ser nome próprio imediatamente anterior à palavra Cuiabá.

Queremos crer que não se tornou este um estudo aleatório, partindo de premissas fictícias ou adrede construídas. Em absoluto. O *Cuyaverá* existiu como topônimo, pois alguém falava esse nome, alguma tribo o adotava, indicando

ali ser o rio nomeado. A partir dessa hipótese comprovada documentalmente, está a pertinência do estudo etimológico para se saber o exato significado da palavra Cuiabá através da pesquisa em torno do termo *Cuyaverá*. Um avanço nas pesquisas etimológicas, sem dúvida.

Com essa hipótese comprovada, temos que o rio Cuiabá um dia foi realmente denominado *Cuyaverá* pela população indígena que habitava certos trechos de suas margens.

Será que esse rio, no passado indígena, chegou a ser chamado de rio *Cuña abá*, *cayoabá*, *coa abá*, *quá y abá*, *ikuiapá*? Ou então rio da Mulher Corajosa, da Nação das cuias, da Nação do mato, dos Índios das Águas ou do Lugar onde se pesca com flecha-arpão, em suas versões portuguesas advindas do tupi, guarani ou bororo? Isso nunca a história documental fincou registros, nem a cartografia colonial jesuítica, espanhola ou portuguesa efetivamente comprovou.

Essa exata nomeação do rio *Cuyaverá* foi pelo padre Castañares registrado em carta oficial ainda no século XVIII. As outras incontáveis e pretensas denominações nunca foram provadas documentalmente por nenhum historiador, cronista, bandeirante, espanhol, aventureiro, sacerdote, monçoeiro ou índio. Nem a história nem a geografia de Mato Grosso jamais deram pistas concretas através de registros efetivos do uso dessa quantidade espantosa e desconcertante de significados. Nunca também tivemos o ensejo de encontrar a sua visualização em qualquer mapa colonial. Portanto, as inúmeras conclusões distintas a que chegaram historiadores e etimologistas até agora, não têm qualquer respaldo nem comprovação histórica ou cartográfica.

Realmente temos que dar crédito a esta assertiva, colocada de forma clara na missiva do padre Castañares. Não é lenda, invenção, ficção, nem imaginação de cronista, historiador ou etimologista. Na realidade existe uma carta inserida nos registros históricos oficiais. É documento do século XVIII encontrado, publicado duas vezes, analisado e pesquisado, sem haver maneira de reputá-lo falso ou incorreto.

Por outro lado, a explicação etimológica e a evolução semântica do termo *Cuyaverá* são perfeitamente cabíveis, já que fornecidas por um professor paraguaio especialista em língua guarani, de notória competência em seu país natal.

Salientamos também que historiadores de nomeada e importância nacional, como Afonso de Taunay e Jaime Cortesão, tiveram acesso a essa carta, vez que anteriormente foi publicada por duas vezes, mas nenhum deles atentou para o detalhe do *Cuyaverá* ali expresso, nem da importância histórica desse registro. Cortesão chegou a se inquietar com essa denominação, pois colocou um *sic*¹⁶ após a palavra. Dessa forma, deve tê-la considerado um erro de ortografia, de transcrição ou mesmo de impressão, não lhe dando a importância devida. A bem da verdade, jamais poderia ter sido um erro de grafia ou de transcrição, como quis crer Cortesão, pois que, em ambas as edições do texto dessa carta, com os respectivos manuscritos advindos de fontes distintas, mencionaram a palavra *Cuyaverá*.

Por outro lado, temos interessantes registros do historiador Virgílio Corrêa Filho em sua obra *História de Mato Grosso*. Em sub-título denominado *Indagações Expressivas*¹⁷, deixou claro que leu e pesquisou o inquérito de D. Rafael de la Moneda. Inclusive citou nominalmente o padre Agustín Castañares, demonstrando ter tido também acesso à sua carta. Pôde ele até mesmo mencionar a localização geodésica que o jesuíta forneceu para a vila de Cuiabá, o relatório anterior remetido para Don Francisco Antonio Argomossa y Ceballos e outros pontos mais do referido documento. Em nota de rodapé inserida pelo historiador, registrou expressamente que consultou a carta de Castañares a partir da transcrição contida em Jaime Cortesão. Estranhamente não notou o *Cuyaverá*, não se apercebendo da importância de tal registro. E concluímos que, tendo assuntos mais

16 CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950/2, v. III, parte II, p. 48

17 CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969, p. 271/4

importantes a analisar no conteúdo da carta, o *Cuyaverá* passou-lhe de todo despercebido no contexto geral desse documento, quando de sua análise histórica. Talvez o *sic* de Jaime Cortesão, colocado após o nome *Cuyaverá*, haja desviado a atenção de Virgílio Corrêa Filho.

Vários outros historiadores e pesquisadores tiveram acesso ao texto da carta e não notaram a sutil inserção do termo *Cuyaverá*. Em especial porque a coleção de Jaime Cortesão, *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid*, por ocasião de sua edição, foi obra muito difundida por esse Brasil afora.

Temos ainda que o conteúdo da carta de 1741 é uma informação muito mais segura e robusta do que todas as outras versões até agora aventadas para se explicar a origem e o significado da palavra. Isto tão somente por ser a mesma um documento histórico e remeter-se a um mapa de tempos coloniais.

Esta nova explicação para a origem e o significado do nome Cuiabá, pode ser mais uma dentre tantas que já se formulou por muitos autores no correr dos séculos mato-grossenses. Porém é bem constatada, já que está documentalmente comprovada.

Cuiabá – Cuyabá - Cuyavá - Cuyaverá - Kyyaverá = Lontra Brilhante.

O nosso rio Cuiabá era o rio da Lontra Brilhante. Fora assim chamado pelos índios de fala guarani que, em época imemorial, realmente se impressionaram com a quantidade desses interessantes animais em toda a sua extensão.

V - Imposição do nome Guarani pelos Paiaguás

Temos que indagar: por que o uso de uma palavra guarani, o *Kyyaverá-Cuyaverá*, numa região geograficamente Bororo? Como um termo nessa língua foi usado e assimilado para designar o nome de um rio, numa região onde não se falava o guarani e sim uma outra língua totalmente diferente desta? É uma indagação extremamente válida e a sua resposta deve ser tentada por todos aqueles pesquisadores que

resolvam dar uma explicação minimamente responsável e plausível sobre a origem e o significado da palavra Cuiabá.

Ao sul dos Xaraiés, pelo vale do rio Paraguai até os limites do pantanal e mesmo pelo seu interior, a língua falada era o guarani - os índios Itatins, uns tais Monteses, os Orejones ou então com forte influência guarani, - os Guanás, Guatós, Paiaguás e os da nação Mbaia. Essa influência guarani que mencionamos era uma realidade concreta, vez que a região do baixo Paraguai, fronteira meridional com o pantanal, era altamente mesclada por inúmeros povos indígenas que falavam essa língua, pois a aprendiam em contato com outras etnias que falavam essa língua, em seus casamentos intertribais, com seus prisioneiros e, a partir do século XVII, com os próprios jesuítas em suas missões.

O guarani era usado por alguns povos da região sul pantaneira, mas todos os demais a compreendiam muito bem. Tanto que eles se frequentavam, guerreavam, faziam seus prisioneiros, celebravam as pazes, efetuavam trocas, arranjavam suas esposas. Em suma, entendiam-se perfeitamente em sua comunicação verbal.

Algumas dessas tribos que falavam, entendiam ou mesmo tinham forte influência guarani no seu linguajar cotidiano, no decorrer dos séculos, poderiam ter contribuído com a denominação de *Kyyaverá* ao rio Cuiabá.

Esse nome, *Kyyaverá*, poderia ter sido dado pelos Monteses, Guatós, Itatins, Guanás ou algum outro mais de fala aproximada ao guarani? Certamente que sim. Mas esses povos não eram guerreiros e ante o seu espírito não bélico e nem conquistador, jamais um topônimo por eles batizado em região bororo, seria instalado, assimilado e sobrevivido enquanto componente de uma língua estranha a esse território.

Senão, vejamos acerca dos Paiaguás e de sua língua.

O capitão espanhol Juan Francisco de Aguirre, em seu *Diário* escrito no século XVIII, assim se expressou com relação às línguas guarani e paiaguá:

*La guarani en su origen seria poco más o menos que la Paiaguás [...]*¹⁸.

Tal seja, conforme Aguirre, os índios Paiaguás falavam uma língua muito parecida com o guarani, já que ambas têm origem comum.

Ressaltamos também a informação prestada pelo padre Pablo Pastells, quando afirmou em sua obra setecentista:

*Además del guarani hablaba el dialecto de los Guatós y de los Payaguás*¹⁹.

Assim, o autor mostrou claramente que os Paiaguás e os Guatós falavam guarani ou então uma língua muito semelhante a esta. Ou um *dialecto* guarani como o jesuíta Pastells chegou textualmente a registrar.

Parece que o guarani podia ser considerado como uma “língua comum” ou uma “língua geral” da região do rio Paraguai e pantanal. Todos os povos, se não a falavam como idioma *mater*, a compreendiam perfeitamente e isso está mencionado em alguns registros coloniais. Os contatos amiúdes de guerra ou de paz, faziam com que os povos dessa região a entendessem perfeitamente, principalmente em face dos prisioneiros e os casamentos inter-tribais levarem o conhecimento e aprendizado dessa língua a etnias que não a falavam. Está claro que as mães de fala guarani ensinavam essa língua materna aos seus filhos, nascidos da união com índios de outras tribos, inclusive os Paiaguás, transmitindo esse conhecimento por várias gerações. Isso confirmou Max Schmidt, quando se ateuve sobre estes índios:

*[...] ellos [os Paiaguás] llevaban muchas mujeres y muchachas de los Guarani capturadas em sus correrías*²⁰.

18 AGUIRRE, Juan Francisco. Diario del Capitán de Fragata Juan Francisco de Aguirre. *Revista de la Biblioteca Nacional*, Buenos Aires, Tomo XIX, 2ª parte, 1950, p. 58-_____.

19 PASTELLS, Pablo. *História de la Compañia de Jesus en la provincia del Paraguay*. Madrid: Suarez, 1915, Tomo II, p. 193, Nota (1).

20 SCHMIDT, Max. Los Payaguá. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo, Museu Paulista, v. III, N.S., 1949.

Ressaltamos que os jesuítas elegeram o guarani para a linguagem quotidiana nas missões. Era a sua “língua comum”, através da qual pregavam a religião e ensinavam o evangelho. Era de todo impossível terem eles que aprender vários idiomas para, nessas tantas línguas, evangelizar pontualmente as diversas e diferentes tribos. Isso ocorreu em todas as missões jesuíticas ao sul e, também, na dos Itatins. Se os jesuítas elegeram o guarani como língua “oficial” para a evangelização é por que bem sabiam de sua aceitação e disseminação por todo o vale do rio Paraguai. Desse modo, os índios que posteriormente deixavam essas reduções, levavam o guarani aprendido com os jesuítas para outras regiões onde não se praticava essa língua. Isso ajudou sobremaneira, a partir dos princípios do século XVII, a disseminar ainda mais esse idioma pelos campos das Vacarias, toda a extensão do rio Paraguai, o Chaco paraguaio e pela região dos Xaraiés.

Leopoldo Lugones, registrando os índios *bugres*, *mbayás*, *payaguás*, *tobas*, *mocovies*, contatados e/ou reduzidos nas missões jesuíticas, ressaltou que:

*[...] y la facilidad com que todos entendían el guarani, tronco de sus dialetos, agregaban nuevas facilidades a la obra evangelizadora*²¹.

Por esse registro, temos que as línguas faladas por esses indígenas mencionados tinham um tronco comum, o guarani e os mesmos o entendiam com muitas facilidade, o que oportunizava uma boa prática evangelizadora.

Felix Azara, a respeito desse idioma, mostrando a prática comum de algumas tribos terem consigo prisioneiros guaranis e ainda sobre o guarani, comentou:

*El guarani es idioma muy dificil, pero útil para comunicar con las demás naciones silvestres; porque muchas de estas tienn algunos cautivos guaranis*²².

21 LUGONES, Leopoldo. *El Imperio Jesuitico*. Buenos Aires: Pucará, 1945, p. 156.

22 AZARA, Felix de. *Descripcion e Historia Del Paraguay y del rio de la Plata*. Madrid: Imprenta de Sanchiz, 1847, v. I, p. 183.

Desde o início das atividades missionárias, os jesuítas eram tão preocupados com o ensino do guarani, para que se pudesse fazer a evangelização nessa língua, que o padre Antonio Ruiz de Montoya, publicou o livro *Conquista Espiritual* em 1639 e *El arte de la lengua guarani e Catecismo*, todos em guarani, sendo estes dois últimos editados em 1640.

A expansão desse idioma pelas tribos do pantanal, deve-se também pela ação guerreira dos índios Mbayas que, segundo Guido Boggiani:

Em 1661 os Mbaya atacaram a colônia dos Guaranis chamada Nossa Senhora da Fé, posta sob a direção dos Jesuítas. [...] Em 1662 e nos anos sucessivos assaltaram Puton, Ypané e Guarambaré [...] ²³.

Esses índios guaranis, assim submetidos, foram feitos prisioneiros nessas datas e em outras ocasiões e, certamente, a partir dos Mbayas, também ajudaram a disseminar essa língua pela região sul pantaneira. Os Mbayas habitavam o que seria hoje Mato Grosso do Sul, entre 20° e 22° de latitude sul, desde o norte do rio Apa até o Miranda e o Aquidauana e ainda pelas duas margens do rio Paraguai. Desde então, o guarani tornou-se uma língua comum, entendida e falada por todos os povos indígenas da região pantaneira. Seria talvez o que os linguistas denominariam de “língua franca” ²⁴.

O mesmo autor, Boggiani, forneceu uma outra confirmação dessa assertiva, quando comentou acerca de prisioneiros de guerra:

Os Mbaya tinham muitos escravos; até mesmo os índios da classe mais pobre se faziam servir por três ou quatro servos. Os escravos pertenciam a tribos mais ou menos afastadas, isto é, à tribo Guachi, Guatós, Caiuá, Bororo, Caiapó, Chiquito, Chamacoco e também da nação espanhola. Eram prisioneiros de guerra [...]. (BOGGIANI, 1945, p. 265).

23 BOGGIANI, Guido. *Os Caduveo*. São Paulo: Martins, 1945, p. 265

24 Se bem que língua franca, em definição mais antropológica, seria mais concernente a uma língua comum para atividades comerciais.

Assim, mesclado em várias etnias e inúmeras línguas, seria muito provável que esse contingente humano prisioneiro pudesse falar entre si e com seus captores, numa língua que seria entendida por todos, que lhes fosse comum, tal seja, o guarani.

D. Felix Azara comentou ainda sobre os Paiaguás que:

[...] ellos hablaban entre si mismos también en la lengua guarani ²⁵.

Logo em seguida Azara tornou a mencionar:

[...] Según Brinton, el Padre Neumann se encontró, en el año de 1703, com Payaguás que habían hablado con él en Guarani ²⁶.

Continuou o mesmo autor espanhol:

[...] pero la mayor parte de ellos [Paiaguás] hablan el Guarani ²⁷.

Temos a ressaltar que as próprias palavras *Paiaguás* e *Paraguai* são efetivamente termos da língua guarani. Dentre alguns significados dessas palavras, evidenciamos o que foi observado por Demersay:

On a proposé comme étymologie assez rationnelle du nom de ces indiens [Paiaguás], les deux mots guaranis PAI e AGUAA, qui signifient “attaché à la rame”, ce qui est tout à fait en rapport avec leurs habitudes. Ensuite, on voulu voir dans l’expression PARAGUAY, appliquée comme dénomination à la rivière, avant de l’être à la province, une corruption assez légère, et qui nous paraît fort admissible ²⁸.

25 AZARA, Félix de. *Geografía Física y Esférica de la Provincias del Paraguay y Misiones Guaranies*. Montevideo: Museo Nacional, 1904, p. 354.

26 AZARA, Félix de. Op. Cit., p.354.

27 Ibidem, p. 354.

28 DEMERSAY, Alfred. *Fragments d’un voyage au Paraguay – 1844-1847. Les indiens Payaguás*. Paris: Hachette, 1861, p. 337. Tradução: Tem sido proposto como etimologia bastante racional do nome desses índios [Paiaguás], as duas palavras guaranis PAI e AGUAA, que significam “pegado ao remo”, que é dita em face de seus hábitos. Em seguida podemos ver na expressão Paraguai, aplicada como como denominação do rio antes de ser a da provincia, uma corrupção bastante leve e que nos parece muito admissível.

Obviamente a sugestiva opinião de Demersay de que Paraguai significa “pegado ao remo” certamente remete ao sistema de vida dos índios Paiaguás, embarcados numa canoa, com os remos sempre às mãos. Uma significativa e interessante observação.

Encontramos, entretanto, inúmeros outros significados para a palavra “Paiaguá”, que foram fornecidos por antropólogos e indigenistas de séculos anteriores que estudaram esse povo.

Max Schmidt afirmou em seu trabalho *Los Payaguá*, remetendo-se à Elisée Reclus, que:

*También Eliseo Reclus relaciona el nombre de los Payaguá al nombre del río Paraguay.*²⁹

Felix Azara, um dos maiores memorialistas do rio da Prata, registrou categoricamente acerca do nome Paraguai:

*El río Paraguay [...] que se llamo en su principio Payaguay o río del Payaguá, porque desde tiempo inmemorial han dominado este río los bárbaros Payaguá y ejecutado en él, enormes atrocidades [...].*³⁰

Salientamos que topônimos guaranis são bastante encontrados por todo o pantanal e até mesmo nas imediações de Cuiabá, numa prova inconteste de que essa língua foi um dia usada nessa região, ainda que ocasionalmente, mesmo sendo território bororo e tendo características linguísticas próprias e diferentes dessa. No rio Cuiabá, em frente da cidade de Barão de Melgaço, existe o rio *Piraim* e a ilha do *Piraim*; perto da cidade de Santo Antonio do Leverger existe um local cheio de pedras denominado de *Itaicy*, sendo todos topônimos guaranis em meio a território bororo. Anotamos também no pantanal de Poconé, o rio *Pixaim*; destacamos também os rios *Piquiri*, *Taquari*, *Mbotetey*, as baías de *Mandioré* e *Gaíba*, bem como a serra de *Maracaju*, os rios *Anhanduy* e *Amambay* e o povo dos *Itatins*, todos topônimos guaranis em região limítrofe do pantanal mato-grossense.

29 SCHMIDT, Max. op. cit., p. 132.

30 AZARA, Felix de. op. cit. p. 298.

Tal seja, topônimos em língua guarani conseguindo subsistir em região alheia e diversa por séculos, tanto no pantanal, como em sua região limítrofe.

Existem dois fatores decisivos que nos supõe acreditar que os índios paiaguás e não os de outro povo, concorreram com esse topônimo, *Kyyaverá*, para denominar o rio Cuiabá: a perambulação fluvial e a agressividade bélica.

A perambulação fluvial

Como índios canoeiros, os Paiaguás viviam perambulando pelos rios da bacia do Paraguai. Praticamente moravam em suas canoas e chegaram a ser muito propriamente chamados de índios anfíbios³¹, em face de seu tipo de vida, seus costumes e seu cotidiano em perfeita simbiose com as águas. Os rios eram a sua própria vida.

Carlos Francisco Moura em seu trabalho sobre os Paiaguás, inseriu uma interessante ilustração representada por um mapa, a título de *figura n. 3*, onde verificamos a penetração desses índios pelos rios Paraguai e Cuiabá acima. No desenho apresentado fica clara a perambulação desses índios, chegando até mesmo muito próximo à vila de Cuiabá.

O engenheiro militar Ricardo Franco de Almeida Serra, assim afirmou em fins do século XVIII, com respeito à presença dos índios Paiaguás pelo rio Cuiabá acima, já na região adjacente ao morro do Melgaço:

*[...] colinas denominadas de Melgaço pelo estabelecimento que aqui houve deste nome, abandonado pelas muitas mortes que nele fizeram os índios paiaguás [...]*³².

31 MOURA, Carlos Francisco de. Os Paiaguás - Índios Anfíbios do Rio Paraguai. Suplemento dos *Anais Hidrográficos*, Rio de Janeiro: tomo XLI, 1984, separata.

32 SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Diário da diligência do reconhecimento do rio Paraguai. Apud CORREIA FILHO, Virgílio. *Pantaneis mato-grossenses – desenvolvimento e ocupação*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946, p. 56.

Max Schmidt, assim comentou sobre a intensa perambulação dos paiaguás pelos rios pantaneiros:

Ellos extendieron sus correrias en canoas que daban cabido a 40 indios hasta a Cuyabá al Norte y al Alto Tacuary al Este [...] ³³.

Uma outra informação foi também legada pelo capitão Francisco Rodrigues do Prado acerca dos Paiaguás. Esse militar por muito tempo serviu nas guarnições militares do baixo rio Paraguai e chegou a escrever um trabalho acerca dos índios guaicurus:

No ano de 1743 [os Paiaguás] chegaram ao reduto do Sapé, nas vizinhanças da vila do Cuyabá [...]. ³⁴

Inúmeras outras citações foram feitas mencionando as andanças desses índios no rio Cuiabá. Certamente essa perambulação paiaguá vinha sendo perpetrada desde tempos imemoriais. Porque tão somente após a penetração branca – européia/paulista - pelos pantanais, iriam eles começar a também adentrar por essa região? Obviamente subindo o Paraguai até o rio Cuiabá no século XVIII, deveriam seguir uma rota anteriormente navegada pelos seus ancestrais.

Esses dados ora inseridos vêm demonstrar que esses nomes foram levados para essas regiões de língua Bororo por índios de fala guarani em tempos imemoriais. E os que levaram esses topônimos, tiveram que viajar muito até chegar às partes mais setentrionais do pantanal do Xaraiês. Perambularam por léguas e léguas de cursos fluviais, em inúmeras e reiteradas viagens anuais de exploração e conquista, para conseguir impor seus topônimos em língua guarani, em regiões que lhes eram hostis, com fala, tradições e costumes diversos dos seus. Principalmente fazer com que os índios “dominados” adotassem essas denominações por eles impostas. Por isso, reafirmamos, os topônimos pelos

33 SCHMIDT, Max. *op. cit.*, p. 178.

34 PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavaleiros ou da Nação Guaicurú. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: tomo I, 1839, p. 43-_____.

Paiaguás inseridos em regiões distantes e estranhas, certamente levaram séculos para se instalar e ser assimilados por índios bororos.

Agressividade bélica

Os Paiaguás eram realmente os “donos” do pantanal e exercitaram e demonstraram o seu poder quando os bandeirantes, penetrando os rios pantaneiros com suas monções em viagem para as minas de Cuiabá, invadiram os seus domínios seculares. A história registrou a forma violenta com que reagiram ao invasor paulista, massacrando barbaramente um sem número de monções que navegavam pelos rios Taquari, Paraguai, São Lourenço e Cuiabá, por várias décadas do século XVIII.

O historiador Carlos Francisco Moura, a propósito dos ataques dos índios Paiaguás, assim afirmou:

O Visconde de Beaupaire-Rohan nos seus Anais de Mato Grosso relaciona 18 ataques dos Paiaguás às monções e colonos de Cuiabá: 1725, 1726, 1729, 1730, 1731, 1733, 1736, 1740, 1744 (dois), 1752, 1753 (dois), 1770, 1771, 1775 e 1786.

[...]

*Segundo João Augusto Caldas, um estudo feito pelo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, cifra em 4.000 o número de vítimas dos Paiaguás*³⁵.

Pela sua valentia e agressividade, os Paiaguás eram respeitados até mesmo pelos brancos que buscavam os sertões navegando em monções pelos rios do vale do Paraguai. Esses combates foram registrados em praticamente todos os rios da bacia do alto Paraguai, com ênfase para os ataques no Porrudos, Paraguai-Mirim, Taquari, Cuiabá, furo do Axianés e no próprio rio Paraguai.

Valentes, aguerridos e implacáveis com os inimigos, eram temidos e respeitados pelos outros índios da região.

35 MOURA, Carlos Francisco. *op. cit.*, p. 420

Prevaleciam eles de sua audácia, agressividade, espírito bélico e coragem para surpreender e combater os demais povos da imensa região dos pantanais dos Xaraiés.

Talvez por respeito e medo, os Bororos, Guanás, Chanés, Chamacocos, Orejones, Xaraiés e outros, se não se submetiam totalmente a eles, ao menos procuravam não afrontá-los de todo. Em seus contatos de guerra e paz, esses índios se comunicavam com os Paiaguás em guarani, a “língua geral” do pantanal e de seu entorno. Assim, os Bororos poderiam perfeitamente ter adotado e mantido os topônimos guaranis batizados ancestralmente pelos Paiaguás, seus inimigos mais fortes e poderosos, mesmo que essas palavras não fizessem parte de seu vocabulário étnico e não fossem de seu uso cotidiano.

D. Felix de Azara, mencionou que os índios Paiaguás [...] *ponen temor a los bárbaros del Chaco* ³⁶. É uma incontestável afirmação de que realmente os povos do pantanal tinham medo da violência e agressividade dos Paiaguás.

Alfred Demersay registrou a esse respeito:

*A la guerre ils sont cruels et ne font de quartier qu'aux femmes et aux enfants. [...] Ils attaquent les indiens du Chaco en fondant sur eux a l'impreviste et s'efforcent de les surprendre.*³⁷

Ressaltamos que muitos desses ataques foram perpetrados já no curso do rio Cuiabá e até mesmo bem perto dessa vila, o que vem demonstrar, além da sua intensa e distante perambulação, a coragem e audácia desses índios. Assim mencionou o capitão Francisco Rodrigues do Prado:

Depois disto, logo no ano seguinte, chegaram os Paiaguás ao Arraial Velho, poucas léguas distantes da vila de Cuiabá [...] aonde, achando muita gente

36 AZARA, Félix de. *Geografía Física y Esférica de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaranies*. Montevideo: Museo Nacional, 1904, p. 365/6

37 DEMERSAY, Alfred. *op. cit.*, p. Trad. Na guerra eles são cruéis e não dão quartel às mulheres e às crianças. Eles atacam os índios do Chaco e caem sobre eles de improviso e se esforçam para os surpreender.

*que estava fazendo pescaria, mataram a maior parte [...].*³⁸

Temos ainda o testemunho do capitão espanhol Juan Francisco de Aguirre, em seu *Diário*, numa afirmativa peremptória de que os índios Paiaguás realmente excursionavam pelo rio Cuiabá e até mesmo pelo Jauru, registrou serem adversários terríveis quando lutavam nos rios, embarcados em suas canoas.

Registrou o capitão Aguirre:

*Como el Payaguá es indio que se adquiere una destreza maravillosa por el río, en él, és enemigo terrible, todo lo andan desde el Jauru, Cuyabá y por el modo traicionero que observan se hacen de atención [...].*³⁹

D. Felix de Azara ainda se referiu aos índios Paiaguás, mencionando as suas incursões predadoras até as proximidades de Cuiabá:

*Los Payaguás corsários, bárbaros bien conocidos en la Provincia del Paraguay por los males que han causado, habitantes del río de este nombre, se estienden hasta las vecindades de Cuyabá [...].*⁴⁰

Dessa forma inferimos que, diante das descrições incontestes feitas pelo capitão Francisco Rodrigues do Prado, Juan Francisco de Aguirre e Felix de Azara, todos autores coloniais do século XVIII, os índios Paiaguás eram frequentadores, por esse século adentro, de grandes extensões pelo rio Cuiabá acima, onde combatiam os brancos que encontravam. Na realidade chegavam quase às proximidades da vila de Cuiabá. Que dirá em séculos anteriores quando não precisavam guerrear com os sertanistas paulistas, que vendiam caro as suas vidas.

38 PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos índios cavaleiros ou da Nação Guaicurú. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: tomo I, 1839, p. 42.

39 AGUIRRE, Juan Francisco de Aguirre. *Diário del Capitan de Fragata Don Juan Francisco de Aguirre*. In: *Rev. de la Biblioteca Nacional*, Buenos Aires: Bibl. Nacional, tomo XIX, 1950, p. 92-_____.

40 AZARA, Felix. *Diário*. Apud GANDIA, Enrique de. *Historia del Gran Chaco*. Buenos Aires: Roldan, 1929, p. 62, nota de rodapé.

Pelo todo até aqui exposto, podemos efetivamente constatar a influência guarani nas regiões superiores do pantanal e, em especial, no vale do rio Cuiabá, via perambulação fluvial e agressividade dos Paiaguás. Essa atuação impôs e consolidou o uso de topônimos guaranis nessa região, como até hoje observados.

Adentravam em região Bororo em suas andanças fluviais, e se comunicavam somente em guarani com os índios por eles contatados, a língua comum falada no rio Paraguai e pantanal dos Xaraiés.

Daí a explicação plausível de se encontrar o topônimo guarani *Kyyaverá/Cuyaverá* em território geograficamente Bororo.

Concluimos, dessa forma, que não foram os Guanás, os Guatós, os Itatins, os índios de fala, dialeto ou influência guarani, que batizaram o rio Cuiabá com a denominação de *Kyyaverá*. Índios pacíficos como esses não conseguiriam impor seus topônimos em regiões que lhes eram estranhas e adversas, com língua estruturalmente bem diferente das suas.

Certamente isso foi obra dos índios Paiaguás, já que falavam o guarani ou mesmo um dialeto bem próximo dessa língua ou ainda com sua forte influência assimilada em função de casamentos e prisioneiros que faziam. Isso certamente os credenciou, sem dúvida, como os prováveis patrocinadores do topônimo do rio Cuiabá com o nome *Kyyaverá*, o rio da Lontra Brilhante.

Assim, como ficou demonstrado, a perambulação intensa pelos rios da bacia do Paraguai e a extrema agressividade bélica desses índios, que são as suas características mais marcantes e aparentes, permitem inferir essa conclusão.

O termo *Kyyaverá*, sem qualquer dúvida, pode ser creditado aos índios Paiaguás.

VI - Mapa com índios *Cuyaberás*

Como vimos, o padre Agustin Castañares possuía um mapa que ele mesmo mencionou em sua carta, [...] *según el mapa* [...] e que certamente deve ter levado consigo em algumas de suas viagens ou então, que teria servido como uma mera consulta em Assunção. Nesse mapa estava apontado e mencionado textualmente o *arroyo Cuyaverá*.

E que mapa seria este? Uma carta impressa ou um mero rascunho? Um traço rápido feito por algum espanhol ou jesuíta que já tivesse percorrido plagas pantaneiras, funcionando tão somente como base de orientação para o padre Castañares em suas expedições entre Assunção e as missões jesuíticas de Itatins e Chiquitos? Talvez jamais o saberemos. Mas a pista cartográfica foi fornecida.

O fato é que, se quisermos uma comprovação definitiva do nome *Cuyaverá*, não basta somente a citação histórica contida na carta do jesuíta Castañares. Mesmo vários outros registros documentais a respeito, que porventura futuras pesquisas vierem encontrar, seriam ainda insuficientes. Nos mapas, cartas, plantas ou desenhos é que haveremos também de procurar, se quisermos dar aporte científico e subsídio histórico escoreito a esse registro colonial jesuítico.

Nos mapas jesuítas e espanhóis da época da conquista ibérica nos séculos XVI e XVII, é que poderia ser encontrado o tal *arroyo Cuyaverá* ou então, informações escritas referentes a observações cartográficas, remetendo ao apontamento desse termo guarani.

Entendíamos que os conquistadores espanhóis talvez pudessem ter elaborado algum mapa da região dos Xaraiés, onde teriam alocado o rio *Cuyaverá*.

Na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro, encontramos mapas jesuíticos e espanhóis que, desde o século XVII, apontam vários afluentes do rio Paraguai pela sua margem esquerda, sem nomear qualquer topônimo que os designassem.

Todavia, pesquisando especificamente a cartografia jesuítica dos séculos XVII e XVIII, encontramos um interes-

sante mapa, que totalmente elucida e sustenta a hipótese ora proposta.

No livro *Geografía Física y Esférica de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaranies*, de Don Felix de Azara⁴¹, inserido entre as páginas LXVIII e LXIX, encontramos um mapa denominado *Paraquariae Provinciae Soc. Jesu cum adjacentibus novíssima descriptio [...]*⁴². Encontramos posteriormente um original do mesmo mapa depositado na Mapoteca do Itamaraty.

Examinando essa carta com bastante atenção, podemos observar na parte superior do rio Paraguai, bem ao lado do Lago dos Xaraiés e inscrita com todas as letras, a palavra *Cuyaberas*.

Obviamente o nome *Cuyaberas* mencionado no mapa é a mesma palavra *Cuyaverá*, objeto do presente estudo. Uma mera transposição fonética do “b” pelo “v”.

A propósito, podemos explicar essa figura de fonética, mencionando o padre P. Guevara, que assim registrou: *Oberá, cujo nombre significa resplendor, cacique de Paraná, é sin duda uno de los más famosos [...]*⁴³. Continuando, na mesma página, explicou o jesuíta em nota de rodapé, 28- *Oberá, proviene de verá*, numa prova incontestada dessa transposição fonética do “b” pelo “v” apresentada no mencionado mapa. Assim, o *Cuyaverá* do padre Castañares é mesmo *Cuyaberas* observado no mapa mencionado.

O mesmo foi desenhado pelo cartógrafo Matheo Seutter e editado no ano de 1700 em Nuremberg, Alemanha, portanto, ainda no século XVII.

41 AZARA, Félix de. *Geografía Física y Esférica de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaranies*. Montevideo: Museo Nacional, 1904, p. LXVIII/LXIX.

42 *Paraquariae Provinciae Soc. Jesu cum adjacentibus novíssima descriptio post iteratas peregrinationes, et plures observationes Patrum Missionarium ejusdem Soc. Tum hujus Provinciae, cum et Peruanæ accuratissime delin a Matthæo Seuttero, Chalc. August. Admodum R. in Christo Patri suo P. Michaeli Angelo Tamburino Soc. Jesu præp. Generali XIV*. Nurnberg: 1700.

43 GUEVARA, P. História del Paraguay, rio de la Plata y Tucumán. In: *Coleção de Angelis*, Buenos Aires: Imprensa del Estado, v. I, 1836, p. 546

O mapa em si não possui data, mas ela é referida no Índice de Grabados do livro de Azara, em sua página 475, item IV.

O *Prólogo* dessa obra foi feita por um certo R.R. Schuller, que afirmou com relação à data do referido mapa:

*El [mapa] de los jesuitas, dedicado por esos PP. à su general Miguel Angelo Tamburini, que el doctor Martin de Moussy supone de 1726 y que d’Anville data de 1727. Tanto Moussy com d’Anville se equivocam. Este mapa fué grabado em Nürnberg (Baviera) en 1700 y no en Augsburg, como lo afirma de Moussy.*⁴⁴

Todavia, temos de ressaltar que Isa Adonias em seu trabalho *Imagens da Formação Territorial Brasileira*⁴⁵, reproduziu também o referido mapa com a anotação: *Editado pela primeira vez em 1726, teve a seguir novas publicações.* Por não citar a fonte aonde obteve tal data de 1726, preferimos ficar com a data de 1700, mencionada no livro de Azara (1904), por ser esta observação mais antiga que a de Adonias (1993) e, portanto, mais próxima no tempo e no espaço com as fontes coloniais paraguaias. Salientamos o fato de Azara ter escrito esse livro ainda no século XVIII, poucas décadas após a edição do mapa.

Um detalhe tornou importante e atraente esse mapa para nossos estudos e pesquisas. O fato de ter sido impresso em 1700 mostrou que o mesmo foi elaborado em data anterior à fundação de Cuiabá, ocorrida em 1719. Assim, dezenove anos antes de Pascoal Moreira Cabral descobrir as lavras do Coxipó e fundar o arraial cuiabano, um mapa de toda a região, hoje matogrossense, já estava sendo impresso na Alemanha!

Mas temos que ressaltar que a data de sua edição pouco importa para os objetivos deste trabalho, sendo de 1700,

44 SCHULLER, R.R. *Prólogo*. In: AZARA, Felix de. *Geografia Física y Esférica de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaranies*. Montevideo: Museo Nacional, 1904, p.LXVIII/LXIX. p. LXXVII.

45 ADONIAS, Isa. *Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993, p. 330.

1726 ou 1730. O importante é o mapa ter sido editado na primeira metade do século XVIII e ali estar claramente apontado o termo Cuyaberas.

Pelo imenso título em latim verificamos que o mesmo foi desenhado a partir das informações de padres jesuítas, coligidas em suas peregrinações e várias observações, por décadas, efetuadas na região.

Sobre esse mapa, assim se manifestou Guillermo Furlong:

No vamos a ponderar los meritos verdaderamente eximios de esta preciosa carta geográfica; baste recordar que de ella se hicieron más de quince ediciones en casi todas las principales ciudades de la culta Europa y aun hoy en dia sigue siendo una de las piezas más notables de la cartografía colonial. (FURLONG, 1922, p. 26).

Com as informações constantes em seu imenso título, concluímos que alguns *misioneros* tenham navegado realmente pelo rio Cuiabá ou, então, tiveram notícias minuciosas desse e de outros rios da região circunvizinha aos Xaraiês. Posteriormente, relataram ou rascunharam as informações obtidas, diretamente para o desenho, gravação e impressão final do mapa.

Provas de que jesuítas e conquistadores espanhóis navegaram o rio Paraguai e seus afluentes, não estão somente nas relações de viagens desse tempo ⁴⁶. Vários outros mapas dos séculos XVI e XVII mostram o mar dos Xaraiês, lagoas Gaíva e Mandioré, o rio Paraguai e, vale registrar como sumamente importante, inúmeros afluentes que entram em sua margem esquerda pelo lado leste. São inominados esses afluentes, mas certamente lá estão os rios Cuiabá,

46 Existem os trabalhos de Ulrich Schmidl, Domingo Martinez Irala, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca, Antonio Rodrigues e de Hernando de la Ribera, todos do século XVI. Sobre os mesmos, ver: SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Mato Grosso: Relações quinhentistas. In: *Revista Notícia Bibliográfica e Histórica*. Campinas: PUC, n.184, jan/mar 2002, p.11/8.

São Lourenço, Piquiri, Taquari, Negro, Miranda, Apa.⁴⁷ Os cursos dos rios ali desenhados em séculos anteriores e até com certa precisão locados, são provas do conhecimento fático de suas respectivas realidades. Tal seja, foram até lá, viram e confirmaram as suas existências. Se os conheciam tão bem, a ponto de tê-los registrado em mapas da época, deveriam ter tido notícias também de suas respectivas denominações. Isso é certo.

Mas devemos primeiramente analisar o conteúdo do mapa.

Basicamente, como o próprio título indica, trata-se de uma carta referente à Província da Companhia de Jesus no Paraguai e adjacências, abrangendo uma boa porção da América do Sul.

Possui um título principal, dois subtítulos e um quadro de legendas, os quais anotamos em tradução do latim para o português⁴⁸.

TÍTULO:

Novíssima descrição da Província do Paraguai da Sociedade de Jesus com as adjacências depois de reiteradas peregrinações e muitas observações dos Padres Missionários da mesma Sociedade tanto desta Província como da Peruana, acuradamente desenhado por Mateus Seutero, Augusto Cartógrafo

SUBTÍTULO:

A Província do Paraguai da Sociedade de Jesus dá, doa e dedica este quadro das terras cultivadas e irrigadas com o sangue de seus filhos ao Reverendo Padre Miguel Angelo Tamburino, XVI Prepósito Geral da Sociedade de Jesus como a seu Pai em Cristo

47 No mapa *Le Paraguay/Tiré des Relations les plus Recentes/ Par G. Sanson Geographe ordinaire du Roi/ A Paris/ en Chez L'Arthemis/ 1668*. In: BAEZ, Cecilio. *Historia del Paraguay y Rio de la Plata*. Asunción: Comuneros, 1991, vê-se nitidamente 5 rios inominados, logo abaixo e a leste do *Lac Xarayes*, que deságuam no Paraguai. No mapa, *Paraguay o Prov. de la Plata* publicado por Jansonius em 1629, observa-se identicamente, 6 cursos d'água, também inominados, entrando no *Lago de los Xarayés* também de leste. Isso demonstra que os espanhóis, em meados do século XVII, tinham conhecimento fático desses afluentes do Paraguai a ponto os terem alocado nesses mapas mencionados.

48 Tradução do latim para o português efetuada pelo padre Paulo Ricardo de Azevedo Júnior, Diretor do Seminário Arquiepiscopal do Cristo Rei, Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.

SUBTÍTULO:

Isto que vês em qualquer direção (desdobra como uma terra mui ampla e que vastos rios com potência correm) é o lado da América, terra situada no Sul que o povo selvagem habita com o corpo todo nu. As poucas vilas são mantidas pelos nascidos de sangue espanhol que desaprenderam sua barbárie. Esta terra, aquecida pelo sagrado sangue derramado dos heróis, sente a vontade divina do seu agricultor. O povo selvagem veste pouco a pouco os costumes civilizados e os pescoços bárbaros se submetem ao jugo de Cristo. Ou o quadro pintado ensina com exemplos o quanto está firme o cultivo assíduo do novo campo pelo sangue derramado.

LEGENDA:

Parte Paraguaia da América do Sul

- Cidade na qual há Colégio da Sociedade de Jesus
- Lugar de Missão
- Missão destruída pelos bárbaros
- Linhas com pontos indicam a comunicação de uma Missão com outra

O próprio título em si já muito explica a respeito do mapa. Depois de muitas viagens e peregrinações e ainda de observações acuradas, coligidas por décadas por padres jesuítas, a Companhia de Jesus pôde auferir uma gama muito grande de informações a respeito da região sob seu controle espiritual. Com base nessas informações missionárias, os religiosos da Província Jesuítica do Paraguai, puderam repassá-las a Matheo Seutter, o cartógrafo alemão que desenhou e gravou o mapa.

Os jesuítas eram detentores de uma enorme quantidade de informações geográficas acerca de rotas de navegação, caminhos terrestres, rios, lagos, serras, montanhas, portos, cidades, vilas, missões religiosas e, em especial, povos indígenas.

Acerca da representação do mesmo, temos que ponderar por alguns pontos distintos.

Primeiramente salientamos a existência de uma desproporção das distâncias apontadas na carta, entre rios, lagoas, serras, vilas, cidades e regiões. Esses erros de distâncias

eram bastante comuns nos mapas de séculos anteriores, face aos insuficientes e poucos meios de observações astronômicas e geodésicas. As cartas geográficas somente começaram a mostrar certa precisão no século XIX, com o desenvolvimento de melhores instrumentos científicos.

Aponta grandes regiões da América do Sul: *Paraquaria*, *Guayrá*, *Ontiveros*, *Baures*, *Peruani Regnum*, *Chaco*, *Tucumania*, *Chiquitos*, *Uruguay*, *Chilensis Regni Pars*. São nomes de diversas regiões sul-americanas onde os jesuítas em muito atuaram, mantendo suas missões e, ainda, onde os próprios conquistadores espanhóis fundaram vilas e cidades. Apresenta claramente uma divisão nacional, designando o *Brasília Pars*, mostrando que daí em diante o território seria português e não espanhol. Tampouco zona de influência jesuítica.

Temos a salientar que Seutter desenhou um mapa mostrando a cores algumas distintas regiões. A parte central do mapa, seguindo rio Paraguai acima, por ambas as margens, até o norte, na metade do lago dos Xaraiês, temos a região *Paraquaria*. Por essa carta e certamente pelo entendimento político e geográfico da época, a região dos *Cuyaberás* pertencia ao Paraguai. Assim, a região das futuras minas do Cuiabá, mesmo antes de serem descobertas pelos paulistas, já estavam totalmente inseridas em território espanhol.

Observamos ainda que o cartógrafo Seutter efetuou em tênue linha colorida, os limites das regiões que nominou. A linha divisória entre o *Paraquaria* e seus vizinhos *Uruguay*, *Guayrá* e o *Brasília Pars*, estão desenhadas como limites secos, sempre inseridos nos divisores de águas entre bacias hidrográficas. Um cuidado muito especial do cartógrafo.

Uma importante região, que seria hoje pertencente a Mato Grosso, está lá bem especificada, *Xarayés*, mostrando o mapa nesse ponto um imenso lago, o atual pantanal mato-grossense. Logo abaixo, situa a lagoa *Mandioré*, nas margens do rio Paraguai.

Na carta temos também nomeados os grandes rios da região: *Rio de la Plata*, *R. Paraguay*, *R. Paraná*, *R. Uruguay*;

seguidos de nomes de cursos d'água de menor porte, como *R. Pilcomayo*, *R. Mbotetey*, *R. Taquary*, *R. Anhemby* e um sem número de outros rios apontados em toda a extensão do mesmo.

Percebemos com clareza um pequeno e importante detalhe, que influi diretamente no que pretendemos comprovar neste trabalho. A nomeação dos rios vem sempre precedida de um *R.* ou mesmo com a própria palavra por extenso, *Rio*.

Vemos ainda, a designação de algumas cidades: *C. de Assump.[ción]*, *C. de la S. Trinidad*, *P.[uerto] de Buenos Ayres*, *Colonia del Sacramento*, *Cochabamba*, *Montevideo*, *C. de las Corrientes*. O *C.* obviamente é abreviatura de *Ciudad* em espanhol.

Verificamos ainda algumas Missões Jesuíticas aí apontadas: *S. Joseph*, *S. Juan*, *S. Michael*, *S. Raphael*, *S. Borja*, *S. Nicolas* dentre outras.

Apesar de mostrar graficamente os desenhos de serras e montes, não estão consignados no mapa os respectivos nomes desse tipo específico de acidente geográfico.

Registra também grandes regiões produtoras de erva mate, designando-as de *Yerbales*.

Muito interessante é a linha representativa do Trópico de Capricórnio, deixando entrever o cuidado técnico do cartógrafo alemão, ao inserir esse importante traçado geodésico referencial em seu mapa. Uma tentativa secular de dar uma referência um pouco mais precisa à carta que produziu.

O Oceano Pacífico está alocado como *Mar del Zur*, não havendo qualquer referência sobre o Atlântico, apesar de uma pequena parte de seu litoral ali estar desenhado.

Na representação gráfica contida na legenda, vemos os rios, os pequenos desenhos das serras, as missões jesuíticas com uma casinha encimada por uma cruz e ainda uma grande quantidade de aldeias indígenas. Estas são representadas por uma sequência de pequenos triângulos indicando as aldeias ou tabas dos índios. O interessante, existem outras representações gráficas desenhadas por todo o mapa que não se encontram listadas na legenda.

Notamos o apontamento de *Xerez destructa*, numa clara alusão à vila de Santiago de Xerez, margens do rio Mbotetey, destruída pelos bandeirantes paulistas no século XVII, no ano de 1648 mais precisamente e nunca mais reocupada pelos espanhóis, que a abandonaram de vez.

O título, os subtítulos e a legenda estão inseridos dentro de espaços delimitados por desenhos, contendo belos arabescos que, juntamente com uma rosa-dos-ventos bem trabalhada, mostram o cuidado, o detalhamento e o refinamento introduzido no mapa pelo cartógrafo.

Na região dos Xarayés, especificamente, observamos várias aldeias ali representadas ainda com os seus antigos nomes, hoje totalmente desaparecidos: *Aropores*, *Cuchiponés*, *Cuchianés*, *Mbayas*, *Catuaras*, *Xaymes*, *Guarayos*, *Tubiguás*, *Arabirés*, entre talvez uma centena de povos indígenas que no mapa são mencionados.

Uma das tribos mais conhecidas e citadas na historiografia mato-grossense, os *Cuchiponés*⁴⁹, está no mapa localizada entre o lago dos Xarayés e uma cadeia de montanhas, certamente a Serra de Chapada. Esta serra se encontra visivelmente representada, mas sem qualquer denominação que a identifique com certeza e precisão. Vale mencionar que sempre a história mato-grossense teve em conta que o nome *Coxiponé* fora um apelido dado pelos bandeirantes paulistas à tribo de índios bororos que habitava o vale do rio Coxipó. Com essa referência cartográfica de 1700, percebemos que não foram os paulistas os criadores desse nome, pois o mapa foi impresso em data anterior à chegada desses sertanistas na região de Cuiabá. Os jesuítas espanhóis já conheciam os índios Coxiponés com tal nomeação, bem antes dos bandeirantes fundadores da capital matogrossense.

Podemos efetuar uma instigante observação. Logo acima dos Xaraiés, notamos o apontamento de uns índios deno-

49 Essa nomeação dos índios Coxiponés demonstra que não foram os bandeirantes paulistas que deram esse apelido à tribo localizada no rio Coxipó como a história vem relatando. Portanto, bem antes dos bandeirantes paulistas, os índios Coxiponés já tinham essa particular denominação, pois que, na realidade, eram do povo Bororo.

minados *Garecis*. Pela sua localização geográfica, acima dos Xaraiés, concluímos que são eles os atuais índios *Parecis*. Isso vem demonstrar que os jesuítas mantiveram contato, ou mesmo uma confirmação muito forte da existência dessa tribo. Para isso tiveram que navegar o rio Paraguai até as suas cabeceiras e depois subir a pé o chapadão dos Parecis para contatar com esses índios. Realmente, esses sacerdotes espanhóis muito palmilharam o hoje território matogrossense, tentando contatar índios para evangelização e reconhecer prováveis riquezas para futura exploração por parte do reino de Espanha.

No meio desses povos indígenas grafados no mapa, claramente podemos ler o *Cuyaberas*, muito perto a um rio, com vários sinais gráficos representativos de aldeia bem abaixo desse nome.

O *Cuyaberas* como apontado no mapa, significa claramente uma aldeia de índios, inserida muito próxima do mar dos *Xarayés*. Deixamos claro que, se fosse rio *Cuyaberás*, haveria antes dessa palavra o *R.* ou *Rio*, como de resto se observa grafado no mapa quando da denominação dos cursos fluviais. Assim, temos que o cartógrafo alemão desenhou, mas não nominou o rio Cuiabá, tendo apenas apontado a existência da tribo de índios *Cuyaberás* em suas imediações.

A representação gráfica dos pequenos triângulos sob essa palavra, significando tribos, tabas ou aldeias de índios, realmente vem comprovar a existência dos índios *Cuyaverás* ou Cuiabás.

Queremos crer que não há como se refutar a informação registrada em um mapa com existência anterior à própria cidade de Cuiabá.

Portanto, estava certo Antonio Pires de Campos quando mencionou os índios Cuiabás em seu trabalho de 1728. Salientamos que inúmeros nomes de povos indígenas referenciados por ele em sua *Breve Notícia* [...], estão inseridos no mapa dos jesuítas de 1700. Porque Pires teria mentido ou inventado os índios Cuiabás? Se algumas outras tribos por ele mencionadas são apontadas nesse mapa, porque se

duvidar de sua afirmação logo com relação aos Cuiabás? No exemplar cartográfico ora estudado estão os índios *Cuyaberás*, mostrando a veracidade da afirmação primeira do bandeirante paulista. Realmente, Pires de Campos não inventou os Cuiabás que mencionou. Ele e outros pioneiros que se aventuraram pelo rio Cuiabá, realmente conheceram esses índios.

Os padres jesuítas, em suas viagens e observações pela região dos Xaraiés, ainda no século XVII, podem ter realmente contatado esses índios, que eles verificaram serem chamados de *Cuyaberás*. Se não tiveram um contato direto, o que achamos impossível não o terem feito, ao menos obtiveram notícias da existência dos mesmos habitando o vale do rio *Cuyaverá*. Disso não se tem como duvidar e, ainda, mostraram claramente que, para denominar a aldeia ou o rio, ou ambos, o topônimo *Cuyaverá/Cuyaberá* era usado nos fins do século XVII. Essas precisas informações repassaram ao alemão cartógrafo que desenhou o mapa para a impressão em cerca de 1700.

Com relação às informações extraídas do mapa, podemos inferir ainda algumas conclusões.

Os jesuítas do século XVII muito bem conheciam a região adjacente aos Xaraiés, o nosso atual pantanal, pois mantinham na região sul matogrossense a Missão Jesuítica dos Itatins. Também haviam já fundado as missões de Chiquitos e Moxos, localizadas em território situado no oriente boliviano. Faziam frequentes viagens pelos rios entre essas missões, ocorrendo desse modo um grande intercâmbio administrativo e religioso entre elas. Daí o conhecimento fático por parte dos jesuítas *misioneros* de toda a região adjacente ao pantanal. Tanto conheciam essa peculiar região que puderam mandar desenhar os Xaraiés em mapa editado no ano de 1700. Duas décadas antes do Cuiabá bandeirante havia o *Cuyaberás* apontado pelos jesuítas.

Não é improvável que algum jesuíta tenha subido o rio *Cuyaverá* em exploração missionária, como deveria ter feito com inúmeros outros cursos d'água da região e não

só seguindo o Paraguai, caminho natural dos Itatins para Chiquitos. A curiosidade natural dos homens pioneiros e o afã evangelizador dos jesuítas, poderia ter desviado alguns deles, já que nos séculos XVI e XVII subiam com frequência o rio Paraguai, levando-os a explorar os seus afluentes maiores. Vários cursos da margem esquerda do rio Paraguai, em missão de reconhecimento visando posterior evangelização, certamente foram penetrados pelos jesuítas. Daí as informações que obtiveram do rio e dos índios *Cuyaberás*.

Assim, podemos afirmar, foram precisas e escorreitas as informações prestadas pelos jesuítas ao alemão que desenhou e editou o mapa ora analisado.

Tínhamos indícios históricos desses índios através de relato bandeirante e, agora, temos um mapa que comprova de fato a sua existência no século XVII.

Puderam alguns não dar crédito nem se ater ao registro pioneiro de Pires de Campos, que inseriu os Cuiabás entre os povos indígenas por ele relacionados em 1728. Outros pesquisadores que propugnaram pelos índios Cuiabás, não foram bem analisados, interpretados e nem reconhecidos por suas conclusões favoráveis à existência histórica dessa tribo indígena.

Pelo decorrer dos séculos, os índios Cuiabás foram ignorados e mesmo refutados em sua realidade étnica por um bom número de pesquisadores. Foram confrontados e trocados por *gente caída*, *mulher corajosa*, *farinheiro*, *gente forte* e mesmo confundidos com a primária e infantil lenda do *cuia-vai*. Abordaram a *sua existência muitíssimo hipotética* e afirmaram textualmente que *nunca existiram e isso está provado e comprovado*. Os etimologistas conseguiram transformar a real existência dos índios Cuiabás em esdrúxulos, conflitantes e confusos significados para essa palavra. Principalmente no século XX, quando a etimologia tentou se sobrepor à etnografia no tocante às pesquisas sobre a origem e o significado da palavra Cuiabá.

Mas o problema maior era explicar como a evidência da realidade dos índios Cuiabás, poderia ter persistido circu-

lando por séculos, resistindo incólume às investidas daqueles que os negavam. Seriam séculos de mentira? Sucessões de registros históricos falsos? E de mais a mais, porque tanta birra e implicância contra a existência desses índios?

Negavam a sua realidade pelo simples prazer de negar, mas sem qualquer embasamento etnográfico ou histórico para tal, nem motivo plausível para isso. Pudemos observar que alguns não aceitaram a sua existência, simplesmente para poder dar um mínimo de respaldo e crédito às suas interpretações etimológicas para o significado da palavra Cuiabá. Apenas por isso. Negaram a realidade secular desses índios tão somente para sustentar as respectivas propostas em torno do significado desse topônimo. Não há outro motivo para tamanha indisposição contra os mesmos.

Todavia, no correr das pesquisas que redundaram no presente trabalho, pudemos observar exatamente o contrário, pois os poucos registros etnográficos e históricos existentes e franqueados à disposição do pesquisador, se bem analisados, conduziam e reforçavam a tese da existência dessa tribo.

Porém, por ter um cunho mínimo de verdade ancestral, transmitida por gerações de pessoas, a “invenção” dos Cuiabás continuou circulando firme e forte pelo correr dos séculos, principalmente na capital matogrossense.

As pistas históricas estavam visíveis a qualquer um que se interessasse por esse estudo. Bastariam pesquisas mais profundas e isentas para se chegar a conclusões mais efetivas e não tão dispersas e disparatadas. Somente o fato de interpretações etimológicas terem concluído por vinte e quatro diferentes versões de seu significado, bastaria para robustecer a realidade dos índios Cuiabás, seja como nação, como tribo, como uma simples aldeia ou mesmo como mero apelido localizado.

Porém, aos etimologistas e historiadores que tanto negaram, desmentiram e desconjuraram a existência desses índios, diante das provas documentais e cartográficas ora oferecidas, resta agora aceitá-los como realidade étnica. Ou

então, cabe a esses filólogos refutar ou simplesmente ignorar o que está claramente apontado em mapa do século XVII, na correspondência de 1741 do padre Agustín Castañares e na interpretação etimológica do professor Basilides Fariña. Ou ainda, colocar de lado essas provas concretas e continuar menosprezando os índios Cuiabás, postulando pela sua [...] *existência muitíssimo hipotética*, como no passado chegou a afirmar Estêvão de Mendonça.

Poderão e deverão obviamente tentar, mas continuando a trilhar tão somente o caminho da etimologia, não provarão grande coisa para desautorizar a existência histórica dos índios Cuiabás, nem refutar o significado guarani de seu nome, a Lontra Brilhante.

De resto, cabe ainda explicar que, certamente, o mapa de 1700 de Matheo Seutter ora estudado não foi aquele utilizado por Castañares e mencionado em sua carta. O mapa de Castañares citava nominalmente o *Arroyo Cuyaverá* e o de Seuter não o fez. Este, apenas mencionou a tribo dos índios *Cuyaberás*. Do mesmo modo concluímos com relação aos mapas em seguida estudados.

VII - Outros mapas apontando os Índios Cuyaberás

Demonstramos uma prova incontestada do uso do topônimo *Cuyaverá*, inserida em mapa jesuítico do século XVII. Como analisamos, é um mapa alemão, desenhado pelo cartógrafo Matheo Seutter e impresso em Nuremberg em 1700.

No entanto, no decorrer das pesquisas, encontramos mais provas cartográficas nesse mesmo sentido, mostrando realmente o apontamento do *Cuyaverá* em cartografia colonial jesuítica. Outros mapas, desenhados a partir de informações oriundas das missões sul americanas tuteladas pela Companhia de Jesus, no século XVIII, continuaram a registrar o *Cuyaberás* como etnia indígena.

Algumas dessas peças cartográficas chegaram a ser reproduzidas em livros, mas tivemos o ensejo de encontrar todos esses mapas, devidamente depositados e bem conservados na Mapoteca do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Vamos nos ater a mais três mapas coloniais encontrados.

1- [SEUTTER, Mattheo]. *Paraquariae Proviandiae Soc. Jesu cum adjacentib. novíssima descriptio post iterata peregrinationes & plures observationes Patrum Missionarum eiusdem Soc. Cum huius Provinciae, cum & Peruanæ accuratissime delineata anno 1722*. [Nuremberg]: 1722 (reimpressão de 1726) - 48 x 37,5 cm

De plano observamos, em subtítulo, a exata data da edição: *Província Paraquariae Soc. Jesu anno 1726*.

O mapa está depositado na Mapoteca do Itamaraty e catalogado sob n. EKE J 1218.

Foi oferecido ao Prepósito Geral da Companhia de Jesus, padre Miguel Ângelo Tamburini.

O alemão Mattheo Seutter em 1722 fez um novo desenho e gravação do mapa de 1700, sendo impresso novamente nessa data na Alemanha. Em 1726, o mesmo cartógrafo fez uma outra reimpressão, mas teve o cuidado de registrar essa data no subtítulo mencionado. Seu nome não está inscrito no mapa, mas registros bibliográficos dão a Mattheo Seutter a autoria do mesmo.

Comparando-se esse mapa de 1726 com o de 1700, vemos inúmeras modificações em seus apontamentos cartográficos, a começar pela disposição do título no corpo do mesmo. Os subtítulos estão inseridos em quadros bem diferenciados, com molduras e desenhos mais bem elaborados. As dimensões também são diferentes, sendo este ora analisado um pouco menor que a do mapa de 1700.

Em sua própria visualização geral, os mapas são bem diferentes um do outro, a começar que, o de 1726, ao contrário daquele de 1700, não tem as grandes regiões apresentadas a cores. Também no de 1726 não se nota a linha divisória colorida entre essas várias regiões.

Verificando-se mais atentamente, podemos notar também diferenças nos desenhos de rios, serras e ilhas, bem como nas letras de nomeação de topônimos os mais diversos encontrados por toda a extensão do mapa. Todas as letras dos textos são também ligeiramente modificadas em ambos os mapas.

O observador atento poderá reduzir as suas observações comparativas a um único ponto bem definido, o Xarayés, o atual pantanal mato-grossense, para melhor visualização e entendimento das modificações inseridas nesse mapa de 1726. Essa região está desenhada no quarto superior direito do mesmo. Tanto o formato do grande lago dos Xarayés como as ilhas nele inseridas, estão desenhadas de forma diferente. De forma idêntica observamos com relação aos rios que nele deságuam. A própria localização do *Cuyaberás* está ligeiramente deslocada.

Analisando com detalhes o mapa de 1726, vemos uma série de pequenas modificações realizadas em todos os quadrantes do mesmo. Uma constatação interessante, o quadro onde o cartógrafo deveria inserir a legenda com os seus pequenos desenhos, foi deixado em branco. Tal seja, este mapa não possui legenda explicativa dos sinais gráficos apontados no mesmo.

Mas em seu todo, o mapa da reimpressão de 1726, redesenhado em 1722 por Matheo Seutter, é uma peça sensivelmente melhorada do que os anteriores. Isto porque, já em 1722 o cartógrafo já tinha obtido novas informações dos jesuítas para aprimorar o mapa de 1700 e esses novos dados deram ensejo a um mais bem posto desenho e, conseqüentemente, melhor gravação e impressão.

Fica bem claro que, por décadas, Matheo Seutter foi paulatinamente aprimorando o mapa primeiro de 1700 até chegar neste que ora analisamos.

2- PETROSCHI, Johannes. *Paraquariae provinciae Soc. Jesu cum adjacentib. Novíssima descriptio post iterata oeregrinationes, & plures observationes Patrum Missionarium eiusdem Soc. Tum huius Provinciae cum & Peruanæ acuratissime delineata e emendata anno 1732*. Roma: 1732 - 58 x 49cm.

Inserindo a data de edição, registramos: *Provincia Paraquariae Soc. Jesu, anno 1732*.

O mapa está depositado na Mapoteca do Itamaraty e catalogado sob n. EKE J 3121

Esse mapa foi desenhado e gravado por Johannes Petroschi e editado em Roma, tendo o mesmo formato e a mesma apresentação do mapa de Seutter de 1726.

Foi oferecido ao Prepósito Geral da Companhia de Jesus, padre Franz Retz.

Percebemos claramente muitas diferenças em sua execução. Os desenhos de rios, serras e ilhas são diferentes daqueles encontrados nos mapas de Seutter, apesar das molduras dos quadros dos títulos e subtítulos serem quase idênticos.

Para melhor apreciarmos as modificações implementadas, podemos nos ater mais detidamente à região dos Xarayés. Vemos uma modificação muito grande no desenho de seu formato e de suas ilhas, bem como da posição dos rios que deságuam nesse hipotético lago. O mapa de 1726 apresenta 26 ilhas no local e no de 1732, apenas 5 ilhas são desenhadas.

Anotamos uma prova de que esse mapa de 1732 está mais aperfeiçoado que o de 1726, através do apontamento dos *Cuyaberás* com relação ao *Coxiponés*. No mais antigo, os índios Coxiponés estão abaixo dos *Cuyaberás* e no mapa de 1732, estão quase lado a lado. Isso certamente foi fruto de uma correção geográfica.

Outro ponto a registrar é a continuidade, por todos os mapas ora mencionados, do apontamento do local denominado de *C. Gerez destr.*, tal seja Cidade de Xerez destruída, a antiga *Xerez destructa* de Seutter, numa clara mostra do inconformismo com a perda de Santiago de Xerez, nas margens do rio Mbotetey, para os bandeirantes paulistas no século XVII.

O trópico de Capricórnio está mencionado, mas a sua imaginária linha representativa não foi desenhada.

Temos assim que Petroschi realmente corrigiu algumas falhas e imperfeições dos mapas desenhados por Seutter, mostrando que, no decorrer dos anos, obteve outras e novas informações. Esse aperfeiçoamento cartográfico redundou na elaboração de um mapa bem mais aprimorado e condi-

zente com a realidade geográfica da região sul americana nele representada.

Um detalhe interessante a anotar. No quadro de legenda, Petroschi desenhou três pequenos triângulos onde explicou: *Tuguria barbarorum*, aldeia de índios. Isso comprova a hipótese levantada quando, analisando o mapa de Seutter de 1700, inferimos que os pequenos triângulos ao lado do nome *Cuyaverás* eram a representação de aldeias indígenas.

Podemos ainda salientar que esse mapa de Petroschi de 1732 foi re-editado por Martin de Moussy e publicado em Paris em 1867 com o título *Carte du bassin de la Plate, dressée pour les missionnaires de la Compagnie de Jesus de la Province du Paraguay. Publiée a Rome em 1732*. É praticamente uma edição fac-similar do mapa de Petroschi de 1732, mas regravado e apresentado com um formato menor (49 x 38 cm).

Uma interessante observação. Esse mesmo mapa de Petroschi de 1732 foi reproduzido por Virgílio Correia Filho em seu livro *Pantanaís Mato-grossenses – Devassamento e ocupação*, mas o historiador não atentou para o Cuyaberás ali apontado. (Correia Filho, 1946, p.40)

3- Anônimo. *Neueste Vorstellung und beschreibung der Gesellschaft Iesu zugehoeringen Provinz Paraquay mit den angraenzenden Laendern aus den Reise Geschichten und riefaeltigen Beobachtung der P.P. Missionarien sowohl von diefer als auch der Peruanischen Provinz auf das genauste ausgezeichnet und verbsert. A. 1732*. [Alemanha]: 1732 - 52,50 x 66 cm.

No rodapé do mapa, o anônimo gravador refere que se baseou no mapa de Petroschi editado em Roma, pois registrou *Nach der Original der PPJJ gestoelnen durch Ioh. Petroschi in Rom*⁵⁰.

O mapa está depositado na Mapoteca do Itamaraty e catalogado sob n. EKE J 461.

Foi oferecido ao Prepósito Geral da Companhia de Jesus, padre Franz Retz.

50 Tradução: *De acordo com o desenho original de P.P.J.J. gravado por Johannes Petroschi em Roma* (Tradução do alemão feita por Peter Büttner, professor da UFMT).

Consideramos que o anônimo cartógrafo pôde até ter-se baseado no mapa de Petroschi, mas o seu trabalho é notadamente outra realidade cartográfica. Inicia pela apresentação de um mapa todo colorido, com desenhos mais bem elaborados e minuciosos.

Notamos a representação da linha divisória, a cores, entre as diferentes regiões, passando sempre pelo divisor de bacias hidrográficas.

Observamos que o mapa foi desenhado e gravado após a edição do mapa de Petroschi de 1732. Assim ele foi editado a partir desse ano, mas como foi baseado em mapa dessa data, esta foi inserida em função daquela peça cartográfica ter sido copiada e, por isso, a mesma foi também reproduzida e editada.

O título é muito semelhante ao do mapa de Seutter em suas edições posteriores, mas no presente mapa, foi totalmente escrito em alemão⁵¹. Nessa língua foram também escritos os textos alocados nos quadros, mas os nomes inseridos no corpo do mapa foram mantidos em latim, conforme o original de Petroschi.

Sob a legenda do *Tropicus Capricorni*, foi desenhada uma linha representativa dessa imaginária representação geodésica.

Os quadros com o título, um subtítulo e a legenda, têm formado e desenhos bem diferenciados dos mapas de Seutter e Petroschi.

No quadro das legendas estão ali representadas as igrejas, as missões, bem como as tribos indígenas. Inseriu dentro desse quadro uma representação de distâncias baseadas em milhas espanholas que, em outros mapas, estavam em pequeno quadro isolado.

Na parte que ora nos interessa, tal seja, as imediações do mar dos Xaraiés, temos a observar um formato inteira-

51 *Novíssima representação e Descrição da Província do Paraguai pertencente à Companhia de Jesus com as terras limítrofes, tirado das histórias das viagens e das variadas observações dos padres missionários, tanto desta como também da Província Peruana, desenhada de maneira exata e melhorada. 1732* (Tradução do alemão feita por Peter Büttner, professor da UFMT).

mente novo dessa região e com 17 “ilhas” nela inseridas. Anotamos também o apontamento dos índios *Cuyaberás* bem ao lado dos *Coxiponés*.

Assim, concluímos, o anônimo cartógrafo alemão produziu um mapa bem melhor que o do próprio Petroschi, a quem alega ter se baseado para realizar o seu trabalho.

-x-

Diante dessas robustas provas cartográficas, não há mais como duvidar ou opor qualquer resistência à tese de *Kyyaverá – Cuyaverá*.

O *Cuyaverá* referenciado pelo padre Castañares em sua carta de 1741, teve um suporte absolutamente insuspeito e digno de crédito, sendo apontado nos 4 mapas jesuítas coloniais que ora analisamos.

A preocupação com o registro por parte da Companhia de Jesus, certamente fez salvar o *Cuyaverá* de um inexorável esquecimento e perda de identidade no decorrer dos séculos que se seguiram. O apontamento cartográfico providenciado pelos jesuítas, salvou a memória das lontras que tinham o seu habitat no rio Cuiabá e deu vida, após quase dois séculos e meio de contradições e incertezas, aos índios Cuiabás.

Os incontáveis e diferentes significados propugnados por diversos autores no decorrer dos tempos, não conseguiram provas cartográficas para respaldar as suas propostas. Por isso, mantiveram-se tão somente no plano das ideias, não conseguindo nenhum aporte científico para se transformar em teses. Nem documentos, nem mapas coloniais.

Muito mais contundentes e eficientes do que registros documentais coloniais, em especial pela visualização da prova, os mapas jesuítas referidos não se constituíram apenas numa comprovação cartográfica de uma frase do padre Castañares.

Demonstraram essas cartas coloniais, independentemente de documentos, que realmente um dia existiram os índios *Cuyaverás* e que esse topônimo foi dado primeiro ao rio, depois aos índios e finalmente à vila cuiabana.

Isso ficou claro e de forma incontestável.

Conclusão

Vimos com muita clareza que as tentativas de mostrar o significado da palavra Cuiabá foram baseadas em uma determinada lenda, em exercícios de etimologia nunca assestados com a realidade histórica e ainda com a existência de uns certos índios Cuiabás ou *Cuyabases*.

A lenda do Cuia-vai, uma perfeita fábula infantil, por demais primária, não aponta para uma conclusão científica.

Por outro lado, temos que a etimologia deve ser avocada para se demonstrar o significado de uma palavra, conquanto provado previamente que um dia a mesma fora realmente usada. Não adianta tentar se fazer estudo etimológico ou a evolução semântica de uma palavra indígena, sendo que nunca se demonstrou que os índios designavam o local com aquela exata nomeação. Realmente, uma incongruência e uma lamentável perda de tempo.

Por isso, os etimologistas que estudaram o significado da palavra Cuiabá chegaram a inúmeras conclusões diferentes. Realmente, muitas interpretações distintas e até mesmo antagônicas, para uma única e simples palavra.

Assim, com o *Cuyaverá* ora apresentado, julgamos ter encontrado uma solução razoável e plausível.

A premissa do estudo está correta, pois a palavra tem o seu uso documental comprovado. O padre Castañares a usou em carta oficial e o topônimo foi usado em mapas editados na Europa em 1700, 1726 e 1732. Essa palavra, *Cuyaverá*, portanto, seria cientificamente passível de ser analisada através estudos etimológicos, já que Cuiabá é comprovadamente dela derivada. Aí sim, o estudo estaria sendo aplicado sobre um termo que corresponde ao que se pesquisa e ao essencial objeto do presente trabalho. Como dissemos, primeiro a constatação histórica e documental do efetivo uso da palavra, depois, a análise etimológica para se saber o que ela significa.

O estudo etimológico dessa palavra guarani foi efetuado pelo professor Basilides Brites Fariña, que concluiu ser a

mesma originária de *Kyyaverá*, significando Lontra Brilhante em guarani.

Julgamos ter trilhado essa sequência lógica na construção deste presente trabalho.

Temos, portanto, um perfeito tripé de registros: a informação contida na carta do padre jesuíta Agustin Castañares; o estudo etimológico da palavra Cuyaverá efetuado pelo professor paraguaio e ainda a nomeação da tribo indígena dos *Cuyaberas*, apontada nos mapas referenciados.

Em se analisando esse conjunto de informações agora disponibilizado, efetivamente chegamos às conclusões que abaixo se seguem:

1ª- Os índios Paiaguás, de dialeto ou de aprendizado guarani, cujo território de ação abrangia o rio Cuia-bá, em suas perambulações por esse curso d'água, ao se depararem com uma grande quantidade de ariranhas e lontras, que em toda a sua extensão tinham o seu habitat, mergulhando e saindo à superfície da água com a sua pele brilhante e lustrosa, refletindo os raios luminosos de sol, o denominaram de rio *Kyyaverá*, tal seja, o rio da Lontra Brilhante. Isso, certamente, em tempos imemoriais;

2ª- Um povo indígena povoava toda a região do vale do rio *Kyyaverá* e adjacências e, por sua localização geográfica, eram eles certamente ancestrais dos atuais Bororos. As suas várias aldeias tinham diferentes designações, tendo em vista algumas peculiaridades étnicas estritamente locais. Uma delas se situava às margens e imediações desse curso d'água. Em razão de seus moradores utilizarem-se desse rio como seu principal meio de vida, foram nomeados de índios *Kyyaverás*;

3ª- Posteriormente, já por transposição fonética ocorrida séculos atrás, o rio e os índios *Kyyaverás* passaram a serem chamados de *Cuyaverás* e, como tal, eles foram conhecidos pelos jesuítas e pelos espanhóis desde o século XVI. Com esse nome ou na sua

forma próxima, *Cuyaberás*, essa tribo foi apontada em mapas jesuíticos dos séculos XVII e XVIII.;

4º- O termo *Cuyavá* surgiu de uma contração fonética da palavra guarani *Cuyaverá*, ocorrida no transcorrer dos tempos.

5ª- Quando os sertanistas paulistas chegaram à região, já encontraram o rio com a denominação de Cuyavá/Cuyabá e tiveram precisas informações ou conhecimento fático acerca de uns índios chamados de Cuiabás. Esses primeiros paulistas penetradores das Vacarias e Itatins ainda nos meados e fins do século XVII e os fundadores de Cuiabá no século seguinte, até mesmo poderiam ter contribuído com uma última transposição fonética, tal seja de Cuyavá para Cuyabá. Por isso, quando já no século XVIII descobriram as minas e fundaram o seu arraial pioneiro, os foram denominando de minas do Cuiabá e arraial do Cuiabá.

Assim, o rio *Kyyavera*, o rio da Lontra Brilhante dos índios Paiaguás, passou a referenciar e denominar também os índios *Cuyaberás*, de etnia Bororo, que habitavam nas suas margens. O *Cuyaberá/Cuyaverá* por evolução fonética tornou-se o *Cuyabá* bandeirante já no século XVIII. A cidade e o rio Cuiabá de hoje.

Dessa forma, com documentação colonial de 1741, os mapas jesuíticos dos séculos XVII e XVIII dando suporte histórico-cartográfico e ainda, respaldado pela análise etimológica levada a efeito pelo professor Basíledes Brites Fariña em Assunção, julgamos ter efetuado a comprovação teórica da hipótese levantada.

Realmente o *Cuyaverá*, o rio da Lontra Brilhante guarani se transformou no Cuiabá bandeirante.

- 1- Kyyaverá
- 2- Cuyaverá - Cuyaberá
- 3- Cuyavá - Cuyabá
- 4- Cuiabá

Referências

- ADONIAS, Isa. *Imagens da Formação Territorial Brasileira*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 1993
- AGUIRRE, Juan Francisco. Diario del Capitán de Fragata Juan Francisco de Aguirre. *Revista de la Biblioteca Nacional*, Buenos Aires: Tomo XIX
- ALBISETTI, César. *Enciclopédia Bororo*. Campo Grande: Museu Dom Bosco, 1962, 3v.
- ANGLÉS Y GORTARI, Mathias. *Jesuitas en el Paraguay*. Assunção: Uribe y Cia, 1896
- AZARA, Felix de. *Geografía Física y Esférica de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaranies*. Montevideo: Museo Nacional, 1904
- AZARA, Felix de *Descripción e Historia del Paraguay y del rio de la Plata*. Madri: Imprenta de Sanchez, 1847, 2 v.
- AZARA, Felix. *Diário*. Apud GANDIA, Enrique de. *Historia del Gran Chaco*. Buenos Aires: Roldan, 1929.
- BAEZ, Cecílio. *Historia del Paraguay y Rio de la Plata*. Asunção: Comuneros, 1991.
- BANDEIRANTES no Paraguai – Século XVII. São Paulo: Arquivo Público Municipal, 1949.
- BUENO, Francisco da Silveira. *Vocabulário Tupi-Guarani Português*. São Paulo: Éfeta, 1998.
- BOGGIANI, Guido. *Os Caduveo*. São Paulo: Martins, 1945, p. 265.
- CAMPOS, Antonio Pires de Campos. Breve notícia que dá o Capitão Antonio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das Minas do Cuiabá e seu recôncavo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá: tomo 144, 1996.
- CHARLEVOIX, Pierre François-Xavier de. *Histoire du Paraguay*. Paris: Didot-Giffart-Nyon, 1757
- COLBACHINI, Antonio. *Grammatica della lingua dei Bororos-Orarimugudogue del Matto Grosso – Brasile*. Torino: Soc. Editrice Internazionale, [1917].
- COLBACHINI, Antonio; ALBISETI, César. *Os Bororos Orientais*. Rio de Janeiro/São Paulo: Cia Ed. Nacional, 1942.

- CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, 1969.
- CORREA FILHO, Virgílio. *Pantanaís Mato-grossenses*. Rio de Janeiro: IBGE, 1946.
- CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950/2, volume III, parte II.
- CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Guairá*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952
- COSTA, Maria de Fátima. *História de um País Inexistente – O pantanal entre os séculos XVI e XVII*. São Paulo: Kosmos, 1999, p. 210.
- COURTEVILLE, Roger de. *Le Mato-Grosso*. Paris: Payot, 1938.
- COUTO DE MAGALHÃES, José Vieira. *Região e raças selvagens do Brasil*. Rio de Janeiro: Pinheiro, 1874.
- DEMERSAY, Alfred. *Fragments d'un voyage au Paraguay – 1844-1847. Les indiens Payaguás*. Paris: Hachette, 1861.
- DEMONSTRAÇÃO dos diversos caminhos de que se servem os moradores de São Paulo para o Cuiabá e província dos Coxiponés. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo: v. I, 1922.
- DENIS, Ferdinand; TAUNAY, Hippolyte. *Le Brésil ou histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*. Paris: Nepveu, 1822, v.III.
- EGUIA RUIZ, Constancio. *España y sus misioneros en los países del Plata*. Madri: Cultura Hispanica, 1953.
- FARIÑA, Basilides Brites. *História de la Cultura Guarani*. Asunción: Ysyry, 1988.
- FARIÑA, Basilides Brites. *Carta a Paulo Pitaluga Costa e Silva*, 1992
- FERRER, Diogo. Anua do Padre Diogo Ferrer para o Provincial sobre a geografia e etnografia dos indígenas do Itatim – 21/08/1633. In: CORTESÃO, Jaime. *Jesuítas e Bandeirantes no Itatim – (1596-1760)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1952.
- FURLONG, Guillermo. *Los Jesuítas y la cultura rioplatense*. Montevideo: Urta y Curbelo, 1933

GANDIA, Enrique de. *Historia del Gran Chaco*. Buenos Aires: Roldan, 1929

GUEVARA, P. *História del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán*. Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1836, (Coleção de Angelis, tomo I)

JUCÁ, Pedro Rocha. O nome Cuiabá corresponde a Pantanal mato-grossense. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá: IHGMT, tomo CXXIX-CXXX, 1988

LOZANO, Pedro. *Historia de la conquista del Paraguay, Rio de la Plata y Tucumán*. Buenos Aires, Imprenta Popular, 1874/5, 5v.

LUGONES, Leopoldo. *El Imperio Jesuitico*. Buenos Aires: Pucará, 1945.

MAGALHÃES, Basílio de. Vocabulário da língua Bororos-Coroados do Estado de Mato Grosso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, v.83, 1918.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Região e Raças Selvagens do Brasil*. Rio de Janeiro: Pinheiro & Cia, 1874.

MELLO, Raul Silveira de. *História do Forte de Coimbra*. Rio de Janeiro: Impr. Nacional, 1958/9/60/1, 4 v.

MOURA, Carlos Francisco. Os Paiaguás, “índios anfíbios” do rio Paraguai. *Anais Hidrográficos*, Rio de Janeiro: tomo XLI, 1984, separata.

PASTELLS, Pablo. *História de la Compañia de Jesus en la provincia del Paraguay*. Madrid: Suarez, 1915.

POMBO, Raimundo. O nome Cuiabá. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá: IHGMT, tomo CXXXI-CXXXII, 1989.

PRADO, Francisco Rodrigues do. História dos Índios Cavaleiros ou da Nação Guaicuru. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: IHGB, tomo I, 1839.

RELAÇÃO fornecida por Simão Bueno a um padre jesuíta sobre as minas do Cuiabá. In: CORTESÃO, Jaime. *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950, Parte III, tomo II, p.115/26.

SÁ, José Barbosa de. *Relação das povoações do Cuiabá e*

Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos. Cuiabá: UFMT, 1975.

SCHMIDT, Max. Los Payaguá. *Revista do Museu Paulista*, São Paulo: Museu Paulista, v. III, N.S., 1949.

SCHULLER, R.R. *Prólogo*. In: AZARA, Felix de. *Geografia Física y Esférica de las Provincias del Paraguay y Misiones Guaranies*. Montevideo: Museo Nacional, 1904, p. LXVIII/LXIX. p. LXXVII.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre o aldeamento dos índios Aicurús e Guanãs, com a descrição de seus usos, religião, estabilidade e costumes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro: v. VII, 1845.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. Ibitiraty – A Serra da Neblina. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*, Cuiabá: v. 59, 2001.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. *Cuyaverá-Cuiabá, a Lontra Brilhante*. Cuiabá: Carlini & Caniato. 2010.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e Silva. *O nome Cuiabá - Uma explicação ao menos plausível*. Diário de Cuiabá - 9 de abril de 1993, p. 4.

TROMBETTI, Alfredo. *La lingua Bororos – Orarimugudogue – secondo i materiali pubblicati dalle Misioni Salesiane*. Torino: Soc. Editrice Internaziale, [1912].

VALÉRIO, Domingos Iglesias. *Rio Cuiabá – Considerações e análise de sua vida vida física*. Cuiabá: Casa Civil, 2003, p. 5 (mimeo).

Fontes cartográficas:

ANÔNIMO. *NEUSTE Vorstellung und beschreibung der Gesellschaft Iesu zugehoeringen Provinz Paraquay mit den angraenzenden Laendern aus den Reise Geschichten und rielfaeltigen Beobachtung der P.P. Missionarien sowohl von diefer als auch der Peruanischen Provinz auf das genauste ausgezeichnet und verbsert*. A. 1732. [Alemanha]: 1732.

ANÔNIMO. *Mapa da região das minas pelo bandeirante Simão Bueno, acrescentado por um jesuíta do Paraguai*

(c.1747). in: CORTESÃO, Jaime. O Tratado de Madrid. Brasília: Senado Federal, 2001, v. II, p. 132, anexo.

CRUZ CANO Y OLMEDILLA, Juan de la. *Mapa Geográfico da America Meridional*. Madrid, 1775, cópia em Londres: Bertan, 1799.

PETROSCHI, Johannes. *PARAQUARIAE provinciae Soc. Jesu cum adjacentib. Novíssima descriptio post iterata oeregrinationes, & plures observationes Patrum Missionarium eiusdem Soc. Tum huius Provinciae cum & Peruanae acuratissime delineata e emendata anno 1732*. Roma: 1732.

SEUTTER, Mattheo. *PARAQUARIAE Provinciae Soc. Jesu cum adjacentibus novíssima descriptio post iteratas peregrinationes, et plures observationes Patrum Missionarium ejusdem Soc. Tum hujus Provinciae, cum et Peruanae accuratissime delin. a Matthaeo Seuttero, Chalc. August.. Nuremberg: s.n. [1700]*.

[SEUTTER, Mattheo]. *PARAQUARIAE Proviandiae Soc. Jesu cum adjacentib. novíssima descriptio post iterata peregrinationes & plures observationes Patrum Missionarum eiusdem Soc. Cum huius Provinciae, cum & Peruanae accuratissime delineata anno 1722*. Nuremberg: 1722 (reimpressão de 1726).

SANSON, G. *Le Paraguay*. Paris: L'Arthemis, 1668.

JANSONIUS, Joannes. *Paraguay o Prov. de la Plata*. Amsterdam: 1629.

Ikuiapá e os fluxos cósmicos: processos de desterritorialização do espaço Boe-bororo

Ikuiapá y los flujos cósmicos: procesos de deterritorialización del espacio Boe-bororo

José Eduardo Fernandes Moreira da Costa¹

Resumo: O povo Boe-Bororo ocupava um vasto território que se estendia, em arco, do rio Otuquis, no Oriente boliviano, adentrava no Brasil pelas cabeceiras do rio Paraguai, delimitado ao Sul pelo rio Taquari, até alcançar a Nordeste, no contraforte do planalto, o rio das Mortes e as nascentes do Araguaia. Esse imenso complexo sociocultural, composto por diferentes grupos locais, foi fragmentado e dividido em novas categorias: Bororo Ocidental e Oriental, em referência ao eixo de penetração colonial representado pelos rios São Lourenço-Cuiabá. A implementação de diversas missões jesuíticas de Chiquitos, a partir de 1691, na banda ocidental do rio Paraguai, em terras de Castela, e a criação das povoações portuguesas no entorno de centros minerários, em especial da Vila de Cuiabá, em 1719, consolidou a conquista desse território. Dentro de uma análise centrada no domínio do simbólico, onde os territórios são articulados aos fluxos cósmicos, aos espaços-tempos sociais, culturais e cognitivos, procurou-se apresentar o processo de desterritorialização do espaço Boe-Bororo sob a ênfase teórica no culturalismo, num diálogo entre a História, Geografia e Antropologia.

Palavras-chave. Povo Boe-Bororo. Fronteira. Território.

Resumen: El pueblo Boe-Bororo ocupó un vasto territorio que se extendía, en el arco, del río Otuquis, en el Oriente boliviano, ingresado en Brasil por las cabeceras del río Paraguay, delimitado al sur por el río Taquari, hasta llegar al noreste, a los pies de la meseta, el río de Muertes y manantiales de la Araguaia. Este inmenso complejo sociocultural,

1 Indigenista. Mestre em Geografia e Especialista em Antropologia pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). E-mail: jefmdacosta@hotmail.com

compuesto por diferentes grupos locales, fue fragmentado y dividido en nuevas categorías: Bororo Occidental y Oriental, en referencia al eje de penetración colonial representado por los ríos São Lourenço-Cuiabá. La implementación de varias misiones jesuitas de Chiquitos, desde 1691, en la banda occidental del río Paraguay, en las tierras de Castilla, y la creación de los asentamientos portugueses en las proximidades de los centros mineros, especialmente el pueblo de Cuiabá, en 1719, consolidó la Conquista de este territorio. Dentro de un análisis centrado en el dominio simbólico, donde los territorios se articulan a los flujos cósmicos, los espacios sociales, culturales y cognitivos-tiempos, buscamos presentar el proceso de deterritorialización del espacio Boe-Bororo bajo el énfasis en el culturalismo, en un diálogo entre Historia, Geografía y Antropología.

Palabras claves: Pueblo Boe-Bororo. Frontera. Território.

Introdução: os fluxos cósmicos

Os primeiros europeus a explorarem o alto curso do rio Paraguai costumavam designar etnias, relevo, fauna e flora encontrados conforme os nomes atribuídos pelos tupi-guarani que os acompanhavam. Em geral, estavam vinculados a algum atributo ou característica física que os identificasse, expressas na língua geral meridional ou paulista, fluente nas expedições dos bandeirantes. Como estratégia, era costume também incorporar indígenas da região a ser conquistados para decodificar o território e atuar como intérpretes, o que contribuiu também para a toponímia local. Como exemplo, pode ser citado o apodo *Guaycurus*, ou índios manchados, aos diversos grupos inimigos, como sinônimo de sarnento, traidor ou falso. Os exploradores chamaram ainda de *Lenguas* a todos os índios que adotavam um enfeite no lábio inferior, cuja estética lembrava uma segunda língua. De *Orejones*, aos que deformavam e avantajavam as orelhas, e de *Frentones* àqueles que tinham o costume de raspar a parte anterior da cabeça. Denominaram o rio São Lourenço de rio dos índios Porrudos, em decorrência do uso do estojo peniano pelos Bororo² que ali moravam, conhecidos também por Coroados.

Com o tempo, as incursões proporcionaram um conhecimento mais profundo das etnias e de seus territórios, em que pese o grande desequilíbrio geopolítico decorrente da presença dos espanhóis e dos luso-brasileiros, reconfigurando profundamente o espaço até então conhecido pelos índios. Povos inteiros desapareceram, migraram, receberam novas denominações; outros foram escravizados, assimilados pela sociedade colonial ou integrados a outras etnias com as quais mantinham afinidades socioculturais. Poucos resistiram. A luta contra a servidão e a efervescente movi-

2 Este estudo utiliza a uniformização da grafia dos nomes indígenas apresentada em 1953, na cidade do Rio de Janeiro, durante a I Reunião Brasileira de Antropologia, mais tarde publicada no livro organizado por Egon Schaden, “Leituras de Etnologia Brasileira” (1976). Foi estabelecido também que essa classe de palavra não seria flexionada em gênero e número.

mentação por áreas adjacentes aos seus *locus* de origem foram uma constante no período de colonização centro-sul americana, acentuando antigas rivalidades e alianças, gerando novas tensões e articulações frente à presença do conquistador europeu.

Os Bororo, Payaguá, Guaikuru e Chiquitano, conforme relatos etnográficos, constituíram, possivelmente, nos povos indígenas da fronteira Oeste que mais se opuseram, com violência, à ocupação de seus territórios. Diante da ação dos conquistadores ao promoverem o saque das aldeias, capturarem mulheres e escravizarem homens, não tardou para que os diversos grupos indígenas se reunissem e atacassem os invasores, ao demonstrarem os primeiros sinais de enfraquecimento face aos rigores da empreita.

O povo Boe-Bororo ocupava um vasto território que se estendia, em arco, do rio Otuquis, no Oriente boliviano, e adentrava no Brasil pelas cabeceiras do rio Paraguai, delimitado ao Sul pelo rio Taquari, até alcançar, a Nordeste, no contraforte do planalto, o rio das Mortes e as nascentes do Araguaia. O acesso de diferentes grupos indígenas aos recursos da ampla região do Pantanal, era permeado por um histórico de conflitos e alianças de cada povo, vinculados às práticas culturais e ambientais.

A noção de pertencimento e circularidade das relações dadas pelas semelhanças linguísticas, apropriações culturais, trocas econômicas e matrimoniais, mediadas pelos interesses e proximidades entre os grupos locais e afins, compuseram grandes complexos socioculturais. Estudos da etno-história do período colonial (GANDIA, 1929; COLINI, 1945; MOREIRA DA COSTA, 2006) figuram o processo de fragmentação de diferentes complexos pelos europeus, como Otuque-Bororo, Guaikuru, Xarayes e Chiquitano. Desde a época colonial, os conquistadores dividiram o complexo Otuque-Bororo, atribuindo diferentes nomes para os grupos locais, posteriormente reconhecidos como Bororo ocidentais e orientais, em referência ao eixo de penetração representado pelos rios São Lourenço-Cuiabá. As políticas de desterrí-

torialização das potências ibéricas se fizeram acompanhar dessas novas categorias colonialistas e homogeneizadoras.

As diásporas e movimentação intensa em busca de refúgios não detiveram o desaparecimento de diversos grupos que integravam o Complexo Otuque-Bororo. Adotaram estratégias de sobrevivência e novas configurações adquiridas no percurso histórico, pelo deslocamento aos extremos do seu território cultural, ora conflitanto ora aliando-se aos grupos vizinhos.

A implantação de diversas missões jesuíticas de Chiquitos, a partir de 1691, na banda Ocidental do rio Paraguai, terras de Castela, e a criação das povoações portuguesas de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, e de Vila Maria, em 1778, entre as cabeceiras do rio Guaporé e do rio Jauru, e, ainda, Cocais, em 1730, e de São Pedro de D'El Rei, em 1782, consolidaram a cisão territorial dos Bororo ocidentais. Esse complexo cultural era formado pelos Kuruminaca, Aravirá, Kurucané, Parariané, Biripoconé, Alcioné e Balotiponé, dentre outros, com filiações linguísticas próximas dos Bororo Coroado ou Coxiponé.

O Balotiponé ou Umutina foi o único grupo, em território brasileiro, dos tidos como Bororo Ocidental, que resistiu ao processo de extermínio e manteve sua coesão socioterritorial. Entretanto, algumas famílias Bororo da Campanha continuaram vivendo na fronteira e seus anciãos preservam na memória as histórias e os cantos de seu povo. Cândido Rondon, com ascendência de Guanã, Terena e Bororo da Campanha, foi quem mais compreendeu e tocou a alma de muitos, trabalhando para perpetuar a existência dos senhores das terras brasilis, do belo e do diverso. Os Bororo o chamavam de Págimejéra, Nosso Chefe, a expressão da essência de um líder atemporal, e os Paresi o reconheceram como Wazáre, herói mítico civilizador.

A fundação da Vila Real de Senhor Bom Jesus de Cuiabá, no território dos Bororo Orientais, conhecidos por Coxiponés, Araés, Porrudos, Cuiabás ou Coroados, implementou uma política de violência e expropriação de suas terras.

Contudo, em decorrência da sua resistência, os mesmos lograram sobreviver até os tempos atuais, ainda que habitando pequenas áreas do seu antigo território. Constituídos pelo domínio do simbólico, como percebem Guattari e Rolnik (1996), os territórios são articulados aos fluxos cósmicos, aos espaços-tempos sociais, estéticos, culturais e cognitivos e estão sempre em processos de apropriação e de desterritorialização, podendo adquirir novos contornos ou mesmo se dissipar. Haesbaert (2002, p. 121) chama atenção para a dimensão simbólica do território, adotada por vários autores, enquanto espaço vivido para, finalmente, defini-lo como “[...] produto de uma relação desigual de forças, envolvendo o domínio ou o controle político-econômico do espaço e sua apropriação simbólica, ora conjugados e mutuamente reforçados, ora desconectados e contraditoriamente articulados”.

Ao apresentar um discurso historiográfico da colonização da fronteira Oeste, em que a cultura emana espaço e tempo, o presente artigo se propõe em abordar o processo de desterritorialização do território Boe-Bororo. Assim, a análise se coloca sob a perspectiva da teoria-conceito dos signos no pensamento deleuziano, aberta às múltiplas experiências e realidades que engendram ideias, percebidas e sentidas nas tensões das relações, em estar em um mundo sempre em mutação. Esta abordagem une-se às fontes cartográficas e documentais, bem como à convivência deste indigenista junto ao povo Boe, e seus estudiosos não indígenas.

O sentido que se dá à vida e à maneira que modelam o ambiente e às relações está indissociavelmente enleado ao simbólico. O espaço não guarda apenas histórias, mas a condição para a sua realização, que comporta um processo permanente do vir a ser. Um mundo relacional de identidades, estruturado a partir da polaridade entre o eu e o outro, em processos de constantes contradições aparentes e mutações das formas objetivas e subjetivas.

A relação ser-no-mundo tem como marco referencial o homem em sua movimentação, que é experimentada e, de

algum modo, fixa o lugar onde se desenvolve a sua existência. Neste caso, aborda-se o povo Boe-Bororo, que ainda segue lutando pela demarcação de uma pequena parcela de seu território tradicional e pelo respeito de seus ritos e saberes. Essa resistência persiste no protagonismo político e cultural frente à sociedade envolvente. O cotidiano dos Boe, como os Bororo se autodenominam, é permeado pela musicalidade e pelos cantos que compõem os momentos de sua vida: nas festas, caçadas, pescarias e na evocação do território ancestral e fortemente presentes na memória coletiva. Nos ritos funerários, por exemplo, manifestam sua plenitude ao conduzir o encontro das almas dos mortos com os vivos, renovando a solidariedade e o sentido de estar juntos no mundo.

Os Boe-Bororo a Oeste do rio Cuiabá: Bororo Ocidental

A descoberta de ouro em 1734, pelos irmãos Paes de Barros no rio Galera, afluente da margem Oriental do Guaporé, ocasião em que se encontravam imbuídos em capturar índios Paresi, bem como a crescente presença espanhola nas proximidades das posses pretendidas por Portugal, mudaram a geopolítica regional. Era necessário, com urgência, evitar o contrabando com a Província de Chiquitos e a evasão do ouro. Para tanto, a Coroa Portuguesa precisava ocupar e controlar estes espaços, sendo a aliança com os índios e, em especial, com os Guaikuru, estratégica para alcançar esses objetivos.

A criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, com o conseqüente desmembramento da capitania de São Paulo, teve como ato contínuo o estabelecimento de Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, para ser a sua sede. A recém-criada capitania consistiu na concretização da geopolítica portuguesa e na chave para assegurar as possessões. E o seu guardião, D. Antônio Rolim de Moura, o primeiro capitão-general, foi incumbido por Carta Régia a implementar políticas para atrair os índios e assegurar mão de obra.

De acordo com Corrêa Filho (1994, p. 368), Mendonça Furtado, irmão do Marquês de Pombal, que foi nomeado para proceder a demarcação estipulada em 1750 pelo Tratado de Madri, logo percebeu o inconveniente de se fixar a fronteira por um traçado retilíneo da boca do rio Jauru ao Sul da barra do rio Sararé. O comissário, orientado por Rolim de Moura, capitão-general de Mato Grosso, intencionava avançar, se possível, à linha divisória pelos rios *Aguapeí e Alegre*. Entretanto, o marco demarcatório com os símbolos das Coroas Ibéricas chegou a ser implantado na confluência dos rios Jauru e Paraguai. Em virtude do Tratado de El Pardo, de 1761, os trabalhos não foram concluídos, dando por nulo os acertos de limites anteriores.

O Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, não alterou a situação fronteira de Mato Grosso já preconizada pelo Tratado de Madri. Na prática, a demarcação da divisa foi sendo protelada indefinidamente, até o advento do Tratado de Badajoz, que também não saiu do papel. Porém, o princípio do *uti possidetis* foi preservado no Tratado de La Paz, que estabeleceu a fronteira entre o Brasil e a Bolívia, em 1867.

Para implementar a política indigenista, Rolim de Moura, preocupado especialmente em aldear os índios e mantê-los na capitania, incumbiu os padres jesuítas, que vieram em sua comitiva, para catequiza-los. O novo mandatário suspendeu as guerras contra os índios e determinou a transferência dos que estavam cativos, em sua maioria Paresi e Bororo, para a responsabilidade dos missionários. Como política de Estado, pretendia-se promover a secularização das aldeias indígenas com a diminuição do poder temporal dos religiosos e garantir de imediato novos súditos para a Coroa.

Logo a política rendeu os frutos desejados, uma vez que os limites da fronteira foram ganhando contornos mais definidos e muitos destacamentos militares, fortificações ou povoados foram fixados nas proximidades das aldeias já existentes. Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, substituto de Rolim de Moura, desapropriou uma instância, a Fazenda Nacional de Casalvasco, situada na beira do rio

dos Barbados, objetivando a criação de gado e produção de alimentos para Vila Bela. Ainda, adquiriu a Fazenda Nacional da Caiçara, próxima de Vila Maria para abrigar as famílias dos Chiquitos evadidas das missões espanholas confrontantes com a província de Mato Grosso, bem como as dos Bororo Ocidentais.

A aproximação com os Guaikuru, cujos principais líderes compareceram a Vila Bela para celebrarem a paz, em 1791, reconhecendo-se enquanto súditos da Coroa portuguesa, foi fundamental para o desenlace da geopolítica regional e o estabelecimento de fortificações-aldeias na zona fronteira. Os Guaná, seis anos mais tarde, acompanhados pelos Guaikuru, procuraram também a sede da capitania para estabelecer amizade e comunicar que muitos de seu grupo estavam mudando do domínio espanhol para a região portuguesa da Serra de Albuquerque e Mondego. Nessa mesma época, os Bororo-Aravirá e os Guató solicitaram a amizade dos portugueses.

Em 1782, Luiz de Albuquerque fundou São Pedro de D'El Rei, atual cidade de Poconé, antiga Ipoconé ou Beripoconé, nome dos índios que ali viviam, integrantes do processo de complexificação sociocultural Otuque-Bororo. Assim, a Coroa portuguesa implementou um arcabouço legal para a fixação dos índios em aldeamentos e sua posterior assimilação pela sociedade colonial.

As missões de Santiago, San Corazón e San Juan, localizadas a Sudoeste da Província de Chiquitos, se comunicavam com a capitania de Mato Grosso pelo Registro do Jauru e com as lagoas de Mandioré, Guaiba e Uberaba, e estas, com o rio Paraguai, terreno trilhado pelos Guaikuru, Otuque-Bororo e Payaguá.

Os índios que mais opuseram resistência à expulsão dos inacianos, em 1767, foram os das missões de Santo Corazón, Santiago e San Juan, pois se rebelaram e quiseram vingar-se nas tropas espanholas. Foram os mesmos que ajudaram a fundar Vila Maria, povoação abastecida por gado contrabandeado das missões. A região do rio

Otuquis lugar em que se estabeleceu a missão de Santo Corazón, com o intento de congregar um significativo número de grupos locais com filiação linguística semelhante, Otuquis e Carabecas, classificada como Otuké, bem como os Zamucos, foi mais tarde reconhecida como Província de Otuquis. Importa registrar que as missões em geral possuía, por estratégia política e religiosa, grupos étnicos de origem Chiquito e Guarani.

A vinda de índios de Santo Corazón e San Juan não ocorreu aleatoriamente, mas significou o retorno de muitos para a sua região de origem. Muitos índios Guató e Bororo não deixaram as morrarias e as Campanhas, como são conhecidos os campos do alto Paraguai, pela resistência em serem reduzidos pelos jesuítas ou portugueses. Diversas etnias que foram congregadas nas missões jesuíticas, mesmo conservando suas identidades originárias, passaram, porém, a serem reconhecidos como índios missioneiros de Chiquitos, devido ao domínio do linguará, idioma geral da fronteira, e dos novos traços culturais de uso comum. Em relação às outras missões de Chiquitos, as de São Juan e de San Corazón chegaram a apresentar uma diminuta população. As Missões de Santa Ana, San Rafael, San Miguel e de San Ignacio formavam, estrategicamente, um impressionante aglomerado populacional de índios, muito próximo a Vila Bela.

Os portugueses iniciaram a exploração das Salinas do Jauru em 1770, tendo as tropas bolivianas, em 1843, tentado ocupá-las sem sucesso. Os bolivianos fundaram, por Decreto do Congresso Boliviano de 1846, a Villa del Marco del Jauru. Chegaram a expulsar os moradores brasileiros estabelecidos nos Campos de Marco, região de ocupação tradicional dos Bororo da Campanha. Constituíram também a povoação da Colonia del Tremendal que, mais tarde, com a retomada desse território pelo Império brasileiro, passou a abrigar o Destacamento da Corixa Grande, na atual divisa da fronteira Brasil-Bolívia.

Após a retirada dos bolivianos, ainda no século XIX, o presidente da província de Mato Grosso, Coronel João José da Costa Pimentel, em viagem de inspeção à referida região, em 1861, relatou ao seu sucessor, o Capitão de Fragata Augusto Leverger, a situação da fronteira e dos Bororo da Campanha, sugerindo, inclusive, a remoção do Marco do Jauru. Na ocasião em que visitou uma de suas aldeias na imediação do Destacamento Militar de Descalvado, destacou: “Segundo d’ahi passei pela Aldêa dos Índios Bororós da Campanha, que me acompanharam até o destacamento de Descalvado, quatro legóas distante d’essa Aldêa. Ahi distribui-lhes alguns brindes, e forão baptistados mais de cincoentas crianças [...]” (OFÍCIO, Arquivo do IHGMT/IPDAC, 1851, Pasta 138/983).

Em 1769, no caminho de Cuiabá para Vila Bela, no Engenho de Jacobina, estabelecido próximo ao córrego das Flechas, tributário da margem esquerda do rio Paraguai, se constituiu em um importante polo produtor de gado e açúcar no período colonial. Os Bororo da Campanha, habitantes dos campos do Morro Descalvado, situados próximo ao Engenho, subiam o curso do córrego das Flechas para promoverem constantes ataques ao invasor. Em 1827, o pintor Hércules Florence (1977, p. 197), em sua passagem por Jacobina, informou que os últimos anos de guerra promovidos pelo Coronel João Pereira Leite, então proprietário, contra os Bororo resultaram na morte de cerca de 450 índios e na captura de outros 50, inclusive a de seu líder. Os cativos inicialmente foram submetidos a trabalhos forçados nesta fazenda, depois colocados em liberdade vigiada. Porém, os Bororo do Cabaçal continuaram atacando os viajantes e as fazendas na região de Vila Maria. Os Bororo, em diversas ocasiões, foram recrutados pelo governo da Província de Mato Grosso para participarem de expedições militares contra outros índios e mesmos os espanhóis.

O antropólogo alemão Karl von den Steinen, que realizou duas expedições ao Mato Grosso nos anos de 1884 e 1887, ao examinar as telas de Hércules Florence (1977)

constatou uma estreita semelhança etnográfica dos Bororo da Campanha com os Coroados do rio São Lourenço. O processo de complexificação político-cultural Otuque-Bororo era impulsionado por um modelo de redes sociais aberto a circularidade entre membros de suas aldeias, seja por alianças matrimoniais e para apoio mútuo em conflitos, intercâmbios e cerimônias, em especial os ritos funerários. Irmhild Wust (1989, p. 25) observa também a importância dos “magurus”, jornadas sazonais comunitárias Bororo, que duravam meses e interligavam por rotas diferentes nichos de recursos ecológicos, de um amplo território intergrupalo. O aparecimento das Pleiades marcava o período de seca, Joru Butu, a queda o fogo, e o início dos deslocamentos, e o seu sumiço indicava a chegada das chuvas, orientando os ciclos de atividades da aldeia. As excursões podiam incluir no trajeto a visita a outras aldeias, mesmo de grupos locais mais distantes, permitindo o fluxo informacional, as trocas e contribuir para reafirmar alianças e dissipar possíveis hostilidades.

A antropóloga Renate Viertler reconhece a proximidade etnográfica entre os Bororo ocidentais e orientais, mesmo considerando algumas diferenciações na cultura material, como os cortes de cabelos, pinturas e ornamentos, dentre outras singularidades dos diferentes grupos locais, porém estes apresentavam uma estrutura do rito funerário comum, que:

Mesmo implicando a variabilidade de recursos demográficos e materiais de cada aldeia e região, podem ser vistos como um padrão característico a todos os Bororo, basicamente representado pelas técnicas ligadas ao tratamento do corpo dos mortos e à distribuição do alimento feito em nome de suas almas. (VIERTLER, 1991, p. 62).

Com a resistência debilitada dos Bororo da Campanha, o major João Carlos Pereira Leite, que herdou de seu pai o coronel João Pereira Leite, em 1933, o Engenho da Jacobina, tomou posse em definitivo dos campos de Descalvado.

Depois da tentativa de transferir índios para perto da sede da fazenda, solicitou em 1868 a sua nomeação para o cargo de Diretor de Índios. Em 1871, as sesmarias dos campos do Descalvado foram demarcadas; em 1876, o major Pereira Leite vendeu a sesmaria do Descalvado ao argentino Rafael Del Sar, e com a morte do major, em 1880, o uruguaio Jaime Cibilis Buxaréu adquiriu todas as sesmarias, permanecendo ainda em seu interior diversas aldeias Bororo e Guató.

Uma década depois, o novo dono requereu ao governo do Estado a concessão de 208 sesmarias de 3.600 ha cada, visando incorporá-las àquelas anteriormente compradas. As áreas adquiridas compunham um total de quase 1.000.000 ha, que abrangia, a Leste, o rio Paraguai, ao Norte, o rio Jauru, a Oeste, a Corixa Grande e, ao Sul, a Lagoa Uberaba. Conforme registros, no ano de 1881, o senhor Jaime Cibilis Buxaréu comprou do argentino Rafael Del Sar a charqueada do Descalvado para montar uma fábrica de extrato de carne, destinado ao mercado europeu.

Em 1895, Descalvado foi vendida para a Campagnie des Produits Cibilis, grupo belga que mantinha uma milícia armada e comandada por antigos oficiais do exército da Bélgica, com experiência de atuação no Congo.³ Em 1912, a fábrica foi comprada por outra empresa estrangeira, a qual continuou a produzir charque e extrato de carne. Os índios Chiquitano, Guató e Bororo permaneceram ainda vivendo nos mesmos campos e sendo explorados como força de trabalho.⁴ Com a Revolução de 1930, o governo Vargas nacionalizou o empreendimento e as atividades foram paralisadas.

3 Neste mesmo período, as atrocidades praticadas pelos belgas aos negros congolezes, sob a égide do Rei Leopoldo II, marcaram a história africana e da humanidade. Ver, por exemplo, HOCHSCHILD, Adam. O fantasma do rei Leopoldo. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Para uma versão ficção-histórica, LLOSA, Mário Vargas. O sonho do celta. Tradução Cristina Rodriguez. Lisboa: Alfabeta, 2010.

4 Para ler sobre o processo de espoliação das campanhas dos Bororo de Descalvado ou dos Aravirás, como eram também conhecidos, consultar: Rondon (1938) e Moreira da Costa (2000).

O militar Frederico Rondon, em viagem pela fronteira Brasil-Bolívia em 1936, encontrou os Bororo da Campanha ainda vivendo em aldeias nos campos do Descalvado, mesmo invadido por fazendas. O militar registrou que “[...] a aldeia mais importante destes índios fica na Lagôa, cerca de três léguas a Oeste do Descalvado. São cerca de vinte ranchos que se sucedem espaçados nas cordilheiras”. (RONDON, 1938, p. 257).

Os Bororo do Cabaçal, nominados também por Pararianês, com território contíguo aos da Campanha, impuseram muitas mortes e estragos à população que habitava a extensão da Fazenda Nacional de Caiçara ao Porto de Jauru. Por iniciativa do Padre José da Silva Fraga, foram contatados e conduzidos à aldeia de Santa Tereza, em 1843. O objetivo era de franquear a ocupação do caminho geral de Vila Maria a Vila Bela, além de vislumbrar a vantagem para a Província em tê-los como vigia da região da fronteira, pois a percorriam regularmente em suas caçadas.

O geólogo e naturalista Rodolfo Waeneldt (2001), incumbido, em 1860, pelo governo imperial de implantar uma fábrica de pólvora e uma fundição de ferro na província de Mato Grosso, esteve entre os índios Bororo da Campanha e do Cabaçal, na região de Vila Maria, atual cidade de Cáceres. Nas proximidades do rio Paraguai, visitou uma aldeia dos Bororo da Campanha, localizada no interior da Fazenda Cambará e, mais ao poente, outra aldeia dos Bororo em San Mathias. Os indígenas desta última eram impedidos, pelo posto militar boliviano, de visitar seus parentes no Brasil e submetidos a trabalhos forçados. O referido geólogo, durante as pesquisas de prospecção mineral, esteve também com os Bororo do Cabaçal, ainda aldeados em terras da antiga Fazenda Nacional de Caiçara, na Fazenda do Caeté Grande e na Lagoa do Pau Seco. Seus apontamentos constituem importante registro etnográfico dos chamados Bororo Ocidentais, tidos até recentemente, como extintos.

A carta geral da fronteira entre Brasil e Bolívia (1881), organizada de acordo com os trabalhos das comissões de

1871 a 1875, assinala uma aldeia Bororo lindeira ao Des-tacamento da Corixa, na proximidade da linha da fronteira estipulada pelo Tratado de La Paz. O militar Severiano da Fonseca (1881), integrante da Comissão de Limites Brasil-Bolívia, ao percorrer a região reconheceu ainda essa franja da fronteira como habitada por Chiquitano e Bororo.

O território dos Bororo atravessava a atual fronteira e continuava pelos campos bolivianos até o rio Otuquis, em cuja região está a missão San Corazón. O indigenista Moreira da Costa (2006) procedeu a um levantamento dos grupos indígenas situados na bacia do alto Paraguai, em especial aqueles que sofreram intervenção das Missões de Chiquitos. Os estudos registraram que os jesuítas cooptaram também indígenas estabelecidos em terras que viriam a pertencer à Coroa portuguesa. As reduções congregavam dentre outros grupos da região os Kuravéca, Korabeca, Otuque, Kovareca, kurucaneca, Quíes, Tapurica, Ecorabeca e Tapii, todos falantes da língua Otuque ou Otuké. A mais Oriental das missões, a de San Corazon, foi implantada em território dos índios Otuque e também reuniu grupos de filiação linguística diversas.

As pesquisas de linguística de Créqui-Montfort e Paul Rivet (1913) sobre o Oriente boliviano afirmam que, em 1831, havia uma comunidade de 50 índios Kuruminaca em Casalvasco, e os Saravecas deveriam chegar a 350. Em expedição também por essa região, em 1831, Alcide d'Orbigny (1999, p. 145) registrou uma presença expressiva dos Saraveca em Santa Ana, esclarecendo, ainda, que os Guasaroca, os Kuruminaca e os Kovareca integravam a população da missão. O viajante observou que o território dos Kuruminaca situava-se no bosque das escarpas da Serra de Santa Bárbara, imbricados entre os Saraveca e os Otuque. E, ainda próximos a estes, os Kovareca e Korabeca, muitos dos quais viviam livres e falavam línguas semelhantes aos Otuque.

A Fazenda Nacional de Casalvasco era constituída de extensas terras, abrangendo a hinterlândia dos rios dos

Barbados e Alegre, cujas nascentes se encontram nas Serras de Santa Bárbara e Aguapei. O militar português D'Alincourt (1953, p. 203), por ocasião de sua viagem a Mato Grosso em 1818, localizou “[...] um alojamento de índios Bororós no Morro do Agoapehy”, os mesmos Kuriminaca apontados por diferentes viajantes. Cândido Rondon, que durante a implantação das linhas telegráficas procedeu ao levantamento da Fazenda Nacional de Casalvasco, informou que essa região compunha o território Saraveca e Kuruminaca. O vale dos Barbados comportava diversas rancharias do complexo cultural Chiquitano, distribuídas nos entornos do Destacamento Militar de Casalvasco, o qual pretendia a função de comando e controle daquela faixa de fronteira. Diversas comunidades de índios Chiquitano ainda persistem vivendo nesta região.

O atropólogo Alfred Métraux (1942, p. 3) apresentou em seus estudos a localização e a filiação linguística das principais etnias da região do Oriente boliviano e do Oeste mato-grossense, por ocasião dos primeiros contatos com os europeus. Como os demais autores, situou os grupos Pauserna, Saraveca, Kuruminaca, Kurucaneca, Bororo, e Otuque nas cabeceiras do Guaporé e Paraguai. Algumas das etnias ocupavam os dois lados da atual fronteira Brasil-Bolívia.

O etnolinguista Mansur Guérios (1949), baseando-se em Venturelli e Albisetti (1962), autores da *Enciclopédia Bororo*, afirmou que a família linguística Bororo compreende os grupos Umutina, Kuruminaca, Otuque, Koraveca, Kurubeca, Kurucaneca e Tapii, com presença na fronteira Brasil-Bolívia. Crequi-Monfort e Rivet também reconheceram a semelhança linguística dos Bororo com os Otuque, discordando de Venturelli e Albisetti (1962) apenas nos aspectos de sua filiação, crendo este ser um dialeto Otuque. Guérios (1949, p. 80) ainda levantou a discussão, não comprovada, dos Bororo serem “[...] um ramo do tronco otuquê, arrojado, por motivos ainda desconhecidos do Sul da Bolívia para os territórios brasileiros”. A historiografia boliviana afirma que

os Otuque viveram na região fronteira, mato-grossense e boliviana, muitos sendo aldeados nas missões Chiquitanas.

Almeida Serra (1884), militar que procedeu ao levantamento da fronteira na época colonial, localizou os Aravirás na região do Cabaçal, entendendo-os como resultado da junção de duas diferentes etnias. E, no rio Sepotuba, os Pararionés e, pouco mais a Leste, os índios Barbados ou Umutina. Porém, o Capitão Caldas (1887, p. 47) acreditou que os Bororo do Cabaçal seriam os Purianas ou Pararianés, e, os Bororo da Campanha, os Aravirás. Informou ainda que ambos os grupos teriam sido aldeados, em 1843, pelo Padre José da Silva Fraga, nas proximidades do Registro do Jauru.

Cândido Mariano da Silva Rondon, em sua *Carta do Estado de Mato Grosso e Regiões Circunvizinhas* (1952), trouxe informações detalhada sobre a localização dos grupos indígenas na faixa da fronteira com a Bolívia. Situou os Bororo da Campanha em ambos os lados do Corixa Grande, adentrando no território boliviano. Pouco mais ao Norte estariam os Biriunoné e, atravessando o Rio Jauru, os Bororo do Cabaçal; os Aravirá, no rio dos Bugres, afluente da margem direita do Cabaçal. Em seguida, os Asioné, no Córrego dos Bugres tributário do Sepotuba. Também, localizou, na confluência do rio dos Bugres com o Paraguai, os Umutina. Todos identificados como falante da língua Otuque. E, ainda, situou os Parabazana ao Norte da Lagoa Uberaba, na margem direita do rio Paraguai, confrontando com os Bororo da Campanha. Finalmente, na parte ocidental da Serra de Santa Bárbara, em águas da Bacia Amazônica, os Saraveca e Koruminaca, ambos tidos como Aruak.

Curt Nimuendaju, no Mapa Etno-histórico do Brasil (1987), discordou de Rondon no que diz respeito à filiação linguística dos Kuruminaca, identificando o seu vínculo com os grupos Otuque, Bororo e Kovareca. Seus estudos coincidiram com a classificação proposta por Crequi-Monfort e Rivet (1913), que ainda apontaram os Paikoneca, Paunaca, Saraveca, Paresi-Kabisi, Moxo e Baure como sendo grupos Aruak. O destaque é para a presença de Paresi na região de

San Rafael, Santa Ana e San Miguel. O etnólogo identificou, ainda, um aglomerado Saraveca e Kuruminaca, tanto em Casalvasco como nas missões mencionadas, estas contando também com os Kurucaneca e Kovareca. Seguindo uma abordagem por área cultural, Galvão (1979) incluiu igualmente os Bororo como filiados linguisticamente aos Otuké.

O professor Roberto Charupá (2002), pesquisador da história das missões de Chiquitos, ao analisar as diferentes etnias e suas filiações linguísticas, por reduções, nos anos de 1745 a 1767, indicou que, em termos numéricos, os falantes da língua Chiquito representavam quase dois terços da população indígena. As demais famílias linguísticas, por ordem decrescente, seriam as Aruak, Otuque (Otuké), Zamuco, Chapacura e Guaraní. Esclareceu que, em documentos da época, o mesmo grupo é grafado de maneiras diversas. Isto se deve, em parte, ao fato de os Chiquitos usarem o sufixo “ca”, para formação do plural de um substantivo, e o prefixo “ma”, para o artigo “o”. Assim, por exemplo, o grupo *boro* pode estar registrado como *maboroca* ou *boroca*, e ainda por *borocas*, pois os jesuítas, muitas vezes, acrescentavam a letra “s” ao final do nome para indicar o plural. Estudos atuais apresentam consistentes evidências que a língua chiquitano pertence ao tronco Macro-Jê, ao qual estão vinculadas também a língua Otuque e Bororo.

O processo de desterritorialização vivenciado pelas diversas etnias da região de fronteira, em especial pelos Chiquitano e Bororo Ocidental, impulsionado pela disputa territorial e pelo processo histórico da formação dos Estados brasileiro e boliviano, provocaram uma intensa desintegração dos povos indígenas fronteiriços. Inicialmente, as missões religiosas espanholas e, mais tarde, as vilas e destacamentos militares portugueses, visando a incorporação de “índios mansos”, como assim eram designados, enquanto mão de obra, objetivaram promover a ocupação territorial e a produção econômica para o abastecimento do mercado.

Em fins do século XX, no decorrer dos estudos realizados para o licenciamento da instalação do Gasoduto Bolívia-Ma-

to Grosso (MOREIRA DA COSTA, 2000), foram localizadas algumas famílias de Bororo da Campanha, de Chiquitano e Guató vivendo na povoação de Limão e no Destacamento Militar de Corixa Grande. Os relatos orais dos índios registram um sistema de trabalho forçado, análogo ao escravo, a que foram submetidos em Descalvado. Durante as entrevistas com os povos indígenas⁵, ainda existiam nessa localidade as ruínas dos alojamentos destinados aos Chiquitano, Guató e aos Bororo da Campanha. Em maior contingente, os Bororo ficavam em alojamento separado, chamado pelos índios de Galera. Os Bororo lembram que o General Rondon chegou a demarcar uma reserva que abrigava a aldeia da Lagoa, mas por ocasião do sepultamento do cacique a documentação da terra foi queimada junto com seus pertences. Depois da morte do líder, foram eles sendo expulsos de seu território. Estevinho, um Bororo da Campanha, bem idoso, afirmou que os marcos de Rondon e sua aldeia persistiam no lugar para onde esperava voltar um dia. Carmem, sua filha contou que Estevinho quando bebia, chicha de milho fermentado, percorria a noite a entoar músicas Bororo. Dizia que estava junto com os seus antepassados a cantar, celebrar as pescarias, festas e danças do seu povo.

Os Boe-Bororo a Leste do rio Cuiabá: Bororo Oriental

No início do século XVIII, os exploradores luso-brasileiros descobriram ouro em terras dos índios Coxiponés, nome emprestado ao “pássaro cardeal”, no idioma Bororo, para a antiga aldeia *Kujíbo*, em alusão ao *locus* de seus moradores originais, alterado para batizar o rio Coxipó. Também pode ser entendido como “águas do mutum”, *kújebo*. Referências bibliográficas e cartográficas do período colonial apontam a existência de índios Cuiabás ou Cuyavás localizados nesta

5 No ano de 1998, durante os estudos direcionados ao licenciamento ambiental para a construção de um gasoduto Brasil-Bolívia, Ramal Mato Grosso, este indigenista e Juscelino Melo, também indigenista e a antropóloga Joana A. Fernandes Silva coletaram dados etnográficos referentes às populações indígenas existentes na área de influência desse empreendimento.

região. O bandeirante Antônio Pires de Campos (1996, p. 120), um dos primeiros exploradores a adentrar em território Bororo, registrou, em 1728, que depois do rio Coxipó “[...] subindo mais para cima vem um rio dar neste do Cuiabá, que lhe chamam de Cuiabá-Mirim, que nasce de uma baía na qual habitava um lote de gentio chamado Cuiabás”. Assim, foi edificado, em 1719, o “Arraial de Cuyabá”, o que viria a consolidar um próspero polo minerador aurífero em um dos afluentes do alto Paraguai. Com a extração do ouro, despertando o interesse da Coroa portuguesa pela região, implementou-se uma intensa política de ocupação territorial.

Vila Real do Bom Jesus de Cuiabá ou Ikuiapá, lugar de pesca com flecha arpão, no dizer Bororo, ganhou vida e contornos, seguindo o córrego da Prainha, ou Ikuiebo, “as águas das estrelas”, como percebiam os donos da terra. É o indigenista Costa e outros quem explicam:

A partir da barra do Ikuiebo, o curso superior do rio Cuiabá não permite a navegação de embarcações maiores, face às pedras que despontam no meio das águas. Logo rio acima, depois do Porto, fica a barra do rio Pari, em tupi-guarani, nome dado a uma cerca feita de uma margem a outra do rio para pesca. Por capricho da natureza no local existe um afloramento de rochas que emerge como um colar de contas, de um lado a outro do rio Cuiabá. Ao reter suas águas e forçá-las nos vãos das pedras produz um canto que pode ser ouvido de longe. Um lugar bom para a pesca com arpão. Próximo a Cuiabá, às margens do rio e logo no início de uma imensa área inundável, o Pantanal, está o Morro de Santo Antônio ou Toroari, ‘ninho do gavião’, em Bororo. (COSTA, MOREIRA DA COSTA, COENGA, 2019, p. 244).

Para o povo Bororo, Toroari é a representação simbólica do *Baito*, a casa dos homens, cujo esteio central é sustentado pelo jatobá, árvore que os heróis míticos Méri, Sol, e Ári, Lua, aparecem, uma passagem que interliga o mundo

subterrâneo e subaquático ao terrestre e aos celestiais, constituindo o mais significativo marcador territorial Bororo, a intersecção espaço-tempo para o qual convergem os diferentes eixos e fluxos do mundo das almas ancestrais, dos vivos e dos espíritos.

O morro Toroari está vinculado à inundação universal. Narra o mito que, ao provocar o dilúvio em decorrência de um acesso de cólera, o herói da face resplandecente, Merire Póro, em Bororo “Porta do Sol”, sustentou o fogo de um tição em suas mãos e do alto do Toroari fez a fúria das águas recuar. Não sobreviveu ninguém ao cataclismo, assim se uniu a uma cervídea ou quaçuetê e repovoou a terra, restabelecendo a cultura Bororo. O colonizador certamente conhecia o valor simbólico e a importância do Toroari para o Bororo, raiz da população cuiabana, enquanto centralidade mítica de um amplo território a ser apropriado. Basta ver o brasão da cidade de Cuiabá, instituído em 1727, e depois o do Estado de Mato Grosso para perceber uma semelhança com o Toroari, em cujo topo está aninhada uma Fênix, pássaro mítico, símbolo universal do Sol, do fogo e do renascimento, o Meriri Póro.

Cuiabá e as minas de Mato Grosso, nessa medida, começavam a se configurar enquanto centros formadores de fronteira. A metrópole necessitava assegurar definitivamente a comunicação do rio Guaporé com o rio Jauru, este afluente Ocidental do alto Paraguai, região-chave para a geopolítica portuguesa. A expansão mineradora luso-brasileira para o Oeste e o uso da estrada fluvial das monções excediam a linha de Tordesilhas em muitos graus de longitude. Para atingir as minas de Cuiabá adentraram profundamente em terras tidas como castelhanas, atravessando diversos territórios indígenas. Nos relatos do José Barbosa de Sá (1975, p. 10), que viveu em Cuiabá na fase de colonização, estão registrados alguns desses grupos indígenas encontrados no percurso das monções. No caminho para São Paulo, na bacia do alto curso do Paraguai, registrou a presença de índios *Caroyas*, *Taquasentes*, *Xixibes*, *Xanites*, *Porrudos*,

Xacorores, Aragoares, Coxiponés, Pocurus, Araponentes, Mocos, Goatos, Aravirá, Buripocones, Arapares, Hytapores, Laymes, Aycurus, Bororos, Payagoas, Xaraes, Penacuicas, dentre outros, vivendo da fertilidade da terra e esquecidos de suas obrigações de católicos. Apontou, assim, alguns grupos como *Porrudos, Xacorores, Coxiponés, Aravirás e Buripoconés*, que com o tempo passaram a ser genericamente identificados como Bororo, grupos que legaram nomes a seus locais de origem, a exemplo de Cuiabá.

A presença dos Bororo cativos nas bandeiras paulistas que se instalaram a partir de 1718 no rio dos índios Coxiponés, denuncia a prática comum de se utilizar a decodificação indígena do território a ser expropriado. Os Bororo, os Coxiponés, dentre outros grupos da região, possuíam a mesma filiação linguística. Assim, muitos foram compelidos a guarnecer diversas expedições em seu próprio território cultural e adjacentes, devido também ao seu ethos de guerreiros, combatendo outros índios, como os Kaiapó e Payaguá. Com o intuito de contornar os instáveis caminhos das monções pela Bacia do Prata, a abertura da estrada da Vila de Cuiabá para Vila Boa de Goiás, em 1736, contou com uma significativa participação dos Bororo cativos.

Com o crescimento da Vila de Cuiabá, inúmeras etnias desapareceram, migraram ou foram absorvidas pelas monções, mineração e pelo comércio. O Capitão João Augusto Caldas (1887, p. 43), em “*Memória histórica sobre os indígenas da Província de Mato Grosso*”, forneceu uma relação das etnias ali existentes no início do século XVIII, dentre elas os *Cuyabás*. Existe uma profusão de nomes de povos indígenas grafados de diferentes maneiras por diversos autores e em distintos períodos, muitos dos quais ainda se encontram relacionados à geografia regional. O militar citou sessenta e quatro grupos indígenas, afirmando que “[...] hoje só resta a tradição [...] “habitavam as margens dos rios por onde navegavam os sertanistas” (CALDAS, 1887, p. 43).

Dentre os indígenas mais recorrentes na literatura estão os Mbayá, conhecidos também como *Uaicuru* ou *Guaicuru*

pelos luso-brasileiros, que dominavam a região do alto curso do rio Paraguai. Possuíam uma sociedade complexa, baseada na guerra e na vassalagem de outros povos indígenas, os quais forneciam alimentação e crianças para a adoção, pois as mulheres Guaikuru evitavam a gravidez.

Herbet Baldus (1945) dividiu os Guaikuru em “duas parcialidades” estabelecidas na margem ocidental do rio Paraguai e outras quatro na margem oriental. Algumas dessas “parcialidades” se subdividiam, ainda, em “cacicados” que, conforme o autor, possuíam fronteiras fixas e se ajudavam mutuamente. Acreditava ainda que os aldeamentos Guaikuru podiam ter alcançado de 7.000 a 8.000 índios, cifra considerada elevada, à época em que “Cuiabá, São Pedro d’El Rei e arrebalde”, no recenseamento de 1791, conforme Corrêa Filho (1994, p. 631), apresentava 14.453 habitantes e pouco mais de 20.000 para toda a capitania. A população Guaikuru era constituída por Bororo, Guaná, Chiquito, Chamacoco, Kaiapó, dentre outras etnias, inclusive alguns negros e brancos, “misturados pelos repetidos casamentos”. A quantidade de índios Guaikuru “verdadeiros”, termo utilizado por Baldus (1945), não possuía densidade populacional, pois evitavam contrair laços com outros grupos, uma vez que o prestígio estava, em parte, baseado, também, pelo grau de pureza da linhagem. Com os Guaná cultivavam uma relação complexa de simbiose.

Reconheceu, ainda, o etnólogo, “[...] que homens de outras tribos espontaneamente se agregavam como peões dos Guaicuru”, sendo a servidão em muitos casos voluntária e mesmo os reduzidos à força acabavam por aderir ao novo regime (BALDUS, 1945, p. 24). O enclave Guaikuru serviu durante muitos anos de abrigo seguro para muitos índios de diferentes etnias, os quais encontravam mais comodidade do que o regime imposto pelos europeus ou jesuítas.

Decorrente de um processo histórico e cultural singular, os Guaikuru constituíram notável sociedade mediada por uma eficiente relação de alianças com outras etnias, entre os quais os Payaguá e Otuque-Bororo, configurando-os

como uma poderosa força regional durante todo o período colonial até o início do Império brasileiro.

Os Guaikuru, ciosos de seu poderio, consumiram muitos anos em jogos diplomáticos e de guerra entre os portugueses e espanhóis, pendendo para um dos lados, conforme seus próprios interesses. Relutaram em dividir seus domínios com os europeus, chegando a quase comprometer a existência física das cidades de Assunção e Cuiabá, em seus primórdios.

Conforme relatos do Capitão João Augusto Caldas (1887, p. 44), os Guaikuru se uniram aos Payaguá, e estes aos Otuque, uma tribo de índios corsários que vivia nos tributários do Paraguai e ajudava nas hostilidades contra os portugueses. Montados em cavalos, percorriam os campos do pantanal e não deixavam escapar qualquer rastro dos europeus, de modo que os invasores preferiam lutar com os Payaguá e nunca com os Guaikuru, pois que a morte era certa. Todos os temiam, inclusive os outros grupos indígenas. A aliança entre estas etnias durou mais de quatro décadas, até que os Payaguá, em 1770, já exauridos pela guerra, celebraram paz com os espanhóis e migraram para Assunção. Cerca de duas décadas depois, os Guaikuru pactuaram paz com os portugueses, porém, os Otuque-Bororo seguiram guerreando.

Chegou a Cuiabá a informação, em 1740, levada por “Bororos domesticados”, termo empregado por Barbosa de Sá (1975), que os jesuítas estavam catequizando os índios Goarapáre nas cabeceiras do rio Cuiabá. A Câmara de Cuiabá decidiu montar uma estratégia: travar relações de amizade com os Guaikuru e, por esse meio, incentivar a antiga rivalidade deles com os Payaguá; usar os “Bororos domesticados” para atrair de novo para o lado português os índios Goarapáre catequizados; investigar as missões e estabelecer comércio com os jesuítas; dissuadir os missionários de fornecer armas aos Payaguá em troca das mercadorias pilhadas nas monções.

Os “Bororos domesticados” conseguiram reconquistar os Goarapáre. Os missionários aceitaram os presentes da comitiva, retribuindo em vacas e cavalos. Quanto aos Payaguá, responderam que, no entender de Sua Majestade Católica, guardavam as fronteiras dos portugueses e que o comércio só poderia ser realizado por permuta de bois e cavalos, pois o uso da prata estava proibido. Mais tarde, em outras viagens, os cuiabanos, tiveram notícia, por índios, que os missionários foram substituídos e os novos receberam determinações de não mais acolher os portugueses. Os ataques dos Guaikuru, Payaguá e Bororo às monções continuaram a persistir.

No final do século XVIII, o crescente trânsito pela estrada de Cuiabá, passando pelos rios São Lourenço e Taquari rumo a São Paulo, intensificou as ações dos Bororo contra os viajantes e fazendeiros. Adotando estratégias furtivas, estes índios cada vez mais estendiam os ataques e se aproximavam de Cuiabá e, em consequência, através de diversas retaliações punitivas, tentaram em vão contê-los. Finalmente, após quase um século de lutas, em 1886 o governo enviou ao rio São Lourenço uma expedição militar integrada por índias Bororo cativas, dentre as quais Rosa Bororo, para convencerem seus pares a estabelecer a paz, no que lograram êxito.

No ano seguinte foram criadas duas colônias militares no rio São Lourenço, a de Tereza Cristina, na foz do rio Prata, e a de Isabel, na foz do Piquiri. Mantidos sob aparato militar e à base de presentes e distribuição de aguardentes, logo levaram o caos à sociedade Bororo. O governo do estado de Mato Grosso extinguiu a Colônia Isabel, em 1892, e em seguida transferiu a Colônia Tereza Cristina aos missionários Salesianos, em 1895, objetivando levar a catequese aos indígenas. Em 1898, os padres desta congregação foram expulsos da colônia por desentendimento com os Bororo. Dentre outros motivos, em decorrência da tentativa em conter os ritos religiosos indígenas e o consumo de aguar-

dente. Poucos anos depois, os salesianos estabeleceram duas colônias na estrada para Goiás, a de Sangradouro e a dos Tachos, atual Terra Indígena Meruri.

Finda a guerra do Paraguai e iniciada a República, tornou-se premente a adoção de medidas que garantissem a segurança da fronteira Oeste e sua colonização. A criação, em 1890, da Comissão Construtora das Linhas Telegráficas de Cuiabá ao Araguaia, comandada pelo Major Gomes Carneiro e auxiliado por Rondon, estava inserida neste contexto expansionista. Sua implantação, ao seguir os caminhos da estrada Cuiabá-Goiás, tangenciou a franja Norte do território Bororo, mudando a configuração socioespacial da região. Os trabalhos da comissão e a presença das colônias Salesianas facilitaram a implementação das atividades agropastoris e o esbulho do território Bororo, em que pese a interferência de Gomes Carneiro e a dos Salesianos em favor dos índios.

Posteriormente, a construção do trecho São Lourenço a Coxim enquanto ramal da linha telegráfica seguiu o trajeto da estrada Cuiabá-Campo Grande. Em 1901, a pedido de Rondon, que se encontrava à frente dos trabalhos, contou com a participação dos Bororo. A proximidade com os trabalhadores das linhas telegráficas ocasionou um surto de sarampo entre estes índios, doença que se disseminou pelas aldeias ocasionando muitas mortes.

Na mesma época da criação do Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, em 1910, foi intensificado o povoamento na região do rio das Garças decorrente da atividade garimpeira, o que agravou o conflito com os Bororo. O estabelecimento das colônias militares e religiosas, o crescente do fluxo migratório em busca de diamantes e pastagens, e a instalação de infraestrutura de segurança e comunicação acarretaram impacto profundo na coesão socioterritorial indígena.

Em pouco mais de uma década após a rendição dos Coroados, o seu território acabou fragmentado e ocupado, precipitando a contração de suas bordas e a implosão do seu núcleo. A expropriação, como descrevem Barros e Bor-

dignon (2003), foi diretamente proporcional ao avanço das povoações e da implementação da colonização pelo Governo mato-grossense, que considerou erroneamente como devolutas as terras ocupadas por indígenas. Posteriormente às políticas governamentais, como a Marcha para Oeste, e as diferentes formas de incentivo ainda em curso, consolidaram o esbulho.

Para escapar do extermínio, os Bororo buscaram abrigo nas colônias e estações telegráficas, algumas amparadas pelo Serviço de Proteção aos Índios, transformaram-se em reservas indígenas. Decorridos mais de um século, mesmo as diminutas frações reservadas de seu território tradicional encontram-se carentes de regularização fundiária. Na atualidade, os Bororo vivem nas Terras Indígenas Tereza Cristina, Jarudori, Meruri, Tadarimana, Perigara e na Misão de Sangradouro.

Ecerae e Tugarege: donos dos cantos, das terras

As aldeias dos Boe, ou gente, em sua língua materna, como os Bororo Orientais se autodenominam, dominavam uma ampla região. O território era compreendido pelos rios São Lourenço, Cuiabá, Piquiri e Taquari, que avançava pelas escarpas do planalto e se estendia na outra vertente pelo rio das Mortes e nas cabeceiras do rio Araguaia. Barros e Bordignon (2003) registram em seus estudos as diferentes territorialidades vinculadas à percepção dos próprios índios, que identificam os Bororo do Pantanal – Pototadawuge, Bororo da mata – Ituratadawuge, Bororo do cerrado e morraria – Bokutadawuge ou Toritadawuge. Albisetti e Venturelli (1962) adotaram uma outra classificação indígena para situar os Bororo em seu território atual: Bóku Mógo ou Bóku-Mogorége, habitantes do cerrado e que correspondem aos das aldeias do vale do rio das Mortes; Itúa Mogorége, habitantes das matas e que corresponde aos das aldeias do Jarudori e Tadarimana; Orári Mógo-Dóge, habitantes das plagas do peixe pintado e que corresponde aos das aldeias de Teresa Cristina; Tóri Ókua Mogorége, habitantes dos

sopés das montanhas e que correspondia aos das aldeias da região da Serra de São Jerônimo; Útugo Kúri-Doge ou Kádomogarége, os que usam longas flechas ou os que habitam os taquarais, compreendendo aos da aldeia do Perigara, localizada no Pantanal.

As diásporas e os arranjos socioterritoriais sustentados pelas forças cognoscíveis em movimento, se fazem, se desfazem e se sobrepõem (DELEUZE; GUATTARI, 1992), sendo uma constante no caminho dos povos. Pesquisas arqueológicas e etnográficas, além de comprovarem a presença dos Boe-Bororo na região há milhares de anos, levantaram hipótese de que a sua configuração sociocultural atual seria resultante do fusionamento de grupos étnicos distintos, processo ocorrido em tempos remotos, decorrente de eventos que convergiram para um novo modelo capaz de comportar inovações políticas, econômicas e culturais. Irmhild Wust (1989, p. 24) observa a possibilidade da configuração dual Boe-Bororo ser fruto da junção de grupos antigos, proto-clãs de caçadores-coletores, que formaram a metade *Tugarege*, e se uniram a metade *Ecerae*, composta por proto-clãs de grupos com predominância de práticas agrícolas. Indica também a região dos rios Cuiabá e Tadarimana como *locus* de convergência na formação dos proto-clãs iniciais, que no decorrer do processo as relações hostis foram se transformando em aldeamentos colaborativos. Os Boe-bororo conformam uma estrutura social marcada pelos ritos cerimoniais e pela hierarquização entre os clãs, que reflete uma cosmovisão perceptível em sua territorialidade, nos espaços da aldeia, nas relações entre os seres, nos cantos, nos gestos mais simples e na intenção de serem felizes.

Os poderes em uma aldeia são compartilhados pelo Boe E-Imejera, chefe da aldeia e da guerra, com o Bari, pajé dos espíritos, e o Aróe Et-Awára Áre, pajé das almas. O chefe da aldeia é escolhido pela sua linhagem materna, generosidade, oratória e conhecimento das tradições, dentre outros predicados. Em geral, os poderes dos pajés são natos e advêm do contato com o mundo sobrenatural.

Dividida pelo percurso solar Leste-Oeste, a aldeia Bororo é formada por duas metades exogâmicas e cerimoniais: *Ecerae*, ao Norte, e *Tugarege*, ao Sul. Cada metade é constituída por quatro clãs e estes, por sua vez, se dividem em subclãs que determinam nomes, pinturas, cantos, adornos, conduta e inserção no mundo Bororo. As casas são agrupadas em unidades clânicas e se encontram dispostas em anéis concêntricos no entorno do *Baito* e do pátio central, denominado Bororo. A localização de cada clã orienta-se pelos pontos cardeais e vincula-se às diferentes linhagens maternas que definem o legado material e simbólico dos membros da sociedade Bororo. O eixo Leste-Oeste também divide ao meio a Casa dos Homens, o *Baito*, cujo lugar interno destinado a cada clã encontra-se invertido em relação à sua posição no pátio externo.

Os clãs definem obrigações e direitos, inclusive o territorial, os quais garantem laços de reciprocidade e coesão social, situando-os no espaço e no tempo. Atualmente, muitas aldeias não congregam todos os clãs e o arranjo das casas não externam, como no passado, a divisão socioespacial, mas a estrutura metade/clãs continua operando e modelando o mundo material e espiritual Bororo. A falta de representação de todos os clãs, de chefes dos cerimoniais ou de outros atores importantes para a condução do *Itá-ga*, o rito funerário, obriga os índios a procurar apoio das aldeias maiores para a sua realização. Porém, cada aldeia conserva características e nuances próprias, inseridas em um microambiente e vivências específicas.

O ritual funerário pressupõe o envolvimento de todos os clãs, os membros da metade oposta ao falecido ficam incumbidos de diversas atribuições. Alguns continuam com obrigações cotidianas para com a família do morto, mesmo com o término da cerimônia. O corpo é enterrado no pátio da aldeia e após sua decomposição os ossos são limpos e ornamentados. Em seguida são colocados em cestos funerários e levados preferencialmente para repousar em definitivo nas águas das lagoas ou remansos próximos da aldeia.

A antropóloga Renate Viertler (1991), ao estudar o canto dos Bororo, explica que os *Baadojebage*, os “mestres dos cantos”, chefes cerimoniais da metade *Ecerae*, são os responsáveis por conduzir os procedimentos fúnebres. Essa incumbência foi concedida pelos *Baitagogo* e *Boroge*, heróis míticos *Tugarege*, juntamente com os diademas, chocalhos e cantos funerários, de pesca e caça.

A complementariedade entre as metades/clãs permeia toda a organização social Bororo. Durante os rituais funerários as relações de reciprocidade entre as metades/clãs emergem com mais vitalidade e se renovam. Os cantos conformam a cerimônia de sepultamento dos mortos e são patrimônios de cada clã. O *Baadojebage*, ao organizar o ritual, incumbe “os donos dos cantos” de entoá-los.

No sepultamento de um *Tugarege*, é um membro da metade *Ecerae* quem vai iniciar “o canto sobre o Bororo que tem morte”, denominado *Marenaruie*. E se for um *Ecerae*, quem canta é um membro do clã dos *Aroroe*, pertencente ao *Tugarege*. O clã dos *Aroroe* é o mesmo dos heróis míticos *Baitagogo* e seu irmão *Boroge*, os criadores dos ritos funerários. Trata-se de uma intrincada e complexa cerimônia que pode durar meses.

Os “donos dos cantos” conduzem os vivos e as almas dos mortos a dançarem ao ritmo dos chocalhos e dos cantos, ornados com os *pariko*, diademas cujas penas de arara irradiantes abrigam os *Aroe*, almas dos ancestrais clânicos.

Apontamentos finais: sombras e luzes

Entender a dinâmica do processo de desterritorialização do espaço Otuque-Bororo remete a uma abordagem do simbólico, cuja definição do território apresenta-se como sendo um espaço de vivências e sobre o qual se exerce um domínio político, econômico e cultural e, como tal, o controle de seu acesso. É importante enfatizar que, nesse caso, o controle das fronteiras manifesta-se como uma das condições para a existência do território. Necessariamente implica afirmar que não se atém apenas ao controle físico de limites terri-

toriais, como se prendem as discussões clássicas sobre a formação dos Estados nacionais. Trata-se de incorporar à dominação política um sentido de apropriação simbólico-cultural, levando-se ainda em consideração a perspectiva econômica do processo. Portanto, apropriar-se da relação das dimensões políticas, simbólico-culturais e econômicas pressupõe o controle de um território, isto é, impor-lhe um fluxo cósmico civilizatório. As formas de saberes indígenas e o ordenamento da visão de mundo, entendidos como epistemologias do Sul, têm sido metódica e intencionalmente suprimidas pela epistemologia ocidental, em decorrência ao processo de colonização ainda em curso.

Toroari, como centralidade privilegiada de ampla rede de rizomas estruturada por mitagens, capazes de engendrar reconições de narrativas sagradas intersubjetivas aos diferentes grupos Bororo, conjugadas por relações de vizinhança, vem sendo apropriado desde o início da colonização. Entretanto, permanece potencializado pelo percepto do devir-imagético dos signos e significados atemporais.

Ocorreram, portanto, os mais diversos níveis de inter-relações no movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização durante a história dos Bororo, enquanto espaço de vivência de diferentes grupos locais que se desintegraram e/ou se reconfiguraram no transcorrer do processo de relação com a sociedade ocidental. A inteiração do sistema espacial e informacional conduzida pelos colonizadores, direcionando fluxos e determinando escalas de ação entre as diversas vilas, lançou bases para o que viria ser identificado como Mato Grosso. O intensivo processo de espoliação dos indígenas ante aos colonos e aos bandeirantes escravagistas que os capturavam e vendiam aos milhares para os centros mineradores e também para a região de São Paulo, para serem incorporados nas mais diversas modalidades de trabalhos, foi uma constante na história dos povos originários.

Os colonizadores, para promover rapidamente a desterritorialização dos múltiplos territórios indígenas e construir

novos laços políticos, econômicos e simbólico-culturais, isto é, uma nova fronteira/limite, tiveram de se apropriar dos já existentes. Optaram por aproveitar o conhecimento dos grupos indígenas sobre a localização dos recursos naturais considerados estratégicos para a manutenção das vilas. Assim, franquearam o acesso às salinas, as melhores terras para o plantio, aos campos de pastagens naturais e apículas (cera e mel), de caça e pesca, essências florestais e resinas destinadas ao curtimento de peles e demais drogas e riquezas dos sertões, compelindo os índios ao trabalho forçado e a continuar a percorrer o seu antigo território. Porém, dentro de uma outra lógica.

A nova estrutura dominante procurou ressignificar o território percorrido tradicionalmente pelos povos indígenas, suas trilhas, caminhos e aldeias, tornando-as incipientes núcleos urbanos e os locais míticos em símbolos de poder. Novos nomes, novos significados e acontecimentos foram atribuídos na intenção de mudar a visão de mundo e de valores relevantes na busca pela felicidade na esfera material e imaterial. Os caudatários dessa ancestralidade e as vilas, enquanto um conjunto de *locus* interligados às diferentes redes de vivência, encontram ressonância ainda nos dias atuais, seja no linguajar, nos hábitos alimentares e nos costumes, na toponímia, nos entes mitológicos e nas lendas que teimam na reparação insurgente da identidade cuiabana do devir.

Os Boe-Bororo, sob uma nova perspectiva econômica e política, atravessaram mais de três séculos sendo espoliados, da companhia de seus parentes, de seus lares e locais sagrados, de seus recursos naturais e da força de trabalho, com extrema violência. Resistiram às guerras de extermínio, epidemias e escravidão, conservando os referenciais simbólicos e culturais com seus ancestrais e territórios tradicionais. Para sobreviver, tiveram de desenvolver novas relações de poder e estratégias identitárias, mantendo o sentido simbólico-religioso e os laços afetivos com os lugares onde vivem.

Referências

ALBISETTI, César; VENTURELLI, Ângelo Jayme. *Enciclopédia Bororo*. Volume I. Campo Grande: Museu Regional Dom Bosco, 1976.

BALDUS, Herbert. Introdução. BOGGIANI, Guido. *Os Caduveo*. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1945, p. 11-46 (Biblioteca Histórica Brasileira).

BARBOSA DE SÁ, Joseph. *Relação das povoaçoens do Cuyaba e Mato Grosso de seos princípios thé os presentes tempos*. Cuiabá: Edições da UFMT, 1975.

BARROS, Edir Pina de; BORDIGNON, Mario. *Jarudóri*. Estudos e levantamentos prévios histórico-antropológicos. Relatório relativo ao termo de referência DAF/DEID nº 53/2002. Departamento de Identificação e Delimitação da Diretoria de Assuntos Fundiário/Funai. Brasília, 2003.

CALDAS, João Augusto. *Memoria historica sobre os indigenas da Provincia de Matto-Grosso pelo Capitão João Augusto Caldas*. Rio de Janeiro: Typ. Polytechnica de Moraes & Filhos editores, 1887.

CAMPOS, Antônio Pires de. Breve Notícia que da o Capitão Antônio Pires de Campos do gentio bárbaro que há na derrota da viagem das Minas do Cuiabá [...] In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. Cuiabá: IHGMT, tomo CXLIV, p.114-126, 1996.

CARTA DO ESTADO DE MATO GROSSO e Regiões Circunvizinhas, organizada e desenhada sob a direcção geral de S. Ex. o Snr. Gen. De Div. Candido Mariano da Silva Rondon e direcção gráfica executiva do Gen. Francisco Jaguaribe Gomes de Mattos de acôrdo com as circunstâncias e [...], 1952.

CARTA GERAL DA FRONTEIRA entre Brasil e a Bolívia organizada segundo os trabalhos das Comissões de 1871 e 1975 dirigidas pel Cel. De Eng. Bel. Barão de Maracaju e pelo Capm. de Mar e Guerra Antonio Cláudio Soido. Produzida á metade de sua respectiva escala. In: *Viagem ao redor do Brazil 1875-1878*. Villa Bella, cidade de Matto-Grosso, 2º volume. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881.

CHARUPÁ, Roberto Tomichá. *La primera evangelización em lãs reducciones de Chiquitos, Bolívia (1691-1767)*. Cochabamba: Talleres Gráficos KIPUS, 2002.

COLINI, G. A. Notícia histórica e etnográfica sobre os Guaicuru e os Mbayá. In: BOGGIANI, Guido. *Os Caduveo*. São Paulo: Martins, 1945, p. 249-301.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Várzea Grande: Fundação Júlio Campos, 1994 (Coleção Memórias Históricas, 4).

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da Costa; MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes; COENGA, Rosemar Eurico. Ikuié: um olhar decolonial para o céu Bororo. In: *Revista Eletrônica Documento Monumento*. Dossiê Cuiabá ontem e hoje, v. 25, n. 1, abr. 2019, p. 238-254 (Edição especial).

CRÊQUI-MONTFORT, Par G. de; RIVET, Paul. *Linguistique bolivienne*. La langue Saraveka. 1913.

D'ALINCOURT, Luiz. *Memória sôbre a viagem do Pôrto de Santos à cidade de Cuiabá*. São Paulo: Livraria Martins Editôra S. A., 1953 (Biblioteca Histórica Paulista).

D'ORBIGNY, Alcides. *Viaje por tierras cruceñas*. Santa Cruz de La Sierra: Centro de Publicaciones de la Universidad Privada de Santa Cruz de La Sierra. 1999.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.

SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

FLORENCE, Hercules. *Viagem Fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. São Paulo: Cultrix; Editora da Universidade de São Paulo, 1977.

GALVÃO, Eduardo. Áreas culturais indígenas do Brasil: 1900-1956. In: *Encontro de Sociedades: índios e brancos no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979, p. 193-228.

GANDIA, Enrique de. *Historia del Gran Chaco*. Buenos Aires: Juan Roldan y Compañía, 1929.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUÉRIOS, R. F. Mansur. *Dicionário das tribos e línguas indígenas da América Meridional*. Museu Paraense. N° 6. Tomo II: B-CAX. Curitiba: João Haupt, 1949 (IHGMT. Publicações Avulsas).

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. Niterói: EdUFF : São Paulo: Contexto, 2002.

HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo*. São Paulo: Companhia da Letras, 1999.

LLOSA, Mário Vargas. *O sonho do celta*. Tradução Cristina Rodriguez. Lisboa: Alfabeta, 2010.

MÉTRAUX, Alfred. The native tribes of eastern Bolivia and Western Matto Grosso. Smithsonian Institution Bureau of American Ethnology. In: *Bulletin 134*. Washington: Government Printing Office, 1942.

MOREIRA DA COSTA, José Eduardo Fernandes. *A coroa do mundo: religião, território e territorialidade Chiquitano*. Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso : Carlini & Caniato Editorial, 2006.

_____. O manto do encoberto: territorialidade e identidade dos Chiquitano. Monografia (Especialização em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2000.

NIMUENDAJÚ, Curt. *Mapa etno-histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE/Fundação Pró-memória, 1987.

Ofício do Coronel Costa Pimentel ao Presidente de Província, informando a situação dos índios Bororo da Campanha e os diversos Destacamentos Militares da fronteira com a Bolívia, de 11 de fevereiro de 1851. IHGMT, Pasta 138/983.

RONDON, Frederico. *Na Rondônia Ocidental*. Série 5ª. Vol. 130. São Paulo/Rio de Janeiro/Porto Alegre: Nacional, 1938. (Brasiliense. Biblioteca Pedagógica Brasileira).

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. Parecer sobre ao aldeamento dos índios Uaicurus e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes. In: *Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 3ª ed., Tomo VII, 1884. p. 196-210.

SEVERIANO DA FONSECA, João. *Viagem ao redor do Brazil – 1875-1878*. Villa Bella, Cidade de Matto-Grosso. 2º Volume. Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro & C., 1881.

VIERTLER, Renate Brigitte. *A refeição das almas: uma interpretação etnológica do funeral dos índios Bororo, Mato Grosso*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1991.

WAENELDT, Rodolfo. Exploração da Província de Mato Grosso. In: *Publicações Avulsas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso*. n. 38. Cuiabá: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso. Cuiabá, 2001.

WUST, Irmhild. A pesquisa arqueológica e etnoarqueológica na parte central do território Bororo, Mato Grosso – primeiros resultados. In: *Revista de Antropologia*. v. 30/31/32. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987/1988/1989. p. 23-35.

Um menino Nambiquara em Cuiabá: fragmentos de um entrelugar no processo de contato

A nambiquara boy in Cuiabá: fragments
from an interlocation process

Anna Maria Ribeiro F. Moreira da Costa¹
Rosana Campos Leite Mendes²

Resumo: Este artigo tem por objetivo apresentar, por meio de fontes orais, um fragmento da trajetória de vida do índio Nambiquara Eutímio Kithaulhu, desde o momento em que deixou sua aldeia para viver em Rosário Oeste e Cuiabá, Mato Grosso, a convite de um seringalista. Esse fato ocorreu em 1951, quando os seringueiros invadiram terras milenarmente ocupadas pelos grupos que compõem a etnia Nambiquara do Cerrado, evento que desenhou momentos de convivência ora pacífica ora de violência. Ao lançarmos um foco de luz sob o personagem central deste estudo, nos inserimos nas “epistemologias do Sul”, sob perspectivas dos teóricos descoloniais, em um percurso que nos permitiu transcender o racionalismo moderno: Santos e (2009) e Quijano (2005), com vistas a um enriquecimento dos saberes propiciados pelo pensamento de Le Goff (1992), Certeau (1994), Eliade (2001), dentre outros, propiciando-nos um desvelar de experiências silenciadas pelo cânone da modernidade. Nas cidades onde morou e fazendas onde trabalhou, até pelos idos do ano de 1970, Eutímio não interrompeu o paradigma venatório apreendido durante o tempo em que viveu na aldeia. Ao retornar para seu lugar originário reaprendeu sua língua e se incorporou aos tra-

1 Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, professora do Univag, Centro Universitário de Várzea Grande-MT. E-mail: anna-edu@hotmail.com.

2 Doutoranda em Literatura e Práticas Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Escola Superior de Saúde Pública, Secretaria de Estado de Saúde. Atualmente participa dos grupos de pesquisa Literartes (UnB); Contemporarte (UFMT), E-mail: rocamposs@uol.com.br.

balhos e atividades dos demais homens da sua idade. Urge investigar conhecimentos sobre as significações do contato dos povos indígenas com a sociedade não indígena, como condição básica na construção identitária de Mato Grosso, Brasil. As situações de contato no país, definidas como “aglomerados humanos de exclusão”, são ainda marcadas pela extrema desterritorialização.

Palavras-chave: Nambiquara do Cerrado. Trajetória de vida. Construção identitárias. Memórias. Mato Grosso

Abstract: This article aims to present, through oral sources, a fragment of the life trajectory of the Nambiquara Eutímio Khalaulhu, from the moment in which he left his village to live in Rosario Oeste and Cuiabá, Mato Grosso, at the request of a seringalist. Esse Fato occurred in 1951, when seringueiros invaded the millennial-occupied lands of the groups that make up the Nambiquara do Cerrado ethnic group, an event that gives rise to moments of peaceful coexistence or violence. By launching a focus of light on the central character of this study, we inserted into the “epistemologies of the South”, with perspectives of the decolonial theorists, in a search that allowed us to transcend modern rationalism: Santos and (2009) and Quijano (2005), as a result of the enrichment of knowledge inspired by Le Goff (1992), Certeau (1994), Eliade (2001), among others, encouraging us to unveil silent experiments with modernity. In the cities where he lived and where he worked, until 1970's hairs were gone, Eutymius did not interrupt the venatus paradigm apprehended during the time he lived in the village. When returning to his original place, he reappeared his language and joined the work and activities of the other men of his age. It is urgent to investigate knowledge about the meaning of the indigenous peoples' contact as non-indigenous society, as a basic condition in the identity building of Mato Grosso, Brazil. Situations in the country, defined as “human clusters of exclusion”, are still marked by the extreme desterritorialization.

Keywords: Nambiquara do Cerrado. Life trajectory. Identity building. Memories Mato Grosso.

Introdução

Pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair

Memória. Lembrança. Recordação. Reminiscência, palavras que nos remetem ao passado, sem dúvida. E, ao pensarmos no povo indígena Nambiquara, memória e história têm idêntica acepção. Mas, de que forma voltamos ao passado? Do que lembramos? Por que esquecemos? Como construímos nossos relatos? Parece-nos que lembrar de tudo não é um bom exercício, nos ensinou Ireneo Funes, o memorioso de Borges (2007), um jovem de 19 anos que entrou em um calabouço de detalhes e dele só saiu para a morte, causada por uma congestão pulmonar.

A memória individual do indígena Eutímio Kithaulhu, pertencente à etnia Nambiquara, e a memória coletiva de seu povo em relação à sua saída da aldeia para a cidade, em 1951, é o que nos importa na presente abordagem. Para compreendermos esse acontecimento, nos apoiamos integralmente em fontes orais coletadas durante os anos de 1999 e 2000, em diversas aldeias da Terra Indígena Nambiquara, município de Comodoro, Mato Grosso, para dar a conhecer um percurso da história do menino indígena Eutímio Kithaulhu que viveu em Rosário Oeste, Cuiabá e em fazendas em Mato Grosso.

Nos atentamos à natureza individual e coletiva da memória Nambiquara ao fazermos uso de entrevistas de história de vida com integrantes dos grupos Kithaulhu, Sawentesu, Wakalitesu, Halotesu, Niyahlosu, Siwaihsu e Hinkatesu³, todos da etnia Nambiquara, que partilharam vivências e lembranças comuns da chegada dos seringueiros em suas terras. Unidos às fontes orais estão os autores que nos deram

3 A terminologia e localização dos grupos Nambiquara estão baseadas nos estudos de PRICE (1972), bem como pelos dados colhidos durante os trabalhos de campo junto aos grupos Nambiquara do cerrado (COSTA, 2009).

a entender os modos de viver dos grupos Nambiquara⁴ do Cerrado, como os estudos etnográficos de Price (1972) e Costa (2002⁵; 2009); os das chamadas “epistemologias do Sul”, um percurso que nos permitiu passar além do racionalismo moderno: Santos e Meneses (2010) e Quijano (2005, 2010). Em razão à memória individual de Eutímio Kithaulhu e à memória coletiva de seu grupo, as quais se acham enlaçadas nas discussões teóricas de Halbwachs (2013), Le Goff (1996) e Pollak (1989). Discussões que se entrelaçam, cada uma ao seu modo, dentro de percepções distintas, mas que conseguem traçar estratégias para a compreensão do complexo significado do termo memória. Ao lançarmos um foco de luz sobre o personagem central deste estudo, para um olhar aos relatos de narrativas de memória oriundos dos trabalhos de campo, temos como base os estudos de como falamos do passado e como ele se apresenta a nós em um discurso que também traçamos por um caminho da memória. E, por uma necessidade de confrontação entre as abordagens dos estudos que examinam os vestígios memoriais, na história e na literatura, relacionamos Bernd (2013), Assmann (2011) e Huyssen (2014). O artigo em questão é guiado pelo interesse de relacionar pontos de vista e o contraditório que se aloja em questões da memória e também do esquecimento.

A confluência dessas fontes nos possibilitou uma reconstrução de registros históricos da sociedade Nambiquara, entendendo-os como os próprios condutores políticos de sua história. Portanto, analisamos aqui as fontes orais, na

4 Adotamos aqui uma uniformização da grafia dos nomes indígenas apresentada na I Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1953. Essa decisão foi publicada na obra organizada por Egon Schaden, *Leituras de Etnologia Brasileira* (1976). A convenção tomou por base a relação dos nomes dos povos indígenas que acompanha o mapa etnográfico de Curt Nimuendaju (IBGE, 1981). Estabeleceu-se também que essa classe de palavra não seria flexionada em gênero e número. Contudo, não emprego a grafia proposta pela ABA – *Nanbikuára* – e sim Nambiquara por ser esta adotada pelos índios em seu Registro Geral, bem como de outros documentos pessoais.

5 A temática da presente abordagem teve início nos anos de 1999 e 2000, durante os estudos de mestrado da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), do Programa de Pós-graduação em História (COSTA, 2002).

medida do possível associadas às fontes escritas, como uma metodologia aplicada à abordagem histórica da invasão dos seringueiros em territórios tradicionalmente ocupados pelos grupos que compõem os Nambiquara do Cerrado, com foco de luz direcionado ao menino Eutímio Kithaulhu.

Com o consentimento de sua família, o menino Nambiquara deixou sua aldeia, pelas mãos do seringueiro Propício Loureiro, para viver nas cidades Rosário Oeste e Cuiabá, suas residências. A história do período em que Eutímio foi levado para a cidade, de acordo com os grupos Nambiquara do Cerrado, está guardada na memória dos mais velhos. Dessa forma, ao tratarmos das relações entre a memória e história, consideramos necessário, além do conhecimento das diferentes abordagens sobre o tema memória, dimensionar a proporção de temporalidade entre uma e outra, como também identificar de que modo a memória é articulada a determinada história. É possível notar que os Halotesu, Kithãulhu, Sawentesu, Wakalitesu, Niyahlosu, Siwaihsu e Hinkatesu não fazem distinção entre memória e história. Em inúmeros momentos essas palavras têm a mesma significação. Para eles, história é aquilo que é guardado na memória, sendo os mais velhos seus guardiões, os memoriais, depositários de seu legado e, por isso, muito respeitados. Nesta abordagem, as narrativas dos indígenas mais velhos que partilharam vivências e lembranças referentes ao período da invasão dos seringueiros em seus territórios, de ocupação milenar, e da permanência de Eutímio Kithaulhu nas cidades de Rosário e Cuiabá foram marcadas pela diversidade de experiências.

Para encontrar a dimensão existente “memória individual” e “memória coletiva”, ambas propostas pelo historiador francês Jacques Le Goff (1996), que estão em sintonia com as do sociólogo austriaco Pollak (1989), na medida que são acontecimentos vividos individualmente e “vividos por tabela” pela coletividade. Na sociedade Nambiquara, o tempo na memória confunde-se com o tempo na história. Passado e presente ocupam lugares distintos e ao mesmo

tempo múltiplos, de conformidade com o momento em que a história está sendo narrada ou lembrada, em que o presente é determinante na modalidade narrativa. A memória, composta por elos de uma mesma corrente, ordenados em consonância com os modos de viver estabelecidos pela sociedade Nambiquara, é vinculada à “memória coletiva” que, para Halbwichs (2013), consiste em um evento que está em certo lugar na vida do grupo ao qual pertencemos.

Para além de narrar a história de Eutímio Kithaulhu com base nas fontes orais coletadas nas aldeias da Terra Indígena Nambiquara, município de Comodoro, Mato Grosso, almejamos analisar suas narrativas e as de seu povo. Vislumbramos o entendimento de como o menino índio adaptou-se a outra cultura, quando se familiarizou com hábitos muito distintos daqueles aprendidos em criança, antes de deixar a aldeia. Anos mais tarde, ao retornar à sua aldeia pelas mãos de indígenas de sua etnia, Eutímio Kithaulhu, um homem já adulto, trouxe em sua bagagem elementos do universo dos não índios, originários de intrincados cruzamentos culturais. Depois, reintegrou-se ao universo Nambiquara e reaprendeu afazeres específicos do sexo masculino. Contudo, ao falar sua língua, vez por outra, era pego cometendo erros gramaticais e de entonação. Até hoje, Eutímio Kithaulhu é lembrado como aquele morou na cidade e por pouco não se esqueceu de que era um índio Nambiquara, um *anunsu*, um integrante do grupo Kithaulhu, da “fruta do marmelo”, em tradução aproximada para o português.

Como nos ensinou Borges (2007, p. 57), “[...] pensar é esquecer diferenças, é generalizar, abstrair”. A narrativa do acontecimento que marcou a vida de Eutímio Kithaulhu, dos testemunhos e também daqueles que ouviram essas histórias, constroem um biografema do indígena com base em pormenores quase isolados, uma biografia, ainda que descontínua. E, em um ato de fantasmarm⁶, reunimos fragmentos da história de vida deste indígena para compormos outro texto, certamente.

6 O emprego do termo “fantasmarm” inspira-se em Leyla Perrone-Moisés (1983, p. 15).

Nambiquara nas cidades: labirinto das tensões

Durante a invasão dos seringueiros no território dos Nambiquara do Cerrado, na Terra Indígena Nambiquara, alguns índios foram levados de suas aldeias para a cidade. Zezinho Halotesu, Daniel Wakalitesu, Lídio Halotesu, Lourenço Kithaulhu, Zé Benedito, Eutímio Kithaulhu, Macaquinho Kithaulhu, Zeca Wakalitesu, são alguns deles. Crianças e jovens partiram com o intuito de estudar na cidade, a convite dos seringalistas, padres e missionários norte-americanos. Foram tentar a sorte, conhecer outras cidades, como Rosário Oeste, Diamantino, Cuiabá, Corumbá e Rio de Janeiro. Alguns, provavelmente, por curiosidade, para saber um pouco dos jeitos de ser dos não índios, os “comedores de feijão”, kwajato, em língua Nambiquara (COSTA, 2002).

De acordo com informação de Orivaldo Halotesu, que nos primeiros anos da década de 1970 deixou a aldeia por dois anos para estudar com missionários norte-americanos, Eutímio foi morar em Rosário Oeste e Cuiabá, na residência do seringalista Propício Loureiro; pelas mãos dos padres, Germano Cabixi e Macaquinho que trabalharam nas fazendas de Propício Loureiro, o mesmo seringalista que levou o menino Eutímio (COSTA, 2002).

Depois de algum tempo, todos os indígenas Nambiquara retornaram, a exceção de um, provavelmente por ter falecido na fazenda Bauxi, de propriedade do seringalista Propício Loureiro. Conforme informações fornecidas pelos indígenas, Propício Loureiro foi um dos seringalistas que mais retirou indígenas das aldeias para trabalhar em suas residências e fazendas. Enquanto eram meninos, permaneciam na companhia de sua esposa, Julieta Loureiro, mulher católica que tentou impor práticas religiosas ao cotidiano do menino Eutímio. Propício Loureiro, além do seringal, possuía fazendas nos arredores de Rosário Oeste, e os meninos, quando mais crescidos, iam para lá, a fim de trabalhar com o gado.

Eutímio Kithaulhu é uma das faces dramáticas do processo violento de contato entre índios e não índios. Suas

lembranças, ao serem externadas, assim como as de outros indígenas que presenciaram sua saída e sua readaptação, trouxeram um foco de luz direcionado ao palco abstrato de suas ideias, de seus sentimentos e das realidades que viveu. Ainda nos dias de hoje, suas histórias estão incorporadas à memória coletiva de seu povo, conjugando opiniões e principalmente princípios. Ao percorrermos os escritos de Halbwachs (2006, p. 30), vemos que “[...] lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”. A narrativa de Eutímio está centrada em teias de significações por ela produzidas e ressignificadas pelo tempo presente. Contudo, entendemos que “[...] o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (POLLAK, 1989, p. 8). As lembranças do indígena Kithaulhu, contidas em sua memória individual, faz com que a história dos Nambiquara do Cerrado seja repensada e lida de outras maneiras, percorrendo o que Chartier (1990, p. 77) chama de “labirinto das tensões” e incorporando-se à memória coletiva. As experiências e observações particulares de Eutímio Kithaulhu, provenientes de fato marcante da trajetória de sua vida, envolvida às de seu povo, deu-se com a apreensão de um fato: a invasão dos seringueiros em seu território de ocupação tradicional.

Por outro lado, seus silêncios⁷ são entendidos pela diferenciação em relação ao mundo que o cercou no tempo em que viveu fora da aldeia, fora das fronteiras do território Nambiquara, delimitando diferenças do mundo que deixou para trás, para retomar à aldeia, casar-se, constituir uma família e fazer parte integrante da vida cotidiana de seu

7 Durante as entrevistas, estiveram presentes os silêncios, estes entendidos como dificuldades e bloqueios que eventualmente [surtem] ao longo de uma entrevista [que] só raramente resultavam de brancos da memória ou de esquecimentos, mas de uma reflexão sobre a própria utilidade de falar e transmitir seu passado. Na ausência de toda possibilidade de se fazer compreender, o silêncio sobre si próprio - diferente do esquecimento - pode mesmo ser uma condição necessária (presumida ou real) para a manutenção da comunicação com o meio-ambiente [...]. (POLLAK, 1989, p. 11).

povo. De certa forma, a resistência de Eutímio em retomar suas raízes refere-se ao que deve ser mudado, transformado pelos códigos definidos como corretos dentro de sua sociedade, bem como de sua ética em se apropriar dessas regras. Hoje, Eutímio representa o resultado de acontecimentos transitórios, de momentos de emergência das coisas, dos problemas, dos fatos. Sua história apresenta-se sob a forma de uma tapeçaria onde os fios da interminável trama entrelaçam-se à “economia escriturística”, quando caminhamos ao lado de Certeau (1994, p. 221-246).

Eutímio Kithaulhu retornou à aldeia com outra bagagem e, entre seus pertences, a escrita. O conhecimento das letras e dos números adquirido durante o tempo em que permaneceu na cidade acoplados àqueles conhecimentos de quando era menino e, mais tarde, aos advindos da sua readaptação, implícita no que se pode entender por dinâmica cultural, quando é possível “[...] captar os princípios de organização de determinada sociedade, isto é, os princípios que orientam as relações de poder, de modo relativamente autônomo dos conteúdos culturais.” (JUNQUEIRA, 2004, p. 239). E, ainda,

O contato dos índios com os não índios encontra-se enlaçado em dimensões culturais e políticas, resultantes de uma distribuição desigual de poder que “pressupõe a existência de uma cultura dominante que aceita, tolera ou reconhece a existência de outras culturas no espaço cultural onde domina. (SANTOS; MENESES, 2010, p. 15).

Esse fragmento da história de Eutímio Kithaulhu não se encontra perdido nos amontoados de papéis ou mesmo disposto ordenadamente em latas, caixas e gavetas de arquivos. O indígena escreveu seu papel pela leitura de seus pensamentos, de suas memórias e práticas dentro e fora da aldeia, a lançar uma luminosidade à história do contato entre duas culturas tão distintas: a dos Nambiquara e a dos agentes de contato, marcada por extrema violência. Para compreender a dinâmica de ocupação da terra indígena tra-

dicionalmente ocupada pelos grupos Nambiquara Cerrado, os não indígenas são entendidos enquanto elementos que interagem com os índios e que exercem influência na sua ordem sociocultural, numa relação de colonialidade. Assim sendo, “isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados” (QUIJANO, 2005, p. 228). Os grupos Nambiquara do Cerrado, em contato com a sociedade envolvente, tratados como:

[...] povos conquistados e dominados, foram postos numa situação natural de inferioridade e, conseqüentemente, também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais”, uma das medidas básicas “para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade”.

Dessa forma, as relações entre índios e não índios tomam como empréstimo o termo colonialidade, integrado ao colonialismo. Tal movimento tem por sustentação, de acordo com Quijano (2010, p. 84), a “[...] imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo, como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social quotidiana e da escala societal.”

As lembranças de Eutímio Kithaulhu, adicionadas às dos outros indígenas de sua etnia, bem como de suas práticas culturais, forneceram dados biográficos revestidos de uma rica densidade histórica, composta de tantos personagens esquecidos, tantos “[...] ecos de certas vozes emudecidas pelo tempo” (GOMES, 1997, p. 16). As estratégias cotidianas das quais o indígena Eutímio se utilizou para enfrentar um mundo alheio ao seu e que lhe ocasionaram uma confusão babélica de valores que se atritaram, tornaram a se repetir de outras formas e maneiras, quando retornou à aldeia.

Este fragmento da história de Eutímio baseia-se inteiramente em suas lembranças, nas de seus familiares, bem como naquelas de outros índios que presenciaram ou

escutaram em tantas e tantas histórias do tempo em que o menino deixou a aldeia Camararé, em 1951, para morar em Cuiabá e Rosário Oeste, cidades de Mato Grosso. Essas lembranças, exteriorizadas pelas narrativas dos Nambiquara, guardadas na memória de cada um deles, trazem a pluralidade do tempo, não se limitando exclusivamente ao passado. Passado, presente e futuro mesclam-se (GOMES, 1997) nas narrativas de Eutímio Kithaulhu, estando incorporadas em suas práticas cotidianas.

Durante a instalação de seringais nessas terras, os índios travaram contato com essa parcela da sociedade nacional de hábitos culturais muito diversos dos seus. Tal convivência foi marcada por conflitos que permanecem vivos em sua memória, em sua história, na tradição oral, em suas práticas cotidianas, nas relações que mantém com os não índios. A “história mítica”, expressão utilizada por Lévi-Strauss (1970, p. 21, 24 e 39) para considerar a vivência do tempo pelos povos ágrafos na sua forma simbólica, não opõe necessariamente a temporalidade cíclica à linear, mas permite fundamentalmente exibir os acontecimentos históricos pela tradição oral. Estão vivos ainda em seus sentimentos, sendo que alguns deles encontram-se submersos em suas memórias subterrâneas e não devem ser mais lembrados ou, quando lembrados, devem aguardar o momento apropriado para serem expressos (POLLAK, 1989).

Pessoa trabalhadora, simpática e extrovertida, Eutímio Kithaulhu está sempre às gargalhadas a fazer brincadeiras com crianças e adultos, principalmente com as mulheres. Muito namorador, seu casamento é marcado por inúmeras relações extraconjugais. Nos dias em que relatou sua história, no acampamento temporário às margens da estrada vicinal que liga a aldeia Camararé à “reta”, conforme hábitos tradicionais, como no “tempo de antigamente”, um grande número de crianças e adultos que ali se encontrava ouviram atentamente, fazendo comentários, complementando algum dado que foi esquecido por ele. Foram dias e noites de muitas histórias repletas de emoções, intercaladas por

risos e brincadeiras. Contudo, ainda que Eutímio tenha tentado disfarçar, ao usar principalmente como estratégia seu sorriso largo, em muitos momentos de sua narrativa não conseguiu esconder sua tristeza, também presente na coletiva de seu grupo. Memórias individuais e coletivas envoltas nas práticas do complexo processo de construção das recordações.

Eutímio Kithaulhu: ecos de vozes emudecidas pelo tempo?

Marcos da Luz, nome dado por um seringueiro ao chamado Eutímio, nasceu por volta de 1943⁸, na aldeia *Yalãuensu*. É casado com Carlinda Kithaulhu, com quem tem 6 filhos. À época das entrevistas encontrava-se casado com uma Halotesu, chamada Eliane, de treze anos, do Utiariti. Órfão de pai e mãe desde pequenino, seus pais foram vítimas da epidemia de sarampo ocorrida em 1945, que dizimou uma grande parcela da população dos grupos Nambiquara do Cerrado. Após o falecimento de seus pais, foi criado pela esposa de Silas Kithaulhu.

Eutímio Kithaulhu saiu da aldeia Camararé com, aproximadamente, oito anos. Primeiramente, por cinco ou seis anos morou em Rosário Oeste, com a família Loureiro. Nessa cidade estudou Escolar Presidente Marques. Nas escolas em que frequentou, em Rosário Oeste e Cuiabá, era o único aluno indígena. Em sua memória ainda estão presentes os primeiros anos da vida na cidade, em que a saudade da aldeia permeava seus sentimentos. Em entrevista com Eutímio Kithaulhu, realizada em 05.04.2000, nas proximidades da aldeia Camararé, afirmou:

Ah! Eu tinha saudade da aldeia. Senti saudade, claro. Mas, quando eu era mais pequeno, eu qua-

8 É difícil precisar a data de seu nascimento, assim como a dos demais índios. Nessa ocasião, o órgão oficial responsável pela política indigenista no país, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), apresentou esparsas informações sobre dados populacionais e, quando o fez, não os relacionou por nome e data de nascimento.

se chorava de saudade, sabe? Quando cheguei em Rosário Oeste, eu ficava querendo ir de volta, mas o homem num, Propício, não queria trazê. Aí eu fiquei, fiquei, fiquei, fui crescendo, acabou a saudade, esqueci dos parentes, sabe?

Do casal Loureiro, além da educação escolar, de certa maneira, recebeu bom tratamento, no entendimento de Eutímio. Na cidade, passou a maior parte do tempo em companhia de Dona Julieta, pois seu esposo encontrava-se envolvido com suas fazendas, com o seringal e com as “brigas de galo”. Ainda que o tratassem com estima, na hora de alimentar-se não tinha permissão para sentar-se à mesa com a família e sequer dormir nas dependências internas da casa. Suas refeições eram feitas na cozinha, no andar inferior da casa, servindo-se direto do fogão, na companhia dos empregados e do índio Germano Cabixi. Próximo à cozinha, garagem e depósito estavam os dormitórios dos empregados. Um deles pertencia a Eutímio e Germano. No dia 05.04.2000, contou Eutímio:

Porque no prédio dele, Propício, mulhé dele, o filho dele dorme lá em cima. Agora, Nenê, a cozinheira, mais Cabixi, mais lavadeira dormia em baixo, separado. Mas, casa dele lá em Cuiabá era grande, né? Tem a garagem, onde guarda o caminhão e eles têm o banhador separado prá nós também, sabe? Ele, lá perto do quintal, tinha os quarto também das cozinheiras, com Nenê, com privada, banheiro dele separado. E, lá em cima também, Propício mais mulhé dele, outro quarto, outro privada, banheiro, que era dele também. Tudo separado. Nós ficava separado, eu e Cabixi mais separado e o Nenê com as cozinheira lá no outro quarto separado, sabe? [...] Propício comia na mesa, separado. Os rico come só em cima da mesa [...] Eu mesmo nunca comi na mesa com Propício. Eu pegava prato na cozinha, tirava na panela mesmo. Nem as cozinheira, a Zaz, também não comia junto com eles.

Além da educação escolar, Dona Julieta encarregou-se de ensinar religião cristã para Eutímio, em Rosário Oeste, quando recebeu os sacramentos do batismo, primeira comunhão e crisma. Aos domingos, a convite de Dona Julieta, frequentava a missa, como narrou, em 05.04.2000:

Todo Domingo a gente ia na missa! Porque era batizado, né? Eu batizei, crismei e comi hóstia também [risos]. E tomei vinho do padre, também! Que é sangue! [risos] Ali no Rosário. Lá Cuiabá, não fiz nada [...] Contar... como que é... a vida da gente pro... padre. Ele desconta os pecado da gente [risos]. Então, todo mundo ia lá conversar com o padre. Aí eu fui também, né? Era mulher, velho, novo, criança ia lá. Eu também ia. Ah! Eu, eu falava prá ele que eu fazia bagunça na rua. Eu perguntava: - 'O que que o senhor acha bagunça minha?' Ele falava assim: - 'Que bagunça?' Briga de menino, essas gurizada. O que o senhor acha? Depois ele falava: - 'Você fazia bagunça sozinho ou com menino ou com você sozinho?' Eu falei de todo jeito [riso] - 'Eu fiz xixiri [no dialeto Nambiquara, relação sexual] numa menina ontem.' Ele não falava nada não, só ouve. Ele que dá hóstia. Some na boca! [risos] Parece que é um picolé. Eu sou católico! Sou. Por isso que eu vou no baile, vou na tocata. Eu crente, não posso ir no baile e nem na tocata! Crente não pode namorar muito, senão, adultera, não sei... Aí, eu sou católico mesmo, legítimo! Eu sabia os Dez Mandamentos! Agora esqueci. Só de olhar não tem problema. Só de olhar, não estraga. Só de olhar, não desmancha. Só de olhar.. não vai incentivar nada! Só de olhar também... não vai... num vai alegrar meu corpo! Não posso cobiçar as coisas alheias... cobiçar a mulher dos outros.

Além de cumprir as obrigações cristãs de um católico, o menino Eutímio trabalhou na igreja de Rosário Oeste, aos domingos, como "coroinha", ajudando o Frei Leandro:

A casa de Propício era quase pregado com a igreja, lá em Rosário. É só dá um pulo e já tá lá dentro da igreja. Era uns... uma base de trinta metros só. Igreja aqui, casa de Propício bem aqui na esquina. Era pertinho. Aí, fiquei lá... ano lá também, ajudando o padre. Frei Leandro. Eu fiquei bonito de vermelho! Tudo bonito mesmo! Aí, o rapaz que eu fiquei no lugar chegou, né? Eu entreguei ele de novo, a batina. [...] Eu não queria ser coroinha porque... porque dia de domingo eu não podia sair dia de domingo não. Dia de domingo eu não parava em casa. Eu vivia na rua, jogando bola. Vou na beira do rio, vou pescar. Vou na beira do rio, vou matar rato. Só baculejo mesmo, sabe? E, sendo “coroinha”, se ficasse, por exemplo, um ano, seis meses, todo domingo tinha que ir. É compromisso sério. Aí, eu não aceitei, não. [...] Eu fazia bater sino! Era meio-dia, tan, tan, tan, tan... subi na escada, lá em cima. Meio-dia certinho! Tan, tan, tan... Pessoal pode almoçar. Enquanto não batia sino, não podia almoçar. Só meio-dia.

Depois, acompanhando a família de Propício, chegou em Cuiabá e morou na Travessa Comendador, retomando os estudos na Difusora - Departamento de Ação Social Arquidiocesano. Costumava ouvir rádio, acompanhando a programação diária: “[...] naquele tempo tinha a Rádio a Voz do Oeste, tinha a Difusora e tinha a Cultura. Tinha três Rádios. Lembrou-se do tempo em que a cidade de Cuiabá não tinha asfalto, ainda. A Prainha era tudo aberto, sabe? Agora que eles tamparam, né? E, as ruas era tudo aquele... acho que eles faziam um tipo de tijolinho prá... de pedra. Que não existia asfalto.” (EUTÍMIO KITHAULHU, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Eutímio nunca visitou a aldeia durante o período em que permaneceu com a família Loureiro. O seringalista Propício Loureiro não fazia nenhum comentário a respeito dos Nambiquara e dos seringais. Parecia que queria apagar o tempo passado do menino, com receio de que a saudade o levasse de volta à aldeia. Em seus depoimentos, Eutímio lembrou que

“[...] pela boca de Propício mesmo, eu num... ele nunca contou prá mim. Dessa novidade que existia, ele chegava e não falava nada. Ele mesmo não contava nadinha prá mim” (EUTÍMIO KITHAULHU, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Enquanto isso, na aldeia, a ausência de Eutímio era sentida, principalmente por seus familiares. Luiz Kithaulhu, seu irmão, sentia sua falta nos serviços na roça, nas caçadas. Em entrevista realizada em 04.05.2000, no acampamento às margens da estrada que dá acesso à aldeia Camararé, afirmou: *“[...] primeiro eu não senti saudade. Primeiro não fica não. Mas, depois, aí eu fica saudade. Não sei o que. Talvez tanto serviço, caçando no mato. Se não lembro, Eutímio não tá aí. Aí fica lá na cidade. Se fosse lá. Aí, eu lembrava, aí traria amarrado [rindo]”*.

Vivendo na cidade, Eutímio acompanhou um pouco do movimento do seringal através dos comentários dos motoristas encarregados de levar os produtos necessários à manutenção dos barracões e trazer a borracha até Cuiabá. Mas houve uma pessoa que manteve Eutímio informado dos acontecimentos da aldeia: Zaz, mulher que trabalhava na casa de Julieta e de Propício nos serviços domésticos. Seu papel foi importante enquanto Eutímio esteve ausente da aldeia. E o indígena têm noção disso, ainda que não soube precisar como ela conseguia saber de tantas coisas:

Num sei como que ela descobria essa história todinha! Prá gente... Só ela que contava prá mim. Mas, acho que Propício contava prá ela, não sei. Já tinha telefone lá! Na época, tinha telefone já! Porque ela telefonava prá casa dos motoristas, não sei. Motorista contava prá ela, não sei. Tudo notícia ela contava prá mim. Tudo notícia ruim. Eu gostava de saber notícia. Gostava sim. (EUTÍMIO KITHAULHU, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Às escondidas do casal, sempre aos cochichos, Zaz levava a Eutímio notícias que ouvia de seu povo. Até sobre o assassinato de Pedro Fogaça, no seringal, por um Kithaulhu, ele tomou conhecimento. Certa ocasião, Zaz contou a

Eutímio que haveria uma solenidade na Praça Alencastro, em Cuiabá, onde índios Bororo fariam uma apresentação. Era a oportunidade que ela esperava. Contou que existia uma casa do índio em Cuiabá, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) sugeriu a Eutímio que fosse “dar um passeio”, fornecendo-lhe o endereço. Eutímio não hesitou. Após assistir os índios Bororo cantarem, dirigiu-se à sede do SPI, na esperança de encontrar algum Nambiquara. Em entrevista no dia 05.04.2000, Eutímio contou:

Que índio será? Ai eu vi o pessoal falando que os índios Bororo vão cantar lá. Eu não divulguei nada a cantiga dele. Eles foram lá, eles ajoitaram. Das 7 às 10, sabe? Eles cantaram, cantaram, cantaram. Aí, depois que eu fui sabendo que tinha Casa do Índio aqui pertinho da Praça, né? Que é o SPI que tinha em Cuiabá. Primeiro foi SPI, Serviço de Proteção ao Índio, não é? Que começou, sabe? Vinha Bororo, vinha esse... os Paresi, vinha Irantxe, vinha Xavante, sabe? E existia aquela casa do índio... então, eu vou dá uma volta lá. Eu enxergava, sabia que era índio que andava na rua, mas só que a gente não conhece, não sabe de onde que é. E aí, eu cheguei lá na porta, olhei... Tinha índio mesmo, sabe? Tinha os índios Paresi. Só esse que eu conheci. Xavante eu não conheci. Naquela época não tinha Nambiquara. Se eles soubessem, se os Nambiquara soubessem, eles iam onde eu estava!

A “casa do índio” era a sede do SPI, uma espécie de elo entre Eutímio e os Nambiquara, na esperança de um dia poder encontrar algum dos seus. Infelizmente, isso nunca aconteceu, apesar de alguns Nambiquara terem estado lá, a fim de comercializar artesanato e adquirir armas de fogo. “O Eládio [um líder Kithaulhu] mesmo, ele disse que foi muitas vezes lá. Luiz, meu irmão, foi muitas vezes lá no SPI. Vender coisas prá comprar arma. E eu lá em Cuiabá, eles não foram. Não sabiam a rua que eu morava... Eles foram umas três ou quatro vezes em Cuiabá.”(EUTÍMIO KITHAULHU, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Eutímio adaptou-se à vida na cidade. Fez amigos, trabalhou, estudou, divertiu-se. Contudo, as lembranças do tempo de menino permaneceram vivas e a saudade era também sua companheira na cidade. Em entrevista, o indígena Kithaulhu contou:

Eu, eu sentia vontade sabe o quê? Era de mel! Que eu enjoava feijão, enjoava de comer carne, sabe? Era doce à vontade. Quando trabalhava na fazenda. Era queijo, à vontade. A gente mandava fazer, né? Aí, me dava saudade de mel... Mel daqui, do nativo. Ê, mais tô com vontade de tomar um mel, mas lá não existe mel! Naquele local. Porque é mata batida. Aí, quando Macaquinho [outro Kithaulhu que estava na cidade] táva lá, vamos pegar cachorro. Vamos matar tatu. Lá o que tem é tatu! De dia, você vai agora mesmo, você vai aqui, na banda da mata, já mata dois, três tatu. Aí, nós larga de come carne de boi. Nós nos virava prá comer carne de tatu. Gostava mais. Eu enjoava de come carne de gado, sabe? Porque, ah! Não aguentei. Era bom caçar de noite. Esse também, qualquer lagoinha, também, de dia, assim, domingo, assim. Quando Dona Julieta não estava, Propício não estava. Ah! E nesse dia era só saculejo mesmo. Então, ela não estava. E nem ele também. Nem Propício estava, também. Eu aproveitava prá caçar. No cerrado. Lá era cerrado, não era derrubado, não. [...] Caçava tatu cascudo e tatu liso. Mas, só que... quando eu estava lá eu não comia [tatu] mirim porque ele tem um cheiro muito forte. Eu não gostava. Aqui eu vou indo devagar... vou indo devagar... Tinha paca sim, mas era longe dali. Cutia existe também. Tem caititu que existe também. Mas, esses bichos, era difícil pegar eles. Era muito longe. E a gente não tinha arma não. Tem dia que eu ia com Benício, tem dia eu ia com Macaquinho. [...] Nós caçava, matava uns dois ou três. Em casa, nós deixava carne de boi de banda e nós comia tatu. [...] Mas, quando a Dona Julieta mais o Propício chegava, na Fazenda, aí a boca

esquentava! (EUTÍMIO KITHAULHU, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Na ausência do casal Loureiro, Eutímio Kithaulhu aproveitava para ir aos bailes, para namorar. Em um desses bailes conheceu Cira. Apaixonou-se. Mas não levou o relacionamento adiante porque ela se mudou para Diamantino. Preferiu não assumir compromisso com a moça, pois sabia que teria que deixar a casa de Julieta e Propício, assim como o trabalho na fazenda. Tempos depois, não soube precisar, juntamente com Germano Cabixi, Eutímio afastou-se do convívio da família Loureiro, interrompeu os estudos para ir para Bauxi, uma das fazendas de Propício Loureiro. Trabalhou nos serviços da roça e também como vaqueiro, cuidando do gado, inclusive, no abate.

Nas lembranças de Eutímio, “Propício gostava de criar índio” (EUTÍMIO KITHAULHU, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Foi em Bauxi que encontrou Macaquinho, Mané e Zeca, indígenas Nambiquara. Germano logo abandonou a casa e o trabalho para retornar à aldeia. Por volta de 1967, Eutímio regressou à casa de Propício Loureiro, em Cuiabá. Naquela época, Loureiro deixou o seringal das matas Nambiquara e, no início de 1970, vendeu as fazendas Bauxi e Arruda. Enquanto Propício estava viajando para o Ceará, envolvido com “briga de galo”, sua esposa ordenou que Eutímio procurasse outro lugar para morar, para trabalhar. Os outros Nambiquara que estavam empregados nas fazendas já se encontravam em suas aldeias. Eutímio recordou da época em que Julieta pediu-lhe que fosse embora:

Eu não assustei. Nadinha. Eu não assustei. É, eu não zanguiei com a conversa dela. Eu não fiquei com medo, eu não senti também, nem saudade também. Mas, só que eu fui prá outra fazenda. Fazenda conhecido ali, perto do Bauxi. Aí, eu fiquei andando. Aí, eu fui prô As Pita, fazenda do Jorge. Fiquei pouco tempo lá. Eu fiz roçada no pasto prá ele. (EUTÍMIO KITHAULHU, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Quando deixou a casa de Julieta e Propício, conseguiu empregar-se em outra fazenda, na Pita, mas logo deixou o serviço e seguiu para Diamantino. Pelas mãos dos padres, chegou a ir para Tirecatinga, território dos Wakalitesu, um dos grupos Nambiquara do Cerrado, mas não se adaptou. Retornou a Diamantino e conseguiu emprego por, mais ou menos nove meses, na fazenda Montedan, próxima ao território dos Halotesu, outro grupo Nambiquara do Cerrado. Na ocasião, os índios Manu Halotesu e Daniel Wakalitesu encontraram-no. Enquanto caçavam, coletavam frutas, mel e pegavam papagaio para criação, os índios tiveram a sorte de encontrá-lo.

Manu e Daniel reconheceram Eutímio, mas, naquele momento, nada lhe falaram. Foram à aldeia Camararé atrás de Luiz, seu irmão. Depois, na companhia de Luiz, partiram para a fazenda em busca de Eutímio. Queriam-no de volta, junto ao seu povo, sua gente. Foram com a intenção de ceder-lhe uma jovem esposa:

Aí, quem encontrou comigo foi Manu, primeiro. Ah! Manu e Daniel. Mas, só que eles não falaram nada prá mim, não. Pois eles vieram, me olharam assim: – ‘Esse aqui é o Eutímio’. Mas, eu não sabia a língua. Eles voltaram. Pois eles vieram aqui no Camararé avisar o Luiz. Aí, foram, acho que era o Daniel, Luiz, o Manu. Atrás de mim. Aí, eu vim aqui. Foi um custo prá gente conversar, custei. Saiu um ano, só prestava atenção. Inté hoje o pessoal fala: – ‘Você não fala direito, não!’ Ah! Tem dia, eu tô com raiva, deixa eu conversar assim mesmo. Eu converso enrolado [risos]. (EUTÍMIO KITHAULHU, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Ao retornar à aldeia, Eutímio precisou adaptar-se aos seus costumes e crenças. Precisou reaprender a sua língua: *“Quando eu cheguei, fica quieto, divulgando, né? [risos]. Fico quieto. Pessoal falando e eu não falo não. O que não respondo, eu tô escutando, né? Movimentando o que tá falando. A gente esquece mesmo quando sai pequeno, quando sai prá*

cidade. Não quer saber dos parente não. Não quer ne m saber” (EUTÍMIO KITHAULHU, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Enquanto permaneceu solteiro, morou com seu irmão Luiz, na aldeia Camararé. Eutímio, mesmo feliz por retornar à sua casa e encontrar seu povo, teve dificuldade em adaptar-se ao cotidiano da aldeia:

Demorei a me acostumar. Estranhei. Eu ia prá Vilhena [em Rondônia]. Sempre ia prá Vilhena. Eu queria ir de volta, o povo não deixava. Eu queria ir de volta. Porque achava falta de muita coisa... nós comia bem. E aqui tem dia que era mal passado. E lá na cidade eu comia muito bem... comida mais ajeitada. [...] Eu estava solteiro. Depois casei, que teve criança, aí parei de vez. Tô aqui até hoje. (EUTÍMIO KITHAULHU, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Na aldeia, permaneceu solteiro por dois anos. Os índios, preocupados, temerosos que retornasse à cidade, providenciaram uma mulher para Eutímio se casar. Nessa época, Marcelino, casado com Carlinda, tinham um filho, Lucas. Marcelino, que cedeu Carlinda para Eutímio e, mais tarde, casou-se com Chiquinha, de um grupo Nambiquara da Serra do Norte. Em entrevista, o líder Fuado Sawentesu, na aldeia Branca, no dia 11.04.2000, revelou: *“Demorou uns dois anos ainda prá arrumar. Não achar mulher não. Primeiro mulher Carlinda. O marido que ela tinha, que ela pareceu, né? Marcelino. Carlinda, esposa de Marcelino, doou, entrega prá Eutímio, prá segurar, trabalhar lá. Se não entrega mulher, ele não para na aldeia.* (FUADO SAWENTESU, Entrevista, aldeia Branca, 11.04.2000).

Antes de se casar com Carlinda Kithaulhu, Eutímio pensou em retornar à cidade. Sentia saudade do jeito dos *kwajato* comer, dos bailes com violão, da sanfona, das serenatas.

Atualmente Eutímio vive na aldeia Camararé, uma das mais tradicionais do cerrado, distante dos vila-

rejos e das cidades, “longe de confusão”, como ele mesmo argumentou. Aos poucos, retomou seu lugar na sociedade Nambiquara, tornando-se apto a desempenhar as atividades atribuídas aos homens de sua idade. Entretanto, vez por outra, comete erros gramaticais ou mesmo de pronúncia, um grande motivo para zombarias, quando as moças lembram de que “ele não é mais índio, pois viveu como um comedor de feijão” (COMUNIDADE INDÍGENA, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Considerações finais

Eutímio: Um homem como qualquer outro de sua comunidade. Mas, é também um homem muito diferente dos seus.

As constantes reformulações e as diferentes perspectivas muniram Eutímio de suportes para uma vida de alternâncias. Estar presente ou ausente, temporariamente, lançou-se em seu espírito como um refúgio imperfeito, porém realizado como uma experiência de um impressionante sobrevivente. Dessa maneira, partimos aqui também da concepção de memória enquanto processo em movimento constante de construção/desconstrução. Como processo, memória não é, portanto, um objetivo a ser atingido, nem uma totalidade a ser alcançada, mas algo que se persegue e que se atinge sempre de forma fragmentária, inacabada, algo que se situa em um espaço intervalar entre memória e esquecimento (BERND, 2013, p. 26). Ela ainda nos diz:

As questões associadas à Memória constituem-se em fundamento de várias disciplinas como História, Patrimônio, Literatura, Psicanálise, Psicologia, Antropologia, Museologia, mas também de estudos sobre a moda, as práticas alimentares a genealogia e os álbuns de família, entre tantas outras em que se faz imperativo reexaminar o passado para melhor entender o presente. Logo, no que concerne às questões ligadas ao identitário, seja individual ou coletivo, a Memória é também essencial, pois como afirmar-se como indivíduo ou como cidadão – ou

seja, como trabalhar a identidade individual ou nacional – sem conhecer a trajetória de seus ancestrais ou os mitos, lendas e narrativas da comunidade em que se está inserido? (Ibidem, p. 25).

As ruas e os costumes da cidade e seus ligamentos com Eutímio estão preenchidas nas recordações que, por sua vez, resultam em acréscimo. Ele relata aspectos de uma relação com a vida em um novo espaço, quando criança, e, na fase seguinte, particularmente como seus arranjos de memória instalam um tempo que se arrastava para acomodar questões em sua nova permanência na cidade. A história esboçada em suas palavras relata arranjos de um cenário que não passou despercebido. Primeiro, sua memória cultural é particularmente impressionada com construções de uma época e de uma “saudade” esboçada pelo choro. Ele diz:

Ah! Eu tinha saudade da aldeia. Senti saudade, claro. Mas, quando eu era mais pequeno, eu quase chorava de saudade, sabe? Quando cheguei em Rosário Oeste, eu ficava querendo ir de volta, mas o homem num, Propício, não queria trazê. Aí eu fiquei, fiquei, fiquei, fui crescendo, acabou a saudade, esqueci dos parentes, sabe? (EUTÍMIO KITHAULHU, Entrevista, aldeia Camararé, 06.04.2000).

Assmann (2011, p. 193) em seu livro *Espaços de Recordação, Formas e Transformações da Memória Cultural* descreve, dentre outras coisas, como o escritor Stephen Greenblatt, na primeira frase do livro *Shakespearean Negotiations* (1998), diz como “[...] começou com o desejo de conversar com os mortos”. E, ao partir desse ponto, a autora nos aponta que o escritor “[...] lembra seus colegas, leitores e professores de literatura profissionais remunerados, de algo que eles esqueceram completamente: que são xamãs e mantêm uma conversa permanente com as vozes dos ancestrais e dos espíritos do passado”. Ela ainda diz que isso adverte leitores e estudiosos da área de literatura que:

Eles se ocupam não só com mídias no sentido técnico, isto é, com textos e exposições orais, mas eles também são mídias no sentido oculto, na medida em que, para o bem estar geral, produzem e mantêm contato com o mundo transcendente do passado. Sob o entusiasmo de seu sugestivo ensaio, Grenblatt concentra-se no *medium* técnico pelo qual as vozes dos mortos ecoam e ficam acessíveis de tempos em tempos; ele fala dos “vestígios do texto” nos quais a “energia social” circula, energia que constitui a “vida”, a vida conservada pelas obras literárias após a morte de seu autor e o desaparecimento de seu contexto. (Ibidem, p.194).

A mesma autora, a partir daí, reforça que essa questão de Grenblatt diz respeito à cultura em geral e aos canais de comunicação e transmissão, compostos na tradição da memória cultural. O que podemos equivaler aqui são os tempos de Eutímio, quando criança, ao chegar na cidade. Em seu ritmo que advém de acasos de particulares mudanças itinerantes, embora não tenha permanecido no interior de sua família indígena com idade para grandes percepções da vivência ancestral, seus instantâneos nos dias e semanas nas cidades serão sempre retomados em gestos que reproduzem continuidades da saudade de outras épocas e de outros tempos. E ainda que em sua trajetória fosse levado mais longe, seu ponto de partida, ou melhor, suas reminiscências interviam em seus percursos e travessias.

A separação entre a vivência e as possibilidades de um saber que se ampliam, potencializam um diálogo de investigação acerca das relações armazenadas no convívio das culturas. Sua vida de criança, jovem e depois adulto, evidentemente, não se reduz a um estreito que se circunscreve a um único tempo. Quando ele deixou a aldeia Camararé, na qual residia com a família Loureiro, por volta dos oito anos de idade, morou e frequentou escola em cidades do Mato Grosso. Suas memórias, como registro que remonta a continuada distância e as longas separações, também

desempenharam importante papel para relacionar os movimentos e traços de sua identidade. Os caminhos que precisou contornar, organizados por arranjos de abandono e ruptura desde o início de suas experiências de vida, teceram a ele uma intrincada maneira de olhar o transitório.

Ao contrário do que se pode imaginar, a memória não é plena somente de lógicas narrativas. Eutímio acomoda experiências na vida urbana e na casa dos Loureiros que o faz retomar imagens esquecidas do seu olhar de infância. Nota-se um voluntariado deslocamento dele, já adulto, de uma fazenda a outra, de um lugar na cidade para outro, como um detalhe que corresponde a uma lógica da memória recheada de cenas e recordações advindas do nexo de momentos. Vestígios do passado proporcionam a ele um presente, cuja cumplicidade com seu povo não possibilitava uma separação permanente. O provisório compõe a sua vida, em condições de fascínio também. A questão central de sua partida, quando criança, nunca fez cessar, no Eutímio jovem, a noção de que ele tinha uma “casa” também e, com isso, um elemento a mais para pensar no retorno, na transferência ou numa pequena circulação.

Esse homem, tal como qualquer outro de uma comunidade indígena, teve essa diferenciação demarcada nos primeiros anos da década de 40, tempo da chegada dos primeiros seringalistas à região Nambiquara. Esses contatos que descrevem um mundo de convivências com alternâncias entre o pacífico e o violento, constroem, já desde cedo na vida de Eutímio, o direito a participar como um proscrito ou alguém que compreendia ser único. Isso explica, um pouco, a realidade que domina a criação social de Eutímio. Em sua infância, o argumento que seus parentes encontraram para justificar a decisão de permitir que ele deixasse a aldeia e o convívio familiar, e fosse para a cidade com o seringalista Propício Loureiro, recaiu no fato de o mesmo ser órfão e chorar muito. Mais adiante, em sua história já na cidade, a noção de trabalho e vida humana, ainda que não tenha alterado em essência suas observações mais representati-

vas da infância, o fez herdeiro também de uma civilização amparada em pouca estabilidade (ou fluida).

Seus relacionamentos e envolvimento sociais na cidade não foram assumidos como compromisso fixo. Sua vida de trabalho, estudos e divertimentos e, até mesmo com a família que residiu desde que saiu de sua aldeia, são construídos por um sensível caminho de rupturas e compromisso incerto. Bauman (2009) contribui para explicar os medos modernos e as consequências destes, tais como “[...] o momento em que tempo imemoriais –, assim como os vínculos amigáveis estabelecidos dentro de uma comunidade ou de uma corporação, foi fragilizado ou até rompido”. Os laços naturais, em acordo com este autor, estão amparados na dissolução da solidariedade.

Nessa condição, o medo operou um trabalho que recaiu em substituição de tais laços. Estes sofreram danificações irreparáveis para constituir outros laços artificiais. Eutímio, em sua estadia provisória na cidade, não se desfez da possibilidade de retorno, talvez, a princípio, num provável projeto de contato como uma vida especialmente significativa. Suas reminiscências, associadas aos novos gostos, compunham um elaborado quadro de fragmentos responsáveis pelo seu caminhar seguro. Enquanto as pessoas que o levaram para a cidade, quando pequeno, reformulassem essa trajetória, expressando uma vontade de que o mesmo também saísse dessa casa ao ficar adulto, esse novo abandono, pelo que se verifica em seus relatos, não lhe causaram um aspecto melancólico ou de impressão de surpresa.

Na cidade, os relacionamentos e conhecimentos sobre a vida o fizeram produzir imaginários de retorno a um lugar e tempo no qual as ameaças externas de uma vida construída por uma vivência com repetidas ações de separação e isolamento, possibilitaram também um aprender. O que se ligava a sua dimensão memorial de outros tempos, também significava sua referência de memória que resultava em uma história cujas experiências de descontinuidade integravam um outro sentido à sua trajetória. Com isso, em um plano

lado a lado, o entendimento da cidade e de seus contornos, lhe deram condições de estreitar expectativas em relação a um passado. Nos contextos diversos de memória da cidade e da aldeia, seus saberes se encontravam em uma coexistência de mundo com beleza própria. Por não ter a soma definida do caminho necessário para trilhar uma vida autônoma, a cidade corporificou formas de um mundo de atração entre o banal e festivo, que também constituía beleza no seu enredo de mundo. A vida urbana de Eutímio lhe proporcionou uma diferenciada confiança. Pertencer a uma comunidade na cidade e também a outra na aldeia Nambiquara ativou seus vestígios memorialísticos pelo caminho dos fragmentos, mas também lhe provocou uma existência de ação misturada com clareza e decifrações de uma distância sempre de aproximações. Eutímio é o Nambiquara de lá e de cá. O que poderia se constituir numa história de separação, fuga ou abandono, o que é considerado em muitos casos como pertinente a um refugiado, para ele transformou em cenários simultâneos de convivência e movimento. O índio Nambiquara, Eutímio, morador da cidade e da aldeia, cujas razões o prepararam para caminhos de idas e vindas, abriu um contato que o aproximou, nesse percurso, de um ser humano profundamente reconciliado como um morador da população planetária.

Referências

- ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação; formas e transformações da memória cultural*. Tradução Paulo Soethe. Campinas, SP: EdUNICAMP, 2011.
- BERND, Zilá. *Por uma estética de vestígios memoriais: releitura da literatura contemporânea das Américas a partir dos rastros*. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2013.
- BORGES, Jorge Luis. *Ficções*. Tradução Davi Arrigucci Júnior. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano – 1. artes de fazer*. Tradução Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações. Memória e Sociedade*. Lisboa; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Difel, 1990.

COSTA, Anna Maria Ribeiro F. M. da. *Senhores da memória: uma história do Nambiquara do Cerrado*. Cuiabá: Unicen Publicações; Unesco, 2002 (Coleção Tibanaré, v. 3).

_____. *O homem algodão: uma etno-história Nambiquara*. Cuiabá: EdUFMT; Carlini & Caniato, 2009.

GOMES, Plínio. *Um herege vai ao paraíso: cosmologia de um ex-condenado pela inquisição. (1680-1744)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução Beatriz Sidou. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória*. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto: Museu de Arte do Rio, 2014.

IBGE. *Mapa etno-histórico de Curt Nimuendajú*. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em colaboração com a Fundação Nacional Pró-Memória. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

JUNQUEIRA, Carmen. Dinâmica cultural. Brasília. *Revista de Estudos e Pesquisas*. FUNAI/CGEP/CGDOC, v. 1, n. 1, p. 237-259, 2004;

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 4 ed. Tradução Irene Ferreira, Bernardo Leitão e Suzana Ferreira Borges. Campinas: EdUNICAMP, 1996. (Coleção Repertórios).

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Opensamento selvagem*. Tradução Maria Celeste da Costa e Souza e Almir de Oliveira Aguiar. São Paulo: Nacional, 1970.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Barthes: o saber com sabor*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. Rio de Janeiro. *Revista Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PRICE, Paul David. *Nambiquara society*. Thesis (For the degree of Doctor of Philosophy). Department of Anthropology, Faculty of the Division of the Social Sciences. Chicago; Illinois, 1972.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Ma-

ria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 84-130.

_____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Clacso, set. 2005, p. 227-278 (Colección Sur Sur). Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SCHADEN, Egon. *Leituras de etnologia brasileira*. São Paulo: Nacional, 1976.

SILVA, Joana A. Fernandes Silva. Utiariti – a última tarefa. In: WRIGHT, Robin M. (Org.). *Transformando os deuses. Os múltiplos sentidos da conversão entre os povos indígenas no Brasil*. Campinas: EdUNICAMP, 1999. p. 400-416.

Cotidiano e história: a curiosa história do telefone em Mato Grosso

Daily life and history: the curious history of the telephone in Mato Grosso

Lúcia Helena Gaeta Aleixo¹

Resumo: O objetivo deste estudo foi compreender a evolução da telefonia dentro de um contexto bem abrangente, tentando perceber que o homem, através do progresso, dinamizou outras fontes de informações, livrando as comunidades não só do isolamento em que até então se encontravam, mas também da circulação mais eficaz e rápida das informações. Por acréscimo, buscamos entender, portanto, a telecomunicação em Mato Grosso dentro do contexto global, analisando as circunstâncias de desenvolvimento nacional que impelem Mato Grosso a adotar o telefone, no seu cotidiano. As conotações folclóricas que daí decorreram nada mais foram do que a assimilação do fato histórico no seu dia-a-dia. Histórias, anedotas, quadrinhas que surgem da iniciativa popular servem para demonstrar a importância que a telefonia assumiu para a sociedade.

Palavras-chave: Cotidiano. História do telefone, Comunicação.

Abstract: The aim of this study was to understand the evolution of telephony within a broad context, trying to understand that through progress, man has stimulated other sources of information, freeing communities not only from the isolation they had more efficient and faster circulation of information. In addition, we seek to understand, therefore, the telecommunication in Mato Grosso within the global context, analyzing the circumstances of national development that impel Mato Grosso to adopt the telephone, in its daily life. The folkloric connotations that ensued were nothing more than the assimilation of the historical fact in

¹ Doutora em História Econômica pela USP/SP, professora aposentada pela Universidade Federal de Mato Grosso. Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do Centro Universitário de Várzea Grande-Univag.

their day-to-day life. Stories, anecdotes, and comics that emerge from the popular initiative serve to demonstrate the importance that telephony has assumed for society.

Keywords: Everyday life. Telephone history., Communication.

Introdução

Retratar o cotidiano de uma dada sociedade implica em concorrer com inúmeras possibilidades, enveredar por caminhos de investigação que nos surpreendem, fontes que nos motivam a rever nosso olhar sobre aquilo que nos cerca. Centrar a investigação em fotos, publicidades, nas edições de velhos jornais, pinturas, caricaturas, textos ficcionais que nos instigam a desvelar o cotidiano no espaço-tempo em que foram produzidos, enfim, vividos. O objetivo deste artigo é dar ao leitor a possibilidade de rememorar e descobrir a importante contribuição de outras linguagens e de múltiplos caminhos no fazer história.

Assim, ao trabalhar as fontes que me permitiram estabelecer uma interface entre a realidade cotidiana e alguns campos do conhecimento histórico, induziram-me a analisar fontes até então pouco exploradas por mim. Buscar a relação entre história, cotidiano e linguagem na perspectiva de uma construção metodológica que aborda a singularidade das relações primárias existentes no espaço-tempo da vida urbana e dos embates travados pelos sujeitos históricos na construção de uma sociedade em busca da modernidade tão preconizada nos princípios do século XX.

Procuramos compreender a evolução da telefonia dentro de um contexto bem abrangente, tentando perceber que o homem, através do progresso, dinamizou outras fontes de informações, livrando as comunidades não só do isolamento em que até então se encontravam, mas também da circulação mais eficaz e rápida das informações.

Buscamos entender, portanto, a telecomunicação em Mato Grosso dentro do contexto global, analisando as circunstâncias do desenvolvimento nacional que impeliram Mato Grosso a adotar o telefone no seu cotidiano. As conotações folclóricas que daí decorreram, nada mais foram do que a assimilação do fato histórico no seu dia-a-dia. Histórias, anedotas, quadrinhas surgidas da iniciativa popular servem para demonstrar a importância que a telefonia assumiu para a sociedade.

O estranhamento e o assombro diante da extraordinária invenção do telefone aproximou as pessoas e as comunidades, trazendo informação e soluções aos questionamentos em tempo real, inserindo a cidade em um contexto inteiramente novo e dando a sensação de que ela está integrada ao moderno, é *no indivíduo que se assombra, que o interesse desperta* (BENJAMIN, 1985, p. 81) que revigora, apresenta novas perspectivas, permitindo um novo caminhar.

O telefone em Cuiabá

Simultaneamente à instalação telegráfica, ao norte da região Centro-Oeste, surge em Mato Grosso o meio de comunicação mais rápido e cujo contato com o interlocutor é direto e imediato - o telefone.

O espaço urbano em Cuiabá, nas primeiras décadas do século vinte, estava caracterizado em dois setores: a área central, definida pelos Jardins, Largo da Mandioca, Prainha, e a área do Porto, denominada Freguesia D. Pedro II, envolvendo principalmente a região de comércio atacadista

Além destas duas áreas localizadas no perímetro urbano, havia ainda duas outras povoações mais isoladas: a do Coxipó da Ponte e a de Várzea Grande.

Com a movimentação da economia mercantil, através da navegação do Rio Cuiabá e Paraguai, as cidades localizadas nas proximidades destes rios presenciaram as transformações decorrentes do desenvolvimento econômico.

As casas comerciais surgem com grande força, adotam uma política instigante com intuito de levar adiante os bons ventos trazidos pelo movimento mercantil.

A área portuária de Cuiabá e Corumbá apresentava modificações substanciais à paisagem urbana. Casarões em andares foram construídos para abrigar as encomendas vindas de outros estados e países. Surgiram casas representantes de bancos estrangeiros, como o Nacional City Bank of New York, do Bank fur Deutschland, do Banco Alemão Transatlântico e outros, com saques telegráficos sobre as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Santos, Bahia,

Montevidéu, Buenos Aires, a exemplo das casas comerciais, de Almeida e Cia., M. Cavassa Filho e Companhia, providenciavam sua própria frota de chatas e navios para transportes de mercadorias (CARDOSO AYALA; F. SIMON, 1914).

A manufatura a vapor tornou-se parte do cotidiano das cidades, surgindo padarias, moinhos para cereais e mandioca, fábrica de gelo e cerveja, e engarrafamento de águas minerais. Firms especializadas na construção civil são fundadas. A fisionomia da cidade se modifica.

A tecnologia evoluiu, trazendo às áreas rurais e urbanas um novo ritmo ao dia-a-dia. Presencia-se o crescimento populacional e, com isso, o alargamento do perímetro urbano.

Foi também instalado um novo sistema de abastecimento de água que captava água do rio Cuiabá, atendendo os bairros mais distantes: Boa-Morte e Lavapés. A população ainda era servida pelas chamadas *borne-fontaine* (pequenas bicas cilíndricas para distribuição pública de água) espalhadas por vários pontos da cidade. (FREITAS, 2001, p. 54).

Em 1909, João Pedro Dias funda, em Cuiabá, a Empresa Telefônica. A concessão da exploração foi outorgada pela Prefeitura Municipal, conforme contrato lavrado aos 17 de fevereiro e publicado pela *Gazeta Oficial* em 4 de março.

A imprensa local divulgou o empreendimento, destacando sua importância e demonstrando o quanto a sociedade mato-grossense estava equiparada aos grandes centros do país. De imediato, as instalações para o funcionamento da Empresa foram providenciadas. Funcionaria com duzentos assinantes, a um preço fixo de tabela mensal.

Comerciantes, profissionais liberais, empresas outras acreditaram no empreendimento e passaram a ser assinantes.

Inicialmente, a Capital de Mato Grosso foi agraciada com vinte e dois aparelhos e vinte linhas, mas logo em seguida foram instalados oitenta e dois aparelhos, de tanto sucesso que a novidade despertou.

No *O Debate*, periódico corrente em Cuiabá, encontramos a seguinte nota:

A empresa Telephonica de Cuiabá pede aos Snrs assinantes o obséquio de acrescentar em suas listas os números e nomes seguintes:

nº 83 Redação do Comércio

nº 84 Dr. Magalhães

nº 85 Dr. Trigo de Loureiro

nº 86 Redação de *O Debate*.

Esperamos receber nestes dias mais setenta aparelhos, o que permitirá à empresa servir com suas linha telephonicas mais 150 assinantes, cujas listas e direção serão publicadas.

Emprezario João Pedro Dias. (O DEBATE, de 26 de setembro de 1912).

Aos poucos a Telephonica foi ganhando credibilidade e novos assinantes foram aderindo à novidade. Naquele mesmo ano o empresário João Pedro Dias providenciou novas instalações para sua companhia. Este fato acabou trazendo sérios transtornos no atendimento ao público, recebendo severas críticas da população, que via falhas no atendimento, como registra a nota de 20 de janeiro de 1912, no *Debate* de número 98:

[...] *há grande irregularidade no serviço prestado pela Empresa Telephonica*. Além de haver pouca atenção dos empregados da central em atender ao tímpano existem ainda aparelhos que não funcionam bem. (O DEBATE, de 20 de janeiro de 1912).

A Central telefônica abrigava uma mesa que era operada manualmente pela telefonista, conforme o número solicitado. Sempre que se pretendia a uma ligação era necessário mover uma manivela e solicitar à telefonista o número desejado. Na verdade, os telefones tinham números, mas ninguém os utilizava. A ligação era completada tendo por base o nome do assinante.

A Empresa Telephonica estendeu os seus serviços também para a vizinha povoação de Várzea Grande, 3º Dis-

trito de Cuiabá, tendo sido inaugurado, em 11 de abril de 1912, o aparelho telefônico na residência do subdelegado do distrito, Sr. Silvério Jorge Silva, fato de significativa importância, pois a Empreza Telephonica, assim, atingia ao outro lado do Rio Cuiabá, demonstrando a real importância deste inovador invento. Convém lembrar que, para chegar a Várzea Grande, era necessário cruzar o rio através da *Barca Pendula* - balsa que transportava passageiros e mercadorias. Esta localidade, aliada à povoação de Coxipó da Ponte, chegou a ter 16 assinantes.

Em 1917, a Rede Telefônica, conforme Relatório do Intendente, apresentado à Câmara Municipal de Cuiabá, em novembro de 1917, possuía 244 aparelhos telefônicos em funcionamento:

Continua prestando mais ou menos bons serviços a população desta Capital, e principalmente ao comércio, a Empreza Telephonica sob a direção do respectivo empresário, cidadão João Pedro Dias.

O número de aparelhos em funcionamento é o seguinte:

Assinaturas particulares.....	228
Grátis ao Estado.....	23
Grátis a Municipalidade.....	3
Grátis a Repartição dos Telégrafos.....	---
Total 244 (CUIABÁ. Relatório, 1917)	

Conforme a Resolução de nº 89, de 1º de dezembro de 1912, a Empreza Telephonica recebia uma subvenção anual de 1:000\$000, enquanto não completasse 250 aparelhos necessários para poder se manter.

A expansão da rede telefônica era continuamente solicitada. O intendente geral Alexandre Magno Addor insistia na necessidade de ligação telefônica nos postos fiscais do Coxipó da Ponte, Passagem da Conceição e do Porto da Barca Pêndulo. Justificava ele que tal ligação facilitaria o serviço do fisco e da “*boa marcha dos negócios*”.

Para a expansão das linhas, a municipalidade auxiliou com alguns recursos, como, por exemplo, na das linhas de Coxipó da Ponte e Várzea Grande, ao investir a importância de 2:000\$000. Quando ocorriam determinadas irregularidades no atendimento, a Intendência sugeria a suspensão da subvenção concedida à Empresa, pela Câmara. É bem verdade que a Intendência possuía 5 aparelhos telefônicos que lhes eram concedidos a título de usufruto, em contrapartida à subvenção concedida. Parece, no entanto, que a ameaça de suspensão dos recursos nunca foi levada a termo.

Os serviços da companhia foram pouco a pouco se expandindo, mas nunca ultrapassando o limite estabelecido pela Resolução de nº 89.

O Mapa de Movimento de Telefone, publicado em 1925 pelo Correio do Estado, em 18 de abril, apontava que de janeiro a outubro foram colocados na cidade de Cuiabá 30 novos aparelhos e foram retirados 22 deles.

Verificando-se com maior atenção os dados acima, nota-se que houve no período a instalação de 8 novos aparelhos. Percebe-se ainda que a expansão só poderia ocorrer após a desistência de antigos assinantes. Na verdade, a maior dificuldade encontrada para o aumento e expansão era, sem dúvida, a importação dos novos aparelhos, que, além de caros, não eram encontrados com facilidade no mercado nacional. Estes fatos obrigaram o empresário João Dias a vender sua Empresa, adquirida por novo concessionário, o senhor Caetano Zappa, no ano de 1924.

A Empresa, que contava com 249 aparelhos instalados, comprometia-se a regularizar o sistema telefônico em Cuiabá. Assim, a municipalidade aprovou a Resolução estabelecendo que a Empresa deveria:

1. fornecer 12 assinaturas gratuitas às repartições públicas (Secretaria do Interior, Secretaria da Agricultura, Intendência Municipal, Diretoria do Expediente, Chefatura de Polícia, Tesouro do Estado, Palácio da Instrução, Intendente Geral, Presidente

da Câmara, Mercados do 1º e 2º Distritos e Cemitério do 1º Distrito);

2. Manter, na sua estação, um serviço de informações e seus assinantes, no que dizia respeito e residências, rede de agências, escritórios, casas comerciais, farmácias, hotéis e repartições públicas, a movimentos dos portos da Capital e Corumbá, aos preços dos gêneros de primeira necessidade e à hora legal.

Caberia à Municipalidade:

punir a Empresa com multa de 100\$000 pela demora de remoção de defeitos, por postes que não fossem consertados no prazo de 48 horas da intimação da Municipalidade, pela falta de isoladores e falta de pintura nos postes do perímetro urbano;

após o vencimento do prazo de concessão toda a rede telefônica e seu material de instalação e aparelhos passariam a pertencer à municipalidade, e no caso do não cumprimento das exigências contidas na Resolução 249, o concessionário ficava sujeito a uma multa de dois contos de réis;

conceder 15 anos para a exploração do serviço telefônico. (CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ. Resolução nº 249, de 31 de dezembro de 1925).

De primeiro de julho de 1924 até novembro de 1926, o empresário Caetano Zappa aumentou o número de instalações telefônicas para 261, realizando 24 instalações e retirando 22 telefones. Fez reparos nas linhas, substituiu 126 postes por outros novos de aroeira lavrada, renovou a fração da rede dos trechos compreendidos entre a Estação Central, estabelecida na rua 13 de Junho, nº 20, e o Porto, denominado 2º Distrito, a Travessa Generoso Ponce, e nas ruas Barão de Melgaço e Cândido Mariano. Estes reparos chegaram a atingir a povoação de Coxipó da Ponte.

Tais melhoramentos visavam a dar maior credibilidade à empresa, que nos últimos anos fora alvo de numerosas reclamações por parte de seus assinantes, pela precariedade do atendimento. A própria municipalidade, em seus relatórios anuais, vinha ameaçando retirar a subvenção, devido ao mau atendimento.

O novo concessionário se esmerou em dar continuidade ao atendimento público, procurou proporcionar treinamento adequado às telefonistas, reformou a sede central, manteve uma equipe para reparos nas linhas e substituiu os aparelhos danificados por novos.

Em ofício encaminhado ao intendente Municipal, Caetano Zappa assim se referia sobre suas funcionárias;

[...] o serviço de ligação continua a cargo de senhoritas diligentes e attenciosas que muito se esmeram em bem servir o público, tornando-se por isso operárias eficazes para o aperfeiçoamento que esta Empreza pretende realizar em todos os seus serviços [...] (ZAPPA, Caetano. Ofício ao Intendente Municipal, Cuiabá, 30/10/1926).

Para executar estes melhoramentos, a Empreza Telephonica solicitou da Intendência Municipal autorização para aumentar o preço das mensalidades cobradas aos seus assinantes que, de 10\$000 mensais, passaria para 15\$000, diferença que seria adiantada trimestralmente. Vale ressaltar que o valor de 10\$000 vigorou por 12 anos.

Caetano Zappa, na sua justificativa, ponderava que, em 1913, um aparelho telefônico custava 80\$000, e que em 1925, data da petição, o aparelho valia 400\$000, e uma roda de arame 120\$000. Tais argumentos, aliados aos preços de diversas mercadorias encontradas na praça foram suficientes para convencer a Municipalidade, conforme se pode verificar através do jornal *Republicano*, de 12 de dezembro de 1925.

Durante 11 anos, Caetano Zappa foi responsável pelo serviço telefônico da Capital e povoações vizinhas. Com seu

falecimento, sua esposa assumiu o comando da empresa. As dificuldades por ela enfrentadas foram inúmeras. Em 1935, o serviço foi transferido para os senhores Lotuffo e Irmãos. Após certo período de utilização dos antigos telefones ainda pertencentes à primeira companhia telefônica, na década de cinquenta, foi introduzido em Cuiabá o telefone a magneto, ligados à central por um fio. Na caixa do aparelho havia uma manivela que o usuário movia para chamar a telefonista na central. Era a telefonista, então quem fazia a ligação. Quando queria encerrar o telefonema, o assinante movia a manivela em sentido contrário. Dessa forma, a telefonista recebia o sinal de desligar.

Durante os 19 anos que Lotuffo e Irmãos dirigiram a Empresa Telephonica de Cuiabá pouco dela se falou na imprensa. Informações recolhidas através de entrevistas às pessoas que viveram no período demonstram que o serviço telefônico era muito limitado e que pouco expandiu, sendo a conservação nas linhas e aparelhos muito irregular e o custo se revelara excessivo. As características da cidade de Cuiabá transformaram o serviço em algo pouco significativo.

O espaço urbano limitado a algumas ruas centrais com serviço de bondes para a área do Porto, e ônibus para o Bosque, aliado às dificuldades nas ligações e os telefones constantemente com defeito refletiam a situação de estagnação econômica pela qual estava passando a capital de Mato Grosso. Naquele momento verificam-se nos jornais, constantes reclamações da população quanto ao serviço de abastecimento de água e de luz da Capital.

A Segunda Guerra Mundial havia produzido uma completa paralisia nos avanços tecnológicos e nas importações. Em 1947, o Decreto-Lei de n. 842, de 19 de março, estabeleceu novas regras para as concessões de construção e exploração de redes telefônicas de caráter urbano, suburbano e interurbano, favorecendo todo Mato Grosso.

Seu parágrafo primeiro definia que toda concessão referente ao serviço telefônico seria conferida e autorizada pelo governo do Estado e pela municipalidade.

Será este decreto responsável pela criação da Teleoeste que, por sua vez, congregava as companhias particulares de telefonia responsáveis pela exploração dos serviços em Cuiabá, Campo Grande e Corumbá.

O telefone em Corumbá

Após a instalação da Empresa Telephonica de Cuiabá, outras cidades de Mato Grosso seguiram a iniciativa do empresário pioneiro João Pedro Dias.

Corumbá foi a segunda cidade de Mato Grosso a se preocupar com a comunicação por telefone urbano.

A primeira notícia que recuperamos a propósito da Empresa Telefônica corumbaense está publicada na seção de telegramas do jornal de Cuiabá *O Commercio*, com o texto de seguinte teor:

Começaram a fazer na cidade de Corumbá as instalações telephonicas, subindo já a mais de cem o número de assinante.

O empresario, sr. Leoncio Nery, nos informou ter pedido nova remessa de aparelhos e huma elegante torre de ferro para a Central Telephonica. (JORNAL O COMMERCIO, Corumbá, 04/07/1911).

No relatório da Prefeitura Municipal de Corumbá encontram-se a indicação de que, já a 30 de agosto de 1909, haviam sido feitos os primeiros contatos para a instalação de rede telefônica naquela cidade.

Como o Porto de Corumbá era praça de comércio mais importante do início do século XX, Corumbá não poderia deixar de acompanhar o desenvolvimento econômico do Estado.

Contava, em 1914, com uma população aproximada de 15.000 habitantes, abrigando o porto fluvial mais relevante do Rio Paraguai em Mato Grosso. Responsável pelo escoamento da produção e recepção dos produtos importados através da Bacia do Prata, esta cidade, de traçado regular, conseguiu movimentar a atividade mercantil, mato-grossense nas primeiras décadas do século vinte.

Somente como ilustração, transcrevemos aqui o movimento fluvial relativo ao ano de 1912:

Navegação de longo curso (entradas somente)
total
142 vapores com 15.255
toneladas de registro

Procedência:
10 navios do Brasil
18 navios Argentinos
15 navios Uruguaios.

Navegação interna

Um total de 264 embarcações com 2.438 toneladas de carga sendo procedentes de
Cuiabá 97; Miranda 41; Descalvados 1; São João 4;
Cáceres 34; Porto Esperança 21; Castello 3; Manga
3; Aquidauana 42; Coxim 15; e Barra do Bugres 3.
(A REAÇÃO, Cuiabá, 18/10/1914).

Possuindo casas comerciais de renome nacional, responsáveis pela exportação do açúcar, erva-mate, couro, ipecacuanha, e borracha, Corumbá recebeu os benefícios do progresso.

Em 1914, a ligação telefônica da cidade já era feita através de cabos subterrâneos. A central telefônica possuía, então, mesas comutadoras, uma com 200 e outra com capacidade para 100 linhas. Eram elas de fabricação alemã da firma Mix e Genesl, de sistema automático, onde as chamadas eram indicadas por bandeirinhas amarelas ao lado do número correspondente a cada assinante. O operador destas mesas, através do sinal, completava a ligação. Conforme anúncio colhido nos jornais do período: “[...] este sistema tem grande vantagem de não só o assinante ser atendido com grande presteza, como também de sua palestra não ser ouvida por terceira pessoa”. (A REAÇÃO, Cuiabá, 18/10/1914)

A concessão do serviço de telefonia da cidade de Corumbá foi estipulado em contrato assinado aos 30 de dezembro de 1913, pelo empresário Artur Josetti.

Ficou estabelecido, na Resolução nº 25 deste mesmo ano, que o referido privilégio teria prazo de 40 anos, contados a partir de 30 de agosto de 1909.

O contratante do serviço telefônico, Sr. Artur Josetti, era um dos proprietários da firma de importação e exportação Josetti e Cia., instalada em Corumbá desde 1909, e responsável pela exportação de borracha, ipecacuanha, penas de graça, peles, madeiras e cereais.

Possuía esta firma estoque de produtos importados, desde louças a máquinas para a indústria naval. Tal estabelecimento detinha, portanto, condições para diversificação de suas atividades, atirando-se ao ramo da comunicação.

A expansão da rede telefônica não demorou a chegar. Em 1912, iniciaram-se os trabalhos para a instalação de linha até a povoação portuária de Ladário. Neste mesmo ano, a Empresa Telefônica providenciou a expansão da linha para o sítio de Urucum onde, à época, funcionava uma enfermaria militar provisória, utilizada pela sociedade corumbaense como estância de veraneio.

Com o surto de progresso proveniente da atividade mercantil, a Empresa Telefônica de Josetti e Cia. manteve sua atividade por quase 25 anos. Durante este espaço de tempo, o empresário arrendou, por duas vezes, o serviço telefônico, uma vez que sua firma havia encerrado suas atividades comerciais em Corumbá.

O assinante passou a reclamar do mau estado de conservação e funcionamento da empresa, através da imprensa local, a tal ponto que, em 1938, o prefeito de Corumbá, Estevão Augusto Silva, autorizou o Sindicato Condor Ltda., empresa de aviação, a instalar uma rede particular de telefonia, ligando o hangar desta firma aos seus escritórios na área central da cidade. Com o falecimento de Artur Josetti, sua esposa assumiu a direção da empresa. Diante da precariedade de funcionamento dos serviços telefôni-

cos, a prefeitura adquiriu o material e encampou a rede. Somente na década de 1960 é que Corumbá passou a ter um serviço telefônico mais eficiente, com a instalação da rede automática e interurbana, pertencente à Cia Telefônica Corumbaense, que foi incorporada à Telemat em 23 de outubro de 1973.

O telefone em Campo Grande

Data de 1918 a notícia que se tem sobre o iniciante serviço telefônico em Campo Grande, quando negócios e números de telefone passaram a ser anunciados pelo jornal *Correio do Sul*, coincidindo com a elevação de Campo Grande à condição de cidade. Transcrevemos o teor da publicidade:

Lenha Castello Aroeira

Para fogões econômicos e comuns, vende-se por metro cúbico e entrega-se a domicílio. Os pedidos deverão ser feitos a Antônio Surubeler, à Rua D. Aquino, ou pelo telefone 99. (CORREIO DO SUL, Campo Grande, 1918).

O Album Graphico do Estado de Mato Grosso, em 1914, caracterizava a cidade de Campo Grande como pequeno núcleo habitacional, com 5.000 habitantes, aproximadamente, e 200 casas comerciais, compreendendo armazéns, mercearias, cafés e tabernas. O município possuía 80 engenhos de cana-de-açúcar, 2 serrarias, uma movida a água e outra a vapor, e pouco mais de 12 olarias.

O destaque econômico deste município foi sempre a pecuária. Em 1914, possuía 500.000 cabeças de gado e 100.000 cabeças de cavalos. A riqueza econômica estava, portanto, centralizada na criação de gado e na exploração dos subprodutos derivados desta atividade, como couro e charque.

Com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, iniciada em 1903, a área do sul de Mato Grosso passou a ter grande perspectiva no seu desenvolvimento econômico. Com via de acesso para a cidade de Bauru, em São Paulo, a ferrovia se apresentou como fator de fundamental

importância para viabilizar o escoamento da produção. A ocupação que se processou ao longo do leito da estrada de ferro e o desenvolvimento de núcleos urbanos, como Campo Grande, Aquidauana, Miranda e Corumbá, se deu a partir da efetivação da ferrovia, visto que a economia da região, até então, estava extremamente voltada para a zona rural, porém, com a abertura da via férrea o centro das transações comerciais passou a se situar nos centros urbanos.

Campo Grande, pouco a pouco, foi conseguindo aumentar sua população e a cidade foi assumindo novo aspecto. Após a década de 1930, ela passou a assimilar uma série de melhorias. Em 1922 inaugurou o serviço de Telégrafo Nacional, como meio de comunicação indispensável para ligação com outros centros do país.

Neste período, o sistema de telefonia urbana já funcionava e a população ansiava pela ligação com as cidades vizinhas.

O periódico *Correio do Sul* registrava a necessidade de construção de uma linha telefônica que ligasse a cidade de Campo Grande a Entre Rios. O grande responsável pela petição era o Sr. Jaime Burr, superintendente do saladeiro Brasil Land Castel. Prometia ele, para que tal fato se concretizasse, agraciar a Companhia Telefônica com a quantia de cinco mil contos de réis. Na mesma nota havia queixas quanto à eficiência do serviço telefônico local, chegando o editor a dizer que:

[...] o modo irregular como o concessionário explora este serviço torna o uso do telefone entre nós supérfluo, luxuoso, e, até certo ponto terapêutico, destinado a exercícios de paciência e paliativos contra a neurastenia. (CORREIO DO SUL, Campo Grande n. 186, 13/03/1920).

Acreditava-se ser impossível prever uma melhoria neste serviço, pois, conforme se admitia, faltava ao concessionário recurso financeiro suficiente para tanto. Pensava-se na revogação da concessão e no oferecimento dela a um novo empresário, capaz e com condições financeiras para levar o empreendimento a contento.

O interesse despertado pela ligação de Campo Grande a Entre Rios se justificava pelo fato de as duas cidades poder, tanto concretizar negócios como ter o pronto atendimento médico, por meio do telefone:

[...] o serviço telephônico em estado rudimentar dispendo de limitadíssimo número de aparelho em grande parte defeituosos ou simplesmente colocados e distribuídos numa cidade pouco extensa de ruas em número apenas começado, de modo a ser de utilidade suntuária que *necessitaria*, o serviço telephônico de Campo Grande está entretanto, favorecido de um privilégio não só incompatível com o adiantamento de nosso município. (CORREIO DO SUL, Campo Grande, 3/04/1920).

Esta justificativa era dada levando-se em consideração a necessidade mais imediata da região de Entre Rios. Além disso, procurava-se a melhoria do serviço telefônico com a troca de concessionário, acreditando-se que o novo empresário conduziria a empresa de telefonia de maneira mais eficiente, tanto pelo capital que possuía como pelo dinamismo apresentado ao dirigir a Brasil Land Castle.

A cidade de Campo Grande, no entanto, ainda em início de formação, pouco exigia da empresa concessionária, por ser ela ainda de pequeno porte, e os negócios serem em sua maioria realizados pessoalmente, dispensando o contato a distância.

A imprensa local divulgava em suas páginas o preço de produtos a serem colocados à venda, bem como as informações necessárias para a movimentação do comércio local. Isto simplificava mais ainda o sistema de comunicação, facilitando as transações comerciais e exigindo pouco do sistema urbano de telefonia.

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil representava muito para a economia de Campo Grande, tanto assim que, em 1926 os moradores, comerciantes e a intendência municipal solicitavam urgência da empresa telefônica na instalação de um aparelho na estação férrea de Jaraguari, mas, pelo que parece, não conseguiram sensibilizar os empresários

responsáveis. Foi necessária uma ação conjunta da municipalidade e dos habitantes de Jaraguari, conforme pode ser verificado no Relatório da Intendência Municipal de 1925:

[...] para a execução dos serviços os habitantes de Jaraguary concorreram com quotas em partes proporcionais e diversas, afim de que fossem adquiridos postes. Porém a despesa atingiu a Rs 4:428\$500 e o pagamento dessa importância ficou assim distribuída: pelos moradores de Jaraguary 3:050\$000, pela intendência municipal 1:289\$000, pelos srs Thomé e Irmãos 89\$000. Total 4:428\$500.... o aparelho colocado da marca Kellog adquirido pela quantia de 318\$000. (RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA, Cuiabá apresentado pelo Intendente Antonio Manuel Moreira, Cuiabá. para o ano de 1925).

Em comparação com os telefones colocados em Cuiabá no mesmo período, pela Empresa de Caetano Zappa, o valor de 318\$ 000 representava soma bem menor, cerca de 92\$000 mais barato.

No entanto, considerando o preço dos gêneros de primeira necessidade comercializados na praça de Campo Grande, o telefone era, sem dúvida, um luxo, pois seu valor extrapolava a renda média de uma família abastada. Além disso, o preço dos transportes que circulavam em Campo Grande, em 1928, desestimulavam o uso do telefone, conforme se pode verificar no quadro abaixo:

Carros de praça circulando da 6 às 18 horas:	
- cada hora.....	12\$000
- mais de 1 hora.....	3\$000
Período Noturno:	
- da estação para qualquer ponto da cidade.....	5\$000
- até à estação da estrada de ferro ida e volta.....	4\$000
- Carro para Carreto	
- carga completa.....	12\$000
- meia carga.....	6\$000

Fora da Cidade

- Carga completa..... 16\$000

- Meia Carga..... 8\$000

(JORNAL DO COMÉRCIO, Campo Grande, 9/06/1028)

Com o aumento da população e a movimentação comercial da cidade de Campo Grande, vários melhoramentos começaram a surgir. Em 1928, a municipalidade providenciava o calçamento, a arborização e o melhoramento dos logradouros públicos, E as Centrais Elétricas de Mato Grosso supriam a cidade com melhor iluminação pública, sendo que a população foi agraciada com a Companhia Cinematográfica, com salas do Cine Ideal, para projeções nos sábados, e a Parisiense, funcionando nos domingos, além do já existente Trianon Cine de Correa e Neder.

Em 1925 foi instalado, na sede do Radio Club, um aparelho de radiotelefonia para comunicação com outras áreas de Mato Grosso.

Em 1929, o Jornal do Commercio n°. 704, na página 2 anunciava:

Faculdade Mato-Grossense de Odontologia.

Será fundada brevemente nesta cidade uma escola dentaria reconhecida como oficialmente com a denominação acima. O Prof. Agostinho Santos, Rua 14 de julho n°. 27, dará aos interessados informações de admissão à matrícula na Faculdade e sobre a maneira pela qual os dentistas práticos podem legalizar o seu exercício de profissão. (JORNAL DO COMMERCIO, Campo Grande, 14/07/1929).

Isto demonstra quanto a cidade de Campo Grande assumiu, no sul do Estado, a função de centro cultural. Até 1930 circulavam na cidade os seguintes periódicos: *O Estado de Mato Grosso* (1913), *O Correio do Sul* (1917), *Ruy Barbosa* (1919), *Jornal do Commercio* (1924), *O Diário do Sul* (1929), *O Imparcial* (1930). Aliados do telégrafo, da mala postal, da radiotelefonia e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, colaboravam com a comunicação na porção sul de Mato Grosso.

A 18 de setembro de 1942, vencido o prazo de concessão do serviço telefônico, cujo concessionário era o Sr. Inácio Gomes, a prefeitura de Campo Grande assumiu todo o acervo que se encontrava em péssimo estado de conservação, conforme relata o engenheiro chefe da seção de obras da municipalidade, em ofício encaminhado ao intendente:

[...] A rede, com 205.000 metros de fios e 476 postes, a mesa de ligação da marca Kellog para 186 aparelhos e 31 telefones de diversas marcas, era o material de maior vulto, que representava esse acervo de velharia. (OFICIO DATADO DE 18 DE SETEMBRO, Campo Grande 18/7/ 1942)

Como não era possível substituir todo material, pela dificuldade de importação, no momento em que o mundo atravessava a Segunda Guerra Mundial, foi feita sua recuperação. Substituíram-se os postes danificados, repararam-se as mesas do centro de ligação, adicionaram-se 20 novos números. O crescimento da cidade exigia semelhante ação, pois a própria Intendência reconhecia que, devido à extensão do perímetro urbano e a não ampliação dos meios de transporte, tornava-se necessário dotar a cidade de uma rede eficiente de telefone, para melhoria dos meios de comunicação.

Percebe-se, a partir destas afirmações contidas no Relatório da Intendência Municipal de 1942, que até aquele período Campo Grande possuía aproximadamente 200 telefones, sendo seu funcionamento bastante precário.

A partir de 1943, a municipalidade se predispôs a assumir o serviço telefônico urbano de Campo Grande.

A conservação da rede telefônica passou a ser, então, consignada no orçamento do Município, favorecendo a população com a melhoria do serviço. No exercício de 1945, a Intendência reservou o recurso de Cr\$ 2.168,00 para o aluguel de uma casa para o Centro Telefônico, e de Cr\$ 2.000,00 para a conservação da rede. Neste ano o serviço telefônico recebeu Cr\$ 12.000,00 para manutenção, com Cr\$1.000,00 para pessoal variável, Cr\$ 2.000,00 para ma-

terial permanente e para despesas diversas, num total de Cr\$ 19.160,00. Em contrapartida, um ano após a Empresa Telefônica ter passado para a direção da Municipalidade, o investimento foi o mesmo do ano de 1944, Cr\$ 30.000,00, praticamente o mesmo valor do ano de 1948, conforme podemos verificar abaixo:

Serviço Telefônico.
 Pessoal variável
 Extra numerários, mensalidades e diaristas..
 20.400,00
 Material Permanente:
 Máquinas e aparelhos.....
 5.000,00
 Material de Consumo:
 Expedientes impressos.....
 2.000,00
 Despesas diversas:
 a) aluguel de uma casa para a Centro Telefônico
 2.700,00
 b) conservação da rede 3.000,00
 Total 33.100,00.

(RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, Campo Grande, 1942)
 Se fizermos uma comparação com outros serviços municipais, como os serviço de Iluminação Pública, verifica-se que a municipalidade investiu 5 vezes mais neste último:

1945 -110.000;
 1947 -150.000,00;
 1948- 180.000,00.

(RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL,
 Campo Grande, 1948).

Entendemos que, sem dúvida, os valores são proporcionais ao tipo de serviços prestados à coletividade, pois, enquanto o telefone atendia poucos usuários, o serviço de iluminação pública pretendia atingir toda a população.

O Decreto Lei estadual n. 842, que dava ao município a prerrogativa de fornecer concessões do serviço telefônico, já encontrou em Campo Grande a municipalidade explorando o referido serviço.

O telefone em Três Lagoas

O serviço urbano de telefonia aos poucos foram surgindo em outros municípios mato-grossenses, durante a década de 1920.

Em 1925, a Intendência da cidade de Três Lagoas publicava no seu periódico *A Notícia*, na edição do mês de janeiro, de nº 100, um Edital de Concorrência para a concessão do serviço telefônico naquele município.

É interessante destacar que, para encaminhar a proposta, o interessado deveria depositar, na Tesouraria Municipal, a quantia provisória de 500\$ (quinhentos mil réis) em dinheiro, ou caução equivalente em Títulos de Dívida Pública Federal ou Estadual.

Após a publicação, por duas vezes, do edital de concorrência para a criação do serviço telefônico, o Intendente municipal resolveu conceder sua exploração à firma Henrique e Cia. Ltda.. Esta companhia foi a única que se apresentou como interessada à instalação de Empresa telefônica de Três Lagoas.

Como consta do próprio Edital, o concessionário teria:

[...] o privilégio exclusivo por vinte e cinco anos para a exploração do serviço telephonico da cidade e seu município:- o concessionário, Empreza ou Companhia que organizar terá as seguintes obrigações;

- iniciar o serviço trinta dias após a assinatura do contrato e termina-lo dentro de 120 dias;

- atender os pedidos de instalação que lhe foram feitos, satisfeitos os ônus ou direitos;

- iniciar os serviços com uma mesa de 100 telefones;

- atender os pedidos de ligação que forem feitas das seis as vinte horas pelo menos;

- fornecer gratuitamente instalados, um aparelho à Intendência e outro ao hospital de caridade tão logo este comece a funcionar. (A NOTICÍA,Três Lagoas, n. 100, 1925).

Além das obrigações, o concessionário teria os direitos abaixo relacionados:

[...] a isenção de quaisquer impostos municipais que se relacione com o objeto da concessão;

- colocar postes e linhas onde for necessário dentro do município, com plano aprovado pela Intendência;

- cobrar preços dos aparelhos e suas instalações de acordo com os pretendentes; 100\$(cem mil réis) de depósito de garantia de cada aparelho instalado e alugado e as taxas mensais por aparelho à razão de rs 20\$ na zona urbana e rs25\$ na suburbana e rs35\$ na zona rural, enquanto o número de aparelhos for até 50 e 17\$,20\$ e 30\$ quando for entre 5° e 100; e 12\$,17\$ e 25\$ quando superior a 100; e 1\$ para cada recado recebido ou expedido para pessoa não assinante; -desligar os aparelhos dos assinantes que não pagarem mensalmente as assinaturas;

- transferir este contrato a terceiros;

- preferência em igualdade de condições findo o prazo do contrato para continuar a explorar o serviço independente da concorrência. (A NOTICÍA, Três Lagoas, n. 100).

O telefone, além de representar uma comodidade, sugeria investimento, pois, confrontando com o valor do aluguel de uma residência média no período, pode-se considerar elevado o preço de uma instalação e uso do aparelho.

O uso ficava restrito às necessidades dos estabelecimentos comerciais e consultórios. Alguns poucos particulares podiam usufruir do conforto propiciado pelo telefone, motivo pelo qual a Intendência se preocupava em expandir as instalações, estabelecendo taxas mais baixas à medida em que aumentasse o número de aparelhos utilizados. Se compararmos o preço da assinatura telefônica com o da então Capital do estado, Cuiabá, neste mesmo período nota-se que o valor estipulado pelo edital do Intendente de

Três Lagos era ainda razoável. O jornal *A Notícia*, de Três Lagoas, apregoava o valor utilitário do telefone assim se expressando:

Em Três Lagoas, onde há grande falta de empregados para donas de casa, o telefone vem facilitar as compras diárias dessas pequenas cousas, que são tão pequenas mas indispensáveis; para o fazendeiro o telefone vem permitir economia de viagens e de tempo, vem permitir o socorro pronto e medicina imediata a uma doença súbita como se diz, negócios feitos da rede; para o commercio, para as profissões liberais, e para todos, enfim o telephone é simplificação da vida. (A NOTÍCIA. Três Lagoas, 23/04/ 1925).

O Telefone em Ponta Porã

Em 29 de julho de 1927 também a cidade de Ponta Porã inaugurou o serviço urbano de telefonia. A iniciativa partiu do eletricista Demétrio Petropulos, estabelecido na cidade. Apresentou, em abril de 1927, uma proposta a Câmara Municipal desta cidade, onde solicitava;

- isenção de imposto;
- concessão por 30 anos para a exploração do serviço.

Neste contrato, ficaram, ainda, estabelecidos os valores das mensalidades, assim definidas: 20\$000, inicialmente. Quando o número de aparelhos instalados ultrapassasse a cem, a mensalidade cairia para 15\$000 e, após o número de duzentos aparelhos instalados, o valor seria de 10\$000. A Intendência viu por bem alterar somente o prazo de concessão, que passou para 20 anos.

Conforme anotações encontradas no jornal *O Progresso*, a inauguração do serviço telefônico foi um grande acontecimento social:

[...] está em pleno funcionamento o telefone, cujo serviço foi inaugurado a 2 de julho no Hotel Brasil, onde se acha instalado o centro, compareceram as nossas autoridades e variadas pessoas de nossa

sociedade, cabendo ao Dr. Arnóbio de Miranda dar por inaugurado o serviço. Foram servidas bebidas aos presentes tendo sido tiradas inúmeras fotografias das pessoas presentes. (O PROGRESSO, Ponta Porã, 10/07/1927).

Esta empresa se propunha servir ainda uma área estabelecida fora do perímetro urbano, mediante a cobrança de taxas extras, de acordo com a distância a ser percorrida pelos fios e postes necessários para a instalação.

Os municípios mato-grossenses aos poucos foram aderindo à implantação deste meio de comunicação. As atividades comerciais impeliram a adoção do telefone, tanto pelo surto econômico do período como pela necessidade de mais conforto e presteza na realização de negócios.

Da Teleoeste à Telemat

A melhoria no serviço de telefonia tornara uma aspiração da população mato-grossense, e quem encabeçava era a Associação Comercial de Cuiabá. Em 1953, surgiu um movimento para a instalação, na Capital, dos telefones automáticos. Mais ainda: o objetivo era a criação da Companhia Telefônica Cuiabana, mais tarde associada à Teleoeste - Telefônica do Oeste do Brasil. Este fato se concretizou aos 12 de agosto de 1954, quando foi organizada a COMPANHIA TELEFÔNICA CUIABANA, uma sociedade anônima que adquiriu o acervo da antiga Empresa Telefonica de Cuiabá, então pertencente a Lotuffo e Irmãos, pelo valor de Cr\$ 270.000,00 e mais Cr\$ 60.000,00 pelo material sobressalente. Foi lavrada na presença de seus acionistas a ata de criação da COMPANHIA TELEFÔNICA CUIABANA, na Associação Comercial de Cuiabá, no dia 11 de julho de 1953.

O seu capital inicial era de Cr\$ 5.000.0000,00 representado por mil ações nominiais de Cr\$ 5.000,00, subscritas entre 618 acionistas.

Interessante destacar que, em Pernambuco, o *Jornal do Comercio*, de 3 de dezembro de 1927, anunciava a instalação

de telefones automáticos na cidade do Recife, melhoramento este que só atingiu a nossa capital após 26 anos.

Optar pelo telefone automático em Cuiabá foi obra de grande significado, uma vez que o evento solucionava os problemas de comunicação que afligiam os moradores da capital.

Para a instalação do serviço de telefones automáticos, foi necessária uma modernização na rede, com o assentamento de cabos subterrâneos.

Em Cuiabá, este serviço só foi inaugurado em 1958. Para tanto, foi necessário que a Companhia Telefônica de Cuiabá solicitasse do governo federal a isenção de impostos e taxas sobre materiais importados, necessários para a instalação de 500 aparelhos. Em 1961, a Companhia iniciava uma campanha para expandir o serviço com a compra de mais 500 aparelhos automáticos. As demais cidades do Estado introduziram também o processo de automação. Em 1960, a população de Corumbá procurava aparelhar a cidade com telefones automáticos e com o serviço interurbano. A *Revista Brasil-Oeste*, de nov/dez de 1960, trouxe a seguinte notícia:

[...] os telefones não funcionam e fazem muita falta numa cidade de 30.000 habitantes. Parece que a Ericsson vai aparelhar toda cidade (toda a rede). Se isso for feito Corumbá terá como Campo Grande um dos serviços mais perfeitos do país. De modo geral Corumbá está isolada de comunicações rápidas e dependendo do exército, marinha e radioamadores. (BRASIL-OESTE, nov/dez, 1960).

Em 1963, as aspirações da população se concretizaram com a instalação do serviço interurbano, com a cooperação da Companhia Telefônica Corumbaense, da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil e da Ericsson do Brasil. Corumbá se livrava do isolamento, podendo contar com comunicações rápidas com o restante do país, funcionando inicialmente com 700 aparelhos e 100 linhas.

A justa reivindicação veio bem na hora, principalmente pelo fato de as constantes reclamações contra o serviço dos

Correios e Telégrafos tornaram-se mais constantes. Conforme levantamentos feitos em 1956, uma carta simples demorava, pelo menos, 20 dias para atingir seu destinatário. Com o serviço interurbano e as comunicações se tornaram mais rápidas e eficientes.

Segundo o IBGE, em 1962 o Brasil alcançava a cota de um milhão de aparelhos telefônicos instalados. Cerca de um aparelho para setenta brasileiros, situação que, na América Latina, o Brasil estava em desvantagem apenas em relação a Argentina, onde um aparelho servia a vinte cinco habitantes.

A *Revista Brasil-Oeste* estampava, no seu número 10, a seguinte nota:

[...] a 20 de agosto de 1957 será inaugurado o serviço telefônico em Campo-Grande. A Companhia Telefônica de Campo-Grande apresentará além de um serviço telefônico (Ericsson) seu edifício moderníssimo e majestoso com capacidade para 1.000 linhas. (BRASIL-OESTE, 1957).

A princípio, a Companhia colocou em funcionamento 1.300 aparelhos automáticos. Em 1959, já se previa plano de expansão para mais 100 aparelhos.

As notícias que os jornais transmitiam sobre a rede interurbana indicavam que o serviço representava avanço considerável no sistema de comunicação do Estado.

A demora para completar a ligação, o som meio difuso e com algumas interferências, nada disso seria relevante, pois, a partir da implementação do serviço de telefonia interurbana a comunicação com outros Estados passaria a ser feita praticamente com poucas horas de atraso.

Enquanto Corumbá possuía telefone interurbano, Cuiabá lutava para expandir o serviço de telefone automático para a cidade de Várzea Grande, e instalação do serviço interurbano na Capital.

A Companhia Telefônica Cuiabana, em 1964, ampliou as instalações de sua rede. A *Tribuna Liberal*, de 29 de novembro de 1964, trazia a seguinte notícia:

Está sendo construída em terreno contíguo a sede da Companhia Telefônica Cuiabana, que anteriormente pertencia ao Conselho Regional de Contabilidade, um anexo às dependências desta Companhia.

Devido ao crescimento da CTC as atuais instalações ficaram insuficientes para permitir um crescimento coordenado e racional, assim sendo a construção servirá para suprir essa deficiência de espaço. (TRIBUNA LIBERAL. Cuiabá, 29/11/1964).

O deputado Ubaldo Monteiro, em 1964, buscava, através de 100 assinaturas levantadas entre a população de Várzea Grande, levar a este município a instalação automática. Este melhoramento vinha associado ao desenvolvimento do município que, já abrigando o aeroporto internacional, procurava, através da construção de uma central telefônica com capacidade para 500 aparelhos, expandir o serviço da então Cia. Telefônica Cuiabana, em benefício da população várzea-grandense.

Em 1965, a Companhia Telefônica Cuiabana comunicava aos inscritos a compra dos telefones automáticos para Várzea Grande, que os contratos seriam de autofinanciamento e que o serviço seria colocado em funcionamento na maior brevidade de tempo possível.

A expansão telefônica, como não poderia deixar de ser, veio acompanhada das deficiências quanto ao atendimento, principalmente pelo fato de que a expansão ia se processando aos poucos. Diante disso, aconteceram constantes reclamações dos usuários, registradas pela imprensa local. Em 1965, a *Tribuna Liberal* publicava, no dia 15 de agosto, a seguinte queixa:

Com a Telefônica

Os aparelhos telefônicos bateria centrada continuam sendo o grande inimigo do conceito da Cia. Telefônica. Até o presente momento não ouvimos uma única pessoa falar bem desses aparelhos.

Demora para dar sinal, não se ouve nada que esses aparelhos falam, invariavelmente quando os aparelhos estão em ligação desligam repentinamente sem ninguém conseguir explicar os motivos, as linhas sempre estão entrelaçadas etc. (TRIBUNA LIBERAL, Cuiabá, 15/08/1965).

As reclamações continuaram até 1966, com novos protestos relativos às taxas cobradas pela Cia. Telefônica Cuiabana, consideradas muito elevadas. As reclamações precediam principalmente pela cobrança de juros, das parcelas anuais que aumentaram em Cr\$ 30,00. Tais alterações estavam baseadas na projeção feita pela Fundação Getúlio Vargas quanto ao aumento da taxa de inflação. A *Tribuna Liberal* assim se pronunciou:

Ninguém se iluda enquanto houver aumento de impostos de derivados de petróleo que este ano já sofreu dois aumentos, tudo terá que aumentar inclusive transporte, luz, água e telefone, etc... Quem será capaz de contestar? (TRIBUNA LIBERAL, Cuiabá, 27/01/1965).

Assim sendo, a Cia. Telefônica Cuiabana concedeu a redução de algumas taxas, como a de transferência de nomes, endereços e instalação de extensão, aos assinantes.

A prática adotada pela CTC com relação ao atraso no pagamento das contas, também foi motivo de críticas. Em nota, o diretor da CTC, Sr. Alvim Penna, informava à população que:

- a) o assinante que não pagou no dia 15, data de vencimento, tem ainda mais 5 dias de tolerância;
- b) nos dias 20, os assinantes em débito terão seus aparelhos grampeados;
- c) para que o aparelho grampeado volte a funcionar, o assinante paga à telefônica, uma multa de 10%, mais a taxa de religação de Cr\$ 500. (TRIBUNA LIBERAL, Cuiabá 23/01/1966)

O governo do estado de Mato Grosso, para instalação do serviço interurbano na capital, propiciou à Teleoeste aumentar seu capital, com a garantia de cem milhões de cruzeiros. Inicialmente, o sistema adotado foi o Rádio SSB, quando as ligações foram feitas por duas linhas de Cuiabá-Campo Grande e Cuiabá-Rio de Janeiro. Com Campo Grande, a ligação se processava automaticamente com o serviço interurbano da região sul do Estado.

O valor do equipamento foi orçado em 420 milhões de cruzeiros, participando o governo estadual com cem milhões. Foram colocadas à venda ações da CTC, as quais alcançaram o valor de 100 milhões de cruzeiros, sendo que o restante do recurso foi obtido através de empréstimo do Fipeme.

Em 1966, estava, finalmente, concretizado o serviço interurbano, em Cuiabá.

Após sua instalação em Cuiabá, outras cidades foram aos poucos sendo beneficiadas. Para que isso se tornasse realidade, o Governo Estadual solicitou a Entel S/A (Engenharia de Telecomunicações) o plano diretor de Telecomunicações do Estado. O plano visava a implantação de novos troncos intermunicipais das cidades mato-grossenses que tivessem mais de 2000 habitantes, com a efetivação de serviços locais e interurbanos.

As cidades do sul do Estado conseguiram a instalação do serviço interurbano de telefones no início de 1963, Campo Grande, Corumbá e Aquidauana, por meio da Teleoeste e da Companhia Telefônica Brasileira.

Em 1964, Poxoréu iniciava a instalação do serviço telefônico semiautomático e Ponta Porã já o recebera em 1962, enquanto Rondonópolis iniciava a instalação do serviço telefônico local em 1965.

Sancionada, em 1972, a Lei 5.972 que instituía a política de exploração de serviços de telecomunicações que autorizou o poder executivo a criar as Telecomunicações Brasileiras S/A- Telebrás, o país vislumbrava uma nova era nas suas comunicações. Com a criação desta empresa, em 1973, a incorporação das empresas telefônicas a este

sistema tornou-se urgente. Neste mesmo ano, a Telebrás, como acionista majoritária da Cia. Telefônica Cuiabana realizou uma assembleia geral que deliberou sobre;

1. a reforma estatutária para a utilização do estatuto padrão de empresa subsidiária da Telebrás; 2- a mudança de sua denominação social; 3- e por último a fixação de capital de cem milhões de cruzeiros.
2. Padronizar significava dar uniformidade que refletisse a nova filosofia adotada pela Telebrás, no sentido de demonstrar unidade do sistema empresarial. Quanto ao montante de capital, objetivava a dar maior flexibilidade à administração da empresa quanto a condução de seus objetivos e metas a serem atingidas nos anos seguintes. (CIA. TELEFÔNICA CUIABANA. Assembleia Geral, 23/07/1972).

Estava, portanto, criada a Telemat.

A 26 de outubro de 1973, foi incorporada à Telemat a Cia Telefônica Corumbaense, o serviço autônomo de Rondonópolis e o serviço Telefônico de Jaciara.

Em reunião da Diretoria da Telemat, em 30 de julho de 1975, ficou decidido que o aumento de capital seria necessário para a aquisição dos acervos da Cia Telefônica Brasil-Oeste, compreendendo os serviços telefônicos de Campo Grande, Três Lagoas, Dourados e Rio Brillhante, e ainda os acervos da Cia. Telefônica Poconeana, Serviço Telefônico Municipal de Cáceres e Serviço Telefônico Municipal de Guiratinga.

A última companhia a ser incorporada pela Telemat foi a Empresa Telefônica Aquidauanense Ltda-ETAL.

Quando da divisão do estado de Mato Grosso, em 1977, nos dois Estados, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, a Telemat continuou operando.

Ao iniciar os trabalhos em 1973, a Telemat principiava uma nova fase na telefonia em Mato Grosso. Os serviços urbanos e interurbanos necessitavam de impulso, visto que, em comparação aos outros Estados brasileiros, ele se encontrava em total estagnação, sem acompanhar o

crescimento populacional da região. Somente nas áreas atendidas pela Embratel é que o serviço podia ser considerado de boa qualidade. No Estado inteiro, somente Campo Grande, Corumbá e Cuiabá possuíam serviço interurbano com nível de confiabilidade.

As outras cidades (aproximadamente 10 municípios) eram servidas por linha física em VHF, materializando o isolamento em que se encontravam.

Para sanar as dificuldades, a Telemat buscou dar prioridade a algumas áreas cujo crescimento econômico, aliado ao populacional, tinha sua demanda reprimida. Para tanto, foram criados centros interurbanos manuais, nas localidades de Cuiabá, Campo Grande, Dourados, Rondonópolis e Três Lagoas. O sistema usado foi o VHS e UHF, o que permitiu atendimento a outras tantas localidades. Foram feitos vários melhoramentos, como a Duplicação de Capacidade do Sistema de Rádio em UHF, o qual passou, de 60, para 120 canais, utilização da energia eólica e solar, o DDD, a ampliação de Postos de Serviço e o controle do abastecimento de água através das linhas telefônicas.

A companhia responsável pela prestação de serviços à Telemat utilizava dois sistemas de operações telefônicas: serviço local e serviço interurbano. O sistema local urbano contava com cinquenta e uma centrais de comutação telefônica automáticas, instaladas em quarenta e oito localidades de Mato Grosso/Mato Grosso do Sul, num total de 100.775 terminais telefônicos.

No início dos anos de 1980, a cidade de Campo Grande possuía duas estações telefônicas já instaladas e uma terceira em fase de instalação. Em Cuiabá, duas estações, uma no Coxipó da Ponte e outra em Várzea Grande. Em 1985, a rede instalada da Telemat alçava 356.152×10^3 (por Km). O sistema interurbano compunha-se de dois subsistemas de Comutação Interurbano e de Transmissão Interurbano.

Os dois estados contavam, à época, com o atendimento de serviço telefônico da Telemat em 186 localidades, operando com sistema que ia desde o rádio VHF até as estações de satélites.

Durante o ano de 1983, foram criadas Centrais Telefônicas em áreas que, anteriormente, eram atendidas por Postos de serviços, tais como Pontes e Lacerda, Nobres, Nortelândia, Arenápolis e Bonito.

As áreas territoriais nas quais a Telemat atuou perfazia um total de 1.231.549 Km², atingindo dois Estados da Federação. Esta situação além de lhe dar certa peculiaridade, concedia a responsabilidade de atender uma área muito extensa. Muitas vezes, um simples telefonema a serviço dentro da própria Telemat atingia 1.631 km, como, por exemplo, uma ligação interurbana entre Alta Floresta, em plena região Amazônica, e Mundo Novo, em Mato Grosso do Sul. No período, isso representava um avanço tecnológico considerável e inimaginável a bem poucos anos anteriores.

A Telefonia Móvel chegou ao Brasil nos idos de 1990, conforme dados fornecidos pela Anatel, assim, o número de aparelhos celulares em solo brasileiro passou, de 667, em 1990, para 47.865.593, em 2004. Já em 2003, o número de usuários da telefonia fixa era ultrapassado pela telefonia móvel. Lembramos que somente em 1945 a companhia americana Bell iniciou um programa experimental voltado para a telefonia móvel, na faixa de 150 Mhz. Em 1947, foi inaugurado o primeiro sistema móvel, restrito à faixa da rodovia New York/Boston. A Cia Motorola, em 1973, conseguiu adaptar essa tecnologia a um dispositivo móvel de comunicação para uso particular, testando o sistema em 200 pessoas que residiam na cidade de Detroit. No entanto, somente em 1984 o uso comercial da telefonia móvel seria efetivado nos Estados Unidos, com a comercialização do celular o DynaTAC 8000X, da Motorola.

Convém lembrar, que nesse mesmo período em Mato Grosso mal se instalara o sistema de telefonia interurbana.

Considerações Finais

O Brasil foi o segundo país do mundo a ter telefone, ligando a residência imperial às dos ministros de D. Pedro II, no final do século XIX.

Até chegar a Cuiabá o telefone no século XX ainda despertava estranhamento e curiosidade.

O intuito com este artigo foi demonstrar como a sociedade mato-grossense se comportava diante das propostas de modernidade propagadas pelo planeta. Daí buscar a relação entre o cotidiano e a linguagem para dar sentido ao desenvolvimento da reprodução das relações sociais advindas do processo de comunicação. Assim, foi possível rememorar a contribuição de como uma linguagem diferente e inovadora para o período, transformou a sociedade local. Mais ainda. Compreender de que modo esta inovação modificou comportamentos sociais e integrou os locais mais distantes em tempo real, inserindo a cidade em um círculo de comunicação capaz de livrá-la do isolamento presente, permitindo a circulação de informações importantes.

Com o advento da tecnologia, o telefone celular possibilitou a realização de novos contatos, inclusive com locais mais distantes, e, o ato da conversa pôde ser realizado *pela pessoa em deslocamento*. As tecnologias de comunicação aumentaram a disposição dos homens de falar, ouvir e ver, aproximando as pessoas que devido as distâncias geográficas nunca poderiam se conhecer. E aquelas que se conheciam possuírem novos canais de comunicação reforçando os laços já existentes em uma dada cultura.

Creio que as telecomunicações foram responsáveis por alterar o comportamento social, criando novos sentidos e novas formas de nos organizarmos na sociedade.

Referendando as palavras McLuhan:

Aqueles que experimentam primeiro o impacto de uma nova tecnologia, seja o alfabeto ou o rádio, são os que reagem mais profundamente. Com efeito, as novas posições relativas entre os sentidos, que imediatamente se estabelecem com a ampliação tecnológica da visão ou da audição oferecem ao homem um surpreendente mundo novo, que evoca uma nova e vigorosa “clausura”, ou seja, um novo modelo de interação entre todos os sentidos conju-

gados. O choque inicial, entretanto, gradativamente se vai dissipando, à medida que a comunidade inteira absorve o novo hábito de percepção em todas as suas áreas de trabalho e associação. A verdadeira revolução, contudo, somente se efetiva nessa fase posterior e prolongada de “ajustamento” de toda a vida social e pessoal ao novo modelo de percepção estabelecido pela nova tecnologia. (MCLUHAN, Marshall, 1972, p. 46).

Referências

Documentos Oficiais

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal de Cuiabá, em 5 de novembro de 1919, pelo coronel Alexandre Magno Addor. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO de 1900 a 1906 pela Comissão de Linhas Telegráficas do estado de Mato Grosso, pelo major Cândido Mariano da Silva Rondon, publicado pela Imprensa Nacional no Rio de Janeiro, 1969/1970.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal da Capital em sua sessão ordinária de 8 de novembro de 1924, pelo Coronel Antônio Manuel Moreira. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO Apresentado à Câmara Municipal da Capital em sua sessão ordinária de novembro de 1917, pelo tenente coronel José Antônio de Souza Albuquerque. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal em Cuiabá, 6 de novembro de 1926, pelo Coronel Antônio Manuel Pereira. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO apresentado à Câmara Municipal em Cuiabá pelo engenheiro Fenelon Müller, em sessão de 11 de janeiro de 1929. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO apresentado ao Intendente Federal pelo engenheiro João Ponce de Arruda, prefeito da Capital, em 14 de abril de 1935. Arquivo Público de Mato Grosso.

RELATÓRIO DA INTENDÊNCIA MUNICIPAL, Campo Grande, 1942

MELLO E CIA. Almanach Commercial Matto-Grossense de 1916. São Paulo.

CIA. TELEFÔNICA CUIABANA. Assembleia Geral, 23/07/1972).

CÂMARA MUNICIPAL DE CUIABÁ. Resolução nº 249, de 31 de dezembro de 1925. ZAPPA, Caetano. OFÍCIO PARA O INTENDENTE MUNICIPAL, Cuiabá, 30/10/1926).

Jornais e Revista

A CAPITAL, Cuiabá, 23/12/1924; 12/01/1925; 1/03/1925; 26/12/1926

A NOTICÍA, Três Lagoas, N. 100, 1925; 23/04/ 1925

A REAÇÃO. Cuiabá, 04/01/1914; 18/10/1914; 20/9/1928

A TRIBUNA LIBERAL. Cuiabá, 06/7/1964; 29/11/1964; 11/7/1965; 27/1/1965, 23/01/1966

CORREIO DO SUL, Campo Grande, 18/2/1918, n.186, 13/03/1920

GAZETA OFICIAL em 4 de março, 1909.

JORNAL DO O COMÉRCIO, Campo Grande, 9/06/1928; 14/07/1929.

O COMMERCIO, Corumbá, 04/07/1911).

O COMMERCIO. Cuiabá, 04/08/1910; 18/08/1910; 19/01/1911; 04/07/1911

O CORREIO DO ESTADO. Cuiabá, 31/12/1924, 18/4/1924

O DEBATE, Cuiabá, 20 /01/1912; 26/9/1912.

O JORNAL. Cuiabá, 06/06/1922; 03/08/1922

O PROGRESSO, Ponta Porã, 10/07/1927.

O REPUBLICANO, 12 /9/1925.

REVISTA BRASIL OESTE. São Paulo, jan 1956, maio 1956; set 1957; junho 1960; fev 1961; mar 1959; agosto 1962.

REVISTA BRASIL-OESTE, São Paulo; nov/dez, 1960; n. 10/1957;

TRIBUNA LIBERAL. Cuiabá, 29/11/1964, 15/08/1965; 27/01/1965; 23/01/1966

Bibliografia

ABREU, Leonardo Alves de. *Impacto de telefonia móvel no Brasil*.

http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/tesesabertas/0310214_05_cap_02.pdf. Acesso em 13/6/2016

AYALA E F. SIMON; S. CARDOSO. *Album Graphico do Estado de Mato-Grosso*. Hamburgo: janeiro de 1914.

ALEIXO, Lucia Helena Gaeta; CASTRO, Inês. *Memória histórica da indústria de Mato Grosso*. Cuiabá: IEL/UFMT, 1987.

BARROS, João Moreira de. *Cuiabá e seu Passado*. São Paulo: Resenha Tributárias. 1982.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: INL, s/d.

BENJAMIM, W.O. O teatro épico. In: Flavio R. Kouthé (Org.). *Walter Benjamim*. São Paulo: Ática, 1985. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido se desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

DROULERS, M. *L'Amazonie*, Paris, Nathan, 1995.

FREITAS, Maria Auxiliadora de. *Cuiabá: Imagem da cidade dos primeiros registros à década de 1960*. Cuiabá: Entrelinhas, 2011.

LOPES, Gonçalo Alexandre. *História da telefonia móvel*, <http://www.gta.ufrj.br/grad/goncalo/historia.htm> acesso em 14/6/2016.

MARTINS, Demosthenes. *Marechal Rondon*. São Paulo: Brasil Oeste, 1963.

MCLUHAN, Marshall. *A Galáxia de Gutenberg; a formação do homem tipográfico*; tradução de Leônidas Gontijo de Carvalho e Anísio Teixeira. São Paulo, Editora Nacional, Editora da USP, 1972.

MENDONÇA, Rubens de. *História do Comércio de Mato Grosso*. Goiânia: Rio Bonito, 1973.

RONDON, Cândido Mariano. *Conferências*. Rio de Janeiro: SNPI, 1920.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. *História de Mato Grosso: da*

ancestralidade aos dias atuais. Cuiabá: Entrelinhas, 2002.
WANIEZ P. *Les Cerrados, un espace-frontière” brésilien*.
Montpellier: GIP-RECLUS, ORSTOM, 1992. (Coll. Territoi-
res).

Similares

A noite cuiabana

Nightlife in cuiabá

Sônia Regina Romancini¹

João Marcos de Campos Barros Correa²

Franciellen de Almeida Figueiredo³

Resumo: Este artigo traz a lume parte das reflexões realizadas na pesquisa *“Territorialidades e representações urbanas na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC)*, e aborda a vida noturna em Cuiabá, por constituir uma das principais representações sobre esta cidade. Para este estudo, foi adotada uma abordagem qualitativa. Foram realizados levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com registro fotográfico. Talvez pela agradável e também calorosa temperatura que caracteriza a cidade de Cuiabá, constata-se que é comum encontrarmos diversas atividades que se realizam no decorrer da noite, incluindo o lazer e as celebrações religiosas. Assim, é comum o encontro das rezas que se iniciam às cinco da madrugada, com os rumores dos últimos boêmios. Por meio da bibliografia consultada e das entrevistas realizadas, foi possível alinhar as diversas abordagens sobre a vida noturna cuiabana, desde o Largo da Mandioca, passando pela boate Sayonara, no Coxipó, pelos bares do Centro, pela Avenida Historiador Rubens de Mendonça, que constituiu um ponto de lazer na década de 1980, a Avenida Getúlio Vargas, a Praça 8 de Abril e a Praça Popular. As pessoas entrevistadas ressaltaram as características de Cuiabá enquanto uma cidade calorosa, acolhedora e que tem uma vida noturna intensa, repleta de lugares que propiciam a vivência social.

Palavras-chave: Representações. Vida noturna. Cuiabá.

1 Professora Titular do Departamento de Geografia da UFMT. Integrante do Grupo de Pesquisa em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade (GECA – CNPq/UFMT).

2 Graduando em Geografia Bacharelado pela UFMT. Bolsista PIBIC/CNPq.

3 Graduanda em Geografia Bacharelado pela UFMT. Bolsista PIBIC/CNPq.

Abstract: This article brings to light part of the reflections carried out in the research *“Territorialities and urban representations in the Metropolitan Region of the Cuiabá River Valley (RMVRC), and addresses nightlife in Cuiabá, for being one of the main representations about this city. For this study, a qualitative approach was used. A bibliographic survey and field research with photographic register were also conducted. Maybe due to the pleasant and warm temperature which characterizes the city of Cuiabá, it is noted that it is common to find several activities which happen at night, including leisure and religious celebrations. Thus, it is common the meeting of the prayers that start at five in the morning, with the buzz of the last bohemians. From the bibliography consulted and the interviews conducted, it was possible to put together the several approaches to nightlife in Cuiabá, from the Largo da Mandioca, past the Sayonara nightclub, in the Coxipó neighborhood, through the downtown bars, Historiador Rubens de Mendonça Avenue, which constituted a leisure place in the eighties, Getúlio Vargas Avenue, 8 de Abril Square and the Popular Square. The people interviewed highlighted the characteristics of Cuiabá as a warm and welcoming city which has an intense nightlife, full of places that provide social experience.*

Keywords: Representations. Nightlife. Cuiabá.

Introdução

Este trabalho faz parte das reflexões realizadas no âmbito da pesquisa intitulada “*Territorialidades e representações urbanas na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC)*” e aborda a vida noturna em Cuiabá, por constituir uma das principais representações sobre esta cidade.

Cuiabá, a capital de Mato Grosso, foi fundada em abril de 1719 e elevada à categoria de vila no dia primeiro de janeiro de 1727, quando passa a denominar-se Villa Real do Senhor Bom Jesus do Cuyabá. Em setembro de 1818, foi elevada à categoria de cidade. Durante os primeiros dois séculos, a população urbana pouco cresceu, de modo que em 1940 apresentava 22.833 pessoas e, em 1960, contava com 45.875 habitantes.

As principais mudanças na economia e no espaço urbano de Cuiabá aconteceram a partir de 1964, quando a União, sob o comando dos governos militares, por meio do projeto de Integração Nacional, cujo lema era “*Amazônia - integrar para não entregar*”, promoveu a incorporação da Amazônia ao processo de expansão capitalista, transformando-a em fronteira do capital, atendendo aos interesses da burguesia nacional e do capital estrangeiro (CORRÊA, 1987).

O intenso fluxo migratório dirigido a Cuiabá, acarretou um aceleramento no crescimento demográfico. A população urbana, que era de 88.254 pessoas em 1970, atingiu 198.086 em 1980, 395.662 em 1991, 475.632 no ano 2000, 551.098 em 2007 e 607.153 em 2018 (ROMANCINI, 2005; IBGE, 2019).

O dinamismo de Cuiabá, juntamente com os municípios do seu entorno, levou ao estabelecimento da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (RMVRC), reconhecida legalmente pela Lei Complementar Nº 359/2009 (MATO GROSSO, 2009), que apresenta inicialmente quatro Municípios que compõem o Núcleo da RM: Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento e Santo Antônio de Leverger. Além de nove Municípios que compõem o Entorno Metropolitano, nomeadamente: Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nobres, Nova

Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé e Rosário Oeste. Os Municípios de Acorizal e Chapada dos Guimarães passaram a compor legalmente o Núcleo da RMVRC a partir da Lei Complementar Nº 577/2016 (MATO GROSSO, 2016).

Com uma população superior a um milhão de habitantes, a RMVRC concentra as atividades econômicas, constituindo um centro de serviços especializados, financeiros e industriais. Por conter inúmeras universidades e faculdades particulares, que atraem estudantes de diversos municípios mato-grossenses e diferentes estados da Federação, verifica-se um dinamismo nas opções de lazer destinadas ao público jovem.

Entre os estudos que analisam o tema metrópole, destaca-se o de Cornélio Silvano Vilarinho Neto, que ressalta os papéis desempenhados por Cuiabá na concentração das funções administrativas, como centro comercial atacadista e varejista, e pela prestação de serviços especializados, cuja área de polarização se estende por todo o estado de Mato Grosso, sul do Pará e parte do estado de Rondônia, constituindo uma metrópole regional (VILARINHO NETO, 2009).

Segundo a teórica Jodelet (2001), a cidade oferece espaços, articula condições e as promove, para que seja vista, imaginada e representada de diferentes maneiras. Socialmente elaboradas e sempre em ação na vida social, as representações orientam e organizam condutas, comunicações e intervêm em processos, como a difusão e a assimilação do conhecimento, definindo identidades sociais.

A metodologia adotada para a pesquisa é a abordagem qualitativa, caracterizada por uma compreensão detalhada dos significados e características apresentados pelos entrevistados. Sendo assim, ocorre uma valorização da maneira como cada indivíduo observa um determinado fato. Esta relação entre o indivíduo e o fato não deve ser apenas mensurada, mas também interpretada (RICHARDSON, 1999).

Para Chizzotti (2003), as pesquisas qualitativas se pausam na análise dos significados que os indivíduos dão às suas ações, seja nos lugares onde vivem, onde compartilham

os seus modos de vida e produzem o seu espaço e suas relações. Para o autor, é a compreensão do sentido dos atos e a decisão dos atores sociais que estabelecem os vínculos indissociáveis das ações particulares com o contexto social em que ocorrem.

Para este estudo, foram realizados levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com registro fotográfico. Os trabalhos de campo ocorreram entre setembro e dezembro de 2018 e maio de 2019.

A vida noturna como identidade da cidade

De acordo com Laborde (1998), a posição geográfica, os acontecimentos históricos, os objetos materiais, as obras estéticas, a orientação econômica, a cultura, a forma de se viver, entre outros fatores, conforme eles se combinam, constituem um sistema de símbolos próprios de cada cidade.

No olhar do mesmo autor, a identidade da cidade se manifesta em um conjunto de signos, de objetos ou de imagens que têm o poder de evocar algo. Assim, reforça a importância do sítio histórico da cidade, sua primeira manifestação perceptível. Destaca também que a percepção da identidade da cidade se torna mais evidente quando ela possui um ou mais monumentos, que são autênticos emblemas. Eles são as primeiras obras a perpetuar a lembrança, como um edifício notável por seu interesse arqueológico, histórico ou estético, o monumento constitui o elemento simbólico, por excelência, de qualquer cidade (LABORDE, 1998).

O autor ressalta, entretanto, que a cidade não compreende apenas os edifícios. As velhas habitações, unidas às condições do meio local ou regional, têm um papel importante na composição da paisagem urbana, em associação com o traçado e o perfil das ruas. Os detalhes se somam: balcões, portas, janelas, revestimentos dos muros, letreiros e vitrines das lojas, bares e restaurantes onde se percebe a vida da cidade, multidão sobre as calçadas, barulhos e odores. Os espaços verdes, as árvores, os arbustos entram nessa composição urbana, criando uma variedade de formas.

Em 1881, Karl von den Steinen apresentava alguns aspectos interessantes da paisagem urbana da cidade, que teve sua comitiva como hóspede por quase dois meses. Este pesquisador, ao notar aquela vida alegre e, de certa forma, sem grandes preocupações, elaborou uma frase para expressar a alegria do cuiabano e seu gosto pelas festas religiosas:

Não é possível que haja uma outra cidade no mundo onde se toque mais música, se dance mais, se jogue mais baralho do que aqui... É impossível, também, que em algum lugar se alteiem mais freqüentemente os estandartes da procissão e se saiba associar melhor as missas com os prazeres sociais. (STEINEN, 1942, p. 68).

Steinen (op. cit., p. 84) afirmou ainda que “[...] a vida social é o lado agradável de Cuiabá. Uma festa resgata a outra, e em toda parte se é bem acolhido” (Ibidem). Dessa forma, ficou registrado o aspecto festivo da cidade e a alegria dos cuiabanos, características marcantes até os dias atuais.

Na obra *“Sayonara: brilhos e escuridão: palcos de grandes artistas nacionais”*, o músico e professor universitário Neurozito Figueiredo Barbosa apresenta detalhado estudo sobre a boate Sayonara, instalada às margens do rio Coxipó, no ano de 1959, e que se tornou a maior casa do gênero no Centro-Oeste, tendo encerrado suas atividades em meados dos anos 1980. Idealizada pelo empresário Nazi Bucair, se transformou num dos lugares mais conhecidos do estado de Mato Grosso. Segundo Neurozito (2010, p. 13-14):

O seu advento mudou o comportamento da população cuiabana, que viu naquele lugar um novo conceito de casa noturna e uma nova opção de lazer. A partir daí, ela se transformou em palco para eventos das mais diversas características [...] com representantes do poder público, empresários, poetas, escritores e a sociedade em geral [...] Sayonara recebeu quatro presidentes da República, diversos ministros, mais de 1000 artistas, entre nacionais e internacionais, e abrigou revolucionários que, lu-

tando contra o regime militar, ali se reuniam para estruturarem o processo oposicionista na região [...]

Segundo Ribeiro (2010, p. 11), sobre a boate Sayonara afirmou o escritor Rubens de Mendonça: “Ninguém vai ao bar para orar. Mesa de bar é pra você comer, beber, falar e ouvir besteira. O lugar tem que ser tranquilo e Sayonara nos oferece essa tranquilidade”.

Na composição “*Cuiabá, Cuiabá*” de Roberto Lucialdo e Ricardo Cardez, verifica-se entre os elementos marcantes “São Benedito, Parque da Exposição, Beco do Candeeiro, Panacéia e Choppão, do CPA, onde à noite a gente vara [...]” (ROMANCINI, 2005, p. 139).

A cidade de Cuiabá, nos anos 1980, estava repleta do novo e do velho, que se materializava em novos bairros, em novas opções de lazer, despontando a vida noturna na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, que até o início da década de 1980 era conhecida como Avenida do CPA. Já se destacava nesse período o restaurante Choppão, na Praça 8 de Abril, e diversas boates em diferentes pontos da cidade, como a Panacéia, e tantas outras que foram sendo criadas, constituindo os lugares preferidos de lazer, segundo as diferentes faixas etárias e classes sociais dos frequentadores.

A implantação da Avenida Historiador Rubens de Mendonça inseriu-se no contexto da reestruturação do espaço urbano de Cuiabá, na década de 1970, criando um novo eixo de desenvolvimento urbano, a partir do Centro Histórico.

Com o adensamento do centro em Cuiabá, aumentaram os problemas de tráfego e estacionamento, dificultando o acesso das pessoas aos serviços públicos estaduais. A solução encontrada para os problemas que afetavam a administração estadual foi a implantação do Centro Político Administrativo (CPA), com a transferência dos órgãos públicos estaduais e federais para a nova área, com reserva de terrenos para futuras construções. O planejamento do CPA incluiu um estudo de localização, visando ao acesso fácil e rápido, à definição de áreas de interesse público e com

menor custo na implantação de infraestrutura. Ampliou-se, assim, o espaço urbano, incorporando novas áreas pelo processo de descentralização (CUIABÁ, 1980).

A Avenida Historiador Rubens de Mendonça foi se consolidando também enquanto espaço de moradia da classe média e atraindo o comércio e a prestação de serviços, principalmente a partir dos anos 1980, tornando-se um dos principais locais de concentração de bares e restaurantes, segundo ilustra-se com a matéria divulgada, nesse período, pela revista *Contato*:

A noite cuiabana [...] elege o que para muitos é o primeiro ponto de concentração da cidade. Trata-se da Avenida do CPA ou Historiador Rubens de Mendonça, na área próxima ao viaduto, privilegiada por possuir grandes áreas para estacionamento, fácil acesso, clima mais ameno e uma boa apresentação visual [...] Tudo começou com o suntuoso restaurante Kedadágua [...] A idéia foi bem aceita, e logo seguiram o rastro do restaurante pioneiro outros estabelecimentos como o Shamballa, Choparia e o Pino's Ball. A avenida já se tornava um ponto de convergência de jovens e adultos [...] Porém, a avenida não está se figurando unicamente como área preferencial para o divertimento e o lazer. Começaram a surgir com mais lentidão estabelecimentos comerciais e permeados entre esses e os bares, surgem também os edifícios residenciais [...] Assim pode-se ver pontos comerciais como o "Corpore", para a prática de ginástica [...] uma agência de publicidade, um previsível posto de gasolina, uma discoteque e aqui e ali esqueletos de pressupostas casas comerciais [...] O que mais caracteriza atualmente o êxodo de freqüentadores da vida noturna para a avenida do CPA é o bar Garrafão, que choca de início pela garrafa de sete metros colocada em sua entrada [...] O Terraçus é um dos restaurante-pizzaria-choparia mais movimentados da avenida do CPA e foi também junto com o Shamballa um dos pioneiros [...] Para aqueles que acharem que as

opções dos vários restaurantes [...] são caras, há o consolo de comer sanduíches quentinhos que o pequeno carrinho de “hot dog” oferece. É o ecletismo da avenida que possui muitos bares e se esqueceu que o homem também se alimenta de cultura. Várias foram as pessoas que reclamaram da falta de um cinema e um teatro, coisas raras na cidade. (REVISTA CONTATO. 1984, p. 40-41).

Com o crescimento da cidade nos últimos anos, surgiram também outras opções de lazer, como os *shopping centers* e suas praças de alimentação, que geralmente funcionam até as 23h00. Entretanto, ainda se mantém o costume de as pessoas se encontrarem nos inúmeros bares espalhados pela cidade, dos mais diversos níveis, muitos dos quais somente cerram as suas portas ao amanhecer do dia. Há também uma infinidade de opções de lanches que tomam as calçadas das principais avenidas, oferecendo preços diferenciados em relação aos bares e restaurantes.

Sobre o gosto, prazer e sociabilidade dos bares em Cuiabá, ilustra-se com os versos de Ronaldo de Castro – segunda metade do século XX (CASTRO, 2001. *In*: ROMANCINI, 2005, p. 152-3):

O bar

Eu vou ao bar como quem vai à missa
contrito, reverente, tartamudo.

O bar é o santuário em que, submissa,
a alma se lava e recomeça tudo.

Sob o vapor que as emoções atija,
entre amigos fieis, no bar, exsuda
a alegria pagã e a vil carniça
da dor oculta no sorriso mudo.

Atua o bar como confessorário
ao homem triste aplaca e lenifica,
traz efusões febris ao ser hilário.

O bar é terapia – purifica
a lixívia do centro coronário,
todas as controvérsias clarifica.

A autora Maria Henriqueta Sperandio Garcia Gimenes, no artigo intitulado “*Bares e casas noturnas: um estudo exploratório sobre consumo e sociabilidade*”, apresenta uma análise sobre o consumo de casas noturnas e bares na sociedade contemporânea, que exige buscar melhor compreender a complexidade que envolve a frequência a esses estabelecimentos. A autora tem como pressuposto de que os bares e as casas noturnas não são apenas estabelecimentos que trazem a ideia de serviços e de refeições, pois por constituírem um espaço de lazer urbano, os mesmos facilitam as relações interpessoais e a vivência social nas mais diferentes formas (GIMENES, 2004).

Patrícia Aparecida Matos de Oliveira Alberton, arquiteta e mestre em Geografia, analisou o tema “*O bairro popular nos imaginários urbanos*”, demonstrando que a identidade da cidade também se encontra na representação da vida noturna em Cuiabá. A autora analisa diferentes formas de representação do Bairro Popular, destacando os espaços de comércio e os de lazer noturno, que se concentram no entorno da Praça (ALBERTON, 2008).

A economista Silvina Maria dos Anjos, em 2014, com o trabalho de mestrado em Geografia sobre “*A produção do espaço no contexto do comércio varejista 24 horas em Cuiabá-MT*”, evidencia que a cidade de Cuiabá está inserida na nova morfologia urbana das cidades que oferecem serviços noturnos. Segundo a autora, duas são as razões para a cidade ter se evolido: facultar novas articulações espaço-tempo e reprodução do espaço urbano, e gerar diferentes técnicas e modos de venda no espaço urbano, em razão da singular competição estabelecida pelos agentes produtores no comércio da capital mato-grossense (ANJOS, 2014).

O dinamismo da vida noturna em Cuiabá é observado nos depoimentos dos entrevistados que contribuem para

se entender a cidade sob esse prisma, conforme destacado por um dos entrevistados:

Mantenho a prática de vivenciar a noite cuiabana presente no centro de Cuiabá, seja em bares localizados nas proximidades do centro, como o Bairro Popular e Goiabeiras, ou no próprio Centro, na Praça da Mandioca [...] Na perspectiva da boemia cuiabana e que, também, se afigura em uma perspectiva de identificação de lugares e territorialidades cuiabanas, por muitos dotarem pertencimento espacial neste recorte, destaca-se a Praça da Mandioca, que hoje se apresenta como reduto da diversidade de público, de territórios, sobretudo jovens, com a oferta de bares, com estilos de frequentadores e musicais ecléticos. Ou seja, para muitos jovens, a identificação de Cuiabá também é a referida praça que, nos finais de semana, a têm como espaço boêmio da cidade, seja pelo samba, pop, rock ou até pelo lambadão, ou ainda, pela cerveja gelada, na capital calorosa: de sol e de gente. (E.D.M. 25 anos, Entrevista, Cuiabá, 2018).

Segundo Mendonça (2012), a Praça da Mandioca, que tem o nome oficial de Conde Azambuja, também foi conhecida como Praça Real, e homenageia Dom Antônio Rolim de Moura, Capitão-General e primeiro Governador da capitania de Mato Grosso. Foi agraciado com o título de Conde Azambuja e, em 1769, nomeado Vice-Rei do Brasil.

Mendonça ressalta ainda que o nome primitivo era Largo da Mandioca e constitui uma das mais antigas praças de Cuiabá. Localizada no centro histórico, nos últimos anos a Praça da Mandioca tem se tornado um espaço para o lazer alternativo, agregando pessoas de diferentes classes sociais (Figura 1).

Inspirado na Praça da Mandioca, José de Mesquita, citado por Mendonça (2012, p. 37), assim escreveu o poema “Noite de Luminárias”:

“Toda a Praça Real arde nas luminárias
Noite de festa e gala. A Vila vibra e goza.
Gente de toda a parte e condições mais várias
vê-se ali divertindo, em confusão pasmosa.

Rudes espadachins, de feição belicosa,
fidalgos, “homens bons” e miseráveis párias,
tudo afluí a esta festa álaque e estrepitosa,
que vai tomando proporções extraordinárias.

Exulta Cuiabá em festa pois chegado
é o Senhor General com sua comitiva,
na monção que aportou há pouco no povoado”.

Figura 1 - Decoração natalina na Praça da Mandioca



Fotografia: Ednilson Moura, 2018.

Ao analisar a trajetória urbana de Cuiabá durante o Estado Novo, Freitas (1995) conclui que as mudanças em âmbito nacional oportunizaram as mudanças locais, concretizando um processo de modernização da cidade. Entre as inovações, a autora aponta o surgimento de ruas e avenidas, a exemplo da Avenida Getúlio Vargas, em estilo diferente das antigas ruas estreitas. A ocupação desta avenida foi incentivada pelo Governo do Estado, que facilitou às elites locais o acesso aos lotes, com a garantia de construção de moradias de alto padrão (FREIRE, 1997).

Nos dias atuais, a Avenida Getúlio Vargas destaca-se pelo comércio, prestação de serviços, e por constituir um referencial da noite cuiabana (Figura 2).

Figura 2- Avenida Getúlio Vargas com seus bares e restaurantes



Fotografia: João Marcos Corrêa, 2019.

O Getúlio Grill, inaugurado em 2005, caracterizado como bar, restaurante e boate, se situa entre a Avenida Getúlio Vargas e a Avenida São Sebastião. Possui dois espaços, que se alternam conforme o período, configurando no período diurno o espaço como restaurante, com almoço, que se destaca pelo rodízio de petiscos. Assim, seu público no período diurno apresenta diversos tipos de pessoas e

idades. Contudo, no período noturno, além do restaurante, seu espaço superior funciona como boate, com diferentes características musicais e de pessoas, evidenciando novas formas de utilização do uso do espaço. Vale salientar que, por estar situado em uma área central, os trabalhadores buscam esse espaço para curtir o *happy hour* no final no dia. Além disso, esse espaço também funciona para locação de eventos como, por exemplo, formaturas, casamentos, entre outros. Nota-se, portanto, que suas práticas se modificam pela função de acordo com seu contexto e período, configurando diferentes práticas socioespaciais.

Ao final da Avenida Getúlio Vargas, em frente à Praça 8 de Abril, destaca-se um dos restaurantes mais famosos de Cuiabá, o Choppão, conhecido por seu *happy hour*, por servir o escaldado para os boêmios da cidade e que se tornou um marco urbano, de modo que a Praça 8 de Abril é também conhecida como “Praça do Choppão”.

Figura 3 - Choppão, bar e restaurante que atende desde 1974



Fotografia: João Marcos Corrêa, 2019.

A Praça Popular como atrativo noturno

A Praça General Dutra, conhecida como Praça Popular, está localizada no bairro das “Casas Populares”, construídas pelo Presidente da República Eurico Gaspar Dutra (MENDONÇA, 2012). Alberton (2008) informa que o Bairro Popular surgiu desse pequeno conjunto habitacional, com cerca de 104 casas, criado em 1951, em área considerada à época bastante afastada do centro constituído pela Matriz, Praça da República e áreas do entorno. Mesmo distante do centro, as casas foram disputadas por possuírem iluminação e água encanada, conforto disponível para pequena parcela da população.

Face à reestruturação urbana em épocas mais recentes, os antigos moradores foram deixando o local que se caracteriza, atualmente, pelos edifícios habitacionais de alto padrão e de estabelecimentos comerciais dedicados à população de alta renda. A Praça Popular caracteriza-se pela excelente infraestrutura e espaço de convívio social para os moradores da área e visitantes do lugar.

Figura 4 - Vista da Praça Popular



Fotografia: Sônia Romancini, 2018.

Na noite de 22 de dezembro de 2018, os autores do presente artigo estiveram na Praça Popular para o levantamento de dados, no período de 19h30 às 23h30, ocasião em que foram entrevistadas dez pessoas, sendo três do sexo masculino e sete do feminino, com idades entre 20 e 43 anos, das quais apenas uma declarou ter nível escolar médio, três disseram estar cursando o ensino superior e seis informaram que são diplomadas neste nível de ensino.

Em relação aos estados da Federação, das pessoas entrevistadas, seis disseram ser de Mato Grosso (Cuiabá e Várzea Grande), as demais apontaram estados como Goiás, Paraná, Pará e São Paulo.

No tocante à frequência do local, somente três pessoas estavam nesse ambiente noturno pela primeira ou segunda vez. As demais o frequentam por períodos que variam de um a dez anos, especialmente entre as quartas-feiras e o domingo, destacando como horários preferidos entre as 22h00 e 02h00.

Indagadas sobre a escolha do espaço, as pessoas entrevistadas destacaram: “o lazer e bebidas”, “pela descontração e música”, “um bar grande com várias mesas e sempre tem lugar para sentar”, “pela vida noturna e localização (próxima aos hotéis)”, “pelos amigos” e “lazer e alimentação”.

Figura 5 - Música e descontração na Praça Popular



Fotografia: João Marcos Corrêa, 2019.

Quando indagamos se existe algum acontecimento neste local que o torna diferente (ou único) em relação aos demais, obtivemos as seguintes respostas: “público mais descontraído do que os outros locais que são formais”, “rodízio de petiscos (no início da semana)”, “presença de bares”, “animação dos lugares”, “segurança e movimento”, “avaliações disponíveis na internet”, “variedade de *shows*”, “opções de bebidas, comidas e segurança” e, para o visitante da cidade, “[...] *é melhor que São Paulo, tem espaço fora (dos bares) e intercâmbio com vários lugares*” (J.O. 41 anos, Entrevista, Cuiabá, 2018).

Os frequentadores que conhecem o espaço há mais tempo salientaram que entre as mudanças verificadas estão: “o surgimento de bares e encarecimento no estacionamento”, “o local está buscando sempre melhor atender o seu cliente”, bem como a “reforma da praça e surgimento de comércios novos”.

Figura 6 - Novos e especializados restaurantes



Fotografia: João Marcos Corrêa, 2019.

Sobre o que poderia melhorar, obtivemos as seguintes observações: “climatização, devido ao calor”, “atendimento

dos funcionários” e “o local deixa a desejar devido à qualidade do acústico”.

No tocante ao questionamento sobre os espaços frequentados nas imediações foram citados: Bar do Azeitona, Japidinho, Seu Majó, Boteco 065, Ditado, Getúlio e Valley.

Figura 7 - A agradável noite cuiabana



Fotografia: João Marcos Corrêa, 2019.

Finalmente, a noite cuiabana foi avaliada pelos entrevistados como “animada, com muitas opções”, “noite agradável, pessoas bacanas e educadas”.

No trabalho de campo observamos na Praça Popular o carrinho de lanches, que também atende aos frequentadores da balada e às pessoas que vão apenas passear na praça.

Figura 8 - Doidão Lanches na Praça Popular



Fotografia: Sônia Romancini, 2018.

Algumas considerações

Em seu desenvolvimento, o artigo evidencia que Cuiabá é representada como uma cidade de vida noturna cativante, cujos registros remontam aos séculos anteriores. As características metropolitanas apresentadas por Cuiabá e demais municípios que constituem a RMVRC imprimem na paisagem urbana os diferentes equipamentos para atender à população, indo do comércio aos serviços especializados, notadamente o ensino superior, o que a coloca como um ponto de atração de estudantes de todo o País.

Talvez pela agradável e também calorosa temperatura que caracteriza a cidade de Cuiabá, constata-se que é comum encontrarmos diversas atividades que se realizam no decorrer da noite, incluindo o lazer e as celebrações religiosas. Assim, é comum o encontro das rezas que se iniciam às cinco da madrugada, com os rumores dos últimos boêmios que regressam para seus lares, ou que ainda permanecem numa mesa de bar.

Por meio da bibliografia consultada e das entrevistas realizadas, foi possível alinhar as diversas abordagens sobre a vida noturna cuiabana, desde o Largo da Mandioca, passando pela boate Sayonara, no Coxipó, pelos bares do Centro, pela Avenida Historiador Rubens de Mendonça, que constituiu um ponto de lazer na década de 1980, a Avenida Getúlio Vargas, onde ocorreu uma refuncionalização nos antigos imóveis, abrigando atualmente os setores do comércio e prestação de serviços, com destaque para o lazer noturno.

No contexto da noite cuiabana, destaca-se, ainda, a Praça Popular, originada a partir de um bairro de casas populares construídas na década de 1950 e que hoje constitui a maior área de concentração de bares e restaurantes da cidade, com diferentes características e ritmos musicais. Para alguns, a noite apenas começa em um dos charmosos bares da Praça, seguindo depois para os espaços de música e dança.

Verificamos que a Praça Popular é um atrativo também para as famílias que levam suas crianças para brincar no início da noite, bem como os jovens desfrutam dos equipamentos para atividades esportivas e que, apesar da grande maioria dos bares e restaurantes estar destinados às classes de mais altas rendas, há opções mais simples, como o carrinho de lanches, cujo proprietário a todos atende com muito bom humor.

As pessoas entrevistadas ressaltaram as características de Cuiabá enquanto uma cidade calorosa, acolhedora e que tem uma vida noturna intensa, repleta de lugares que propiciam a vivência social. Os bares da cidade foram inspiração para renomados poetas e, atualmente, constituem-se nos lugares favoritos da população que aprecia bebida gelada, música e boemia cuiabana.

Referências

- A AVENIDA eleita. *Contato*, Cuiabá, ano VI, n.49, p. 39-41, 1984.
- ALBERTON, Patrícia Aparecida Matos Oliveira. O Bairro Popular nos imaginários urbanos. In: ROMANCINI, Sônia Regina (Org.). *Novas territorialidades urbanas em Cuiabá*. Cuiabá, EdUFMT/FAPEMAT, 2008, p. 99-122.
- ANJOS, Silvina Maria. *A produção do espaço no contexto do comércio varejista 24 horas em Cuiabá-MT*. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2014.
- CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CORREIA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, n. 3, p. 39-68, jul./set. 1987.
- CUIABÁ. Governo do Estado de Mato Grosso. Prefeitura Municipal de Cuiabá. *Cuiabá na nova realidade sócio-política do Estado*. Cuiabá, 1980.
- FREIRE, Júlio De Lamônica. *Por uma poética popular da arquitetura*. Cuiabá: EdUFMT, 1997.
- FREITAS, Maria A. *Transformações e permanências: imagens e trajetórias urbanas em Cuiabá*. São Paulo. 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1995.
- GIMENES, Maria Henriqueta Sperandio Garcia. Bares e Casas Noturnas: um estudo exploratório sobre consumo e sociabilidade. In: PIRES, Mário Jorge. *Turismo em Análise*. 15. ed. São Paulo: Aleph, 2004. p. 74-88. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63688/66451>>. Acesso em: 14 de maio 2019.
- IBGE. *Cuiabá*. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/cuiaba/panorama>. Acesso em 7 jun. 2019.
- JODELET, Denise (Org.). *As representações sociais*. Tradução de Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- LABORDE, Pierre. L'identité: valeur du futur de la ville? Coimbra: *Cadernos de Geografia*, n.17, n.191-193, 1998.

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa. *Lei Complementar N° 577, de 19 de Maio de 2016*. Legislação Estadual [Wilson Santos (autor)].

MATO GROSSO. Assembleia Legislativa. *Lei Complementar N° 359 (Criação da Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá), de 27 de Maio de 2009*. Legislação Estadual [Sérgio Ricardo (autor)].

MENDONÇA, Rubens de. *Ruas de Cuiabá*. Cuiabá: SEC – MT; Integrar; Defanti, 2012.

NEUROZITO. *Sayonara: brilhos e escuridão: palcos de grandes artistas nacionais*. Cuiabá: Adeptus, 2010.

RIBEIRO, Onofre. Prefácio. In: NEUROZITO. *Sayonara: brilhos e escuridão: palcos de grandes artistas nacionais*. Cuiabá: Adeptus Editora, 2010, p. 9-11.

RICHARDSON, R. J.; PERES, J. A. S. *et al. Pesquisa Social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROMANCINI, Regina Sônia. *Cuiabá: paisagens e espaços da memória*. Cuiabá: Cathedral publicações, 2005. (Tibanaré, v. 6).

STEINEN, Karl von den. *O Brasil Central: expedição em 1881 para a exploração do rio Xingu*. Tradução de Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo: Nacional, 1942.

VILARINHO NETO, Cornélio Silvano. *A Metropolização regional: formação e consolidação da rede urbana do estado de Mato Grosso*. Cuiabá: EdUFMT, 2009.

Uma leitura do córrego barbado na paisagem urbana de Cuiabá

A reading of barbado stream in the urban landscape of Cuiabá

Suíse Monteiro Leon Bordest¹

Resumo: Este artigo objetiva apresentar reflexões sobre alguns aspectos conceituais e práticos referentes às mudanças ocorridas no âmbito da bacia hidrográfica do Barbado, um córrego da paisagem urbana da cidade de Cuiabá, MT, atualmente canalizado. Alguns de seus afluentes, sucumbidos à ação antrópica, chegam a desaparecer. O texto baseia-se nos exemplares da pesquisa bibliográfica e de nossas próprias pesquisas e trabalhos publicados sobre o assunto, entre o final do século IX e XX.

Palavras-chave: Córrego Barbado. Paisagem urbana. Vegetação ciliar.

Abstract: This article aims to present reflections on some conceptual and practical aspects regarding changes which have occurred in the scope of the Barbado river basin, a stream in the urban landscape of Cuiabá, MT, currently channeled. Some of its tributaries, succumb to anthropic action and even disappear. The text is based on copies of bibliographic research, our own research and works published on the subject, between the end of the nineteenth and the twentieth century.

Keywords: Barbado Stream. Urban landscape. Cilliary vegetation.

¹ Geógrafa, Mestre em Geografia, Doutora em Geociências, Membro efetivo do IHGMT desde 1997. bordest@uol.com.br

Apresentação

Os rios sempre foram dos mais importantes recursos para sobrevivência da humanidade. No Brasil, o dilema de rios nas áreas urbanas constitui problema que afeta destino de muitas cidades, mobilizando governos e sociedade civil. Ao destacar o córrego Barbado na paisagem urbana de Cuiabá, capital de Mato Grosso, o artigo ressalta a questão hidrográfica, um dos desafios contemporâneos e de relações sociedade e ambiente que ocorre em nível planetário, regional e local. Baseia-se nos exemplares da pesquisa bibliográfica consultada e de nossas próprias pesquisas e trabalhos sobre o assunto, já publicados (BORDEST, 2003).

Na perspectiva interpretativa, ambiente é o lugar das inter-relações sociedade e natureza. Assim, ao ler e interpretar aspectos ambientais na bacia do Córrego Barbado é possível desvelar a ação humana na sua transformação. Entende-se com esse olhar a possibilidade de contribuirmos para a “formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica” como sugere Carvalho (2004).

Nossa observação sobre o córrego Barbado inicia-se na década de 1980, quando juntamente com graduandos em Geografia da UFMT, percorríamos essa bacia hidrográfica de nascente à foz, registrando relações entre relevo, ambiente e sociedade. Essas pesquisas possibilitaram debates com o público acadêmico e publicações em momentos diversos: Nos Anais do “Seminário Educação 94” (GT Educação e Meio Ambiente), registra-se o trabalho intitulado “Porque os rios morrem: o caso Barbado”:

Há algum tempo o córrego Barbado era limpo e saudável. As pessoas usavam suas águas para beber, pescar e nadar. Nas suas margens, a população dispersa vivia em sítios e chácaras de lazer. Havia muito cerrado, campo e estreita faixa de mata perfilava o canal. Mas, a cidade foi crescendo e avançou para suas margens. Aos poucos o córrego Barbado foi morrendo. (BORDEST, 1994, p. 197).

Nos anos subsequentes continuamos estudando a bacia com colegas e alunos (as) bolsistas participantes das pesquisas e de modo especial com a colaboração da colega Profa. Dra. Miramy Macedo responsável pelo levantamento florístico nas margens do Córrego Barbado, reunido nas tabelas do livro intitulado “*A bacia do córrego Barbado, Cuiabá, Mato Grosso*” (BORDEST, 2003).

Outras publicações sobre o Córrego Barbado seguiram-se, voltadas para a Educação Ambiental com destaque ao trabalho no Curso de Especialização “A Bacia Hidrográfica como Unidade de Estudo na Educação Ambiental: Uma contribuição ao Ensino” (BORDEST, 1997), cujos questionamentos levantados permitiram a continuidade dos trabalhos em diferentes abordagens. Nesse trabalho contamos com a colaboração da Profa. Denise de Oliveira Alves.

O artigo que segue caracteriza a bacia do Barbado e alerta para a necessária mudança de atitude quanto às práticas adotadas na expansão urbana e o necessário exercício da cidadania que se inicia pela educação e atenção às leis ambientais.

As nascentes do Barbado encontram-se nos divisores de água das bacias Quarta-Feira, Moinho e Ribeirão da Ponte, nas proximidades do Centro Político-Administrativo de Mato Grosso - CPA. Perfazendo um curso de 9.400 m de extensão, até confluir com o rio Cuiabá, o córrego Barbado iminente-mente urbano, percorre diversos bairros da cidade, bordejando paisagens variadas e convive com grupos sociais diversos, em poder econômico, em escala social, conseqüentemente, diversificado nas trajetórias de vida e de sobrevivência.

Ao mesmo tempo, como lembra Siqueira (2003, p. 11) “[...] o córrego Barbado continua a testemunhar a expansão urbana de Cuiabá, pois viu nascer, na década de 1970 do século XX, o Centro Político-Administrativo de Cuiabá o CPA, observou a abertura das primeiras vias de acesso e, hoje, aborrecido constata e sofre a poluição sonora e de detritos advinda do congestionado trânsito de pessoas e veículos automotivos que circulam na Avenida do Historiador Rubens de Mendonça”.

Os estudos sobre impactos ambientais em bacias hidrográficas vêm cada vez mais merecendo atenção da sociedade, sendo inclusive citados nas legislações de vários países, entre eles o Brasil, oferecendo a possibilidade de melhor organização e mobilização da sociedade na reivindicação dos seus direitos legalmente constituídos. Assunto recorrente que merece continuamente destaque nas manchetes da mídia.

A situação de precariedade em que se encontra atualmente a bacia do córrego Barbado, afluente do rio Cuiabá, expressa muito bem as condições das demais bacias urbanas que afluem para o referido rio Cuiabá, um, dos mais importantes afluentes do rio Paraguai, que drena o Pantanal Mato-grossense. (BORDEST, 2003).

Neste texto, a leitura que fazemos da referida bacia hidrográfica na paisagem urbana de Cuiabá volta-se para a caracterização da bacia e da vegetação que perfila as margens do Córrego, com base nos registros obtidos por Bordest e Macedo no final do século XX e publicados no início do século XXI, demonstrando a devastação que vem sofrendo a referida vegetação.

Caracterização da Bacia do Barbado

Conforme Bordest (2003) a área onde se insere a bacia do Barbado é constituída de rochas pré-cambrianas pertencentes ao Grupo Cuiabá, as quais sofreram no passado muitos eventos de dobramentos, fraturas e intrusões de quartzo leitoso e foram posteriormente arrasadas a cotas inferiores a 200m. As rochas xistosas, em geral filitos, estão expostas nos cortes de estradas e margens de leitos do córrego e seus afluentes, apresentando-se em lâminas finas *ferruginizadas* e bastante alteradas tomando o aspecto de folhelhos deixando-se partir facilmente segundo os planos de xistosidade. Nos setores de *embaciamentos* e nas confluências ocorrem espessas camadas de sedimentos recentes, suscetíveis à erosão.

A bacia do Barbado que aflui para o rio Cuiabá tem forma grosseiramente retangular, acha-se posicionada em direção NNE-SSW.

Seus afluentes são estreitos (2 a 3 metros de largura) e bem encaixados (1 a 2 metros de profundidade) em média.

O fundo do leito em V ocorre entre vertentes de forma convexo-côncavas ou retilíneas cujos topos guardam feições de aplainamento.

Esses afluentes, em geral curtos, são pouco ramificados e atualmente sucumbidos à ação antrópica chegam a desaparecer. As bacias de captação de água de chuva praticamente já desapareceram. O próprio canal principal, atualmente, já foi retificado e canalizado em vários trechos e tem projeto para se tornar totalmente artificial. Paulatinamente novos trechos do córrego vão sendo canalizados.

Da cabeceira (225m) a foz (140m) de altitude o gradiente é relativamente fraco, por volta de 85 m de desnível, entretanto considerando-se as baixas altitudes predominantes, a reduzida área da bacia e a pequena extensão do córrego além de outros fatores que interferem na dinâmica ambiental, pode se dizer que a atenção dada ao desnivelamento hipsométrico da bacia não deve ser desprezada.

Compartimentação geomorfológica da Bacia do Barbado

A carta hipsométrica da bacia do Barbado, confeccionada para esse estudo com base no mapa Chave Altiplanimétrico de Cuiabá em escala original 1:10.000, e relacionada a outros componentes socioambientais, facilitou a visualização da bacia como um todo e permitiu sua compartimentação em 5 partes, tomando por base algumas avenidas.

Cabeceiras do Barbado - Localizam-se à média encosta do divisor de águas que separa suas nascentes das dos córregos Quarta-Feira, Moinho e Ribeirão da Ponte. Nesse divisor posiciona-se o Centro Político e Administrativo - CPA, que teve influência sobre o direcionamento da urbanização da cidade na década de 1970.

Nas cabeceiras do Barbado, o relevo mostra-se mais acidentado, os topos e altas vertentes estão em altitudes mais elevadas de 225m, sustentados por filões de quartzo aurífero entre filitos alterados, os quais explicam a presença de áreas degradadas pelo garimpo em atividade no local na década de 1970.

As nascentes do Barbado na margem esquerda da Avenida Rubens de Mendonça, próximo a 13^a Brigada de Infantaria Motorizada, já sofreram modificações, devido ao crescente processo de urbanização e degradação, apesar de sua proximidade com os órgãos governamentais do Meio Ambiente, que desqualificou sua situação de Área de Preservação Permanente - APP. Aí foram erigidas edificações governamentais na primeira década de século XXI.

Alto Curso – Trecho compreendido entre a Avenida Rubens de Mendonça e João Gomes Sobrinho, entre cotas de 200 a 175m de altitude. Os bairros Morada do Ouro, Terra Nova, Jardim Aclimação, Bela Vista, Canjica, Bosque da Saúde, Pedregal e Loteamento D. Bosco incluem-se neste setor.

Nos topos e encostas dos interflúvios, a ocupação humana vem avançando rapidamente, destruindo a vegetação. Entretanto, no vale do Barbado, em alguns trechos, esta ainda se conserva, embora precariamente, já que recebe significativa carga de esgoto de diferentes origens.

No trecho em que o Barbado segue mais ou menos paralelo a Avenida Rubens de Mendonça ainda existe parcela significativa de vegetação ciliar, embora sejam evidentes as interferências antrópicas. Atualmente, esta vegetação integra a área de Parque Massairo Okamura, entre a Morada do Ouro e a Rua Juliano Costa Marques. Ainda neste compartimento, o Barbado perde a característica de córrego e passa a correr como um esgoto a céu aberto ao atravessar os bairros pobres como, Bela Vista, Loteamento Dom Bosco e Carumbé.

Ao longo do canal já totalmente desfigurado e com arruamentos marginais, as moradias de baixa renda chegam até o canal em cujas margens a vegetação ciliar foi totalmente retirada.

Médio Curso – Trecho compreendido entre a Avenida João Gomes Sobrinho e a Avenida Fernando Correa da Costa, em cotas de 175 a 160m de altitude, com desnível aproximado de 15m. Estão no âmbito deste compartimento, além do Campus da UFMT, os seguintes bairros: Jardim das Américas, parte do Jardim Itália, Pedregal e Jardim Leblon. Nestes bairros, onde se observam diferentes padrões de habitação, seus moradores despejam seus esgotos sem tratamento prévio e restos de construções no referido canal, contribuindo para o avanço da erosão, assoreamento e dos consequentes alagamentos. Neste trecho o córrego Barbado vem se modificando por sucessivas obras de engenharia.

Baixo Curso – Trecho hoje canalizado compreendido entre a Avenida Fernando Correa a 160m de altitude e a Avenida Beira Rio a 150m de altitude, sendo o desnível de apenas 10 m.

Fazem parte os seguintes bairros: Jardim Leblon, Jardim Tropical, Grande Terceiro, parte do Jardim Califórnia. As margens estão hoje ocupadas por duas avenidas marginais asfaltadas e urbanizadas com atividades comerciais, estabelecimentos de ensino entre outras.

A baixa declividade deste trecho do Barbado, bem como a amputação de pequenos afluentes, propiciam o alagamento nos meses chuvosos, quando o lençol freático aflora e as águas pluviais não encontram vazão. Estes fenômenos que tornam a área de risco, não são naturais, mas decorrem do mau uso do solo urbano. Portanto, retificação e cimentação de canais, impermeabilização de suas margens com asfalto substituindo a mata ciliar constituem a principal agressão ao meio ambiente neste setor do Barbado.

O trecho canalizado e cimentado do Barbado não trás apenas o problema do assoreamento do leito, da ausência da vegetação, das inundações trás também o problema da formação de ilhas de calor e da perda da umidade ao longo do mesmo; além da desfiguração total da paisagem incompatível com o bem estar social, mas coerente com as atitudes próprias do sistema econômico que tem no lucro imediato seu principal objetivo.

Foz do Barbado – Entre a Av. Beira Rio ou Manoel José de Arruda (160m de altitude) e a confluência do Barbado com o Cuiabá quando o córrego ainda não tinha sido canalizado, apresentava manchas de vegetação ciliar e resquício de cerrado e de herbáceas de várzeas nas margens, apesar de desfiguradas pelo uso do solo.

Este trecho é parte de uma planície inundável nos períodos de cheia, que no decorrer do ano, apresenta aspecto brejoso, confirmando sua condição de APP- área de preservação permanente. Incluem-se nesta parte do Barbado, pela margem esquerda, aglomerados urbanos do bairro Praeirinho e pela margem direita, comerciantes que exploram areia drenando o leito do rio Cuiabá. Ampliam-se neste setor, espaços que estão sendo ocupados por recentes instalações de estabelecimentos de ensino privado, comerciais e prédios residenciais.

Caracterização da vegetação na Bacia do Barbado

A caracterização e levantamento florístico nas margens do córrego Barbado realizados pela Prof. Dra. Miramy Macedo (2003), são testemunhos de um passado recente.

No final da década de 1990, da nascente à foz do Barbado registra-se uma vegetação em devastação com destaque às seguintes características conforme Macedo (2003).

Nascente e Alto Curso, onde a área apresentou o maior número de 26 famílias e 50 espécies nativas (Tabela 1). Neste percurso foram registradas as famílias mais abundantes que são: Fabaceae e Mimosaceae, ambas com 12 espécies, as demais com números inferiores a estes.

Esta é a área que melhor representa a mata de galeria deste manancial, e onde se localiza o Parque Massairo Okamura ou Reserva do CPA. Nesta área a vegetação predominante é de Cerrado, acompanhada de Capoeira, onde se encontram representantes como a “Mamona”, *Ricinus communis* e “Taquara- de- espinho”, *Croton* sp.

Na área em estudo as plantas exóticas têm como representantes o “Capim-jaraguá” *Andropogon rufus* (Tabela

2), que formam touceiras, marca visual da derrubada e queimada.

No Médio Curso, o registro de plantas nativas (Tabela 1) foi de 18 famílias e 37 espécies. As famílias mais diversificadas foram Mimosaceae e Bignoniaceae, ambas com 06 (seis) espécies cada uma. Nesta área há uma degradação maior consequente de assentamentos evidentes como o bairro Jardim das Américas, principalmente na sua margem direita. Já na sua margem esquerda, onde se localiza a UFMT encontramos a paisagem menos perturbada como Cerrado, próximo ao Zoológico. Na estrada da Universidade há formação de bosque com uma variedade de espécies como “Jenipapo” *Genipa americana* “Gonçaleiro” *Astronium fraxinifolium* e “Mogn” *Swetenia macrophylla*.

As plantas exóticas são representadas por 5 famílias e 5 espécies (Tabela 2). Dentre as espécies destacam-se “Flamboyan” *Delomix régia* e “Goiabeira” *Psidium Guayava*. Na parte da capoeira está presente o “Capim - Colômbio” *Panicum maximum*, formando também touceiras quase que impenetráveis, exibindo a derrubada constante.

No Baixo Curso e Fóz registrou-se 15 famílias e 27 espécies nativas (Tabela 1), sendo as famílias diversificadas: *Areaceae*, *Euphorbaceae* e *Poraceae*, apresentando 2 espécies cada uma.

Esta área é a mais impactada com canalizações e presença do bairro Praeirinho.

Próximo a confluência registrou-se o “Sarã” *Alchoenea castanaefolia*. “Ingazeiro” *Inga sp.*, “Tarumã” *Vitex sp.*, mostrando realmente uma fisionomia de Mata de Galeria.

As plantas exóticas (Tabela 2) são em número de 14 famílias e 17 espécies. A família melhor representada é a *Anacardiaceae* com três espécies: o “Cajueiro” *Anacardium occidentale*, “Mangueira” *Mangifera indica* e *Seriguela Spondias sp.*

As espécies frutíferas frequentes nos quintais do referido bairro são trazidas e plantadas pelos seus moradores.

Um levantamento florístico semelhante a este no manancial urbano Ribeirão da Ponte, também tributário do rio Cuiabá, feito por Loureiro (1994) constatou 48 famílias e 118 espécies nativas, sendo a maior diversidade ocorrida no médio curso, onde se registrou a Reserva Mãe Bonifácia, seguida do Alto Curso e depois Baixo Curso onde está inserida a Mata do Mineirinho.

As exóticas foram registradas em número de 20 famílias e 23 espécies, sendo sua maior concentração no Médio Curso e menor concentração no Alto curso. Já no manancial em estudo, constatou-se 55 famílias e 119 espécies nativas, e sua abundância está na nascente e Alto curso onde se encontra a Reserva do CPA, seguido do Médio Curso, depois do Baixo Curso e Foz.

As exóticas catalogadas foram em número de 20 famílias e 23 espécies, tendo sua maior diversificação no Baixo Curso, seguida do Médio Curso, depois da Nascente e Alto Curso.

Esta comparação nos leva a interpretar que, quanto mais intensa a ocupação desordenada do local, maior será a diminuição da cobertura vegetal e dos tributários do rio, uma vez que desaparecem as bacias de captação de águas pluviais e os canais de primeira ordem, submetidos ao aterramento.

Considerações finais

Dando lugar a loteamentos, edificações, arruamentos, canalizações, etc., as áreas verdes de Cuiabá foram desaparecendo nas últimas décadas. O Barbado é um exemplo de córregos urbanos que agonizam transformados em esgotos ao céu aberto ou tapados com cimento. Para contribuir na formação de sujeitos capazes de compreender o mundo e agir nele de forma crítica reafirmamos o desejo de despertar a atenção da comunidade cuiabana para a necessária proteção de mananciais hídricos.

Embora carecendo de um registro atualizado da vegetação ciliar na bacia do Barbado, a comparação entre aquela registrada nos Quadros 1 e 2 da década de 1990 e a situação que visualizamos atualmente, após trinta anos,

mostra uma assustadora devastação da cobertura vegetal que perfilava o córrego nos últimos 50 anos.

Para elucidar essa situação apresentamos os Quadros 1 e 2 com registros da vegetação marginal do córrego na década de 1990 que podem ser comparados com a situação atual da vegetação no Alto, Médio e Baixo cursos do Barbado.

Na esteira do fenômeno ambiental que hegemoniza o planeta no início do século XXI e no tricentenário da cognominada “Cidade Verde” retomamos Bordest (1994, p.197): *Somos todos responsáveis pela preservação e conservação do meio ambiente e desse modo pela qualidade de vida que almejamos.*

FIG 1 - TABELA I E TABELA II

Tabela I - Levantamento Florístico de Plantas Lenhosas Nativas do Córrego Barbado - Cuiabá, MT.

Número	Familia/Espécie	Nome vernacular	Curso Barbado		
			Nascente e Alto Curso	Médio Curso	Baixo Curso e Foz
1.	Amaranthaceae				
1.1.	<i>Alteranthera micrantha</i> R. E. Fries	Desconhecido			
2.	Anacardiaceae				
2.1.	<i>Astronium fraxinifolium</i> Schot.	Gonçaleiro			
2.2.	<i>Astronium</i> sp.	Desconhecido			
3.	Annonaceae				
3.1.	<i>Annona coriacea</i> M.	Araticum			
3.2.	<i>Xylopia grandiflora</i> St. Hil.	Ímbira vermelha			
4.	Apocynaceae				
4.1.	<i>Himatanthus obovatus</i> var. <i>Velutinus</i> (Muell. Arg.) Woodson.	Angélica			
4.2.	<i>Himatanthus</i> sp.				
5.	Arecaceae				
5.1.	<i>Acrocomia aculeata</i> (Jacq.) Lodd. ex Mart.	Bocaitiva			
5.2.	<i>Attalea phalerata</i> Mart. ex Spreng.	Acuri			
5.3.	<i>Bactris glaucescens</i> Drude.	Tucum			
6.	Asclepiadaceae				
6.1.	<i>Asclepia</i> sp.	Herva-de-rato			
7.	Asteraceae				
7.1.	<i>Vernonia ferruginea</i> Less.	Assa-peixe			
8.	Bignoniaceae				
8.1.	<i>Cybastax antisiphylitica</i> M.	Pê-de-anta			
8.2.	<i>Tabebuia ochracea</i> (Cham.) Standl.	Piúva			
8.3.	<i>Tabebuia</i> sp.	Ipê			
9.	Boraginaceae				
9.1.	<i>Cordia cf. insignis</i> Cham.	Cafezinho			
10.	Caesalpiniaceae				
10.1.	<i>Bauhinia bauhinioides</i> Mart.	Unha-de-vaca			
10.2.	<i>Bauhinia</i> sp.	Unha-de-vaca			
10.3.	<i>Cassia</i> sp.	Angico-branco			
11.	Capparidaceae				
11.1.	<i>Capparis</i> sp.	Mussambé			
12.	Clusiaceae				
12.1.	<i>Kielmeyera rubriflora</i> Camb.	Pau-santo			
13.	Combretaceae				
13.1.	<i>Combretum laxum</i> Jacq.	Pombeiro-branco			
14.	Convolvulaceae				
14.1.	<i>Ipomoea</i> sp.	Batata-brava			
15.	Connaraceae				
15.1.	<i>Conarus cf. favons</i> Planch.	Pimenteira			
15.2.	<i>Rourea cf. camptoneura</i> Radlk.	Desconhecido			
16.	Dilleniaceae				
16.1.	<i>Curatella americana</i> L.	Lixeira			
17.	Ebenaceae				
17.1.	<i>Diospyros hispida</i> A. D. C.	Olho-de-boi			
18.	Erythroxylaceae				
18.1.	<i>Erythroxylum</i> sp.	Pimenta-do-campo			
19.	Euphorbiaceae				
19.1.	<i>Alchornea castaneaefolia</i> A. Juss.	Sarã			
19.2.	<i>Croton</i> sp.	Taquara-de-espinho			
19.3.	<i>Maprounea</i> sp.	Desconhecido			
19.4.	<i>Ricinus comunis</i> L.	Mamona			

20. Fabaceae				
20.1. <i>Andira cuyabensis</i> Benth.	Morcegueira			
20.2. <i>A. inermis</i> H.B.K.	Morcegueira			
20.3. <i>A. multistipula</i> Ducke.	Morcegueira			
20.4. <i>Ornosia paraensis</i> Ducke.	Tento			
20.5. <i>Bowdichia virgilioides</i> H.B.K.	Sucupira-preta			
20.6. <i>Dalbergia violacea</i> (Vog.) Malme.	Jacarandá-branco			
20.7. <i>Desmodium adescendens</i> D.C.	Desconhecido			
20.8. <i>Dipteryx alata</i> Vog.	Cumbarú			
20.9. <i>Pterocarpus</i> cf. <i>amazonicus</i> Huber.	Desconhecido			
20.10. <i>Sweetia</i> sp.	Desconhecido			
20.11. <i>Vatairea macrocarpa</i> Benth. Ducke.	Angelim-do-campo			
21. Flacourtiaceae				
21.1. <i>Casearia sylvestris</i> SW.	Chá-de-frade			
22. Gentianaceae				
22.1. <i>Djanira erubescens</i> Chamet. Schbect.	Desconhecido			
23. Hippocrateaceae				
23.1. <i>Salacia elliptica</i> (Mart.) G. Don.	Siputá			
24. Lamiaceae				
24.1. <i>Leonotis neptaeifolia</i> (L.) R. Br.	Cordão S. Francisco			
25. Malpighiaceae				
25.1. <i>Banisteria</i> sp.	Taquara-espinho			
25.2. <i>Banisteriopsis lutea</i> (Griseb.) Cuatr.	Desconhecido			
25.3. <i>Byrsonima intermedia</i> A. Juss.	Canjiqueira			
25.4. <i>Galphimia brasiliensis</i> A. Juss.	Quinha			
25.5. <i>Heteropteris helicina</i> Griseb.	Desconhecido			
26. Melastomataceae				
26.1. <i>Alisanthera</i> cf. <i>uniflora</i> (Vahl.) Gleason	Desconhecido			
26.2. <i>Mouriri cauliflora</i> DC.	Roncador			
26.3. <i>Mouriri guianensis</i> Aubl.	Coroa-de-frade			
27. Meliaceae				
27.1. <i>Swetenia macrophylla</i> King.	Mogno			
28. Mimosaceae				
28.1. <i>Acacia multipinnata</i> Ducke.	Desconhecido			
28.2. <i>Albizia lebeck</i> Benth.	Bambu			
28.3. <i>Albizia</i> sp.	Bambu			
28.4. <i>Anadenanthera colubrina</i> (Vell.) Brenan	Angico			
28.5. <i>Calliandra surinamensis</i> Benth.	Balão-chinês			
28.6. <i>Calliandra</i> sp.	Tiborna			
28.7. <i>Enterolobium</i> cf. <i>maximum</i> Ducke.	Orelha-de-negro			
28.8. <i>Inga</i> cf. <i>affinis</i> DC.	Ingá			
28.9. <i>Inga</i> sp.	Ingazeiro			
28.10. <i>Platymenia reticulata</i> Benth.	Vinhático			
28.11. <i>Striphnodendron adstringens</i> (Mart.) Coville.	Barbatimão			
29. Myrtaceae				
29.1. <i>Eugenia dysenterica</i> DC.	Orvalheira			
29.2. <i>Eugenia</i> sp.	Orvalheira			
30. Ochnaceae				
30.1. <i>Ouratea castanifolia</i> Engl.	Brinco-de-ouro			
30.2. <i>O. nitida</i> Engl.	Brinco-de-ouro			
31. Olacaceae				
31.1. <i>Heisteria</i> cf. <i>scadens</i> Ducke.	Desconhecido			
31.2. <i>Myrcia</i> sp.	Desconhecido			
32. Onagraceae				
32.1. <i>Ludwigia natans</i> Ell.	Desconhecido			
32.2. <i>Ludwigia</i> sp.	Chapé-de-couro			
33. Poaceae				
33.1. <i>Bambusa</i> sp.	Bambu			
33.2. <i>Guadua</i> sp.	Taquara-de-espinho			
33.3. Indeterminado	Desconhecido			
34. Polygonaceae				
34.1. <i>Coccoloba</i> cf. <i>paniculata</i> Meissen.	Novateiro-manso			
35. Rhamnaceae				
35.1. <i>Rhamidium elaeocarpum</i> Reiss.	Cabriteiro			
36. Rubiaceae				
36.1. <i>Alibertia edulis</i> A.C. Rich.	Marmelada-bola			
36.2. <i>Anisomeris</i> sp.	Rebenta-laço			
36.3. <i>Genipa americana</i> L.	Jenipapo			
36.4. <i>Guettarda viburnoides</i> Cham.	Veludo			
36.5. <i>Tocayena formosa</i> Cham.	Marmelada-bola			
37. Sapindaceae				
37.1. <i>Magonia pubescens</i> St. Hil.	Timbó			
37.2. <i>Sapindus saponaria</i> L.	Saboeiro			
37.3. <i>Serjania erecta</i> Radlk.	Timbozinho			
38. Sapotaceae				
38.1. <i>Pouteria ramiflora</i> (Mart.) Radlk.	Fruta-de-veado			
39. Simaroubaceae				
39.1. <i>Simarouba amara</i> Aubl.	Desconhecido			
39.2. <i>S. versicolor</i> St. Hil.	Pé-de-perdiz			
40. Sterculiaceae				
40.1. <i>Guazuma ulmifolia</i> Lamb.	Chico-magro			
41. Tiliaceae				
41.1. <i>Luehea speciosa</i> Willd.	Açoita-cavalo			
42. Verbenaceae				
42.1. <i>Aegiphila</i> sp.	Desconhecido			
42.2. <i>Vitex cymosa</i> Bert.	Tarumã			

Tabela II - Levantamento Florístico de Plantas Exóticas do Córrego Barbado - Cuiabá, MT

Familia/Espécie	Nome vernacular	Curso Barbado		
		Nascente e Alto Curso	Médio Curso	Baixo Curso e Foz
1. Anacardiaceae				
1.1. <i>Anacardium occidentale</i> L.	Cajueiro			
1.2. <i>Mangifera indica</i> L.	Mangueira			
1.3. <i>Spondia</i> sp.	Seriguela			
2. Araceae				
2.1. <i>Xanthodoma</i> sp.	Inhame			
3. Boraginaceae				
3.1. <i>Cordia mixa</i> L.	Desconhecido			
4. Caesalpiniaceae				
4.1. <i>Delonix regia</i> (Bojer) Raf.	Flamboyan			
5. Caricaceae				
5.1. <i>Carica papaya</i> L.	Mamoeiro			
6. Combretaceae				
6.1. <i>Terminalia catappa</i> L.	Sete Copas			
7. Chrysobalanaceae				
7.1. <i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch.	Oiti			
8. Lauraceae				
8.1. <i>Persea americana</i> Maill.	Abacateiro			
9. Malvaceae				
9.1. <i>Hibiscus esculentus</i> L.	Quiabo			
10. Musaceae				
10.1. <i>Musa</i> sp.	Bananeira			
11. Moraceae				
11.1. <i>Artocarpus heterophyllus</i> Lam.	Jaqueira			
11.2. <i>Morus nigra</i> L.	Amoreira			
12. Myrtaceae				
12.1. <i>Psidium guayava</i> L.	Goiabeira			
13. Nyctaginaceae				
13.1. <i>Bougainvillea spectabilis</i> Willd.	Primavera			
14. Poaceae				
14.1. <i>Andropogon rufus</i> Kunth.	Capim-jaraguá			
14.2. <i>Panicum maximem</i> Jacq.	Capim-colônião			
14.3. <i>Saccharum officinarum</i> L.	Cana-de-açúcar			
15. Rutaceae				
15.1. <i>Citrus</i> sp.	Limoeiro			
16. Solanaceae				
16.1. <i>Solanum esculentum</i> Dum.	Tomateiro			

Referências

- BORDEST, S. M. L. Porque os rios morrem. O Caso Barbado. In: Paradigmas em movimento. *Anais do Seminário Educação Ambiental* 94, p. 20-23, 1994). P. 197.
- BORDEST, S. M. L. *A bacia do córrego Barbado*. Cuiabá. Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica Print, 2003.
- BORDEST, S. M. L. *A bacia hidrográfica como unidade de estudo na Educação Ambiental: Uma Contribuição ao ensino*. Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada CRHEA-EESC-USP. São Carlos, SP. 1997. Monografia (Conclusão de Curso de Especialização em Educação Ambiental do CRHEA/EESC/USP).
- BORDEST, S. M. L e MACEDO, M. Caracterização da Bacia do Barbado. In: (Org. BORDEST, S. M. L.) *A bacia do córrego Barbado*. Cuiabá. Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica Print, 2003. p. 30-40.
- CARVALHO, I. C. de M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MACEDO, M. Tabela 1 - Levantamento Florístico de Plantas Lenhosas Nativas do Córrego Barbado, Cuiabá, MT. In: BORDEST, S. M. L. *A bacia do córrego Barbado*. Cuiabá. Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica Print, 2003. p. 33-37.
- MACEDO, M. Tabela 2 - Levantamento Florístico de Plantas exóticas do Córrego Barbado, Cuiabá, MT. In: BORDEST, S. M. L. *A bacia do córrego Barbado*. Cuiabá. Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica Print, 2003. p. 38-39
- SIQUEIRA, E. M. *Apresentação do Livro A bacia do Córrego Barbado*. Cuiabá. Mato Grosso. Cuiabá: Gráfica Print, 2003. p. 9-13.

Trajetórias da pequena produção agropecuária em Cuiabá - Mato Grosso

Pathways of small agricultural production in Cuiabá - Mato Grosso

Onélia Carmem Rossetto¹
Jocenaide Maria Rossetto Silva²

Resumo: Em trezentos anos de formação territorial, o município de Cuiabá revela em sua paisagem diferentes momentos históricos, onde aspectos do novo e do velho se confundem, demonstrando diversas ruralidades. Em cada período, a pequena produção agropecuária foi sendo desenvolvida por atores sociais diferentes: indígenas, africanos, brancos pobres, comunidades tradicionais, agricultores familiares assentados ou não pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e comunidades remanescentes de quilombos, revelando assim, sua pluralidade. Diante desse fato, busca-se, no presente artigo, descrever algumas características da pequena produção agropecuária no município de Cuiabá em dois momentos históricos: nos primórdios da formação territorial e na atualidade. Tais grupos têm como característica a resiliência, pois resistiram ao longo do tempo adotando novas roupagens e buscando manter seu modo de vida, cultura material e imaterial, aceitando as inovações e adaptando-se às exigências da modernidade, porém, perderam a autonomia na decisão do seu próprio destino, pois, encontram-se cada vez mais dependentes do mercado capitalista.

Palavras-chave: Pequena Produção Agropecuária. Cuiabá-MT. Comunidades Tradicionais. Assentamentos Rurais.

1 Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso (1986), Mestre em Educação - Linha de Pesquisa Educação e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Mato Grosso (1997) e Doutora em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável - UnB-CDS, linha de pesquisa Política e Gestão Ambiental (2004).

2 Professora da Universidade Federal de Mato Grosso, curso de História. Doutora em História Social (PUC/SP) e Mestre em Educação (UFMT). Coordenadora do Grupo de Pesquisa Interface: História, Museologia e Ciências Afins. Coordenadora do Núcleo de Documentação Histórica Otávio Canavarros (HIS/ICHS/CUR/UFMT).

Abstract: In three hundred years of territorial formation, the municipality of Cuiabá reveals in its landscape different historical moments, where aspects of the new and the old get mixed, showing various ruralities. In each period, small agricultural production was developed by different social actors: indigenous people, Africans, poor whites, traditional communities, family farmers settled or not by the National Agrarian Reform Program and remnant quilombo communities, thus revealing their plurality. Given this fact, this article seeks to describe some characteristics of small agricultural production in the municipality of Cuiabá in two historical moments: in the early days of territorial formation and today. Such groups are characterized by resilience, as they resisted over time adopting new clothes and seeking to maintain their way of life, material and immaterial culture, accepting innovations and adapting to the demands of modernity, but they lost their autonomy in deciding their own destiny, therefore, are increasingly dependent on the capitalist market

Keywords: Small Agricultural Production. Cuiabá-MT. Traditional Communities. Rural Settlements.

I - Introdução

A produção do espaço geográfico mato-grossense resultou de um processo marcado pela busca de metais preciosos, principalmente do ouro e, também, pela captura de indígenas, a fim de escravizá-los. Nesse contexto, Oliveira (2011) destaca que o deslocamento das práticas sertanistas para o interior do Brasil ocorria tanto por vias terrestres quanto por vias fluviais, como correlato, foi impulsionado o plantio de roças às margens dos rios e nos caminhos de terra.

Segundo o referido autor, não é possível precisar quando foram formadas as primeiras espacialidades rurais luso-americanas, entretanto, elas garantiram o abastecimento da empresa sertanista, e, ao mesmo tempo, funcionaram como fonte de lucro para os roceiros, uma vez que muitas delas eram mantidas pelos braços dos ameríndios, submetidos ao regime de trabalho compulsório. Com a introdução da mão de obra escrava africana, a pequena produção agropecuária se manteve como fonte de alimentos para habitantes dos engenhos de açúcar e aguardente, fazendo-se presente em todos os demais ciclos econômicos pelos quais passou o estado de Mato Grosso.

Em cada momento histórico, as práticas agropecuárias foram sendo desenvolvidas por atores sociais diferentes: indígenas, africanos, brancos pobres, comunidades tradicionais, agricultores familiares assentados ou não pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e comunidades remanescentes de quilombos, revelando a pluralidade das formas de manejo das roças adaptadas às condições espaciais e temporais.

Assim, diante da diversidade da pequena produção agropecuária, busca-se no presente artigo descrever algumas de suas características no âmbito do município de Cuiabá, em dois momentos históricos: nos primórdios da formação territorial, por meio de pesquisa bibliográfica nas fontes, a saber: *Annaes do Sennado da Camara do Cuiabá 1719-1830*

(SUZUKI,2007); *Monografias Cuiabanas* (CORRÊA FILHO, 2002); *Cuiabá - Estudo de Geografia Urbana* (AZEVEDO, 2010) e no atual momento histórico através de fontes bibliográficas contemporâneas.

É necessário ressaltar que o texto não tem a pretensão de seguir uma cronologia histórica, apenas reúne fragmentos que evidenciam a presença da pequena produção agropecuária, o que possibilita a compreensão do seu papel e das identidades que desenharam parte das paisagens de Cuiabá em trezentos anos de formação territorial.

II - Pequena produção agropecuária de outrora

Durante as viagens percorrendo os rios, os bandeirantes já observavam algum cultivo atribuído aos indígenas. O fragmento de texto destaca o plantio de cabaças, demonstrando a prática do cultivo de espécies utilizadas como utensílios domésticos:

[...] correndo os tempos, continuando aquelles aventureiros as suas conquistas, chegaram a navegar o rio Paraguay, descendo uns pelo Coxim, outros pelo Matetêu e pelo Cahy, que sahem ambos das mesmas Vaccarias, e entrando pelas grandes bahias que acompanham as margens deste rio foram achando tantas nações de gentes que não cabem nos archivos da memoria[...], Divertidos aquelles portuguezes com estas gentes e fertilidade das terras, adonde se colhem os fructos sem plantar[...] passavam as vidas, annos e annos, até que subiram o rio Cuyabá, assim chamado por acharem em suas margens cabaças plantadas pelo gentio, de que faziam cuias para seus usos. ANNAIS DO SENADO DA CÂMARA DE CUIABÁ, 2007, p. 46).

Segundo Oliveira (2011) mesmo antes da efetiva exploração aurífera, já eram desenvolvidas atividades produtivas objetivando a subsistência dos sertanistas. As roças nas margens dos rios eram comuns, porque as expedições costumavam parar por algum tempo e os escravos, indígenas

ou não, costumavam cultivar algumas espécies utilizadas para alimentação do grupo.

O autor registra que, a partir de 1716, com a descoberta do ouro no rio Coxipó-mirim, afluente do rio Cuiabá, formaram-se ambientes rurais distribuídos ao longo dos rios que levavam às minas e aos povoados. Em cada parada, novas vilas surgiam, principalmente onde era registrada a presença de ouro ou de outro metal precioso e, junto com as moradias, surgiam roças, conforme relatado quando da implantação de São Gonçalo Velho em 1719:

Neste pouso e primeiro descoberto deixou o capitão a bagagem e seguiu rio acima até o lugar chamado hoje Forquilha; ahi achou o gentio, em quem fez suas presas com bastantes mostras de ouro em botopuis e outros enfeites e buscando os companheiros com elles desceu a fazer pouso no lugar de São Gonçalo Velho, a que chamavam aldeia velha. Ali formaram seu arraial para tomarem descanso, cantando a victoria que alcançaram contra a pobreza e fadigas de suas largas peregrinações, dando uns aos outros parabens por suas fortunas [...]. Alli se foram arranchando, fazendo casas e lavouras pelas margens do mesmo rio Coxipó e Cuyabá acima, extincta uma aldeia que se achava no lugar que é hoje o Porto do Borrvalho. (Ibidem, p. 47).

As roças que porventura eram abandonadas continuavam produzindo, mesmo quando não tinham qualquer manejo, portanto, é comum na historiografia a menção do retorno para tais áreas:

No mez de Outubro deste ano [1722] fez Miguel Sutil, natural da villa de Sorocaba, viagem para uma roça que havia principiado a beira do Cuyabá, logar que depois foi sitio de Manoel dos Santos Ferreira, depois do padre João Alves Torres, á quem comprou Luciano de Souza Moreira e á este D. Lucrecia de Moraes Siqueira e hoje se acha reduzida a tapéra. Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá 1719 – 1830. (Ibidem, p. 49).

Em 1723, chegou a Cuiabá uma carta do guarda-mor Paschoal Moreira Cabral, ordenando que fosse realizada arrecadação do ouro, dizimos e tudo que gerasse renda no povoado. Naquele momento se sobressai o registro da fome, pela ausência de roças e pela incipiente prática da pesca:

Chegaram as gentes de povoado este anno com as fazendas podres, pois não sabiam ainda toldar as canoas; morreram á fome muitos pelo caminho, faltou o milho em toda esta povoação, as gentes vivendo de montaria; não faltava quem dêsse um negro por quatro alqueires de milho para remir as vidas e pelo não ver expirar á fome, que todas as horas se viam ir a enterrar, principalmente dos que de novo chegaram de povoado. Não havendo ainda pescadores, nem o uso de pescar no rio Cuyabá, por acaso algum que o fazia vendia um dourado por quatro ou cinco outavas de ouro. Comprou Joaquim Pinto um jahú no Porto Geral por uma quarta de ouro, fêl-o em postas e veiu vendel-o pelas lavras, em que dobrou a parada. Sabendo-o os deputados confiscaramlhe os bens para pagar o quinto a El-Rei do negocio que havia feito. (Ibidem, p. 51).

Em 1725, devido aos constantes ataques indígenas, foi registrada a dificuldade do transporte de produtos oriundos principalmente de São Paulo, que não eram fabricados no povoado, é relatada também, a escassez dos frutos da terra e seus altos preços:

[...] Chegou podre e conssumida pelo que houve nesta Povoação, falta de tudo, tanto de fora, como de frutos da terra, chegou se a dar por hum frasco de sal 40/8s de ouro, e para Baptizar algum innocente andavão a procurar quem tinha alguma pedra de sal, que remediasse, e por falta della senão Baptizavão alguns.. - Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá 1719 – 1830. (Ibidem, p. 53).

A crise se torna mais severa com o declínio das minas do Cuiabá e das roças que alimentavam a população. Em

1726, registrou-se o aumento dos impostos, mas também doença e fome.

[...] Entrou o Povo com isto a bromar as Minas em consternação sem lavra alguma de conta mais, do que as faisqueiras já exbulhadas; erão tudo mizerias, queixas, e lamentos; a terra falta de mantimentos por faltarem as rossas, que brotavão os milhos espigas sem gram algum, as doenças actuaes, os que escapavão dellas, não escapavão da fome, asim que tudo hera gemer, chorar e morrer. (Ibidem, p. 56).

Em 1733, chega no povoado o sargento-mor Abreu e outros, deixando roças plantadas e “[...] apregoando grandezas das minas com bastantes amostras, que trousserão tiradas já da Chapada de Sam Francisco Xavier que causou grande alvoroso no Povo (Ibidem, p. 63). Em 1734, chegou outra monção ao povoado com cerca de quatrocentos homens e tinham o objetivo de “[...] invadir os Payagoas por ordem de S. Magestade, e do General da Cidade de São Paulo”. Cada homem que se alistava tinha que pagar de acordo com o posto que ocupava, contudo, as roças não podiam ser colhidas até que deixassem o povoado.

[...] e logo lhes faziam pagar o custo dellas, humas a des moedas, outros a oito, e outros atantas dobras, conforme o posto que na patente se declarava, e nesta forma vinhão os pobres homens a dar o dinheiro que tinhão para seos aviamentos pellas patentes e fazer viagem a Divina Providencia: esta foi ajuda de custo, que se lhes deo para a viagem, mandou El Rey fazer a guerra a custa da sua fazenda. Logo nesta chegada quizerão muitas pessoas fazer viagem para Mato Grosso, a colher as rossas que lá havião deixado do anno antecedente, publicouse mando, para que ninguem sahisse do termo da Villa para parte nenhuma antes de sahir a armada debaixo de grandes penas, o que asim se executou, e logo lhes faziam pagar o custo dellas, humas a des moedas, outros a oito, e outros atan-

tas dobras, conforme o posto que na patente se declarava, e nesta forma vinhão os pobres homens a dar o dinheiro que tinham para seos aviamentos pellas patentes e fazer viagem a Divina Providencia: esta foi ajuda de custo, que se lhes deo para a viagem, mandou El Rey fazer a guerra a custa da sua fazenda. Logo nesta chegada quizerão muitas pessoas fazer viagem para Mato Grosso, a colher as rossas que lá havião deixado do anno antecedente, publicouse mando, para que ninguem sahisse do termo da Villa para parte nenhuma antes de sahir a armada debaixo de grandes penas, o que assim se executou. (Ibidem, p. 63).

Corrêa Filho (2002, p. 149) registra que, com o declínio da mineração, no final do século XVIII, Alexandre Rodrigues Ferreira realizou uma excursão científica e concluiu que, entre as causas estava o desvio dos trabalhadores das minas para outras atividades, afirmando que “[...] dos pretos de serviço, uns são destinados a cultura do milho, do arroz e do feijão, outros para o engenho de rapadura, outros para o de cachaça etc.”. Portanto, a diminuição dos trabalhadores dedicados à exploração aurífera interferia na produtividade do minério.

A estratégia de direcionar trabalhadores das minas para o cultivo das roças ocorria, segundo o mesmo autor, para “[...] reduzir as despesas averbadas à conta da subsistência do pessoal, empregando parte dos seus escravos na lavoura, cujos produtos deste modo lhes entravam pelos paióis a preços mais reduzidos (2002, p. 151). Todavia, o regime de trabalho anterior era considerado mais produtivo porque “[...] todos tiravam ouro e dele pagava o mineiro a farinha, feijão, e outros gêneros que compravam aos roceiros” (Ibidem, p. 146).

O fragmento de texto ressalta uma divisão entre as duas categorias de trabalhadores: os mineiros, que se ocupavam da extração do ouro, e os roceiros, que se ocupavam da agricultura como correlato, ambos obtendo lucro nas atividades que exerciam.

Azevedo (2010) pesquisou a área urbana de Cuiabá em 1953 e registrou aspectos relevantes da ruralidade presente naquele momento. Em relação às atividades ocupacionais, 20.252 habitantes exerciam atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes; 1.824 trabalhavam nas indústrias de transformação, sendo que apenas 8.066 trabalhavam na agricultura, pecuária e silvicultura.

Mais de 50% da população do município era analfabeta, condição que predominava na zona rural, com 11.932 analfabetos e 6.089 alfabetizados. Na época, Cuiabá tinha 30.000 habitantes e seu abastecimento era realizado em dois mercados: o Central e o do Peixe. No mercado central eram vendidos cereais, como arroz, feijão, milho e farinha (de milho e de mandioca) que procediam de localidades do próprio município: Machado, Guia, Buritizal, Engenho etc. e dos municípios de Várzea Grande, Santo Antônio de Leverger, Nossa Senhora do Livramento Poconé, Rosário Oeste e Rondonópolis.

As tropas de bois de carga transitavam pelas ruas da cidade e sob o dorso carregavam duas bruacas recobertas de folhas verdes para impedir a saída dos cereais. Os produtos eram vendidos de forma apressada, porque não havia bebedouros para os animais no pátio do mercado central. Registra-se também que, ao lado dos bois de carga, existiam os caminhoneiros que concorriam com eles por transportar grande volume e por cobrar preços menores do que os tropeiros. Destacou ainda Azevedo (2010) que os bois de carga seriam fadados a desaparecer:

Os tropeiros deveriam pagar a administração do mercado um montante de 5% da venda. Um lavrador, possuindo uma plantação de cerca de sete alqueires e sendo auxiliado pelos membros de sua família, pode conseguir um lucro bruto de 20 000 cruzeiros anuais (Ibidem, p. 60).

O autor ressaltou também o papel das comunidades ribeirinhas na segurança alimentar da população urbana de Cuiabá. As hortaliças procediam de áreas situadas a ju-

sante do rio Cuiabá, ou seja, rio abaixo e, em alguns casos, provinham também do montante (rio acima), procedentes das comunidades de Pai André, Pari, São Gonçalo, Bom Sucesso, Sovaco, entre outras: “[...] constituindo verdadeira cultura de vazante, são os meses de inverno (junho e agosto) os de maior produção” (AZEVEDO, 2010, p. 52). A referida produção agrícola era transportada pelo rio Cuiabá e vendida na região do seu Porto.

Dentre os principais fatores de mudanças na pequena produção agropecuária e comércio à partir das décadas de 1940 e 1950 foram as construções das estradas e às políticas federais de ocupação e colonização do Centro-Oeste brasileiro.

Azevedo (2010), registra também que a carne bovina consumida provinha da “própria região cuiabana” (Ibidem, p. 52) e os miúdos, vendidos para população mais pobre, eram transportados em carrinhos conduzidos por vendedores ambulantes. O leite procedia de estabelecimentos denominados localmente de leiterias e eram distribuídos por meninos montados a cavalo. Devido à escassez da produção local, resultado da má qualidade das pastagens, o abastecimento leiteiro era um problema sério para a cidade. O açúcar procedia de Santo Antônio de Leverger, embora também viesse de São Paulo, sendo que os gêneros alimentícios, denominados de “estiva,” vinham também de São Paulo ou de Goiás, pelas rodovias.

As populações ribeirinhas viviam da pesca e da agricultura, e sua produção era comercializada junto ao porto do rio Cuiabá, onde chegavam de madrugada, junto com o peixe. Neste local também era vendida rapadura, lenha e hortaliças procedentes do rio acima e do rio abaixo: tomate, couve, rabanete, feijão-fava, pimentão, quiabo, cebolinha. Tais produtos abasteciam os carrinheiros que, depois, os revendiam:

São cultivadas essas hortaliças, ao mesmo tempo da vasante, entre a margem do rio, marcada por uma espécie de dique marginal, e a baixada que se

lhe segue, antes de alcançar o limite do leito maior. Em retângulos muito bem preparados, as culturas recebem os cuidados desses hortelões, que nada ficam a dever aos portugueses ou japoneses que se dedicam ao mesmo mister nos arredores da capital paulista. No período da enchente (Verão), as terras veem-se invadidas pelas águas e as culturas passam a ocupar os trechos altos, até onde as águas do rio não chegam. Com a descida das águas, as baixadas enriquecidas pelos sedimentos depositados pelo rio passam, de novo, a ser cultivadas. (AZEVEDO, 2010, p. 63).

Os ribeirinhos, em geral, eram proprietários das terras e tinham vida comunitária, uma vez que as propriedades não tinham cerca que as dividissem, viviam com laços de parentesco e afinidade, representando um setor importante para a base econômica do município de Cuiabá e revelando traços culturais peculiares que se mantêm na tradição cuiabana.

III - Pequena produção agropecuária contemporânea

A pequena produção agropecuária de Cuiabá, outrora praticada de forma autônoma pelas comunidades ribeirinhas, está hoje classificada na categoria denominada *Agricultor Familiar* (grifo nosso) conceituado pelo artigo 3º da Lei Federal 11.326, de 24 de julho de 2006:

Considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: o trabalhador rural que atende, ao mesmo tempo, aos seguintes critérios: (I) não detenha área maior do que 04 (quatro) módulos fiscais; (II) utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; (III) tenha percentual mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento, na forma definida pelo Poder Executivo; e

(IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006).

Em Cuiabá, segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária –INCRA, um módulo fiscal equivale a 30 hectares (BRASIL, 2019) portanto, os estabelecimentos de agricultura familiar correspondem a uma área de 120 hectares. As informações sobre as características da pequena produção agrícola familiar são precárias, Rossetto (2015) ressalta que pouco se sabe sobre a base econômica, as relações sociais de produção, a situação fundiária e ambiental, as dificuldades enfrentadas pelos remanescentes de quilombos, por extrativistas, por pequenos agricultores autônomos, por agricultores pescadores profissionais artesanais e assentados pela reforma agrária.

O Programa Nacional de Reforma Agrária e a intensificação dos movimentos sócio territoriais conduziram à redistribuição de terras através da criação dos assentamentos rurais, onde se concentra a pequena produção agropecuária. No município de Cuiabá se localizam cinco assentamentos da reforma agrária geridos pelo Instituto de Terras de Mato Grosso – INTERMAT (Tabela 1).

Tabela 01 - Assentamentos geridos pelo Instituto de Terras de Mato Grosso -INTERMAT localizados no Município de Cuiabá

Nome do assentamento	Nº de Lotes	Titulação
PE Serra das Laranjeiras	22	Não
PE Pai Joaquim	99	Não
PE Pedra Noventa	477	Parcial
PE Tucum	81	Parcial
PE Conquista	25	Não
TOTAL	704	-

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar -SEAF/MT. (MATO GROSSO, 2016).

Não existem assentamentos de Reforma Agrária geridos pelo INCRA no município de Cuiabá, contudo, registram-se

assentamentos administrados pelo município e nas modalidades Projeto Casulo, Banco da Terra e Crédito Fundiário, totalizando 1.002 lotes de assentados, que constam na Relação dos Beneficiários da Reforma Agrária – RB.

Tab. 02 - Total de Assentamentos/Projetos e lotes registrados na Relação de Beneficiários da Reforma Agrária - RB - Município de Cuiabá-MT

Descrição	Total de projetos	Total de lotes em RB
Nº de assentamentos do INCRA (federal)	0	0
Nº de assentamentos do INTERMAT (estadual)	5	704
Nº de Projetos Casulo (assentamento municipal)	1	35
Nº de Projetos Banco da Terra	1	169
Nº de Projetos de Crédito Fundiário (PNCF)	7	94
Total	14	1002

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar -SEAF/MT. (MATO GROSSO, 2016).

Na modalidade de Projeto de Reforma Agrária, o Projeto Casulo-PCA foi criado pelo INCRA e se desenvolveu em parceria com as prefeituras municipais, por meio da obtenção de imóveis com capacidade para abrigar acima de 15 (quinze) famílias, no formato de lotes individuais rurais que obedecessem a fração mínima do parcelamento de até 4 (quatro) módulos fiscais referentes ao município de localização. Tal modalidade visou o desenvolvimento de atividades agroecológicas, com exploração de produtos hortigranjeiros, frutigranjeiros, floricultura com utilização de tecnologia social para agricultura familiar.

Camargo, Mussoi e Cazella (2005) analisam as modalidades Banco da Terra e do Crédito Fundiário, registrando que o Banco da Terra teve seu funcionamento iniciado em 1998, porém, suspenso em 2003. Seu objetivo principal foi o de fornecer créditos para o agricultor adquirir terras e investir em infraestrutura básica. Poderiam ser beneficiados os trabalhadores rurais não proprietários e com, no mínimo,

5 anos de experiência na atividade rural, bem como proprietários cuja área não alcançasse a dimensão da propriedade familiar. Os proponentes deveriam possuir 80% da renda bruta familiar provinda das atividades agropecuárias e não poderiam ter restrições cadastrais junto ao agente financeiro. Após receber o financiamento, o beneficiário teria até 20 anos para saldar sua dívida, incluídos três anos de carência, com juros que variavam de 6 a 10% ao ano.

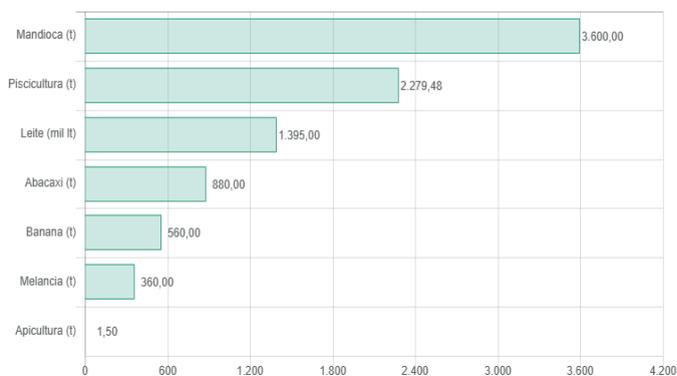
O Programa de Crédito Fundiário é semelhante ao Banco da Terra, e dentre as características homogêneas destacam-se: o prazo do financiamento, que também era de 20 anos, com três de carência, sendo o limite de crédito de 40 mil reais, devendo a propriedade continuar sendo garantia. No que concerne às condições de financiamento, os autores ressaltam que há uma significativa diferença, uma vez que, enquanto no Banco da Terra o agricultor arcava com todas as despesas, no Crédito Fundiário os recursos para implantação da infraestrutura e dos projetos produtivos (habitação, energia, rede de água, perfuração de poços, assistência técnica, financiamento para implantação inicial da atividade rural a ser explorada, bem como a manutenção da família durante os primeiros seis meses do projeto, entre outros) não eram reembolsáveis.

As diferentes denominações de assentamentos rurais são apenas estratégias utilizadas pela política nacional de reestruturação e regularização fundiária. Nos assentamentos rurais, a pequena produção agropecuária se desenvolve mediante incentivos determinados pela Política Nacional da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006).

Em relação à produção agropecuária, a Figura 1 demonstra que a mandioca, a piscicultura e a produção leiteira são as principais atividades que caracterizam a economia

da agricultura familiar contemporânea no município de Cuiabá.

Figura 01 - Agricultura Familiar - Produtos e volume total da produção - Cuiabá /MT - 2015



Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar -SEAF/MT. (MATO GROSSO, 2016).

Atualmente, a população denominada “ribeirinha” por Azevedo (2010) em 1950, integra as comunidades tradicionais do município de Cuiabá, conceituados pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais enquanto:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007, p. 1).

A Comunidade Tradicional de São Gonçalo Beira Rio foi fundada no século XVIII e está até hoje localizada na margem esquerda do rio Cuiabá, próxima à barra do rio Coxipó, no Distrito do Coxipó da Ponte. Sua pequena produção agropecuária pode ser registrada pela presença de pequenas hortas e criação de galinhas, entretanto, a principal atividade econômica é a pesca profissional artesanal

e a atividade de extrativismo da argila acumulada às margens do rio Cuiabá e nas várzeas, que é transformada em cerâmicas, confeccionadas principalmente por mulheres.

Segundo Romancini (1994; 2005), a comunidade São Gonçalo Beira Rio mantém intensas atividades culturais, dentre elas a cerâmica artesanal e os instrumentos musicais: viola de cocho, tamborim ou mocho e o ganzá, que acompanham as danças do siriri, cururu e de São Gonçalo.

Santos *et. al.* (2015, p. 10) pesquisaram os quintais da referida comunidade, visando identificar as principais espécies cultivadas e concluíram que:

[...] o estrato arbóreo dos quintais locais é representado por árvores como a mangueira (*Mangifera indica* L.), o gonçaleiro (*Astronium fraxinifolium* Schott) e a seriguela (*Spondias purpurea* L.) entre outras. No estrato arbustivo, estão presentes a laranjeira (*Citrus aurantium* L.), o limoeiro (*Citrus limonum* L.) e a acerola (*Malpighia glabra* L.). O estrato herbáceo é representado, sobretudo, por hortaliças como o coentro (*Cichorium endivia* L.), a salsa (*Petroselinum sativum* Hoffm.) e a cebolinha (*Allium fistulosum* L.). [...] Na comunidade São Gonçalo Beira Rio foram observadas espécies com diversificação de usos, sendo distribuídas nas diferentes etnocategorias de usos, como, alimentícias, medicinais, ornamentais, proteção, madeireiro e sombreamento. As três principais foram: alimentação humana, com 31,25% das citações, seguida da medicinal, com 30,11% e da ornamental, com 29%.

O conhecimento tradicional sobre o uso das plantas é amplo e transmitido entre as gerações, sendo que a utilização das plantas como remédio resultam no alívio para afecções que se manifestam no cotidiano das comunidades. Os resultados da referida pesquisa permite concluir que as espécies cultivadas nos quintais produtivos são direcionadas para subsistência, uso medicinal e embelezamento das moradias, não havendo preocupação com a comercialização.

O Distrito de Nossa Senhora da Guia é uma comunidade tradicional localizada cerca de 30 quilômetros de Cuiabá, cuja origem remonta ao período da mineração, século XVIII, quando alguns mineradores formaram um pequeno povoado que sobrevivia da extração aurífera. Segundo Alencastro (1993), a comunidade se destacou por muito tempo como um dos celeiros de mercadorias que mantinham a capital por meio de “[...] plantações de cana-de-açúcar, de onde se tirava o melhor açúcar do Império, além das culturas de mandioca, milho, algodão fiado, e tecido nos próprios sítios, e, até mesmo, do fumo [...]” (ALENCASTRO, 1993, p. 34).

Atualmente, as plantações de cana e mandioca fornecem matéria-prima para a produção de rapadura e de farinha de mandioca, comercializadas nas feiras de Cuiabá. Pesquisa realizada por Bertoldo (2012) registra a presença da pecuária bovina em pequeno porte, destinada à subsistência e, também, a presença da grande propriedade pecuarista que emprega mão de obra local. Através de depoimentos da população, a autora registra a presença de uma mineradora que impede o exercício do garimpo em pequena escala, de forma autônoma, e de propriedade privada que limita a área destinada a roças e ao próprio garimpo.

Também no grupo das comunidades tradicionais destacam-se as remanescentes de quilombos, denominadas Aguassú, Coxipó-Açú e São Geronimo (Quadro 1).

Quadro 01 - Total de Comunidades Quilombolas e condição legal dos Territórios - Município de Cuiabá-MT.

Comunidade Quilombola	Certificada pela Fundação Palmares	Território Quilombola regularizado
Aguassú	Sim	Não
Coxipó-Açú	Sim	Não
São Gerônimo	Sim	Não

Fonte: Secretaria de Estado da Agricultura Familiar -SEAF/MT. (MATO GROSSO, 2016).

O Decreto 4.887, de 20 de novembro de 2003 (BRASIL, 2003), regulamenta os procedimentos necessários à “[...] identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos” (BRASIL, 2003) de que trata a Constituição Brasileira de 1988, legitimando o direito de as terras de quilombos serem reivindicadas juridicamente, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL, 1988). Todavia, a leitura do quadro revela que todas as comunidades quilombolas localizadas no município de Cuiabá são certificadas pela Fundação Cultural Palmares, embora, nenhuma esteja regularizada enquanto território quilombola.

As características da pequena produção agrícola contemporânea revelam sua institucionalização através de normativas legais, porém, tais prerrogativas pouco contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos diferentes atores sociais, que são, de certa forma, invisíveis para o Estado porque há fragilidade de informações e precariedade de políticas públicas voltadas para as suas necessidades.

IV - Considerações Finais

Em trezentos anos de formação territorial, o município de Cuiabá revela em sua paisagem diferentes momentos históricos, onde aspectos do novo e do velho se confundem, apresentando diversas ruralidades através das comunidades tradicionais, dos remanescentes de quilombos e dos agricultores familiares.

Tais grupos têm como característica a resiliência, pois resistiram ao longo do tempo, adotando novas roupagens e buscando manter alguns aspectos do seu modo de vida, cultura material e imaterial, aceitando as inovações e adaptando-se às exigências da modernidade, contudo, perderam a autonomia na decisão do seu próprio destino pois, encontram-se cada vez mais dependentes do mercado capitalista. A indústria doméstica, onde os saberes eram passados entre

as gerações, é quase inexistente, tal fato contribui sobremaneira, para o esquecimento dos elementos culturais.

Da mesma forma, as relações de solidariedade e compadrio, baseadas na confiança onde a terra era utilizada de forma coletiva não mais integram a agricultura familiar. A cada dia, a grande propriedade ou empresa, contribui para a subordinação dos agricultores familiares, integrando-os ao mundo globalizado, quiçá, tenhamos ainda daqui a trezentos anos, reminiscências das comunidades tradicionais, das comunidades quilombolas e da agricultura familiar camponesa.

Referências

ALENCASTRO, Aníbal. *Freguezia de Nossa Senhora da Guia*. Várzea Grande/MT: Fundação Júlio Campos, 1993.

AZEVEDO, Aroldo. *Cuiabá: Estudo de Geografia Urbana*. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2010 (Publicações Avulsas n.73).

BERTOLDO, Sandra Regina Franciscatto. *Investigação dialetológica no distrito Nossa Senhora da Guia: análise semântico-lexical de bamburro, tacuru e bateia*. 2012. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

BRASIL. *Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm. Acesso em maio, 2019.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA -INCRA. *Tabela de Módulos Fiscais em Mato Grosso*. Disponível em: <http://sistemafamato.org.br/portal/famato/arquivos/planilha-de-modulos-fiscais-em-MT.pdf>. Acesso em maio,2019

BRASIL. *Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acesso em maio,2019

BRASIL. *Decreto 4.887 de 20 de novembro de 2003*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em maio,2019

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em fevereiro, 2019.

CAMARGO, Lidiane; MUSSOI, Eros Marion; CAZELLA, Ademir Antônio. *Banco da Terra e Crédito Fundiário: entre o passado e o futuro*. XLIII CONGRESSO DA SOBER “Instituições, Eficiência, Gestão e Contratos no Sistema Agroindustrial”. Disponível em: <http://sober.org.br/palestra/2/555.pdf>. Acesso em junho, 2019.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *Monografias Cuiabanas*. Cuiabá. Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, 2002. (Publicações Avulsas, n. 59).

SANTOS Mamede *et al.* Os Quintais e as Manifestações Culturais da Comunidade São Gonçalo Beira Rio, Cuiabá-MT. *Biodiversidade*, 14(1), 2015

SUZUKI, Yumiko Takamoto. *Annaes do Sennado da Camara do Cuiabá: 1719-1830*. [Transcrição e organização]. Cuiabá, MT: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

MATO GROSSO. *Agricultura Familiar –SEAF/MT*. 2016.

Disponível em: <https://agriculturafamiliarmt.firebaseio.com/#plataforma>. Acesso em: 20 de junho, 2019

OLIVEIRA, Tiago Kramer de. A paisagem do Pantanal e a ruralidade nas minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII). São Paulo. *Revista de História*, n. 164, p. 161-194, 2011.

ROMANCINI, Sônia Regina. *Educação Ambiental – Cultura Popular*. (Monografia de Especialização). Cuiabá: IE – UFMT, 1994.

ROMANCINI, Sônia Regina. Paisagem e simbolismo no Arraial Pioneiro São Gonçalo em Cuiabá/MT. Rio de Janeiro. *Espaço e Cultura*, n. 19-20, p. 81-87, 2005.

ROSSETTO, Onelia Carmem. Faces da Agricultura Familiar Camponesa nas Microrregiões do Alto Pantanal e Tangará da Serra - Mato Grosso – Brasil. In: ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; SILVA, Tania Paula da. (Orgs.) *Repercussões territoriais do desenvolvimento desigual-combinado e contraditório em Mato Grosso*. Campo Grande, MS: EdUFMS, 2015.

Dante Martins de Oliveira: trajetória política

Dante Martins de Oliveira: political trajectory

Neila Barreto¹

Resumo: Dante de Oliveira, que já usara banquinhos de madeira para fazer pequenos comícios na área central de Cuiabá, partiu de Vereador a Ministro do Brasil. Obstinado, surpreendeu até os mais velhos, passando os dois primeiros meses do seu primeiro mandato colhendo assinaturas para respaldar a sua emenda: “Diretas Já”. E viu que podia mesmo, sendo um guri. Foi o facho de luz que iluminou a consciência nacional, alargando os caminhos que propiciaram a engenharia política na história do Estado de Mato Grosso. É isso que você vai apreciar neste texto.

Palavras-Chave: Dante Martins de Oliveira. Diretas já. Política. Mato Grosso. Brasil.

Abstract: Dante de Oliveira, who has already used wood stools to make small political meetings in the central area of Cuiabá, was from city councilor to minister of Brasil. Obstinate, he surprised even the oldests, going through the first 2 months of his mandate getting signatures to back up his emendment: “Diretas Já”. And he realized that he could do it, although he was very Young. He was the light beam that illuminated the nacional consciousness, enlarging the paths that propitiated the political engineering in the history of the state of Mato Grosso. And that’s what you are going to appreciate in this text;

Keywords: Dante Martins de Oliveira. Direct Already. Politics. Mato Grosso. Brasil.

¹ Neila Maria Souza Barreto é professora, jornalista e historiadora. Membro efetivo do IHGMT desde 2016. E-mail: neila.barreto@hotmail.com

CARTA DE DANTE DE OLIVEIRA À NAÇÃO NO MOMENTO DA ABERTURA
POLÍTICA (maio/1985)

Cuiabá, Maio de 1985

Conterrâneos,

O Brasil está mudando.
Depois de 20 anos de prefeito monca-
dos, as Capitais vão eleger o seu prefeito.

Directamente, pelo voto.
Esta conquista foi possível graças a
mobilizações de todo o país em torno de uma
só bandeira: DEMOCRACIA

Quem não ouvir a ressonância do grito
"Diretas-Já" em todas as praças deste país?

Um grito que por circunstâncias conhecidas
se transformou em Tancredo-Já e Mude Brasil.

Hoje, assistimos a concretização do ideal
do povo em mudar o Brasil. Essa mudança
confeccionou aqui, com a emenda DANTE DE OLIVEIRA

Conterrâneos,

Cuiabá também quer mudar. É para isso
que sou candidato a Prefeito.

Acredito que é urgente administrar Cuiabá
garantindo uma forte e efetiva participação popu-
lar, de todos os seus segmentos sociais.

É preciso abrir espaços democráticos para que
o povo, que melhor conhece seus problemas, apou-
te as soluções.

Três pontos coletivos, segurança, saúde, esco-
la, educação, abastecimento são a água, luz, asfalto,
são necessidades básicas da nossa Cuiabá.

O apoio popular, o respeito político, um
plano condutor para reivindicar na área
federal os recursos necessários para atender a estas

e outras tantas felicidades.
Eu, sinto para mim. Meu compromisso
é com este Brasil que está mudando.
Vamos mudar Curitiba. Fale-se a esta
hora através do nosso partido, o PMDB. Escolha,
pelo voto direto, o Prefeito desta Capital.
A minha luta é a sua luta. Meu
compromisso será sempre o mesmo, com a Democra-
cia com a liberdade e com a Justiça Social.
Quero somar a minha voz à sua voz;
DANTE - JA'
Vamos governar juntos.
Abraços

Dante Oliveira

O rei está morto, viva o rei!
Jacques-Bénigne Bossuet (1704)

Dante Martins de Oliveira nasceu em Cuiabá, no dia 6 de fevereiro de 1952. Filho de Sebastião de Oliveira (doutor Paraná) e Maria Benedita Martins de Oliveira. Esposo da deputada federal Thelma Figueiredo de Oliveira e irmão de Bernardo, Yolanda, Armando, Lúcia, Inês e Eneida. Tio de dezenas de sobrinhos. Possuía centenas de primos e milhares de amigos e admiradores.

D. Maria Benedita Martins de Oliveira (mãe de Dante de Oliveira)



Foto: <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/cidades/dona-maria-relembra-tempo-em-que-pessoas-conversavam-nas-praas/567606>

Sebastião de Oliveira (pai de Dante de Oliveira)



Foto: Diário de Cuiabá. Arquivo/DC.

Graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (1970-1976). Foi engenheiro civil e político brasileiro do Estado de Mato Grosso, e ficou nacionalmente conhecido pela autoria da proposta de Emenda Constitucional nº 5, de 2 de março de 1983, pelas eleições diretas para presidente da República, num movimento que resultou na campanha das *Diretas Já*: “[...] a emenda Dante de Oliveira foi o facho de luz que iluminou a consciência nacional, alargando os caminhos que propiciaram a engenharia política que, em 1989, elegeu pelo voto direto o primeiro presidente após o ciclo militar”.²

Rames Tebet (2006) lembra que Dante de Oliveira era um jovem parlamentar quando construiu a sua emenda, resgatando o sufrágio universal no pleito presidencial, estava imbuído de ideal democrático revigorado por partidos fortes e doutrinários, relações respeitadas entre os poderes, forças políticas integradas ao espírito partidário e políticas públicas ajustadas ao bem comum.

Ainda na Universidade, tornou-se militante do MR-8 (Movimento Revolucionário Oito de Outubro), quando já havia optado pela via política ao invés da luta armada contra o Regime Militar de 1964, e a seguir ingressou no MDB – Movimento Democrático Brasileiro. De volta a Mato Grosso, seu estado natal, disputou sua primeira eleição quando postulou ser vereador por Cuiabá, em 1976, perdendo a eleição.

Sobre esta eleição, Dr. Paraná deixou o seguinte depoimento (2000)³:

[...] estava nos meus planos voltar à carreira política [...] filiei-me na ARENA – Aliança Renovadora Nacional... Aí veio o Dante, do Rio de Janeiro. Para não me opor ao meu filho, afastei-me da vida pública...

2 TEBET, Ramez. Sonhos feitos e desfeitos. Senador, PMDB-MS. TEBET, Ramez. Sonhos feitos e desfeitos. Senador-PMDB-MS. Foi presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Brasília, 2006.

3 Entrevista do Dr. Paraná (Sebastião Oliveira) ao *Diário de Cuiabá On Line*. Edição 05/11/2000, Caderno cidades, Edição 9772. Cuiabá-MT.

prevaleceu o sentimento paterno: é uma norma, acredito os pais abdicarem dos seus planos por causa dos filhos. Hoje, vejo que andei certo. [...] Dante puxou o meu amor pela política e tem a virtude de pensar mais no interesse do povo do que no dele próprio. Ele é exageradamente político [...]

Refeito da derrota de 1978, e agora com a ajuda da família, Dante Martins de Oliveira foi eleito deputado estadual, em 1978, pelo MDB – Movimento Democrático Brasileiro, formando a bancada oposicionista ao governador Frederico Campos (1979-1983), juntamente com Roberto Cruz, Isaias Rezende, Jalves de Laet, João Torres, Márcio Lacerda e Paulo Nogueira e, com a extinção do bipartidarismo, filiou-se ao PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, sendo eleito deputado federal em 1982. Naquele mesmo ano, Dante de Oliveira formalizou a sua saída do MR-8, em virtude de divergências políticas⁴.

Assumiu o mandato federal em 1º de fevereiro de 1983, onde foi membro titular da Comissão do Interior e suplente da Agricultura e Política Rural, apresentando, em 1983, uma emenda restabelecendo eleições diretas para presidente, pleito que se realizaria em 15 de novembro de 1984, onde ele próprio deixou como testemunho⁵:

Quando resolvi apresentar o projeto, fui ao Prodasen, no início de janeiro de 1983. Perguntei quantas emendas havia sobre eleições diretas. O funcionário me disse: “não tem nada”. A partir daí eu corri para conseguir as assinaturas.... Pedi até assinatura de deputado que eu não conhecia de senador.... Eu não conhecia ninguém! Por que eu corri tanto? Por que tinha consciência de que um projeto restabelecendo as eleições diretas, na sucessão de João Baptista Figueiredo, iria ser muito discutido. Mas eu jamais pensei que iria tomar o volume que tomou. Ninguém imaginou...

4 www.cpdoc.fgv.br

5 Depoimento de Dante de Oliveira ao jornalista Maurício Puls, do Jornal *A Folha de São Paulo*.

A emenda das Diretas foi apresentada por Dante em 2 de março de 1984. Logo no mesmo dia o deputado Domingos Leonelli defendeu a ideia e a apresentou à bancada, com as bênçãos do deputado Ulisses Guimarães. Até aquele momento, ela não havia chegado às ruas.

Dante de Oliveira ao lado de Ulisses Guimarães



Foto: Câmara Federal - Brasília

Também em março de 1984, num domingo de manhã, Dante se reuniu com João Herman, Domingos Leonelli e Tancredo Neves, no Hotel Nacional e lá ouviu de Tancredo o seguinte “[...] a pressão que os militares vêm fazendo.... Você nem imagina. É monstruosa. Monstruosa! É muito difícil a emenda passar. Mas vamos continuar tocando a campanha. Mas vai ser difícil”.

A ideia de apresentar uma emenda constitucional que levou seu nome, propunha o restabelecimento da eleição direta para presidente da República - não é uma atitude que se possa creditar exclusivamente a Dante de Oliveira. A ideia de Dante, sobretudo com o cunho jurídico e a redação de Dr. Paraná, ganhou projeção nacional, dando a Dante de

Oliveira visibilidade nacional, e transformando-se em uma das maiores mobilizações populares da história do Brasil, o que se deu no ano de 1984, apesar de o presidente Tancredo Neves (1910-1985) já prever que o projeto seria rejeitado por pressões dos militares.

Movimento das Diretas Já em frente à Catedral da Sé, São Paulo-SP



Foto: Criador: Oswaldo Palermo. Informações extraídas do IPTC Photo Metadata

Entretanto, sua iniciativa ganhou repercussão por ter sido a primeira a não ficar restrita às paredes do Congresso Nacional, ganhando as ruas num momento em que as manifestações, pedindo a volta das eleições diretas, se multiplicavam pelo País, a começar pelo município pernambucano de Abreu e Lima, em 31 de março de 1983. Isso resultou num movimento que dominaria a cena política nacional nos meses seguintes, unificando as forças da sociedade

civil, dos partidos de oposição e atraindo também os dissidentes governistas para o movimento “Diretas Já”. Apesar da pressão da sociedade civil, a emenda constitucional foi rejeitada em plenário, dia 25 de abril de 1984⁶.

Dante no movimento “Diretas Já”



Foto: <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/dez-anos-sem-dante-deputado-destaca-trajetoria-do-autor-das-diretas-ja/visualizar> e Arquivo de D. Maria de Oliveira.

Dante de Oliveira, que já usara banquinhos de madeira para fazer pequenos comícios na área central de Cuiabá, finalmente conseguiu chegar à Câmara e, ali, ousou querer mudar as regras pré-estabelecidas. Teve a audácia de acreditar que podia. Obstinado, surpreendeu até os mais velhos, passando os dois primeiros meses do seu primeiro mandato colhendo assinaturas para respaldar a sua emen-

6 <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/93436-DECADA-DE-80-AS-DIRETAS-JA.html>

da. E viu que podia mesmo, sendo “um guri como eu”, como disse anos depois⁷.

A vitória de Dante de Oliveira como deputado federal se deu justamente um ano após a divisão do estado de Mato Grosso (1978), cujo assunto Aecim Tocantins lembrou:

*Seis meses depois, nós começávamos a verificar que foi boa a emancipação. Porque, entenda o seguinte, não foi só Campo Grande que se emancipou: nós também nos emancipamos, porque o nosso compromisso era muito grande para manter aquilo tudo, a máquina administrativa etc.*⁸

Dante no Plenário da Câmara Federal - Brasília. 1985



Foto: <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/dez-anos-sem-dante-deputado-destaca-trajetoria-do-autor-das-diretas-ja/visualizar>

7 Oliveira, Dante de, 1952–2006. Dante do Oliveira / ensaio biográfico e seleção de discursos: Paulo Kramer [recurso eletrônico]. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.264 p.

8 NEVES. Maria Manuela Renha Novis. Relatos Políticos. Resgate da Memória Política de Mato Grosso. Rio de Janeiro. Mariela Editora. 2001. P. 37.

Em 1985, Dante deixou a Câmara dos Deputados para concorrer, pela primeira vez, à Prefeitura Municipal de Cuiabá, sendo eleito com 71% dos votos, em 1986. Em sua luta pela eleição, Dante de Oliveira percorreu os bairros cuiabanos, reunindo o povo e, era comum sempre repetir o seguinte discurso:⁹

[...] depois de 21 anos de arbítrio, Cuiabá volta a realizar eleições para eleger o seu prefeito, prova de que as mudanças de fato começaram. O regime democrático que conquistamos no país possibilitará, num processo natural, a transformação de todos os aspectos da vida nacional, inclusive aqueles de natureza econômico-social responsáveis pela pauperização de maioria dos brasileiros, herança macabra da ditadura. [...]. Entendemos que o principal ator do progresso social das mudanças é o povo...Trabalhando ao lado do povo, elegendo como ponto básico da administração pública a participação popular, administrarei Cuiabá em ritmo de campanha, em ritmo de Diretas Já, em ritmo de Cuiabá democrática [...].

Dante recebendo os cururueiros, no Palácio Paiguás



Foto: SECOM-MT

9 Folheto distribuído à população por ocasião de sua campanha eleitoral para prefeito de Cuiabá.

Sobre a realidade estadual e as novas lideranças no processo de mudança política, no ano de 1986, o Dr. Paraná, Sebastião de Oliveira, costumava dizer: “*Bom, com certeza vem gente nova*”. Com certeza, essa “gente nova” era uma referência a Dante de Oliveira, seu filho, eleito prefeito de Cuiabá naquele mesmo ano. Ainda sobre o mesmo assunto, continuou “[...] E tem muita gente de fora que não votava e que vai votar agora”. Dante de Oliveira governou Cuiabá de 01/01/1986 a 28/05/1986, e de 04/06/1987 a 01/01/1989.

Dante foi convocado, pelo presidente José Sarney (1985-1990), a assumir o Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, cargo que exerceu por um ano, de maio de 1986 a maio de 1987, em Brasília-DF.

Nas eleições de 1990, Dante de Oliveira foi candidato a deputado federal pela coligação da Frente Popular (PDT, PMDB, PT, PSB, PCB, PC do B), tendo sido o mais votado de Mato Grosso, com 49.889 votos, e o oitavo legislador federal mais votado proporcionalmente no País. No entanto, acabou não tomando posse devido não ter atingido o coeficiente eleitoral, que deveria ser de 90 mil votos, isto é, pela somatória dos votos de legenda do partido.

Essa liderança, porém, foi reafirmada em 1992, quando se elegeu prefeito de Cuiabá, pelo PDT – Partido Democrático Trabalhista, com 72,49% dos votos (01/01/1993 a 03/03/1994), pela segunda vez, proporcionalmente, a segunda maior votação das capitais do país. Fazendo uma administração popular e firmando parceria com a sociedade e a iniciativa privada, tornou-se o prefeito mais popular do país, conforme apontaram, à época, os institutos de pesquisa.

Dante no ato de reconhecimento de Mata Cavaló - Nossa Senhora do Livramento-MT



Foto: Foto divulgação. Secom.MT

A Prefeitura Municipal de Cuiabá o credenciou a concorrer ao Governo do Estado de Mato Grosso, sendo eleito, pela primeira vez, de 1994 a 1998, pelo PDT, PMDB, PT, PSDB, PV, PC do B, PMN, PSC e outros, uma frente de 10 partidos de esquerda e centro esquerdos, tendo obtido 72,5 dos votos. Entre 1998 e 2002, Dante de Oliveira foi reeleito governador pelo PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira, ainda no primeiro turno, com 54% dos votos.

Foi membro da Comissão Executiva Nacional do PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro, da Comissão Executiva Nacional do PSDB, vice-presidente Nacional do PSDB (2003/2005), presidente estadual do PSDB (período 2002 a 2003) e reeleito para um novo período (2003/2005), além de ter sido Vogal da Executiva Nacional do PSDB (2005/2007).

Sobre seu filho, Dante Martins de Oliveira (1991-2002) como governador do Estado de Mato Grosso, assim o definiu seu pai, Sebastião de Oliveira:

Eu acho que naturalmente ele era político, um político apaixonado, naturalmente... ele tem uma herança paterna, sendo assim ele podia estilizar. Achei que a minha obrigação era incentivá-lo. Achei que estava no momento de sair praticamente da arena política para dar lugar a ele, e fiz isso com muita felicidade, porque tal a vocação dele para a política e ele teve progresso extraordinário. Mato Grosso deve muito hoje a ele, a Dante.¹⁰

Mas, sua grandeza não se restringiu ao nosso imenso Mato Grosso, em absolutamente todos os sentidos, pois o ‘Senhor das DIRETAS JÁ’ embalou a Nação brasileira na maior das mobilizações sociais da história, ao lado de líderes igualmente épicos, como Tancredo Neves, Ulisses Guimarães, Teotônio Vilela e outros.

Segundo Ramez Tebet (2006), diz um ditado chinês que “[...] uma longa viagem de mil milhas se inicia com o movimento de um pé”. Dante de Oliveira, com sua emenda das “Diretas Já”, abriu a longa viagem do Brasil na direção do futuro democrático. Partiu sem ver o final da jornada.

Para sua esposa, a Deputada Federal Telma Figueiredo de Oliveira, Dante de Oliveira foi um grande visionário. Sempre procurou olhar o mundo como um futurista, um dos traços mais fortes de seus projetos políticos. Seu grande sonho era tornar Mato Grosso um dos maiores estados em importância econômica para o mundo e para isso montou uma estratégia de mostrar os potenciais mato-grossenses para o mundo. Sua apresentação sobre os potenciais do estado de Mato Grosso tivera o objetivo claro de atrair novos investidores para o Estado.

Aqui, a história da sua peregrinação é contada pelo próprio Dante Martins de Oliveira¹¹:

10 Entrevista do Dr. Paraná (Sebastião Oliveira) ao *Diário de Cuiabá On Line*. Edição 05/11/2000, Caderno cidades, Edição 9772. Cuiabá-MT.

11 Discurso apresentado no Congresso do Tribunal de Contas em Cuiabá. Cuiabá. MT

O Estado de Mato Grosso é um estado territorialmente de 906 mil Km². Possui três ecossistemas distintos dentro do seu território. Ao Norte; 52% do território que é a nossa porção amazônica. Temos o cerrado, que representa 41/42% também do território; e outra, de 6 a 7%, é a área que é abrangida pelo Pantanal e que forma com o Pantanal de Mato Grosso do Sul, a maior área úmida contínua de água doce do Planeta. Pode dar perto de 200 mil Km² de uma enorme planície sem praticamente o mínimo de declividade, e que por isso as águas sobem e descem todo ano, e fazem com que essas riquezas orgânicas irriguem o território do Pantanal mato-grossense.

É um território que, como eu já disse, também é o centro da América do Sul. Mato Grosso está a dois mil quilômetros do Oceano Atlântico, como está também a dois mil quilômetros, do Oceano Pacífico. Nós temos algumas peculiaridades muito fortes, que transformam a nossa agricultura numa agricultura altamente competitiva. Primeiro, temos chuva regular: é de outubro a abril. Não temos nem geada; frio aqui, quando faz, dez ou onze graus, durante dois ou três dias, e as famílias têm que correr no baú e procurar aonde é que está o tal do paletó mais pesado, porque ninguém usa. Nós também temos algo que eu considero extremamente importante: a característica do nosso cerrado. É que você tem uma boa parte desse cerrado em altitudes boas para a agricultura da ordem de quatrocentos, quinhentos metros de altitude; este cerrado é plano, portanto com condições muito excepcionais para a mecanização agrícola, e nós temos o que é mais importante: além da chuva regular, e além de não ter geada, temos a insolação permanente. Este sol permanece praticamente 365 dias, e dá a diferença de qualidade e produtividade aos nossos produtos agrícolas.

Nós, quando assumimos o Governo em 1994, recebemos um Estado bastante complicado do ponto de vista fiscal. Para cada R\$ 1,00 (um real) arrecadado,

nós tínhamos 3,4 reais de dívida. Este era o primeiro desafio enorme nosso. Mato Grosso era a segunda maior dívida proporcional do Brasil, só perdíamos em proporção para a dívida de Goiás. Tínhamos 3,2 folhas de salários em atraso, um comprometimento de pessoal, em relação à receita, que girava em torno de 84%. Também tínhamos determinados meses que comprometíamos com o pagamento de outras dívidas, algo em torno de 46% da nossa receita. Com esses números, dá para os senhores imaginarem o que era o nosso desafio. Eu costumo dizer sempre que há aquele velho ditado popular que se costuma dizer, quando você está em dificuldades: “Não há luz no fim do túnel”.

No início do meu governo, eu não via nem túnel, quanto mais luz. Não sabia como íamos atravessar, porque era uma dificuldade enorme. E qual era o grande problema diferencial do início do meu governo para outros governos do passado? É que o início do meu governo coincidia com o início do governo Fernando Henrique e ele vinha do Ministério da Fazenda. Lançou o Plano Real e queria que todos comessem a pagar as suas contas. Só que não havia um projeto planejado, organizado por parte do Governo Federal, para incorporar os Estados no grande projeto nacional de ajuste fiscal e isso levou um ano e meio de luta nossa para sensibilizar o Governo Federal a lançar um programa que pudesse incorporar os governos estaduais no programa de ajuste, somente para aqueles estados que queria fazer ajuste, como era o nosso caso.

Nós tínhamos, em 1995, quando assumimos, oito empresas públicas. Nós tínhamos mais de dez anos e nos últimos dez anos, fazendo um corte de 1996 para trás, não tínhamos superávit primário. Era constante déficit primário que o Estado de Mato Grosso tinha. A partir de um grande programa que nós fizemos de ajuste, procuramos desligar mais ou menos dez a onze mil servidores, que estavam

no serviço público sem concurso e que o Tribunal de Contas vinha cobrando dos governantes, desde a Constituinte de 1988, que colocassem ordem nisso, que não poderiam conviver com esses funcionários sem concursos públicos. Sobrou para o meu governo fazer esse ajuste e fiz, com enormes dores, mas eu fiz um corte desses dez mil e tantos servidores, que foram desligados. Nós partimos para um programa de extinção de empresas que não cabiam mais no modelo de Estado que nós tínhamos desenhado para Mato Grosso.

Então extinguímos empresas como a Companhia de Desenvolvimento de Mato Grosso, que não tinha mais papel nenhum nos projetos de desenvolvimento do Estado, nós extinguímos a COHAB – Companhia de Habitação do Estado de Mato Grosso, que era uma empresa grande, uma empresa com mais de duzentos funcionários, com salários razoáveis e que não tinha mais programas de habitação como havia no passado os antigos fundos de financiamento do BNH – Banco Nacional de Habitação. Então, era uma empresa que não tinha muita função mais. Extinguímos a COHAB; extinguímos a CASEMAT - Companhia de Armazenamento de Silos de Mato Grosso, que também não tinha mais papel nenhum; privatizamos as Centrais Elétricas de Mato Grosso - CEMAT, que foi um grande projeto que nós realizamos para atrair o capital privado, para o nosso maior que Mato Grosso tinha que era a questão energética, que daqui a pouco eu vou abordar. Nós resolvemos também partir para um programa de municipalização do saneamento básico do Estado de Mato Grosso e partimos para extinguir a SANE-MAT – Companhia de Saneamento do Estado de Mato Grosso, essa empresa de saneamento estadual e transferir, como manda a Constituição brasileira, para o município, os serviços de água e esgoto. Hoje, praticamente, todos os municípios estão com esse serviço. Nós partimos, portanto, para um trabalho

forte de redução de gastos com pessoal em relação à receita.

Mato Grosso, em 1994, antes de eu assumir, gastava 84 a 89% com folha. Em 1995 fomos para 57%, em 1998 fomos para 59%, em 1999 para 56% e o ano de 2000 fechamos com 54% de comprometimento da Receita com folha de pessoal. Mas nós também não poderíamos, como os senhores sabem, ficar apenas apertando o cinto das despesas. Além de apertar o cinto das despesas, nós tínhamos que melhorar a Receita e isso foi feito.

De 1991 a 1994, a preço corrente, nós tivemos uma média nesse período anterior ao meu primeiro governo de Receita, na ordem de 720 milhões de Reais. No meu primeiro mandato, a média do período, a preços correntes, foi de 941 milhões; em 1999 nós aumentamos a Receita para 1 bilhão, 205 milhões. Isso estou falando de Receita própria, de ICMS, Tributária e outros impostos. No ano 2000, já passamos para 1 bilhão, 498 milhões e esse ano eu devo fechar a receita do Estado com mais de 1 bilhão e 600 milhões de Reais. Um trabalho intenso, um trabalho de aprimoramento da Fazenda, de modernização dos mecanismos de Fazenda um trabalho em parceria com o Ministério Público, que tem nos ajudado muito no combate à sonegação, no combate à evasão. Enfim, um trabalho que rendeu melhorias de Receitas para o nosso Estado.

Portanto, eu quero informá-los de que o Estado que tinha oito empresas em 1995, eu estou, agora, em 2001, com apenas duas empresas, a Empresa de Pesquisa, Assistência e Extensão Rural - EMPAER e a Empresa de Processamento de Dados - CEPROMAT. São déficits primários que nós colhíamos de 1996 para trás. Nós viemos melhorando e tendo superávit primário a partir de 1997 e o ano 2000, o ano passado, nós fechamos 266 milhões de superávit primário.

Todos os compromissos assumidos pelo meu Governo com a Secretaria do Tesouro Nacional, do Governo Federal, do Ministério da Fazenda, nós estamos cumprindo rigorosamente, honrando todas as metas do Tesouro Nacional em termos de ajuste fiscal. Qual é o princípio que nós adotamos no nosso governo? Primeiro nós não poderíamos mais conviver com o Estado grande demais, inchado demais em termo de estrutura, quer dizer, nós tínhamos que reformatar o Estado, e isso é o que nós procuramos fazer, reduzir o tamanho do Estado, enxugando pessoal, enxugando o número de empresas e procurando concentrar as atividades do Governo de Mato Grosso nas atividades essenciais, que eu considero aquilo que é fundamental para a segurança pública.

O resto, você pode perfeitamente delegar ao setor privado, criar agências reguladoras. Ainda ontem, Conselheiro Oscar Ribeiro, eu assinava com a Agência Nacional de Energia Elétrica um convênio para transferir poderes a nós da agência reguladora estadual, para acompanhar e fiscalizar os serviços de gás, e depois de amanhã o serviço de água e esgoto. Enfim, para isso nós temos a agência reguladora, que é o instrumento de cidadania do povo mato-grossense e o povo brasileiro. Nós temos também, como princípio, melhorar a qualidade dos gastos da gestão pública para um melhor aproveitamento desses recursos e acompanhar, cada vez mais, os seus impactos junto à sociedade. Fixamos metas a serem cumpridas e destinamos mais recursos para a atividade fim. A correção histórica permitiu a mudança de cultura e criou condições para o desenvolvimento e atrações de investimentos de outras formas.

O Estado estaria, se não fizessemos isso, completamente inadministrável. Se nós não tivéssemos feito esse profundo programa de reforma do Estado, possivelmente, muitos dos recursos privados que

hoje estão vindo fortemente para Mato Grosso, não estariam vindo. O equilíbrio fiscal também é alto, o setor privado quer que tenha, quer que ocorra, para não ser surpreendido e nem para conviver com um Estado incapaz de fazer os investimentos básicos para induzir o desenvolvimento econômico. Já o Estado passa a ser indutor. Ele tem que ter o mínimo de capacidade de induzir o desenvolvimento econômico do Estado, da sociedade.

Portanto, outro ponto importante era a modernização fiscal em Mato Grosso, e aí eu dou dois exemplos rápidos do programa de modernização: implantamos uma conta corrente do contribuinte, através da qual este contribuinte realiza os pagamentos, parcelamentos. Enfim, ele se comunica com a Secretaria de Fazenda nossa tudo via Internet. Ele não precisa mais ir no caixa da Secretaria de Fazenda, perturbar o balcão da Secretaria de Fazenda. Ele entra na secretaria de Fazenda através da Internet e faz tudo o que ele precisa fazer, desde que ele dê as informações e nós disponibilizamos isso para o cliente, para o consumidor. Implantamos, também, contas correntes dos órgãos, para garantir a disponibilidade financeira para suas prioridades anuais. E isso eu tenho, com mão de ferro, um controle, aonde nós estabelecemos uma conta corrente para cada órgão público e ele tem que acompanhar, fazer aquilo. Ai dele se precisar de um resto, tem que explicar para toda a minha equipe econômica porque ele está querendo algo extraordinariamente. É um trabalho de equipe que a gente tem feito, graças a Deus, com muito sucesso! Para melhorar também têm os fiscais instrumentos de monitoramento, nós compramos mais de 176 notebooks. Entregamos para cada fiscal de renda e com esse note book, entra em qualquer parte do Estado, em qualquer empresa, disponibiliza os dados e fiscaliza qualquer empresa do Estado de Mato Grosso. Tanto é que a Secretaria de Fazenda, eu costumo dizer que é

das mais modernas do Brasil. Talvez poucas no Brasil, estão tão avançadas do ponto de vista da modernidade fiscal e instrumental como a nossa Secretaria, graças ao programa PNAFE - Programa Nacional de Apoio a Modernização Administrativa que o Presidente da República, o Governo Federal disponibilizou para nós, algo em torno de 20 milhões de dólares. São partes dos recursos que nós estamos disponibilizando agora para o Tribunal de Contas, para o Ministério Público e queremos disponibilizar também para o Tribunal de Justiça. Só que o Tribunal de Justiça é um projeto de custo um pouco maior e que nós precisamos de um aporte maior de recursos do Ministério da Fazenda, através do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, para nós podermos atender bem o Tribunal de Justiça. Mas a nossa compreensão é de que não adianta nada o poder Executivo avançar nesse projeto de modernidade, se também o Legislativo, o Judiciário, o Ministério Público e o Tribunal de Contas não estiverem acompanhando todo esse avanço para que a gente possa caminhar junto.

Dentro do programa de infra-estrutura, outra questão nossa desde preocupação de 1994, quando eu ainda era candidato a Governador, sabíamos que se por um lado teríamos que modernizar o Estado, fazer um ajuste fiscal no Estado, por outro lado nós tínhamos que procurar investir e lutar por investimentos na infra-estrutura, para o desenvolvimento econômico de Mato Grosso. E aí nós estabelecemos um plano de metas, quando ninguém nem pensava que poderia ter reeleição nós lançávamos, em 1994, na campanha, um plano de metas que era Mato Grosso, de 1995 até 2006, ou seja, nós propomos que se Mato Grosso quisesse chegar a um bom termo de competitividade, de modernidade, de ser um Estado realmente capaz de se colocar bem no conserto dos Estados do Brasil, nós teríamos que ter uma continuidade de políticas públicas,

por doze anos. Então, foi o que nós desenhamos e começamos a trabalhar. O que era fundamental para a infra-estrutura de Mato Grosso? Nós não tínhamos energia, porque lá, naquela época, em 1994, nós importávamos, comprávamos de Goiás, de Cachoeira, Dourado e de Itumbiara, 85% da nossa energia. Então, portanto, um Estado que não tinha energia, era um estado fadado ao insucesso.

Eu não poderia nunca estar passando um documentário como esse, para uma platéia de empresários e falar: “Vai para Mato Grosso, vem para Mato Grosso”. A primeira pergunta “seria “ – O Senhor tem energia para nos ofertar? ”. “Eu tenho como montar a minha indústria? ”. Quer dizer, não teria nem condições de imaginar em fazer seminários como tenho feito no Brasil e no mundo.

Então, nós tínhamos que equacionar esta parte energética que era fundamental e aí trabalhamos com o apoio do Presidente Fernando Henrique e conseguimos atrair uma empresa privada americana que investiu 500 milhões de dólares em Cuiabá, em Mato Grosso. Construiu a usina termelétrica, a primeira termelétrica de todas essas que nós ouvimos falar no Brasil inteiro está aqui em Cuiabá. Já está pronta desde 1997 para 1998, e também, com a termelétrica construída, ele precisava viabilizar um combustível mais barato, que era o gás e por isso ele está trazendo 640 km de gasoduto que será inaugurado agora, final de agosto, em Cuiabá, o gasoduto que vai gerar 480 megawatts na primeira termelétrica de Cuiabá e já estão planejando a segunda termelétrica de mais 480 megawatts.

Nós, portanto, hoje conseguimos, a privatização da energia. O Estado deixou de ser ele o investidor, passamos isso para o setor privado. O setor privado está construindo mais de 1000 km de linhas de transmissão dentro de Mato Grosso; um Estado enorme como o nosso, eu tinha que levar energia

para o interior para poder industrializar o interior de Mato Grosso, senão nós íamos ter uma grande Cuiabá, capital enorme, forte economicamente e o resto definhado. Nós tínhamos que descentralizar o desenvolvimento econômico industrial do Estado e era básico, era fundamental que nós levássemos energia e nós estamos fazendo isso em todos os pólos. Não há uma região de Mato Grosso que não está recebendo uma nova indústria, ou algumas novas indústrias. Dentro do Estado de Mato Grosso, 80 ou 75% de capital que está indo para o interior de Mato Grosso, apenas 25% ficará na grande Cuiabá. Isso para nós também é importante! Nós queremos também deixar um número rápido para os senhores aqui. Até agora no final de maio, nós ainda comprávamos de fora 157 megawatts. Com o advento da crise da energia, o Governo Federal resolveu bancar, subsidiar o diesel para esta termelétrica não esperar o gás e já produzir 450 megawatts a diesel. Já está produzindo desde o último dia 15 de junho. Com estes 450 que entrou em funcionamento, Mato Grosso já passa a ser exportador de 60 megawatts, agora, em junho; em julho vamos exportar 40 megawatts. Com o gás entrando totalmente em funcionamento na térmica até outubro, que nós vamos gerar 480, 500 mega, nós vamos deixar, professor Oscar, de importar 157 megawatts e vamos exportar mais 153, ou seja, nós estaremos disponibilizando para o Brasil 310. Então, nós vamos consolidar o que é fantástico para o nosso Estado de Mato Grosso. Isto significa o quê? Que nós vamos passar, que é não ser produtor apenas de matéria-prima, que é o maior, mas de agregar valores aqui, para gerar renda, riqueza e para o Estado enriqueça. Eu quero exportar. Eu ainda dizia, na semana passada, ao Presidente Fernando Henrique que ele tem que nos ajudar, mas falta um pouco. A Índia está importando soja do Brasil, quer dizer, é uma inversão total! Nós temos que mudar esse perfil, nós temos que reformatar para estimular.

Eu disse claramente ao Presidente Fernando Henrique Cardoso: “Procura estimular a exportação de valores agregados”. “Outro ponto fundamental que nós tínhamos que mudar no Estado era isso, o Estado ser indutor e parceiro do setor privado”. Busquei a parceria com Fernando Henrique e o setor privado que tinham que reduzir os seus gastos. Mato Grosso reduzindo uma enormidade, mas tendo que transportar em carreta. Então, tínhamos que reduzir gastos de transporte e aí contando com o apoio forte do Presidente Fernando Henrique, inicia-se, em Mato Grosso, em Alto Taquari; em dezembro de 2002, chega à Rondonópolis. Temos lutado pela hidrovía Araguaia-Tocantins. Para resolver o que já acertamos com o Ministério Público Federal e que nós vamos apresentar os dados de impacto, para esta hidrovía. Intercambiamos com os nossos irmãos do MERCOSUL.

Outro ponto fundamental e eu posso aqui falar ao lado do Conselheiro Oscar Ribeiro, que foi Secretário de Educação, para mim não há como você construir nenhum país, ou Estado sem educação. A educação é matéria-prima tão primordial. Enfim, é fundamental, e nós estamos investindo na área da educação, primeiramente realizando um enorme programa de gestão temática em educação, que nós transformamos em lei para garantir este avanço democrático. Até 2003, se Deus quiser, dentro do programa educacional, não teremos nenhum professor sem curso superior. Isto vai ser o grande avanço. Todos terão nível superior, com qualificação do nosso professorado. Nós temos projetos especiais voltados para as comunidades indígenas, para o terceiro grau indígena, e já realizamos o vestibular no Brasil inteiro e vamos abrir com duzentos alunos de nível superior. Nós poderíamos dar um outro dado importante nós reduzimos de 1994 para cá de 18 e 17 e a meta nossa é chegar mais ou menos a 7% antes de 2003. O programa nosso na educação, o

percentual é de 25%. A taxa de índice de aprovação aumentou de 57,8 para 70% e a taxa de repetência, no período de 1995 para 1999 caiu de 30 para 22% em todos os estados brasileiros. Na área de algodão, quanto ao custeio da produtividade do algodão, para os Senhores terem uma idéia, em 1996 Mato Grosso produzia 36 mil toneladas de algodão, nesta safra nós estamos produzindo 480 mil toneladas de algodão em pluma, uma das maiores do mundo, uma alta qualidade de algodão, nós temos recebido visitas de comunidades da Europa e Estados unidos que estão vendo como é que conseguimos isso. Primeiro uma forte participação do setor privado. O Governo tem um programa de renúncia fiscal de até 7% e 15% desses 75% vai para o fundo do algodão. Também, junto com isso, nós temos programas de incentivo para as indústrias que estão se transferindo para Mato Grosso. Nesta linha de agregar riqueza ao nosso produto, nós criamos um programa, para nós não continuarmos exportando para o Paraná, Rio Grande do Sul e outros Estados do Brasil. Somos um país riquíssimo de madeira. Eu estarei abrindo mão de uma receita com agregação de valor. Criamos também um programa de custeio-produtividade. A produtividade do boi para a gente consolidar a nossa economia num outro patamar.

Enfim, além de todos esses programas, eu concluo dizendo que nós também estamos procurando investir forte na área de turismo 200 milhões de dólares. Nós vamos melhorar a infra-estrutura, vamos investir em micro-bacias, vamos investir, enfim, é um grande projeto ambiental, aliás, a questão ambiental, permeia todos os projetos do Estado de Mato Grosso. Não abro mão da questão ambiental, ela é vida, ela é fundamental, ela é exigida em todos os projetos nossos, porque nós não seremos nada no futuro se tivermos a questão ambiental degradada. Então proteger o meio-ambiente para as futuras gerações para mim é fundamental e para Mato

Grosso é essencial. Eu quero dizer apenas que nós temos hoje, para encerrar, alguns números muitos fortes que nos animam muito como mato-grossense e como Governador. Mato Grosso hoje tem um PIB da ordem de 13 bilhões de Reais e surpreendentemente, nós já temos investimentos privados como eu já disse, até 2003, no setor de agricultura, no setor de agroindústria, de energia de serviços em geral. Nós temos já mais de onze bilhões e meio de investimentos do setor, privado. Aqui não entra o projeto Avança Brasil do Governo Federal, não entram os programas de investimentos nosso do Governo, é só investimentos do setor privado, para gerar emprego, gerar renda e fortalecer a nossa economia.

Por isso que nós temos o orgulho de ser hoje o maior produtor de soja do Brasil, o maior produtor de algodão do Brasil o segundo produtor de grãos do Brasil, o terceiro produtor de milho do Brasil, o segundo rebanho bovino de corte do Brasil, com mais de 19 milhões de cabeças de gado. Somos para nossa alegria, o campeão de crescimento de todos os Estados do Brasil. O nosso PIB é o que mais cresce de todos os Estados brasileiro. Em 1998, pelo IBGE, crescemos 7,6%, no ano 1998. Em 1999, 2000, prof^o Oscar Ribeiro, nós vamos crescer mais de 10%, é o cálculo que o IBGE e a minha Secretaria de Planejamento está fazendo, acima de 10%, é o crescimento do PIB do Estado de Mato Grosso, no ano de 1999/2000. Então é isso que nos dá força para acreditarmos que paralelamente, ou com a base do nosso desenvolvimento econômico, social, e mudança do perfil econômico têm um lastro que nos consideramos fundamentais, que é o lastro do equilíbrio fiscal. Nós temos um desenho que eu costumo fazer em palestras. O desenho de uma casa que tem os pelares da infra-estrutura, mas o alicerce é o equilíbrio fiscal, sem equilíbrio fiscal não adianta termos vocações econômicas, não adianta

tentarmos atrair o setor privado, não adianta crescermos, porque o Estado, ao invés de ser indutor, passa a ser um atrapalho na vida da sociedade, na vida da comunidade e na vida do setor produtivo. Portanto, eu quero agradecer esta oportunidade, pedir desculpa por ter alongado, mas quando eu falo do meu Estado, eu sempre me empolgo muito, ser um apaixonado pelo meu Mato Grosso, e quero cumprimentar a todos os Senhores e Senhoras por este grande seminário. Desculpe se me alonguei¹².

Reeleito sob a tese de “Casa Arrumada”, no segundo mandato cuidou da divulgação de Mato Grosso, realizando cerca de 40 seminários, sob o título amplo de “*Mato Grosso, Hora de Investir*”, realizados no País e no exterior. A produção agrícola do Estado entrara em fase de escala nunca vista antes, associada à confiabilidade da máquina pública organizada, uma vez que os seminários pretendiam atrair investimentos privados para o Estado¹³.

Conforme o jornalista Maurélio Menezes, com a morte de Dante de Oliveira Mato Grosso perdeu, na verdade, um caixeiro viajante, não no sentido criado por Henry Miller em 1949, quando escreveu um dos maiores sucessos do teatro mundial, mas no sentido que o senso comum deu ao termo. Afinal, ninguém vendeu Mato Grosso tão bem quanto o ex-governador, ponderou Maurélio.¹⁴

Dante teve uma grande decepção na vida política, o de não conseguir se eleger senador em 2002. A própria derrota da emenda das diretas não deve ter sido uma decepção, até porque ele próprio sabia que as chances de aprovação pelo Congresso eram mínimas. Além disso, a emenda lhe deu a maior glória, o reconhecimento popular, exatamente o que faltou na eleição passada.

12 Discurso apresentado no Congresso do Tribunal de Contas em Cuiabá. Cuiabá. MT.

13 RIBEIRO, Onofre, é articulista da revista RDM.

14 Menezes, Maurélio. Texto: A Morte de um Caixeiro Viajante. Cuiabá. 2006, citando <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/evento395677/a-morte-do-caixeiro-viajante>

Para o Conselheiro Oscar da Costa Ribeiro,

O governador Dante Martins de Oliveira conseguiu como sempre transmitir a todos nós a impressão desse Mato Grosso gigante que caminha celeremente para ocupar o seu lugar no contexto nacional em todos os estados. Já estive em diversos lugares fazendo palestra otimista e a confiança que ele tem despertado em Mato Grosso, é o mesmo que encantou esta plateia eu tenho certeza.¹⁵

Para Bruno Homem de Mello, o nome de Dante de Oliveira terá que ser estampado na fachada dos Três Poderes, “[...] para que nunca esqueçamos a grandeza de sua trajetória, para que nunca morra o sentimento dos seus conterrâneos, lembrando as palavras do pensador brasileiro com pseudônimo Tristão de Ataíde (1893-1983): “SAUDADE É A PRESENÇA DA AUSÊNCIA”¹⁶.

Democrata convicto, viciado em liberdade, moldado na luta estudantil e talhado para a vida pública, Dante acalentou o sonho de um Brasil mais justo socialmente. Empunhou bandeiras utópicas sem deixar de hastear o pavilhão da realidade. Ele, às vezes, misturava o homem político que era ao mito que se fez aos olhos da Nação¹⁷.

Dentre as suas obras constam construções que, quando erguidas, foram tidas como faraônicas. Depois, o tempo se encarregou de comprovar a visão administrativa de quem pensou a médio e longo prazo e que não se ateuve, pura e simplesmente, ao imediatismo. A ampliação e duplicação das avenidas Miguel Sutil e Fernando Corrêa da Costa, quando ainda prefeito de Cuiabá, bem como a construção da Ponte Sérgio Mota, já como governador, são alguns exemplos desse visionário administrador.

15 Discurso apresentado no Congresso do Tribunal de Contas em Cuiabá. Cuiabá, MT.

16 MELO. Bruno Homem é Procurador do Estado de Mato Grosso e Vice-Presidente Regional da Associação Nacional dos Procuradores de Estado (ANAPE).

17 GOMES. Eduardo é jornalista, em Cuiabá. eduardo@diariodecuiaba.com.br

Mato Grosso possuía mais de 60% de suas cidades sem energia elétrica contínua e a população desses municípios ainda tinha que continuar com a velha tradição de “desligar a luz às 10h00 da noite”. Para resolver a situação do Estado de Mato Grosso implantou o Programa de Modernização da Gestão Pública.

Com a reforma administrativa transformou Mato Grosso, da condição de importador de energia, para exportador, com a construção da Usina Termelétrica Mário Covas, de 480 MW, movida a gás natural transportado pelo Gasoduto Bolívia/Mato Grosso. A privatização da estatal de energia, Centrais Elétricas Mato-grossenses (CEMAT), em 1997, abriu caminho para esta nova realidade. Naquela época, o Estado importava 85% da energia consumida, sem falar das usinas termo-diesel, que limitavam o consumo de energia em várias localidades em poucas horas diárias, comprometendo o cotidiano da população. *Lembro-me muito bem:* “[...] beber cerveja nas cidades do interior de Mato-Grosso era um terror [...] Eram dezenas de cidades desligando as luzes às 10h00 da noite”¹⁸.

O Programa de Modernização da Gestão Pública, iniciado em 1996, permitiu a profissionalização do Estado de Mato Grosso, estabelecendo novas relações do governo com a sociedade e com os servidores. É claro que a lista dos legados de Dante de Oliveira não se resumiu aos fatos aqui pinçados. É imensamente mais ampla e abrangente, prova cabal de que ele foi um homem e um político que muito fez por Mato Grosso e pelo Brasil, ainda que tenha tido uma passagem tão breve por aqui:

Foi nesse momento que aquele meu mito de Cuiabá, com pouco mais de 30 anos de idade, se tornou cidadão do Brasil, não mais do caixote de madeira, mas dos palanques da vida. Falava não mais para quem estivesse passando, mas para multidões que se reuniam para escutá-lo. Daí para a frente, sua trajetória foi triunfante, vertiginosa e na medida

18 FERRAZ, Paulo Ronan. Dante de Oliveira, Cuiabá, Julho/2006.

em que se tornava a personificação do poder, para mim sua imagem se tornava mais humana, passível de acertos e de erros, mas indiscutivelmente, um líder.¹⁹

Dante participando do Seminário “Mato Grosso é hora de Investir”



Foto: Edmilson Aguiar - Arquivo Correio várzea-grandense

Discursar fazia parte da sua doutrinação. Nos últimos anos, estava mais amadurecido se comparado ao ex-estudante que iniciou na política em 1976, candidato derrotado a vereador em Cuiabá. Não criticava mais adversários, além do tema político. Mesmo assim, era com cautela. O cabelo levemente branco e a barba histórica, aparada e embranquecendo, cada vez mais se tornava humanista.

O espírito agressivo cedeu lugar a duas qualidades que admiradas profundamente nele: a tolerância e a generosidade. Não se queixava das críticas e nem das acusações, porque, visionário como era, acreditava em alguma coisa que eu não enxergava naquele momento. Deixou-se partir...!²⁰

19 VANDONI. Adriana, Administradora Pública. Analista Política. Cuiabá. 2006. <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/opiniaao/as-lagrimas-da-democracia/115420>. Cuiabá. 09.07.2006.

20 CINTRA. Sérgio é Professor e diretor Executivo da Funec. Cuiabá.MT.

Em cada página da história do atual Mato Grosso terá sempre um traço que denota a passagem do líder político. Há, aqui, um divisor de águas: um antes e um depois do governo Dante. Isso não pode ser ignorado, muito menos escondido, por mais que se tenham críticas a fazer da sua atuação. O ser humano é constituído de defeitos e de virtudes. Ninguém é só uma coisa, ou só outra. Tanto quanto qualquer um, o ex-governador cometeu equívocos. Nem poderia ser de forma diferente. Mas acertou muitíssimo. O Estado cresceu. O agronegócio foi estimulado. A “Casa foi arrumada”. O FETHAB contribui bastante para o progresso da região. A telefonia se expandiu e a energia, também, se interiorizou.

Pode-se até se discordar da forma como as empresas foram privatizadas, mas não se devem escamotear os resultados do tal processo. O Estado ganhou. Igualmente a população. Daí a aprovação de sua administração. Esta, porém, não foi o bastante para levar o ex-governador à senatoria. O reconhecimento popular, talvez, demore um pouco a chegar. Vários líderes se viram nessa encruzilhada, brasileiros ou não. A literatura está repleta desses exemplos. Arnaldo Estevão de Figueiredo renunciara ao governo para disputar a cadeira do Senado, sem obter êxito algum, embora sua gestão tivesse a aceitação da opinião pública. Tal derrota marcou sua retirada do tablado de xadrez da política regional.

Dante Martins de Oliveira tomando posse no
Governador do Estado de Mato Grosso



Foto: Edmilson Aguiar - Arquivo Correio Várzea-grandense, 1999

Dante comportou-se de maneira distinta. Presidiu o PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira. Conversou, negociou e embrenhou-se pelo mundo das articulações político-eleitorais. O que marcou seu regresso à batalha eleitoral parecia transcórre bem. Entusiasmou. Até preparou um projeto de trabalho quando estivesse na Câmara Federal, a partir de janeiro de 2007. Mal sabia que o seu destino era outro. Bem diferente do que planejava. A morte, prematuramente, interrompe seus sonhos. Mas isso jamais será capaz de apagar sua passagem pela história política brasileira. Sua nova forma de governar²¹.

21 Lourembergue Alves é professor da Unic e articulista de *A Gazeta*, escrevendo neste espaço às terças-feiras, sextas-feiras e aos domingos.

Dante de Oliveira discursando



Foto: Acervo da Família. Instituto Dante de Oliveira.

O Governador Dante de Oliveira foi agraciado com inúmeros títulos, como cidadão do Rio de Janeiro, de Salvador, Fortaleza, São João Del Rei, Rondonópolis, Juína. Recebeu as Comendas de Ordem do Mérito do Rio Branco, Comenda Tancredo Neves, Ordem do Mérito da Confidência, Medalha de Montezuma, Diploma de Reconhecimento da Escola Superior de Guerra, Medalha de Ordem do Mérito São José Operário, Medalha do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Judiciário de Trabalho do Tribunal Superior do Trabalho, Medalha Visconde de Mauá da Associação Comercial do Rio de Janeiro, entre outros.

Dante deu extremo valor à natureza e cuidou com carinho do meio ambiente de Mato Grosso. Na área, programou

ações macro, como a implantação do Sistema de Geoprocessamento e Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais de Mato Grosso, responsável pela redução em 32% dos desmatamentos no estado.

Entre as realizações de Dante de Oliveira como governador de Mato Grosso, destaca-se a sua preocupação com o meio ambiente. No período de sua gestão foram criadas dezenas de unidades de conservação ambiental, a Lei da Pesca e parques.

Dante na avaliação do rio Cuiabá

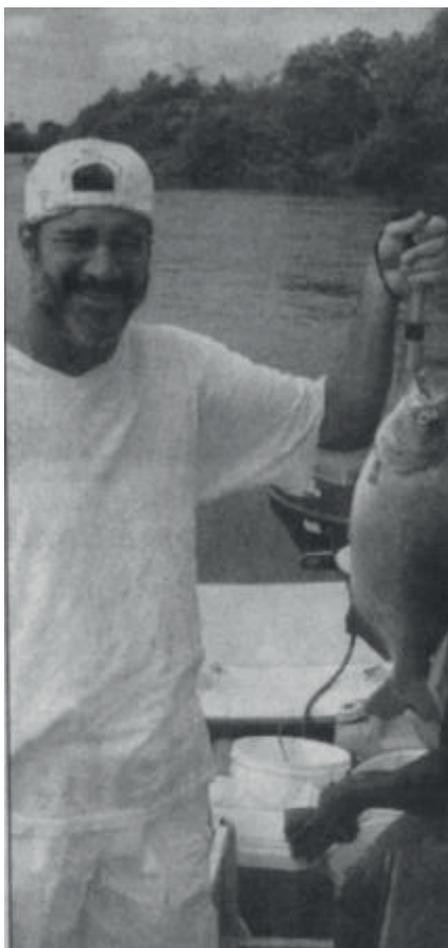


Foto: Arquivo jornal *Correio Várzea-grandense*.

Mas também se preocupou com obras de lazer e bem-estar para a população, a exemplo dos parques Mãe Bonifácia, Zé Bolo Flô e Massairo Okamura, em Cuiabá, que trouxeram mais qualidade de vida para a população, mudando os hábitos locais.

Parque Mãe Bonifácia



Foto: Marcos Vergueiro/Secom-MT)

Este foi o legado de Dante, como um afirmativo defensor, acima de tudo, das ideias e ideais democráticos e republicanos, orgulhando imensamente nosso povo, que agora chora com muita tristeza o fim da vida terrestre de uma lenda, celebrizada em todas as referências direcionadas aos gigantes da política.

O governador Dante Martins de Oliveira esteve à frente do estado de Mato Grosso de 1º de janeiro de 1995 a 6 de abril de 2002. Foi precedido pelo governador Jayme Campos (1991-1994) e sucedido por Rogério Salles.

Faleceu em 6 de julho de 2006, em Cuiabá, às 20 horas e 45 minutos, por disfunção múltipla de órgãos e sistemas,

com choque refratário decorrente de sepse por pneumonia, com agravamento de miocardite, insuficiência renal e diabetes, no hospital Jardim Cuiabá.

Referências

AVALONE, Carlos. *O Brasil precisa de novos líderes*. Opinião. Cuiabá: Jornal Folha do Estado, edição: 06.07.2007. p. 2.

AUTORIZAÇÃO - n° 081/2003 – Processo 302.232-3/2003, expedida em Cuiabá-MT, em 30.07.2003.

APMT. DECRETO n° 231 de 25 de outubro de 1979. Cuiabá, 1979.

ALVES, Lourembergue. Historiador. Mato Grosso, um Estado do Futuro. Artigo. Diário de Cuiabá. Cuiabá.MT. 2006. <http://www.diariodecuiaba.com.br/arquivo/120199/artigos2.htm>

BARRETO, Neila Maria Souza. *Água: Gota da Vida – Uso e Abastecimento de Água em Cuiabá – 1790-1886*, Dissertação (Mestrado em História) - CLCH, UFMT, 25 de julho de 2005.

BARRETO. Neila Maria Souza. *Dante: Morto, parece maior do que vivo*. Cuiabá. 06 de fevereiro de 2013. <https://www.hipernoticias.com.br/conteudo.php?cid=23158>

BARRETO. Neila Maria Souza. *Dante de Oliveira: saudade é a presença da ausência*. Cuiabá. 06.07.2015. <https://www.hipernoticias.com.br/artigos/dante-de-oliveira-saudade-e-a-presenca-da-ausencia/45573>

Dante de Oliveira. Perfis da Câmara. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília –DF. 2012. <http://bd.camara.gov.br> http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/16461/perfis_parlamentares_dante.pdf?sequence=4

CORREIA. Michelle Viviane Godinho. *Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8)*. In: <https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/movimento-revolucionario-oito-de-outubro-mr-8/>

<https://www.infoescola.com/historia-do-brasil/movimento-revolucionario-oito-de-outubro-mr-8/>.

CAMPOS, Maria das Graças. Dante de Oliveira – uma vida multifacetada: das “Diretas Já” ao programa Xané MT/ Brasil. / Maria das Graças Campos.. Orientador: Pablo Amadeu Gentili. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação, 2015. 195 f. <http://ppfh.com.br/wp-content/uploads/2015/09/Tese-Maria-das-Gracas-Campos.pdf>

CARVALHO, Antônio Padilha. *O céu de Dante, segundo Schopenhauer*. É escritor e palestrante. padilhaadvogado@yahoo.com.br <https://www.google.com.br/search?q=-+Antonio+Padilha+de+Carvalho+-+Cuiaba.13+de+julho+de+2006>.

CPDOC. FGV.BR. Dante Martins de Oliveira. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dante-martins-de-oliveira>

Entrevista do Dr. Paraná (Sebastião Oliveira) ao Diário de Cuiabá On Line. Edição 05/11/2000, Caderno cidades, Edição 9772. 2.000. Cuiabá-MT

FEMA – *Divisão de Unidade de Conservação*. Cuiabá: FEMA, 2004.

FIORI, Sônia. *Homenagens. Dante na visão do seu maior adversário*. Cuiabá. Jornal O Diário de Cuiabá. Edição 12457.05.07.2009.

FERRAZ, Paulo Ronan. *Dante de Oliveira*, Cuiabá, É Economista, ex-professor de Economia da UFMT. 13 de julho/2006.

GOMES, Eduardo. “*DE imensurável*”. *Jornalista*, Cuiabá: Diário de Cuiabá. 15 de julho de 2006. eduardo@diariodecuiaba.com.br

MELO. Bruno Homem. *Morre o mais democrata dos cuiabanos!* Cuiabá: 2006.

OLIVEIRA. Dante de, 1952–2006. *Ensaio biográfico e seleção de discursos*: Paulo Kramer [recurso eletrônico]. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.264 p. – (Série perfis parlamentares; n. 65). ISBN 978-85-736-5957-3

OLIVEIRA. Dante Martins de, *1952-2006, atuação parlamentar*, Brasil. 2. Político, biografia,

Dante de Oliveira. Perfis da Câmara. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Brasília –DF. 2012. <http://bd.camara.gov.br>

http://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/16461/perfis_parlamentares_dante.pdf?sequence=4

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Ensaio biográfico e seleção de discursos: Paulo Kramer. Centro de Documentação e Informação. Edições Câmara. Brasília | 2013. http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/16461/perfis_parlamentares_dante.2ed.pdf?sequence=3

PIOLLI. Alessandro Luís. Celestini, Rosana Maria. Magon, Rogério. *PLANETA AGUA*-Associação de Defesa do Meio Ambiente – Teoria e prática em recuperação de áreas degradadas - Serra Negra – SP – Outubro – 2004

PULS. Mauricio. DIRETAS, 20 ANOS. *Militares temiam represálias, diz Dante*. Jornal Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 25 de abril de 2004.

RODRIGUES. R.R. & Gandolfi, S. 1996. *Recomposição de Florestas Nativas*: Princípios Gerais e subsídios para uma definição metodológica. Rev. Brás. Hort. Orn. Campinas/São Paulo. V II, N1, P. 4-15.

RIBEIRO, Onofre.. *Jornalista em Cuiabá*. Cuiabá: Articulista da Revista RDM. 2006.

SÁ, Cássio Veiga de. *Memórias de Um Cuiabano Honorário*: 1939 – 1945, Cuiabá-MT, CREA e Fundação Cândido Rondon, outubro de 1990.

TEBET, Ramez. Sonhos feitos e desfeitos. Senador, PMDB-MS. TEBET, Ramez. *Sonhos feitos e desfeitos*. Senador-PMDB-MS. Foi presidente da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, Brasília, 2006. Coluna: Opinião. Cuiabá. 13 de julho de 2006. <http://www.gazetadigital.com.br/editorias/opiniaio/sonhos-feitos-e-desfeitos/115750>

VANDONI, Adriana.. Cuiabá, 2006. <http://argumentoeprosa.blogspot.com/>

<https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/32/deputado/wilson-destaca-a-trajetoria-de-dante-de-oliveira/visualizar>. Cuiabá. 09.07.2015.

TÍTULO DO ARTIGO http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/30059/ulysses_guimaraes_ed_comemorativa.pdf?sequence=11. Brasília. 2012.

TÍTULO DO ARTIGO <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/dez-anos-sem-dante-deputado-destaca-trajetoria-do-autor-das-diretas-ja/visualizar>. Cuiabá.

TÍTULO DO ARTIGO <https://www.al.mt.gov.br/midia/texto/dez-anos-sem-dante-deputado-destaca-trajetoria-do-autor-das-diretas-ja/visualizar>. Cuiabá.

TÍTULO DO ARTIGO <https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/POLITICA/93436-DECADA-DE-80-AS-DIRETAS-JA.html>. 05.08.2010.

Cuiabá entre dois séculos: surge uma nova geração literária

Cuiabá between two centuries: a new literary generation has emerged

*Eduardo Mahon*¹

Resumo: Na transição entre os séculos XX e XXI, da movimentação cultural em Cuiabá era intensa. Das diversas manifestações, surgiu uma nova geração literária ligada à Universidade Federal de Mato Grosso, denominada Geração Coxipó. O grupo consolidou-se ao longo dos anos e foi responsável por consolidar uma virada literária que modernizou a estética e conservou a tônica em favor das tradições locais.

Palavras-chave: Literatura contemporânea. História literária. Modernização estética. Geração Coxipó. Mato Grosso.

Abstract: In the transition between the twentieth and twenty-first centuries, the cultural movement in Cuiabá was intense. From the various manifestations, a new literary generation emerged linked to the Federal University of Mato Grosso (UFMT), called “Coxipó Generation” (Geração Coxipó). The group has consolidated over the years and was responsible for consolidating a literary turn that modernized aesthetics and retained the emphasis on local traditions.

Keywords: Contemporary literature. Literary history. Aesthetic modernization. Coxipó Generation. Mato Grosso.

1 Eduardo Mahon é sócio do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso, no qual ocupa a 1ª Vice-Presidente, membro da Academia Mato-Grossense de Letras (Cadeira 11), da qual foi presidente (2013-2015), é advogado, escritor, pós-graduando em Estudos Literários pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Estado de Mato Grosso.

Um poeta não é nacional só porque insere nos seus versos muitos nomes de flores ou aves do país o que pode dar uma nacionalidade de vocabulário e nada mais (Machado de Assis)²

Minhas primeiras considerações remetem à apresentação que a editora Maria Teresa Carrión Carracedo escreveu na contracapa da edição original de *Mil Mangueiras*, de Ivens Cuiabano Scaff:

Este livro é poesia que financiará mais poesia. É a atitude corajosa de quem “enxergou uma senda nessa mataria” e parte para uma produção alternativa em grande estilo: “*Uma maneira simples de voar*” (2006), livro que reúne a nossa prosa onírica de Ivens Scaff ao talento do artista plástico Marcelo Velasco, resultando num cenário cuiabano da maior beleza plástica e lírica. Preparem-se. É a magia da terra dos Guanás querendo invadir outros domínios. Se as grandes editoras nacionais não perceberem este vôo é porque nos querem pasteurizados. (contracapa).

Imaginando que as obras lançadas naquele período contivessem um caráter nacional, Carracedo pretendia que a obra de Scaff atingisse “outros domínios”, isto é, o mercado nacional. Como é cediço, o mercado nacional esteve e está dominado por um conjunto relativamente pequeno de grandes editoras. São elas que conseguem distribuir nacionalmente as obras publicadas, competem em concursos nacionais e, portanto, acumulam premiações de prestígio, retroalimentando a própria hegemonia.

A pretensão de Maria Teresa não foi realizada com a geração de escritores mato-grossenses da década de 80 e 90, ainda que a qualidade estética tenha se adequado a uma linguagem menos formal e rebuscada em relação às gerações anteriores. Mesmo Silva Freire teria sérias dificuldades em se tornar “nacional”, como foi o caso de Manoel

2 Do polêmico artigo, assinado em 1873: “*Notícia da atual literatura brasileira: instinto de nacionalidade*”

de Barros, considerando a sofisticação da poética freiriana, distante do gosto popular e impensável de ser consumida pela educação pública da época. Da mesma forma que se deu com Ricardo Guilherme Dicke, entre as décadas de 60 e 70, frustrou-se a expectativa que se depositava em autores de calibre como, por exemplo, Lucinda Persona – a mais destacada e premiada de sua geração.

Enquanto a qualidade editorial em Mato Grosso igualou-se às maiores empresas nacionais pelo acesso livre às gráficas de São Paulo, restam dificuldades de distribuição. A distância dos grandes mercados, o custo tributário na distribuição nacional, além da deliberada marginalização da literatura produzida “nas periferias brasileiras”, são elementos impeditivos da descoberta de talentos nas regiões do Norte e do Centro-Oeste. Depois de Manoel de Barros, descoberto pela editora paulista Leya, não apareceu nenhum outro expoente literário mato-grossense que obtivesse circulação nacional. A “invasão de outros domínios” de Carracedo ficou adiada para a geração seguinte, provavelmente a que está se formando neste momento, com métodos diversos da antecessora.

A intensa movimentação entre os escritores, o amálgama editorial obtido por meio de publicações coletivas e individuais, o aumento da qualidade dos livros produzidos e, finalmente, o pacto com os professores das universidades públicas que facilitaram a divulgação e a distribuição, todo esse conjunto não foi suficiente para fazer despontar nacionalmente nenhum dos autores reunidos numa geração que atravessou o atribulado século XX e chegou madura ao século XXI. É provável que não só prossiga como se acentue ainda mais a “pasteurização” do público leitor que Maria Teresa Carracedo tinha receio. O início do novo século trouxe más notícias – a continuidade de uma situação que já era insustentável. O achatamento do público leitor pela falta de políticas públicas de incentivo, a excessiva carga tributária para empreendedores privados e as margens de lucro praticadas por grandes grupos livreiros inviabilizam

a circulação da literatura produzida nos Estados, fora das megalópoles do Rio e São Paulo.

São estes apenas alguns dos problemas que os escritores mato-grossenses enfrentaram para além das próprias dificuldades no interior de Mato Grosso. Essa “Geração Coxipó” venceu influências, o centralismo autorreferente de um mesmo cenário cuiabano e a hegemonia de uma estética ultrapassada. Venceu a ausência de editoras, o preconceito do público e logrou penetrar, ainda que timidamente, no interesse da crítica literária produzida pelas universidades públicas. Com a mesma plataforma – o livro – não se vislumbra nenhuma outra perspectiva que não seja a mesma da contemporaneidade. Daí que alternativas criativas e pouco onerosas, sempre ligadas ao meio virtual, podem transformar completamente o quadro atual. Os autores, inseridos no mundo virtual já não são classificados como “escritores mato-grossenses”. São os jovens identificados simplesmente de “escritores”.

A retirada da identificação geográfica não significa, necessariamente, a perda da identidade cultural, mas permite uma leitura desatrelada da costumeira relação de subordinação. Era essa a pretensão do *Palavra Aberta* (2000) – profissionalizar o mercado editorial, fomentar a escrita e o público leitor. Da interação com autores reconhecidos nacionalmente, sonhava Juliano Moreno com a impulsão dos escritores mato-grossenses. Era esse o discurso de Mário César Leite ao apresentar “*Na margem esquerda do rio*”, em 2000. Eis o mesmo sonho e a frustração de Ricardo Guilherme Dicke, lembrado por Hilda Hilst, mas não inserido no mercado nacional. Era essa a esperança de Maria Teresa Carracedo ao torcer pela maior projeção de “*Uma maneira simples de voar*” (2006), de Ivens Cuiabano Scaff.

Mas, afinal, surgiu um novo projeto literário em Mato Grosso? Antes de responder à questão, quero refletir sobre a pós-modernidade e o contemporâneo. Os escritores da Geração Coxipó são, por definição, antimodernos e esse ponto precisa ser bastante esclarecido para que não me perca no

cipal conceitual que diz respeito ao contemporâneo.

Faço uso da expressão “antimoderno” para designar a (1) oposição ao radicalismo moderno, isto é, as crenças no racionalismo radical como método único de investigação do conhecimento; (2) o cientificismo levado às últimas consequências, capaz de promover manipulações genéticas inconsequentes; e a (3) linearidade histórica que justifica o progresso contínuo, desprezando formas ancestrais de convívio humano que não estão sujeitas à lógica da cronologia e do consumismo ocidental. Basicamente, essas três características são comuns à maioria dos escritores mato-grossenses dos anos 80 e 90, independentemente dos grupos de onde são eles egressos.

Silviano Santiago (2002, p. 257), ao comentar a poesia contemporânea, endossa Octávio Paz no mesmo sentido, ao observar que “[...] a poesia moderna, contraditoriamente, é escrita contra a modernidade, a razão crítica, o liberalismo, o positivismo, o marxismo”, preferindo o poeta o tempo presente. De fato, o progresso, para esse conjunto de escritores, é relativo. Se a mecanização da produção e a multiplicação da produtividade agrícola levar ao desmatamento contínuo e à degradação ambiental em geral, portanto, a noção do progresso é má. De outro lado, se as pesquisas científicas conduzirem à estratificação social, teorias eugênicas ou, ainda, aprofundarem a desigualdade entre os povos, a ciência é má.

Finalmente, para a geração dos anos 80 e 90, se a noção histórica desconsiderar o ponto de vista das comunidades nativas, impondo uma noção linear de evolução da sociedade, a história é má. Isso significa, noutras palavras, que a moral serve para regular as relações gerais entre a ciência e o ser humano, postulado que contraria a lógica original da modernidade. São, portanto, intelectuais antimodernos e promovem esse enfrentamento sem qualquer constrangimento.

Como explicitado na introdução, não se trata de denominá-los pós-modernos, porque não superaram a modernidade

em nenhum requisito constitutivo. De outro lado, não são contramodernos porque não rompem com a modernidade, desejando o regresso à vida desprovida de ciência. Assumem a modernidade incorporando com todas as forças a vontade de romper estética e tematicamente com o passado de um Mato Grosso identificado com o romantismo e com o parnasianismo, concentrado e defeso na Academia Mato-Grossense de Letras. Não por outra razão radicalizam na irreverência, na provocação institucional, influenciados pela rica imagética de Wladimir Dias-Pino, e pelo viés social de Ricardo Guilherme Dicke e de Teresa Albuês. Manoel de Barros vai se constituir a pedra de toque da geração com seu notório antimodernismo, ao desprezar a tecnologia para buscar uma vida simples e mágica.

O antimodernismo é o duplo do modernismo. Como afirmou Antoine Compagnon (2011, p. 16), um não sobrevive sem o outro:

Ao contrário da grande narrativa da modernidade, avassaladora e conquistadora, a aventura intelectual dos séculos XIX e XX sempre hesitou diante do dogma do progresso, resistiu ao nacionalismo, ao cartesianismo, ao Iluminismo, ao otimismo histórico – ou ao determinismo e ao positivismo, ao materialismo e ao mecanicismo, ao intelectualismo e ao associativismo, como repetia Péguy.

O que pretendia Silva Freire, por exemplo, não era recusar o desenvolvimento da cidade, mas “temperá-la” ou, como ele mesmo prefere, “filtrá-la” na piçarra, nas pedras, na terra, da tradição. Noutras palavras, Silva Freire buscava uma relação ética entre as várias comunidades que passaram a conviver simultaneamente em Mato Grosso, em pleno fluxo migratório de 60 em diante, querendo, contudo, a prevalência das “nossas coisas” (cuiabanas) nessa atabalhoada miscigenação.

Compagnon (2011) identifica algumas características do antimodernismo, nem todas elas presentes no grupo de escritores mato-grossenses das décadas de 80 e 90: a) o

pessimismo, b) a noção do pecado original; c) o sublime e a vituperação, com o reforço da crítica, argumentando que:

O antimoderno é o reverso, a cavidade vazia do moderno, seu recuo indispensável, sua reserva e seus recursos. Sem o antimoderno, o moderno cavaria sua própria sepultura, pois os antimodernos são a liberdade dos modernos, ou os modernos mais a liberdade. Recusando toda a tirania do pensamento, adotando diante de qualquer alternativa uma verdadeira atitude crítica, eles não são literária e politicamente, nem de esquerda, nem de direita. (Ibidem, p. 462).

O pessimismo com o futuro está presente na literatura mato-grossense, desde Silva Freire, aprofunda-se com a reação inflamada de Ronaldo de Castro e ganha dimensões sociais e dramáticas nas letras de Ricardo Guilherme Dicke, com o banditismo retratado. Os “forasteiros são mal-vindos”, como disse Luiz Renato, porque os nativos “cuiadanaram-se”, como escreveu Amauri Lobo. O rio, o céu, a terra foram corrompidos no sentir de Juliano Moreno, de Lucinda Persona, de Aclyse de Mattos. O empreendimento agrícola é uma máquina exploratória que consome o lavrador, na visão de Marta Cocco. O cenário nativo foi transformado negativamente, como na expressão de Antônio Sodré, Cristina Campos e Lorenzo Falcão. O cuiabano sofre com um déficit de identidade, como percebe Ivens Cuiabano Scaff, espoliado por “piratas” que sempre querem roubar a terra, na literatura de Wander Antunes. O progresso, enfim, é ilusório e quase apocalíptico na medida em que se torna insuportavelmente degradante e concentrador, pela ótica de Eduardo Ferreira e de Antônio Carlos Lima. Finalmente, o centro cuiabano será deslocado com a escrita autodenominada periférica de Luciene Carvalho.

Todo o vanguardismo da “Geração Coxipó” não deixa de ser contraditório. Se, de um lado, investe violentamente contra os padrões estéticos estabelecidos na década de 20 por Aquino e Mesquita, pauta-se na defesa da terra exatamente da mesma forma. Se combate o romantismo das

representações idílicas, idealizadas por força de uma conjuntura nacional a partir de 1870 e perenizadas em Cuiabá pelo cânone acadêmico que se perpetua, assumem uma visão pessimista de futuro e nostálgica de passado, o que não deixa de ser uma atitude igualmente romântica, senão na forma, mas no conteúdo. A valorização de elementos do folclore mato-grossense e de expressões eminentemente cuiabanas, a formação de um grupo autorreferente, a pauta ambiental comum, são instrumentos que serão usados nessa literatura de transição do século XXI.

Cristina Campos, por exemplo, no seu *Bicho-Grilo* (2016) escreve que “[...] passado é memória/ futuro é sonho” e, em seguida, “o momento?/ a fugacidade arrebatou-mo”. Bastava os dois poemas para ver que o presente é menoscabado quanto ao passado e futuro. Ao identificar o passado à memória, a autora expõe um conjunto de valores éticos que lhe são caros enquanto mira o futuro, descrito como sonho. O presente é passageiro, indigno de nota. Mas o livro vai nos revelar outro viés antimoderno perfeitamente identificado por Compagnon, o pessimismo – “o meu ver se faz aberto/ o fatal já não me engana/ pois sinto ser a raça humana/ piada que não deu certo”. Vê-se, além do pessimismo com a humanidade, a recusa pelo fatalismo histórico, pelo progresso como valor intrinsecamente positivo.

O que em Mato Grosso parece se constituir uma exceção não é a sucessão de gerações e suas contradições, no entanto. Esse movimento de jovens no enfrentamento à literatura passadista é relativamente constante no modernismo que já incorporou uma “tradição de revoluções”. Nenhuma novidade há no conflito entre uma e outra geração de Academia de Mortais fazendo troça da Academia de Letras. Essa irreverência deu-se em muitos outros movimentos literários. A novidade aqui é de outro matiz: no contato com o chegante, esse enorme fluxo de pessoas vindas dos estados sulistas e do Centro-Sul, por conta da oferta de terras no interior e de oportunidades de emprego na cidade, fez com que o nativismo cuiabano se sobressaísse ainda mais.

O olhar do “outro” sobre Cuiabá, se publicado sob os auspícios da tradição literária mato-grossense, nunca foi de estranhamento. Muito ao contrário. Domesticaram-se as insatisfações políticas de outras cidades do interior do indiviso Mato Grosso. Como já assinalado, o ingresso em qualquer das duas instituições da Casa Barão de Melgaço era tributado na adesão à visão cívica, moralista e/ou cristã. Um dos bons exemplos desse “olhar temperado” a la Gilberto Freyre dá-se na posse de Francisco Ayres na Cadeira 5 na AML. No dia 7 de setembro de 1951, foi designado para a saudação protocolar o jurista Rosário Congro. Vejamos como ele se refere a Cuiabá:

É lamentável que até o presente não tenha chegado às mais ricas e importantes cidades do nosso interior, Campo Grande e Corumbá, a influência literária desta Meca sem peregrinos, desta admirável Cuiabá, cérebro e coração do Estado.

Aqui estão as instituições culturais, e são várias, que bem alto erguem o nome de nossa terra na tradicional inteligência de seus filhos. (AYRES, Francisco. Discurso de posse na Academia Mato-Grossense de Letras. Campo Grande: Tipografia da Livraria Nossa Senhora Aparecida, 1951, p. 18).

Ayres, médico sulista, foi recebido por Congro que, após a divisão do Estado, tornou-se desembargador do Tribunal de Mato Grosso do Sul. A certa altura do discurso de recepção, o jurista faz uma referência a José de Mesquita, quando afirmava que as cidades do interior ligavam-se “solidariamente”. Trata-se de uma visão homogeneizante que encobre as notórias rivalidades para fazer de Cuiabá uma “Meca”, um centro de convergência, cuja influência irradiaria para as outras cidades. A capital era, não só o coração, mas também o cérebro. Sobrava às cidades do interior a função motora, sem sentimento e sem criatividade.

O empossando Francisco Ayres, no discurso de posse refere-se a Cuiabá como “Atenas Matogrossense”, metaforizando o esplendor intelectual da capital. Outros adjetivos grandiloquentes são usados: “princesa da selva verde”, “in-

victa capital”, “cidade da realidade e da esperança” – isso num único parágrafo introdutório (1951, p. 09). Refere-se também ao fluxo migratório, não como uma ameaça, mas como uma dádiva – “[...] hoje, como outrora, novos bandeirantes, vindos de Piratininga, do Paraná, de todo o Brasil gigante, estão semeando cidades nas terras fertilíssimas do sul, norte, leste e oeste do Estado” (1951, p. 12). Não há qualquer estranhamento, nenhuma resistência. A figura do “novo bandeirante” é saudada como fator de civilização. Prosseguindo o discurso, Ayres reafirma que:

Cuiabá foi, a seu modo, uma Cidade-Estado como centro irradiador de civilização. O ciclo do ouro iria trazer o povoamento, a agricultura e a pecuária, resumindo-se tudo a Cuiabá, cujo ritmo de vida – na expressão exata de Virgílio Corrêa Filho – compassou o desenvolvimento das localidades distantes. (Ibidem, p. 15).

O novo acadêmico identifica nos bandeirantes o que chama de “uma nova raça de gigantes”. Portanto, considerando Cuiabá como o “berço da civilização”, o médico chama os indígenas de “civilização selvagem”. Não quer, entretanto, parecer preconceituoso e esforça-se para provar que Rondon, um “descendente de índios bororo nas selvas mato-grossenses” é uma referência cívica.

Nesse diapasão, Ayres exorta à integração racial, deixando de lado quaisquer arestas. Romanticamente, eleva o tom do discurso em favor desse pacto: “Construamos um mundo só, um mundo onde todas as raças se sintam irmãs, um mundo espiritualizado e são.” É claro que nessa miscigenação racial o autor considera implicitamente que o homem branco é superior. Diz, mais adiante em seu discurso, que “[...] o cruzamento das raças foi o fator predominante que contribuiu para a absorção da população indígena e da raça negra”, garantindo que não há, no Brasil, “preconceitos pejorativos, como ainda hoje pesam em países adiantados”. A um só tempo, Ayres mascara os conflitos sociais e coloca o próprio país na condição de “atrasado”.

Essa é a única visão que temos do “sulista sobre o cuiabano”, o discurso dócil e de exaltação, uma espécie de condicionante para que o intelectual fosse aceito. A idealização romântica por anos mimetizada ecoa nos discursos acadêmicos, omitindo qualquer conflito agrário ou urbano, indígena ou migratório. Na visão dessa tradição literária hegemônica, Cuiabá está posta como centro de irradiação civilizatória para o sertão selvagem, até então inexplorado. O migrante sulista e branco, um bandeirante repaginado, cria cidades no meio da mata, sem qualquer menção à degradação ambiental ou extinção de tribos nativas. É um cenário de confiança no futuro moderno, miscigenado, de harmonia e prosperidade.

Comum seria se houvesse uma “literatura de relatos”, uma escritura dos chegantes realizada por quem aportou no distante estado de Mato Grosso. Essa epopeia foi cantada por Luiz Renato na trilogia *Matrinchã do Teles Pires* (1998), *Flor de Ingá* (2014) e *Xibiu* (2018). Mas, como vimos, o migrante está inicialmente identificado entre caminhoneiros, caixeiros viajantes e prostitutas, uma abordagem tipicamente depreciativa de “quem vê de dentro para fora”, isto é, a impressão do nativo quanto ao forasteiro ou, no mínimo, a visão de subalternidade com relação ao migrante. É bem verdade que, no romance inaugural da trilogia, o inimigo foi humanizado. Não é mais o “pirata”, nem o “oportunistas”. Tornou-se colono, isto é, trabalhador. Depois, é visto como “lavrador” por Marta Cocco, explorado pelas *tradings* e pelos bancos de financiamento agrícola. Mas, em geral, tanto uma percepção quanto a outra, deixa de dizer o que se viu aqui – a impressão do chegante quanto ao cuiabano e suas idiossincrasias quanto à terra e suas dificuldades e quanto à atividade que iria desenvolver.

Talvez essas impressões só sejam perceptíveis muito tempo depois da consolidação da geração dos anos 80 e 90, com a obra de Marli Walker, ela mesma (tal qual Luiz Renato e Marta Cocco) uma migrante que se dedica a tratar do processo de “limpeza” do Norte mato-grossense, da extração da madeira e

seus efeitos deletérios, da empresa agrícola de grande escala. Ainda assim, na profunda crítica social levada a efeito por Walker nos livros *Pó de Serra* (2006) e *Apesar do Amor* (2016), não se vê muito o que seria absolutamente natural no contato com outra cultura – o espanto, a perplexidade, esse estranhamento inicial que há na prática, mas que ainda não se faz presente na literatura. A crítica ao agronegócio é mais exata na medida em que a vivência da autora fez-se mais estreita em Sinop, completamente distante do centro cultural hegemônico de Cuiabá. O que lemos é um ponto de vista inovador, mas tão defensivista quanto a Geração Coxipó fazia no manifesto de 1986, com a curiosidade que é justamente um “pau-rodado” que se somará às lutas contra a degradação ambiental.

O que se vê na literatura contemporânea realizada em Mato Grosso é uma espécie de assimilação por força do compromisso com a cultura regional. Muito embora o migrante tenha logrado êxito em impor-se financeira e politicamente, tornando-se francamente majoritário em cargos políticos e na burocracia estatal, preferiu aderir às pautas intelectuais que estavam fervendo no final do século XX. Isso não significa que não haja diferenças de ponto de vista – uns mais radicais (ao mirar comunidades indígenas e tradicionais comunidades ribeirinhas), outros mais contemporizadores (preferindo olhar para o homem e seu ambiente de trabalho), mas todos implicados na defesa da terra.

Flora Süssekind traça uma trajetória cíclica para o naturalismo na literatura brasileira. Primeiro, surgiu com a fala medicalizante ao sabor positivista do século XIX; depois, retornou com o discurso economicista da década de 30, típico de um país em plena industrialização e, finalmente, repaginou-se sob a ótica do jornalismo na década de 70, fazendo dos romances verdadeiras “reportagens”, como compensação para a censura militar à imprensa. Esse “ciclo” identificado por Flora não pressupõe um retorno idêntico, apenas uma conservação do estilo básico – escrever como se dissecar, examina e fotografa. Há, no interior de um mesmo naturalismo, marchas e contramarchas:

Falar em eterno retorno ou repetição implica normalmente que se pense de imediato em morte ou impotência. Supor que acontecimentos históricos ou gestos e situações cotidianos se repitam fora do nosso controle parece jogar ao chão toda a utopia que porventura se tenha do futuro. Quando se crê em evolução, progresso ou desenvolvimento, a simples ideia de repetição ou retorno se torna intolerável. Sobretudo quando se encara o presente e o passado com desalento, a possibilidade de que eles venham a se repetir é desesperadora. A veemência com que se nega a repetição é tanto maior quanto pior for a avaliação que se faz do presente. (SÜSSEKIND, 1984, p. 61).

Em Mato Grosso acontece algo parecido, não propriamente com o estilo literário que ao longo das décadas mudou para incorporar ares modernos. O que prosseguiu como identidade foi o “defensivismo” como tônica literária e como ponto de vista. A literatura realizada pela geração dos 80/90 distancia-se muito da primeira: não tem nada de cívico, nem de moralizante, nem muito menos de sagrado, mas se aproxima do ponto de vista da defesa de Cuiabá (essencialmente) contra o esbulho alheio, contra a investida alienígena, contra as transformações repentinas. Mesmo em meio ao deboche agudo, há uma grande dose de nostalgia em meio à ironia da nova geração, há muito de paródia. Algo muito próximo do que Silviano Santiago (1978, p. 318) dizia ao afirmar que “[...] há uma permanência sintomática da tradição dentro do moderno e do modernismo”.

O texto de Silviano Santiago (2002, p. 108): “A permanência do discurso da tradição no modernismo” foi publicado, originalmente, no livro “Nas Malhas das Letras”, no seu final, é particularmente interessante, porque pode servir para alguns autores mato-grossenses dessa geração estudada:

Terminaria a nossa conversa de hoje sobre a permanência do discurso da tradição no modernismo quase sem palavras, ou com pequenas palavras, dizendo que talvez seja irremediável o fato de que,

dentro da estética da ruptura característica da modernidade e do modernismo, nas vezes em que fomos buscar o traço forte da tradição, ou até mesmo o traço pouco vincado, nos aproximamos mais e mais de uma poesia, de uma produção poética que se desliga do social enquanto dimensão do histórico vivenciado pelo poeta. Isso às vezes pode beirar – e muitas vezes beira – o neoconservadorismo.

Portanto, entre gerações nem tão distantes, assim na história, há uma visão sobre a terra que não se transformou. Pessoalmente, acredito que, malgrado as grandes transformações sociais e econômicas, a mentalidade nuclear que conduz a literatura mato-grossense ainda está irremediavelmente ligada à defesa dessa terra prometida e sagrada. Não houve tempo suficiente para observar a “fala do migrante”, suas impressões, seus conceitos e preconceitos. Ou, talvez, ela nunca venha porque vai aderir à cuiabania como outros tantos já aderiram. Isso somente o tempo poderá dizer.

Afirmar que há um novo projeto literário em Mato Grosso é polêmico. Para ilustrar ainda mais minha conclusão, vou me valer da entrevista de Lorenzo Falcão com *Santiago Vilela Marques*, publicada no *Diário de Cuiabá*, edição 12580, de 1º de dezembro de 2009. Caderno DC Ilustrado:

Lorenzo: E a literatura brasileira produzida em Mato Grosso. Pode falar sobre isso? Elencar características, recorrências etc, e também mencionar autores e/ou obras que são de sua preferência?

Santiago: Certamente existe uma infinidade de gente bem mais capacitada do que eu para comentar a literatura produzida em Mato Grosso. A produção em Cuiabá dispensa comentários: são muitos os grandes autores e não vou correr o risco de omitir algum nome com uma lista. No geral, percebo maturidade suficiente para ombrear com a literatura nacional, o que me deixa muito feliz e orgulhoso do meu Estado (rs). Se eu fosse elegeer uma leitura de cabeceira, dentre autores de Mato Grosso, eu apontaria Dom Pedro Casaldáliga. Talvez por um contato mais pró-

ximo que tenho desenvolvido com sua poesia, em função dos estudos na universidade, mas também pelo respeito que cultivo pela ousadia de poesia social. Uma coisa que acho curiosa é a tendência, da nova poesia em Mato Grosso, para uma linguagem mais universalista, com pouca recorrência ao elemento regional. Talvez o Mato Grosso - e Cuiabá principalmente - esteja se tornando cosmopolita. No caso de Sinop e de todo o norte do Estado, isto talvez seja ainda mais notável, uma vez que nossa cultura é mista, um “entre-lugar” cultural edificado pelo fenômeno da imigração. O importante, nesse caso, é que já aparecem alguns escritores, nesta região, com produção de qualidade, dos quais talvez fosse interessante ressaltar um grande percentual de mulheres poetas, como Marcelina Oliveira, Marli Waker e Helenice Faria, só para ficar nas que já estão produzindo há mais tempo. É bom lembrar ainda que, se o Paulo Sesar hoje escreve em Cuiabá, nós também o pleiteamos como autor sinopense.

Lorenzo: Domingo à noite, quando conversamos por telefone, mencionamos de passagem o intenso fluxo migratório que Mato Grosso vem sofrendo nas últimas décadas, coisa que repercute em nossa produção cultural. As letras de Santiago Villela passam por aí?

Santiago: Totalmente. Meu último livro de poesia, Outro, foi todo concebido como um lugar onde eu pudesse manifestar minha identidade norte-mato-grossense. Eu o escrevi quase inteiro durante um “exílio” em Araraquara (SP), para cursar o mestrado e o doutorado. Ali, distante do lugar que eu mais amava, movido pela saudade da floresta, escrevi a maior parte dos seus versos. Como disse acima, sou paulistano de nascimento e mato-grossense de criação. Sou uma identidade em trânsito, só consigo me definir pela ambiguidade. Do mesmo modo, costuma-se ouvir, aqui em Sinop, que “não temos cultura”, por causa de uma dificuldade de fixar uma tradição cultural autóctone ou ao menos hegemônica para o lugar. Acontece que nossa cultura, como eu já disse, é a de um espaço de

fronteiras, de convívio de muitas culturas. Acredito que, se pudéssemos eleger um valor ou uma imagem que sintetizasse nossa cultura, seria o do “conflito”, a da “tensão”. Somos um pouco desterrados na própria terra. Sabemos que este lugar não era nosso e foi conquistado à base de conflitos. Queremos nos sentir donos de nosso lugar e somos continuamente impedidos disso por uma espécie de errância coletiva. Por outro lado, o convívio de tantas culturas diversas impede a hegemonia: diante da cultura “estranha”, qualquer uma dessas culturas em constante contato sempre relativiza os próprios valores. Somos, assim, sempre outros para nós mesmos.

Como visto, Santiago intuiu um novo projeto literário: de um lado, o desbotamento do regionalismo com a passagem do tempo em favor de uma literatura mais cosmopolita, “ombreado-se com a nacional” e, de outro, uma outra temática até então não aprofundada – a do conflito e do estranhamento. Esse é o novo projeto literário que a geração dos 80 e 90 ajudou a colmatar. Deram, portanto, o primeiro passo rumo a uma percepção diferente do Estado, mais integrado. Não foi fácil, porém. A figura do “bárbaro”, do “invasor”, do “pau rodado” sofreu múltiplas suavizações para incorporar o elemento estranho no seio cuiabano.

Santiago Villela Marques sente-se “desterrado na própria terra”, fazendo uma conhecida referência a Sérgio Buarque de Holanda, que usou a expressão em *Raízes do Brasil*. A um só tempo, reconhece Mato Grosso como “dele” e, de outro, ainda não se aclimatou, ainda não foi completamente acolhido. Falará em nome desses milhares de órfãos de origem, consolidando o início de uma literatura heterogênea que ainda não se tinha visto. Como estudioso que foi, cita o famoso conceito de Silviano Santiago de “entre-lugar”, para se colocar nesse hiato, no fosso identitário que será preenchido com o tempo e com a produção dos novos mato-grossenses. Trata-se, portanto, de um projeto literário incompleto, ainda em marcha, mas que já deu bons passos nos últimos 30 anos.

A fala de Villela Marques ilustra o que Stuart Hall (2015, p. 52) vai denominar de “tradução”. Trata-se de um discurso novo, forjado por migrantes: não são nativos a ponto de incorporarem completamente a mentalidade da terra e nem tão estrangeiros que vivam em guetos. Com o tempo desenvolvem uma linguagem traduzida, capaz de ver a terra com maior distanciamento, sem desapegá-la, no entanto. Santiago tornou-se mato-grossense, mas não se sente completamente mato-grossense. Essa transição é bem explicada por Hall:

Esse conceito (tradução) descreve aquelas formações de identidade que atravessam e intersectam as fronteiras naturais, compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal. Essas pessoas retêm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. Elas são obrigadas a negociar com as novas culturas em que vivem, sem simplesmente serem assimiladas por elas e sem perder completamente suas identidades. Elas carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas. A diferença é que elas não são e nunca serão unificadas no velho sentido, porque elas são, irrevogavelmente, o produto de várias histórias e culturas interconectadas, pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias “casas” (e não a uma “casa” particular). As pessoas pertencentes a essas culturas híbridas têm sido obrigadas a renunciar ao sonho ou à ambição de redescobrir qualquer tipo de pureza cultural “perdida” ou de absolutismo étnico. Elas estão irrevogavelmente traduzidas.

O fluxo migratório para Mato Grosso das décadas de 60 em diante está gerando traduções não só na literatura como na própria crítica literária. Talvez comecem a se multiplicar análises críticas mais distanciadas e menos acanhadas, assim como uma literatura desapegada do *locus* cuiabano enquanto referência obrigatória. Vive-se na proximidade do

fenômeno migratório e, por isso, é cedo para afirmar categoricamente qualquer coisa sobre o futuro. No entanto, é possível supor que a segunda ou terceira geração das famílias migrantes, estes novos mato-grossenses, auxiliados inclusive pela virtualização das relações humanas, enxerguem o Estado de forma mais descentralizada e menos ufanista. Se os paus-rodados foram hostilizados, o poder encontra-se com os “paus-fincados” e será tarefa para os filhos deles, os “paus-brotados”, uma análise menos apaixonada.

Poderá surgir uma nova geografia em que Cuiabá continue sendo a capital, mas não o centro hegemônico. Os mapas virtuais não contemplam fronteiras e, portanto, os jovens escritores não pagarão o tradicional tributo laudatório. Nesse sentido, em plena fragmentação identitária, Silva Freire (2015) estava certo: “cuiabania não é toponímico”. Cada vez mais os toponímicos perdem relevância e dão lugar ao sentimento de pertencimento, à sensação de acolhimento tribal, uma nova forma de se identificar, de se expressar de conviver com o outro. É com base nesses retalhos que se unirão os jovens escritores mato-grossenses do século XXI que já começam a publicar seus primeiros livros.

Referências

AYRES, Francisco. *Discurso de Posse na Academia Mato-grossense de Letras*. Campo Grande: Tipografia da Livraria Nossa Senhora Aparecida, 1951.

CANDIDO, Antonio. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. *Literatura e sociedade*. 5. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1980. p. 109-138.

_____. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 5. ed. Belo Horizonte; São Paulo: Itatiaia: Ed. da Universidade de São Paulo, 2000. v. 2.

_____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Regionalismo e Modernismo*. São Paulo: Ática, 1978.

COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. 2. ed, 1ª reimpressão. Belo Horizonte: EdUFMG, 2014.

- CAMPOS, Cristina. *Bicho Grilo*. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2016.
- CHIAPPINI, L. Do beco ao belo – dez teses sobre o regionalismo na literatura. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p.153-163, 1995.
- _____. Velha praga? Regionalismo literário brasileiro. In: PIZARRO, Ana (Org.). *América Latina: palavra, literatura e cultura*. São Paulo: Memorial. p. _____.; Campinas: UNICAMP, 1994. v. 2.
- COUTINHO, Afrânio. *Caminhos do Pensamento Crítico*. V. 1 e 2. Rio de Janeiro: Pallas, 1980.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.
- MENDES, Olga Maria Castrillon. Espaços Regionais, Identidades Plurais: Reflexões em torno da produção literária de/ em Mato Grosso. *Revista Eco*, Ed. 010, p. _____, julho 2011.
- MORENO, Juliano & LEITE, Mário César Silva. *Na margem esquerda do rio*. Cuiabá: Via Letera, 2000.
- RONCARI, Luiz. *Literatura Brasileira: Dos Primeiros Cronistas aos Últimos Românticos*. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2002.
- SANTIAGO, Silviano. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: _____. *Uma literatura nos trópicos: ensaios sobre dependência cultural*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- _____. *Nas malhas da letras*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- _____. *Ensaaios Antológicos*. Seleção e Organização de Renato Cordeiro Gomes. São Paulo: Nova Alexandria, 2013.
- SCAFF, Ivens Cuiabano. *Mil Mangueiras*. Cuiabá: Entrelinhas, 1986.
- SILVA FREIRE, Benedito Sant’Anna. *Trilogia Cuiabana*, V. 2. Cuiabá: EdUFMT, 2015.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- TODOROV, Tzvetan. *A literatura em perigo*. Rio de Janeiro: Difel; Bertrand Brasil, 2009.

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Adeus, Alex de Matos!

Bye, Alex de Matos!



Francisco Ildefonso da Silva Campos¹

Não sei como exprimir o pesar que me invadiu com a notícia do falecimento do nosso confrade do IHGMT Alex de Matos, cuja memória coube a mim registrar.

Faço de acordo com os nossos Estatutos, e hoje resolvi escrever sobre a irreparável perda, o que faço com muita emoção e comoção. Para mim, como para muitos Alex foi mais que “confrade”, constante foi sua colaboração literária, venerado pela erudição de um dos mais conspícuos membros desta solícita casa, da maçonaria e irmão de ordem.

Alex de Matos nasceu em Cuiabá, em 18 de maio de 1959, filho de Domingos de Matos e Adélia Maiolino Matos, ambos cuiabanos “de chapa e coração”.

Possuía graduação em Arquitetura pela Universidade Santa Úrsula (1982) e Especialização em Metodologia de Pesquisa pela Universidade de Várzea Grande (1978). Foi docente substituto da Universidade Federal de Mato Grosso. Servidor público federal concursado, atuando junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Era sócio efetivo do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso desde 21/06/2012, tendo escolhido o Prof. João Pedro Gardês, seu bisavô.

¹ Sócio efetivo do IHGMT. Historiador e genealogista.

Filho ilustre, pelo seu caráter, honestidade, ética, virtude extrema, bons princípios e competência no saber dedicado à pesquisa histórica.

Foi um mestre bondoso, arquiteto iluminado e operário humilde, que levou e levantou a sua pedra para edificação da nossa cultura.

Autor de obras consideradas referências no campo da arquitetura e história cuiabana. Ficarão para a posteridade suas publicações, que enriquecem o patrimônio cultural de Mato Grosso. Autor de sete obras literárias, com abordagem bem distintas, iniciando pelo simbolismo oculto, com sua primeira obra *O Patrono Azul da Maçonaria de São João-1995*, em 1998; *A Igreja do Bom Despacho- Arquiteto e Simbolismo*, Alex revelou informações inéditas sobre a arquitetura da geometria sagrada da Igreja. em 2004, *Cuiabano de Corpo e Alma*; em 2015 na obra *Os Andarilhos* relatou os segredos mais íntimos da psiquê humana em resgate sobre dois filhos do nosso querido Mato Grosso; retornou em 2009 com *Os Síndicos*; e em 2012 com *Templos Secretos, história e arquitetura sagrada das igrejas neogóticas de Mato Grosso*, nesta obra ele cruzava duas de suas paixões, a história e a arquitetura, mas também ofereceu revelações sobre outras duas, a Igreja de Nossa Senhora Auxiliadora e a Catedral de São Luiz de Cáceres.

A sua última obra, *João Pedro Gardés & Cisne Selvagem*, foi lançada em 2015 em prestigiada noite de autógrafos na Casa Barão de Melgaço, com a presença dos descendentes das famílias Maiolino e Gardés, ocasião em que ele tratou da genealogia dos Gardés e agradeceu à divindade suprema pela oportunidade reparar os equívocos sobre a vida de João Pedro Gardés e pela inspiração na busca pelas verdades históricas sobre seu bisavó. Alex trabalhou nesse livro durante longos anos, teve sua existência dominada pelo ideal de levar o conhecimento correto em tudo que fazia. Para ele, a família sempre estava em primeiro lugar e com genealogia sólida nesta terra. Sua companheira, Dirce Fátima, vem da planície pantaneira, da terra cor-de-rosa, da acolhedora cidade de Poconé-MT.

Nunca foi patrocinado, editou todas essas obras com recursos próprios, o que diminuiu o acesso ao grande público. Mas, como ele disse um dia, “[...] já obtive algum sucesso, fico agradecido pois, através delas tornei-me membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso”. Além de arquiteto, Alex também era músico, deixou algumas composições musicais, como o *Céu estrelado* (2001, Partitura Musical/Canto), *Onça Pintada* (2000, Partitura Musical/Outro) e *Lá Fora Chove*, 1996 (Partitura Musical/Outro).

Em 2017 mudou-se com a família para Brasília, em busca melhores recursos médicos para sua esposa, que estava em tratamento de saúde.

Com muito pesar deixo aqui registrado o seu mérito, como também o nosso agradecimento eterno pela grandeza de sua história, seu caráter de esposo, pai e avô. Sua ausência será sentida neste Instituto por todos os seus confrades e congreiras, mas também por todos aqueles que com ele conviveram.

Vera Randazzo: preito de gratidão e saudade

Vera Randazzo: price of gratitude and health



Nilza Queiroz Freire¹

Neste artigo prestamos homenagem à saudosa Acadêmica VERA IOLANDA RANDAZZO, membro efetivo do IHGMT desde 19 de junho de 1976, cuja Patronesse cuja Patronesse foi Maria do Carmo de Mello Rego, também uma mulher de fibra. Já na Academia Mato-Grossense de Letras ocupou a Cadeira nº 19, tendo como patrono José Vieira Couto de Magalhães, sendo o ocupante que a antecedeu o Acadêmico José Barnabé de Mesquita, Vera Iolanda Randazzo foi a terceira mulher a ingressar nesta Academia Mato-Grossense de Letras, tendo tomado posse no dia 10 de março de 1982.

Nascida em Caxias do Sul/RS, aos 21 de setembro de 1927, descendeu de Roberto Edmundo Randazzo e Cecília Campanoni Randazzo.

1 Membro efetivo do IHGMT e da AML. Contadora.

Seus estudos primário e médio foram realizados junto ao Grupo Escolar Municipal de Criúva/RS e no Colégio Nossa Senhora da Conceição em Porto Alegre, também RS, e o superior incompleto em História, na Universidade Federal de Mato Grosso, em Cuiabá.

Veio para Mato Grosso em 1955, Estado que adotou como sua terra natal – viveu 64 anos nestas terras mato-grossenses-, onde prestou relevantes serviços, tendo iniciado como Professora interina do antigo curso primário, na cidade de Rosário Oeste. Sua mais relevante contribuição ocorreu junto ao Arquivo Público do Estado, organismo idealizado pelo Acadêmico Lenine de Campos Póvoas, que era Secretário de Administração de Mato Grosso, à época, onde VERA IOLANDA RANDAZZO foi a sua primeira Diretora, função que exerceu por mais de 20 anos!

Publicou diversos artigos nos seguintes jornais: O Estado de Mato Grosso, A Tribuna Liberal, O Social Democrata, Diário de Cuiabá e Correio da Imprensa, tendo colaborado efetivamente nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso e na da Academia Mato-Grossense de Letras.

A Acadêmica VERA IOLANDA RANDAZZO escreveu diversas obras, a saber: *Pajemeira, pajemeira!* e as *Cartas do Grande Chefe à sua Esposa*, ambas dedicadas ao mato-grossense Cândido Mariano da Silva Rondon. Outra obra foi intitulada *Quando morreu Pascoal Moreira Cabral?*, *Catálogo de documentos históricos de Mato Grosso*, *Contribuição à história sobre o Arquivo de Mato Grosso* e os *Catálogos da Exposição de Documentos mato-grossenses da Proclamação da República: 91º aniversário, da exposição de documentos históricos, em homenagem a Poconé, no seu bicentenário, da exposição de documentos históricos, em homenagem a Diamantino, por ocasião do pentacentenário, da exposição de documentos históricos, em homenagem a Corumbá, pelo seu bicentenário e Integridade territorial de Mato Grosso e o acordo com Goiás*, dentre outros. Na coleção *das Obras Raras da Literatura Mato-grossense*, um número foi dedicado às Vozes Femininas, onde Vera Randazzo tem um texto.

Em reconhecimento ao seu trabalho e produção intelectual, foi associada, além do IHGMT e da AML, integrou o quadro da Sociedade Amigos de Rondon, da Academia Paulistana de História, e da Ordem dos Bandeirantes de São Paulo e também a Comissão de Estudos de Fronteira para exame das questões do limite entre os Estados de Mato Grosso e Goiás.

Sua contribuição na área documental com destaque para as suas atividades como Técnica em Arquivística, pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Organizadora da documentação do Instituto Memória do Poder Legislativo, em seus primórdios, e contemporaneamente emprestou seu nome para a Sala de Pesquisa daquela instituição. Organizou o programa de pesquisa das Leis, no período 1835 a 1889, no Legislativo Estadual.

Como observado, a saudosa Acadêmica VERA IOLANDA RANDAZZO, sul-rio-grandense de Caxias do Sul, prestou relevantes serviços ao Estado de Mato Grosso, iniciando como professora interina primária, combatendo o analfabetismo no interior (Rosário Oeste), colaborando para que as crianças fossem escolarizadas, evitando que se deslocassem para a capital, à procura de estudos. O governo sempre se preocupou em levar a escola para o interior, não permitindo o êxodo, ou seja, saída de estudantes para a Capital, prejudicando o campo e a cidade.

Na data de 14 de fevereiro deste ano, 2019, recebemos a triste notícia de seu falecimento. Era chegada a hora da partida... Geralmente, quem chegou primeiro, volta primeiro, mas nem sempre essa ordem é obedecida, porque a morte é como um ladrão; não avisa sua chegada; por isso, devemos estar com o espírito preparado para essa passagem. Como estamos acostumados com coisas concretas, temos medo da morte; somente a fé nos alimenta que partiremos para um mundo melhor, conforme nos ensinam as escrituras sagradas.

A apresentação da acadêmica VERA IOLANDA RANDAZZO ao Pai Celestial, após sua longa vida terrena de mais de 91 anos, como filha, esposa, mãe, avó, bisavó (e trisavó),

devia ser tranquila com as palavras do Mestre: *“Entra, minha filha, sua vida foi um livro aberto; você fez o bom combate por onde passou e, esta Casa do Senhor, a espera; entra, repito, esta é a Casa de Muitas Moradas e a sua está reservada; tome as minhas mãos, não tenha medo, pois eu você é a prometida eternidade”*.

O Senhor Bom Jesus pediu e os Pampas atenderam, mandando a bela gaúcha VERA IOLANDA RANDAZZO para esta terra acolhedora e agarrativa, que se chama Cuiabá.

DESCANSE EM PAZ, VERA IOLANDA RANDAZZO.

Benedito Pinheiro de Campos (Ditinho) poeta e produtor cultural

Benedito Pinheiro de Campos (Ditinho):
poet and cultural producer



Isis Catarina Martins Brandão¹

Benedito Pinheiro de Campos nasceu em Cuiabá, no dia 29 de agosto de 1935, Descendeu da união de Maria Pinheiro com Carmindo de Campos. Criado num lar harmônico e festivo, conviveu com cinco irmãs e dois irmãos. Casou-se no dia 16/12/1959 com Nilva Camillo Fernandes, com quem teve cinco filhos: Bendito Oscar Fernandes Pinheiro de Campos, Nilva Maria Fernandes de Campos, Carlos Alberto Fernandes de Campos e Carmem Lúcia Fernandes de Campos.

O professor Ditinho, como foi carinhosamente chamado, herdou de seu pai, Carmindo de Campos, os dotes poéticos e peculiares de idealizador cultural. Com essa base familiar, desde muito cedo se envolveu com o “pendor às coisas relacionadas com a cultura”. Subiu oficialmente ao palco pela primeira vez quando era aluno no Liceu Salesiano São

¹ Sócia efetiva do IHGMT. Especialista em Direito Administrativo e Processo Administrativo, pela Universidade Gama Filho, Rio de Janeiro, e Mestrado Ciências Jurídico-Políticas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Gonçalo, com a peça “*A Múmia de Tibiriça*”.

Ditinho Ingressou muito jovem na vida no Seminário Episcopal da Conceição, onde aprendeu, além das matérias teóricas e filosóficas, a tocar Bandolin e mais uma vez fez parte do elenco de peça teatral, fortalecendo o gosto pelas artes e pela cultura. Selecionado para fazer o curso clássico de Filosofia no Seminário São José, em Mariana-MG, onde integrou a Orquestra tocando o segundo violino e, com outros seminaristas, encenava peças teatrais, declamações e outras atividades festivas religiosas.

De volta a Cuiabá, com 23 anos de idade, foi nomeado professor interino de Latim e História Geral no Liceu Cuiabano, por ato governamental assinado pelo Governador João Ponce de Arruda, em agosto de 1952. No Liceu Cuiabano, onde um dia fora aluno, estava ele como professor, entre os famosos: Antônio Cesário Neto, Rafael Rueda, Ranufo Paes de Barros, Gastão Müller e outros notáveis.

No teatro do Liceu montou sessões litero-musicais, esquetes, humor, dança clássica, música, canto, com apoio e participação da professora Dunga Rodrigues. No Liceu organizava os desfiles e as cerimônias cívicas. Nas lembranças de seu aluno Aníbal Alencastro, Ditinho ia “[...] organizando as fileiras dos irrequietos alunos da Fanfarra, atento à boa apresentação da Escola nos desfiles cívicos, lembro-me de outros eventos culturais, como as apresentações de peças teatrais realizadas no auditório do colégio, encenada pelos alunos, sob a direção do mestre Professor Ditinho” (Geógrafo e membro do IHGMT)

Esteve como professor do Liceu por 20 anos, com algumas interrupções, como quando exerceu o cargo de Promotor Público em Guiratinga e Barra do Garças, ocasião em que convenceu o prefeito da necessidade de se criar uma escola municipal, a 1ª Escola Municipal de Barra do Garças, de 5ª a 8ª série.

Quando retornou a Cuiabá com a sua família foi convidado, pelo Secretário de Educação e Cultura, Hermes de Alcântara, para assumir o cargo de Diretor da Instrução

Pública de Mato Grosso, mas, concomitantemente com a nova atribuição, à noite continuou lecionando no Liceu Cuiabano. Além deste estabelecimento de ensino, o Prof. Ditinho integrou os quadros do Ginásio Brasil, da Escola Modelo Barão de Melgaço, Escola Machado Neves e vários cursinhos preparatórios para vestibulares.

A instalação da Faculdade de Direito de Mato Grosso, no ano de 1957, foi o marco primeiro e pedra angular da futura Universidade Federal no Estado. O nome de Benedito Pinheiro de Campos consta na lista dos alunos matriculados na 1ª turma e também na relação dos primeiros formandos do 1ª Curso de Direito da Faculdade de Direito de Mato Grosso, do ano de 1961. Fez Especialização na área de Educação para a América Latina (UNESCO), realizado na Universidade de São Paulo, e também como Pesquisador da História do Exército pela E.S.G-Brasília/DF.

Na UFMT, Ditinho ingressou como professor fundador, no ano de 1970, e se aposentou em 1998. Ali atuou como docente e como produtor cultural, a exemplo do *Festival Universitário da Canção – FUC*, que, por oito anos consecutivos, atraiu multidões ao ginásio da UFMT, despertando a criatividade dos universitários e revelando talentos e músicas inéditas. Outro projeto relevante foi o *Pixinguinha, Movimento Musical Brasileiro da FUNARTE*, que em sua edição em Cuiabá, o Professor Ditinho, inseriu novos talentos mato-grossenses. Outro grande marco cultural foi a realização do *Festival de Inverno, em Chapada dos Guimarães* que, iniciado por ele, ainda é editado todos os anos. No interior do Projeto Unestado, o professor Ditinho levou dois Programas, o *Museestado*, festival musical que atingiu diversos municípios de Mato Grosso, e o Projeto *Musimat*, amparado pela Coordenação de Cultura da UFMT.

A cultura cuiabana de raiz foi revitalizada pelos *Saraus Cuiabanos*, organizados pelo Professor Ditinho, em que a musicalidade e a poesias eram levadas aos espaços públicos e residências cuiabanas. No *Projeto Cuiabália*, oficializado em 1994, durante muitos anos levou cultura regional a

várias Escolas. Nessas oficinas as crianças aprendiam a confeccionar brinquedos utilizando sucatas e papéis, mas também conheciam as lendas, cantigas e brincadeiras antigas e no encerramento os alunos apresentavam pequenas dramatizações, tendo, como alegoria, as lendas do Minhocão do Pari a dança do Boi a Serra e a Mãe do Morro. Do Projeto Cuiabália nasceu o *Instituto Cultural e Artístico “Cuiabália”*, destinado ao estudo, à pesquisa, difusão e preservação do ensino, no âmbito do artesanato, da música, do turismo e da arte em diversos aspectos.

A trajetória do professor Ditinho como poeta e produtor cultural teve o devido reconhecimento público, do Governo do Estado recebeu o Título de *Grande Oficial da Ordem de Mato Grosso*; da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso a *Comenda Memória do Legislativo*, do Município de Chapada dos Guimarães o *Título de Cidadão Chapadense* e da UFMT foi homenageado como *Precursor* no Jubileu de Ouro da Faculdade de Direito.

A imprensa sempre teve espaços especiais para divulgar os eventos e publicações do professor Ditinho e por ocasião de sua morte, noticiou nos jornais escritos e televisivos de Mato Grosso a partida do guardião das tradições litero-culturais de Mato Grosso, acontecida no dia 11 de dezembro de 2018, aos 83 anos de vida. O Professor Ditinho recebeu homenagens Póstumas da UFMT e da Assembleia Legislativa do Estado que aprovou, por unanimidade dos Deputados, três Moções de Pesar.

Durante seu percurso intelectual, publicou: *Memórias de um Cuiabano* (1998), *O Idealista* (1999), *Aos Meus um Poema* (2007), *Cuiabá... quem te viu!!!* (2015), *Poemas – Os Dois Filhos de Francisco* (2018).

O Professor Ditinho, por muito que fez pela cultura mato-grossense, será lembrado eternamente e suas obras continuarão presentes para imortaliza-lo.